



**GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ  
ALTEMAR DA COSTA MUNIZ  
(ORGANIZADORES)**

# **ENTRE FRONTEIRAS**

múltiplas abordagens em História Cultural

**Ed  
UECE**

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

### **REITOR**

José Jackson Coelho Sampaio

### **VICE-REITOR**

Hidelbrando dos Santos Soares

### **EDITORA DA UECE**

Erasmio Miessa Ruiz

### **CONSELHO EDITORIAL**

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Frago	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduina Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

### **CONSELHO CONSULTIVO**

Antônio Torres Montenegro   UFPE	Maria do Socorro Silva Aragão   UFC
Eliane P. Zamith Brito   FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça   UNIFOR
Homero Santiago   USP	Pierre Salama   Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves   USP	Romeu Gomes   FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto   UFF	Túlio Batista Franco   UFF

GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ  
ALTEMAR DA COSTA MUNIZ  
(ORGANIZADORES)

# ENTRE FRONTEIRAS

múltiplas abordagens em História Cultural



1ª Edição  
Fortaleza - CE  
2016



# ENTRE FRONTEIRAS: MÚLTIPLAS ABORDAGENS EM HISTÓRIA CULTURAL

© 2016 *Copyright by* Gisafran Nazareno Mota Jucá e Altemar da Costa Muniz

Impresso no Brasil / Printed in Brazil  
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE  
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará  
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893  
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



## Coordenação Editorial

Erasmus Miessa Ruiz

## Imagem da Capa

“Americae Pars Meridionalis”. Mapa antigo da América do Sul de 1636 elaborado por Johannes Janssonius gravada por seu parceiro de negócios Henricus Hondius.

## Diagramação

Narcelio Lopes

## Revisão de Texto

EdUECE

## Ficha Catalográfica

Camila Gomes da Silva CRB/9- 1794

E61      Entre Fronteiras [livro eletrônico] : múltiplas abordagens em História Cultural / Gisafran Nazareno Mota Jucá, Altemar da Costa Muniz (orgs.). – Fortaleza: EdUECE, 2016.

391 p.

ISBN: 978-85-7826-492-5

1. Civilização - História. I. Jucá, Gisafran Nazareno Mota.  
II. Muniz, Altemar da Costa.

CDU (2. ed.): 930.85

# PREFÁCIO

Gisafran Nazareno Mota Jucá<sup>1</sup>

O Mestrado em História, (MAHIS), da nossa Universidade Estadual do Ceará, (UECE), na comemoração dos seus dez anos, pode ser considerado um curso ainda novo se o compararmos aos demais cursos de pós-graduação da região nordeste. O MAHIS é jovem como os seus alunos e a maioria do seu quadro docente. Essa não é uma classificação apenas discursiva, mas a expressão de um sentimento íntimo de um narrador bem mais antigo, um professor, cada vez mais aluno das lições de vida e trabalho dos seus colegas e alunos.

No labirinto do tempo, diviso um tênue laço, que me prende à história do nosso curso de uma forma especial. Sem desmerecer as experiências vividas, em outros tempos e lugares - outras instituições de ensino, - Faculdade de Filosofia de Cajazeiras-Pb, - onde dei meus primeiros passos, com continuidade nos Departamentos de História da Universidade Federal da Paraíba, (UFPB) e da Universidade Federal do Ceará, (UFC), um sentimento saudoso, mas saudável, persiste, sobre o meu percurso na UECE. Só laços sentimentais o explicam.

A Faculdade de Filosofia do Ceará, (FAFICE), onde me licenciiei, foi uma continuidade da Antiga Faculdade Católica de

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Curso de História (CH) e do quadro docente do Mestrado Acadêmico em História, (MAHIS), do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Coordenador do Grupo de Pesquisa Oralidade, Cultura e Sociedade. Professor integrante da Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará (UFC), na linha temática História da Educação Comparada.

Filosofia, dos Irmãos Maristas, uma instituição encampada pelo governo estadual nos anos sessenta, do século passado; anos onerosos para quem viveu naquele momento crítico da nossa história, após a “Gloriosa” de 1964. Em sua maioria, seu quadro docente provinha dos Maristas<sup>2</sup>: eram antigos professores do Liceu do Ceará e da Escola Normal, do Estado; mas, pouco a pouco, muitos professores do Colégio Militar foram ganhando espaço, nessa Faculdade, com o compromisso de “salvar a pátria”, pois o quadro docente constituía um campo especial desse compromisso.

Não havia ainda Curso de História na Federal, daí o reconhecimento da tarefa pioneira da FAFICE, na formação de professores de história da rede pública e privada do Ceará. A paisagem era árida, mas nem tudo foi “tempo perdido”, se evocarmos o compromisso de alguns de seus docentes, que deixaram um saldo positivo na formação de seus alunos. Como exemplo dessa marca profissional, sem esquecer outros nomes, como o de Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, do Curso de Filosofia, me vem à mente a ação de dois professores meus, rememorados numa dedicatória, quando do lançamento de um livro de minha autoria: “aos mestres, João Alfredo de Sousa Montenegro e Luiza Teodoro, professores de “Filosofia da História” e “História da Arte”, na antiga Faculdade de Filosofia do estado do Ceará, FAFICE, agregada à Universidade Federal do Ceará, nos anos sessenta, anos não dourados que nos ensinaram a estudar história, em sua essência, pensando sobre o que foi dito e foi feito, para compreensão da sua contínua mutabilidade.” (JUCÁ, 2014). Antes, eu já evocara o meu guia profissional, Manoel Sedrim de Castro Jucá, o “Professor Sedrim”, do Liceu do Ceará e de História An-

---

<sup>2</sup> Essa Faculdade foi instalada pelos Irmãos Maristas, no prédio onde funcionava o Colégio Cearense, sendo a primeira “Faculdade de Filosofia” do Ceará.

tiga, da “FAFICE, o “Ti Manéu da dispersa tribo dos jucás”, que em resposta a uma indagação minha, às vésperas do vestibular, me recomendou ingressar no Curso de História, ao invés de Letras, pois nessa rota profissional havia mais vagas.

Após um longo percurso, quando da minha aposentadoria na UFC, voltei ao velho aconchego, agora no Itaperi, muito mais do que uma FAFICE, a UECE institucionalizada e muito mais burocratizada. Mudaram os tempos, os títulos e os agentes da história. Em síntese, são “Novas Abordagens”, “Novos Objetos,” “Novos Problemas” (LE GOFF e NORA,1976). Até o método dialético desenvolveu novos métodos, ao revelar novos objetos, “... exatamente como a forma se caracteriza na arte por desenvolver novas formas ao levar a novos conteúdos”. (BENJAMIN, 1985; 2006)

O “continuum” da história permanece vivo e os anseios de mudanças tornaram-se uma realidade cotidiana, quando da implantação do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS), na nossa UECE. A princípio achei uma precipitação, dos meus ex – alunos e de uma carioca, recém-concursada, querer montar um Mestrado, numa instituição carente de recursos financeiros e de um espaço adequado, mas não me opus àquela ideia, tanto que fui escolhido como primeiro vice – coordenador do curso. Hoje o “valeu a pena” está explícito nos dados indicadores do seu histórico. O sal[do] positivo se revela, na história de vida de alguns dos nossos orientandos, cursando doutorado ou como professores de instituições de ensino superior, aqui e em outros estados.

As reminiscências, aqui evocadas, podem parecer evasivas e/ou narcisistas, mas as visualizo como reflexo de uma das oscilações do “pêndulo do tempo:” o ontem, o hoje e o amanhã. (ELIAS, 1998) Para quem se deixa enlevar pelo caudal da memória, a memória individual só revela a sua razão de ser, quando se

funde com a memória coletiva (HALBWACHS) e/ou se projeta numa memória social, com seus fluxos e refluxos. Portanto, as memórias individuais e coletivas, do nosso mestrado, demonstram o valor de uma luta por um bem coletivo, algo raro na “Era do Vazio,” (LIPOVETSKY, 2009). É o resultado de uma interação plural, que suplanta uma simples relação nominal de um agente “a” ou “b”, que tenha efetuado o milagre. As discordâncias e os dissabores representam o pano de fundo da tragédia cotidiana, mas sem elas a história perde a sua aura.

E esse valor fica evidente na expressão de um esforço comum, nas atividades cotidianas da nossa vida acadêmica, transparentes nas duas linhas temáticas ofertadas pelo nosso MAHIS: “Práticas Urbanas” e “Oralidade, Memória e Cultura Escrita.” Pouco se fez, mas muito se obteve com as práticas realizadas. Com o objetivo de abrir uma nova via de pesquisa, uma vez que a maioria dos cursos, que compõem a pós-graduação regional está voltada à história social ou mesmo política, o enlevo da história cultural cativou os membros do nosso quadro docente, embora na sua quase totalidade tenham cursado uma pós-graduação no campo da história social. E na abertura desse leque metodológico, uma nova linha temática, sobre a Cultura, a Ciência e a Natureza, está sendo montada. É mais uma janela, em busca de novas paisagens e de novos panos de fundo do palco histórico.

Esse intento em querer dividir o campo da história, em diversas áreas, tem a sua validade, tendo em vista um maior mergulho em cada uma delas, mas no fundo é ilusória a tentativa de uma rígida divisão, entre as “várias histórias,” que se torna tão inócua quanto o enunciado e a prática da decantada interdisciplinaridade.

Tanto o mestrado quanto o doutorado, por mim cursados na Universidade Federal de Pernambuco, (UFPE) e na Universidade de São Paulo, (USP) me remeteram ao campo da histó-

ria econômica e social, fortalecida pelo legado “marxiano” de uma infra e super estrutura. Só no estágio do pós-doutorado, sob a supervisão da Professora Sandra Pesavento, que cedo nos deixou, pude descobrir as proposições e revelações do campo salutar da história cultural.

Embora o modelo da pós-graduação, elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, (MEC), tenha sido orientado pelo modelo norte – americano, a pós-graduação em história, no Brasil, teve como seu marco inicial a experiência posta em prática pela USP, na esteira dos historiadores franceses, dos Annales, como Braudel e outros pesquisadores convidados, como Claude Lévi-Strauss. E assim a relação de teses e dissertações não se restringiu apenas à história política, campo criticado pelos inovadores franceses, favorecendo o surgimento do interesse pela história econômica e social. Com a expansão dos cursos de pós-graduação nos anos oitenta, salvo raras exceções, a história cultural não constituía objeto prioritário de pesquisa dos historiadores. Só no final do século passado e em princípios deste, paulatinamente, a história cultural passou a ser cultivada e, como é costume, entre nós, “está na moda,” apesar dos protestos e críticas de representantes de outras vias de estudo.

As paisagens históricas passam a ser observadas no campo de uma “Nova história em perspectiva,” (NOVAIS e SILVA, 2011) com inúmeros desdobramentos e propostas, onde os Annales continuam sendo evocados e o “retorno à narrativa” remete o pesquisador ao enlace entre “Antropologia, etnologia e história” e “o [novo] objetivo da interpretação é provocar perplexidade em face do real”. (NOVAIS e SILVA, 2013).

A História Cultural ganha espaço, abrindo novas rotas e trazendo novos problemas, que motivam “a vez da antropologia histórica,” sem fugir a novas indagações: “um novo paradigma?” (BURKE, 2005); em síntese, são “mudanças epistemológicas: as

estratégias do fazer História” ante “uma difusão mundial: a história sem fronteiras”. (PESAVENTO, 2005).

A descoberta de uma “Herança Imaterial” (LEVI, 2000), numa trajetória do “... fio e [d]os rastros”(GINZBURG, 2007) revela “escalas, indícios e singularidades” da chamada micro-história, (LIMA, 2006), deixando fluir “as sensibilidades na história” com suas “memórias singulares e identidades sociais.” (PESAVENTO, 2007).

Com a chamada “... humanização das Ciências Humanas,” (DOSSE, 2003), “entre certezas e inquietudes” (CHARTIER, 2002), “a história em migalhas” (DOSSE, 1992) descobre a força de um “poder simbólico” na busca de uma compreensão da “miséria do mundo.” (BOURDIEU, 2001; 2011).

A “narrativa” toma fôlego, entre os novos historiadores, uma “narrativa” bem diferente daquela ditada pela “História de cola e tesoura” (COLLINGWOOD, s. d., p. 316-320). E uma demonstração da produção cultural do nosso MAHIS decorreu de uma iniciativa dos mestrandos deste ano, que apresentaram a proposta de organização de uma publicação especial com um artigo de cada um deles, relativo aos temas de suas dissertações. Os doze artigos elaborados constituem um leque com diferentes opções temáticas, no campo da história cultural e/ou social, na busca de uma resposta aos “desafios da escrita.” (CHARTIER, 2002). Os temas são múltiplos, de temporalidades diferenciadas e expressam a descoberta “[d]a cultura no plural”(CERTEAU,1995) pelos seus autores.

“Entre a Profecia e a Conversão,” José Lucas e seu orientador, Gleudson Passos Cardoso, estudam a representação literária de uma “fonte islandesa medieval,” buscando “analisar uma parte da estética cristã no texto e o jogo da disputa no imaginário religioso contido na obra” estudada. Os demais temas constituem

revelações do cotidiano local e regional, na ótica da história cultural. Reverson Nascimento Paula e seu orientador, Erick Araújo, narram o impacto da Segunda Guerra Mundial no cotidiano fortalezense, revelado pelos jornais e pelos memorialistas. Luciana Fernandes e seu orientador, Antonio de Pádua Santiago de Freitas, estabelecem uma relação entre “os bens materiais da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim-Ce” num estudo da transição do regime do padroado para o período de romanização da Igreja Católica. Paulo Sá busca compreender os usos e práticas dos espaços do centro de Fortaleza, o Parque da Liberdade, o Passeio Público e a Praça do Ferreira entre as décadas de 1880 – 1890, espaços de sociabilidade utilizados por intelectuais e manifestos nas diversas representações da população fortalezense. Patrícia de Assis e seu orientador, Erick Araújo, nos remetem às “Práticas e os Discursos da Chefatura de Polícia no Ceará do Século XIX,” como uma proposta de reflexão sobre a polícia local, tomando por base a documentação da chefatura de polícia, os jornais da Biblioteca nacional e obras literárias do século XIX. Camila Farias, seguindo os passos do seu orientador, Professor Damasceno, nos conduz à “experiência dançante de mulheres no Cariri Cearense,” utilizando como fonte as entrevistas realizadas com dançarinas e “mestras do Coco” daquela região. Os “fluxos dançantes” são considerados como um caminho interpretativo para compreender “o viver, a dança e os processos de ressignificações no/pelo dançar, que afetam o sujeito dançante e a dança.” A trajetória de Antônio Carlos Belchior, em meados da década de setenta é analisada para entender as mudanças em sua imagem artística e nas definições estéticas de sua produção musical. Assim, Bruno Costa busca compreender o artista cearense ante a indústria fonográfica, através da reflexão sobre as possibilidades de uso da noção de identidade. A história do futebol cearense e

o surgimento das torcidas organizadas em Fortaleza é a proposta de estudo de Caio Pinheiro e observada pelo seu orientador, no período dos anos oitenta, do século passado, tomando como fontes as entrevistas, reportagens e imagens que lhe serviram de pista para compreender aquele momento histórico. “A lepra e o leproso” constitui o estudo proposto por Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro e sua orientadora, Zilda Lima, através do estudo das representações acerca dessa doença nos escritos de Antonio Justa (1928 – 1941). Os escritos desse médico, mesmo “de cunho científico”, revelam representações sobre a lepra e o leproso, quando a subjetividade fala mais alto do que a objetividade acadêmica. Um olhar sobre a cidade de Viçosa do Ceará, a partir da correlação entre turismo e a noção de “patrimônio histórico” é a proposta de estudo de Monalisa Viana e de seu orientador, Marco Aurélio Ferreira, que tomam como mote a apropriação tanto de elementos materiais do espaço urbano – edificações, praças, traçado das ruas, quanto da narrativa da história local, na qual se destaca o passado colonial. As fontes são os periódicos, de 1970 a 1980, período significativo para a inclusão de Viçosa no espaço turístico estadual. André Brayan Lima Correia e seu orientador, Gleudson Passos Cardoso nos apresentam a obra ficcional de Rodolfo Teófilo, “O reino de Kiato”, como uma fonte de estudo, demonstrando o quanto os humanos precisavam se desenvolver “até se tornarem civilizados.” “O poder da polícia”, de 1916 a 1918 é o tema de análise de Francisco Adilson Lopes da Silva e de seu orientador Marco Aurélio Ferreira sobre a visão da polícia no Brasil através de uma perspectiva sócio – cultural. O artigo aborda as ideias de polícia na década de 1920, em Fortaleza, que se faziam presentes a partir do cruzamento da documentação policial e da proposta de uma possível mudança, elaborada pelo ousado Dr. Torres Câmara.

Se essas histórias contadas pelos nossos mestrandos são narrativas históricas, acerca do imaginário e/ou do cotidiano, onde está a tão recomendada e exigida “fundamentação teórica?” Na busca da “Ciência com Consciência” (MORIN, 2014), o paradigma clássico passou a ser criticado e as áreas das próprias ciências humanas tornaram-se plurais. Se, “Na realidade [se] há duas sociologias em uma” (MORIN, 2014, p. 278), quantas histórias existem? É bem verdade que a Filosofia foi considerada um túnel escuro, pois segundo Heidegger, “É da essência da filosofia tornar as coisas não mais fáceis, mais leves, porém mais difíceis, mais pesadas,” (BADIOU, 2015, p.56); mas “nos últimos 50 anos do século XX,” um novo programa de pensamento é revelado, com o intuito de “... criar um novo estilo de exposição filosófica, rivalizar com a literatura” e o programa do mundo acadêmico “... é interessar e modificar a subjetividade contemporânea, se ousar dizer, *por todos os meios*.” (BADIOU, 2015, p.19)

E no mar revolto do pensar, a história se reafirma, através de suas trilhas e de seus atalhos, seja seguindo rastros de um Foucault, “para além do estruturalismo e da hermenêutica” (DREYFUS; RABINOW, 2013), seja por intermédio de “o [um] sujeito proposto cristão de Paul Ricoeur,” onde o “desconstrucionismo” não impede a chama [da] “A Metáfora Viva”. (RICOEUR, 2005). E na busca das revelações da “Memória e identidade,” (CANDEAU, 2011) e da “Escrita da História,” (CERTEAU, 2000), os alunos do MAHIS e seus professores não permanecem estáticos, à beira do caminho; eles não deixam de contar as suas histórias; eles indicam novos temas e outros tópicos a serem pensados e narrados. É “A *Invenção do Cotidiano*” (CERTEAU, 1994).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (Direção de) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

BADIOU, Alain. *A aventura da filosofia francesa no século XX*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BOURDIEU, Pierre. (Coord.) *A miséria do mundo*. 8ª. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Opoder simbólico*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BURKE, Peter. *O Que É História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

CANDEAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Cotidiano*. 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os Desafios da Escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, s.d.

DOSSE, François. *A História em Migalhas*: dos Annales À Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault*: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar,Ed. 1998.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Seminário da Prainha*: indícios da memória individual e da memória coletiva. Fortaleza: EdUECE, 2014.

\_\_\_\_\_. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza: 1945 – 1960*. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2003.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana*: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio*: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri,SP: Manole, 2005.

\_\_\_\_\_. *O império do efêmero*: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério F. da. (Organização e introdução). *Nova história em perspectiva*. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

\_\_\_\_\_. *Nova história em perspectiva*. Vol.2. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ª.ed. Belo Horizonte; Autêntica, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy e LANGUE, Frédéric.(Organizado por) *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. 2ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

*Walter Benjamin. Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1985.  
Organizador: Flávio R. Kothe. Coordenador: Florestan Fernandes.  
(Grandes Cientistas Sociais, 50).

# SUMÁRIO

- ENTRE A PROFECIA E A CONVERSÃO: TRADUÇÃO E ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA CRISTÃ NA *ÞIÐRANDA ÞÁTTUR OG ÞÓRHALLS*..... 19**  
José Lucas Cordeiro Fernandes  
Gludson Passos Cardoso
- HISTÓRIA CULTURAL EM DISCUSSÃO: O COTIDIANO FORTALEZENSE DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945) ..... 51**  
Reverson Nascimento Paula  
Erick Assis de Araújo
- OS BENS MATERIAIS DA IRMANDADE DE N.S DO ROSÁRIO DE QUIXERAMOBIM-CE E AS POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA CULTURAL (1896-1923) ..... 83**  
Luciana Maria Pimentel Fernandes  
Antônio de Pádua Santiago de Freitas
- REDUTOS DE BUCOLISMO ROMÂNTICO: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE NO CENTRO DE FORTALEZA (1880-1890)..... 105**  
Paulo César Freire Sá  
Gludson Passos Cardoso
- POLÍCIA, CULTURA E CIVILIZAÇÃO: PRÁTICAS E DISCURSOS DA CHEFATURA DE POLÍCIA NO CEARÁ DO SÉCULO XIX..... 135**  
Patrícia Marciano de Assis  
Erick Assis de Araújo
- HISTÓRIA, CULTURA E DANÇA: COREOGRAFANDO POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS A PARTIR DOS FLUXOS DANÇANTES DE COQUISTAS CARIRIENSES.. 168**  
Camila Mota Farias  
Francisco José Gomes Damasceno

**O ARTISTA CEARENSE E A INDÚSTRIA FONOGRÁFICA: REFLEXÕES SOBRE MÚSICA, TRAJETÓRIA E IDENTIDADES..... 199**

Bruno Rodrigues Costa

**UMA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS TORCIDAS ORGANIZADAS NA CIDADE DE FORTALEZA..... 233**

Caio Lucas Morais Pinheiro

Gisafran Nazareno Mota Jucá

***A lepra e o leproso: REPRESENTAÇÕES ACERCA DA DOENÇA E DOENTE NOS ESCRITOS DE ANTÔNIO JUSTA (1928-1941)..... 259***

Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro

Zilda Maria Menezes Lima

**“QUEREMOS MOSTRAR OS CAMINHOS DE PERO COELHO DE SOUZA”: SOBRE A PRODUÇÃO DE VIÇOSA DO CEARÁ COMO DESTINO TURÍSTICO ..... 295**

Monalisa Freitas Viana

Marco Aurélio Ferreira da Silva

**HISTÓRIA CULTURAL, LITERATURA E REPRESENTAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A IDEALIZAÇÃO DE UMA CIVILIZAÇÃO NO LIVRO *O Reino de Kiato de Rodolfo Téfilo*..... 331**

André Brayan Lima Correia

Gleudson Passos Cardoso

**O PODER DE POLÍCIA: IDEIAS, AÇÕES E DISCUSSÕES NO CENÁRIO POLICIAL DO BRASIL (1916-1918)..... 365**

Francisco Adilson Lopes da Silva

Marco Aurélio Ferreira da Silva

# ENTRE A PROFECIA E A CONVERSÃO: TRADUÇÃO E ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA CRISTÃ NA *ÞÍÐRANDA ÞÁTTUR OG ÞÓRHALLS*

José Lucas Cordeiro Fernandes<sup>3</sup>  
Gleudson Passos Cardoso<sup>4</sup>

O estudo de história medieval no Brasil foi por muito tempo considerado algo impossível ou de dificuldades superadas às custas de muitos recursos – estes, possíveis em poucos centros e para poucos pesquisadores. A USP, a partir da década de 1940, com a chegada de professores da França<sup>5</sup>, fez com que o nosso país

---

3 Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro dos grupos: NEVE - Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos (UFPB); ARCHEA - Grupo de Pesquisa em Cultura Escrita na Antiguidade e na Medievalidade (UECE) e do Valknut: Grupo de estudos Vikings (UFC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1267315899423459>. Contato: [zelucasfernandes@hotmail.com](mailto:zelucasfernandes@hotmail.com)

4 Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense PPGH\ UFF (2009). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde leciona no Curso de História e no Mestrado Acadêmico em História e Culturas/ MAHIS as disciplinas: História Medieval, História da América, Arte na História, Seminário de Pesquisa e Práticas Sociais Urbanas. Integra os GPESQ/ CNPQ Intelectuais, Ideias e Instituições (UFF), ARCHEA – Grupo de Pesquisa em Cultura Escrita na Antiguidade e na Medievalidade e GPPUR–Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas (UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4484450400989287>. Contato: [gleudsonpassos@hotmail.com](mailto:gleudsonpassos@hotmail.com).

5 Podemos aqui dividir em dois momentos o cenário de estudos medievais na específica universidade: 1º) Momento da perspectiva francesa: chegada de professores franceses na USP na década de 40 do século passado (entre eles *Fernand Braudel* e *Jean Gagé*), trazendo consigo as ideias do movimento dos *Annales*; movimento muito caro a disciplinas de cunho teórico e metodológico. Boa parte deles foram ou são medievalistas; 2º) Momento da perspectiva ibérica: chegada do historiador português Joaquim Manoel Godinho Braga Barradas de Carvalho à USP que apresentou um rigor metodológico e exigiu de seus alunos uma profundidade das fontes que não havia sido requisitado anteriormente na perspectiva francesa. Agradecemos ao professor Ms. Pablo Gomes de Miranda por estas informações.

iniciasse uma produção e análises mais profundas sobre o medieval, obviamente, com as bases fundadas na herança das escolas historiográficas francesas. Com a formação de profissionais e a expansão destes sujeitos, as décadas seguintes viram um crescimento de docentes e discentes no eixo Sul- Sudeste que trabalharam com a medievalidade passando, assim, a estimular traduções, eventos, publicações e muitos outros fatores que o mundo acadêmico realiza.

Durante muito tempo, os centros de trabalho em medieval permaneceram nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, deixando por muito tempo um vácuo de pesquisa e profissionais que até hoje tem marcas claras desse processo. No entanto, recentemente os estudos medievais têm passado por várias renovações e mudanças de perspectivas, algo esperado em qualquer campo de estudo. Mas, dois deles, os quais destacaremos, são ímpares para uma ampliação de produção e formação que os estudos medievais necessitavam aqui no Nordeste. Cabe destacar que, mesmo levados em conta os avanços teóricos, metodológicos e acadêmicos expostos, em muitas tradições historiográficas específicas de grande parte das escolas nordestinas, predominam “tabus” que não reconhecem as possibilidades da pesquisa em História Medieval, enfatizando o caráter da pesquisa regionalista. No entanto, observa-se que cada vez mais propostas monográficas ou no âmbito da pós-graduação vêm resistindo ao desafio nas disciplinas de pesquisa em história, nos encontros científicos locais, entre outros espaços acadêmicos e institucionais<sup>6</sup>.

---

6 Cabe destacar os seguintes eventos realizados de forma contínua e periódica de repercussão no Norte-Nordeste: Encontro Internacional de História Antiga e Medieval, sob a direção da Profª. Dra. Adriana Zierer (UFMA), já na sua VI edição (2015); o Encontro Internacional de Estudos Multidisciplinares realizados pelo ARCHEA Grupo de Pesquisa em Cultura Escrita na Antiguidade e na Medievalidade (UECE), evento bienal, já na sua III edição (2014). Colóquio de Estudos Vikings e Escandinavos, que agora é realizado anualmente e indo para a sua quarta edição (UFPB), realizado pelo NEVE; Seminário de Estudos Medievais da Paraíba, realizado a cada dois anos e que busca dialogar múltiplas disciplinas, realizado pelo PPGL da UFPB.

O acesso às fontes foi algo que da segunda metade da década de 1990 para o momento atual, foi de um crescimento exponencial, permitindo que a base do crivo científico da História – as fontes – pudessem ser acessadas e utilizadas, ampliando enormemente o número de trabalhos, em lugares que antes não tinham acessos aos mais variados tipos de fontes. Esse acesso se deve em duas pedidas: primeiro, pelo aumento de produção e publicação nacional e internacional de fontes em obras físicas, assim como traduções acadêmicas sérias. Segundo, o advento da *internet* que permitiu uma circularidade de informação, referências, e de publicações de fontes com custos reduzidos e a criação de projetos que pudessem fazer parte dessa plataforma virtual, atingindo assim vários lugares no mundo, tornando os objetos do historiador globais.

Um segundo ponto de crescimento de produção, se deve a uma mudança no paradigma da própria História. Obviamente que não é uma mudança total, mas, o surgimento e crescimento do campo da História Cultural, com suas raízes profundas em vários autores e em várias áreas de conhecimento, onde na década de 1970 começa a se perceber uma ampliação e estabilidade desse campo que tende a produzir mais e renovar e inovar objetos. A ampliação no acesso às fontes e o que poderia ser fonte mudaram exponencialmente o crescimento de problemáticas em torno do medievo, bem como trouxe novas leituras para objetos antes explorados (BURKE, 2000). Essa sintonia entre os estudos medievais e o campo da História Cultural vem de longas datas e deixou o seu legado em autores e obras de referência, naquilo que BURKE (2008) entendeu como as “quatro fases da História Cultural”, a saber, a “fase clássica” (Johan Huizinga, *O Outono da Idade Média*), a “História da Arte” (Erwin Panofsky, *Arquitetura Gótica e Escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade*

*Média*), a redescoberta da “História da Cultura Popular” (Jacques Le Goff) e a “Nova História Cultural (NHC)” (Jacques Le Goff e outros influenciados por Mikhail Bakhtin e Norbert Elias).

Esta força da História Cultural vai para além da medievalidade. Entretanto, deve ser destacado que, nos dias atuais, como bem apontou Sandra Pesavento (2005), cerca de 80% da produção historiográfica nacional é do campo da História Cultural, pensando não apenas em livros publicados, mas em teses, dissertações, artigos, ensaios, resenhas, palestras, apresentações orais, além de ser posto pela pesquisadora como o campo que ganha maior destaque na mídia.

## **HISTÓRIA CULTURAL, CULTURA ESCRITA E ESCANDINAVÍSTICA**

O que desejamos enfatizar é na percepção de alguns conceitos da História Cultural e suas possíveis utilizações para repensar a produção do conhecimento histórico, para além das fronteiras regionais, em História Medieval. Devemos por em destaque o principal conceito daquilo que foi concebido por “Nova História Cultural (NHC)”, a representação (CHARTIER, 1990), que para nós que abordaremos um trabalho de cunho literário, traz uma nova percepção sobre tal documentação. A representação é uma visão, uma observação de um sujeito ou grupo sobre uma dada realidade que lhe é par, ou seja, é como este ou estes sujeito(s) resolvem apresentar sua perspectiva sobre algo (CHARTIER, 1991, p. 173-175). Nesse ponto, as representações são legitimadoras, excludentes, inclusivas e que trabalharam diretamente com uma memória e identidades dos seus produtores. (BURKE, 2000).

Este conceito traz consigo uma mudança no sentido de realidade para com o historiador, afinal as representações apresentam uma ótica, um ângulo específico da realidade, ou seja,

apenas mais um dos vetores dentre os múltiplos vetores que tentam determinar o campo da realidade (BOURDIER, 2006). Esta disputa vetorial se apresenta pela existência dos regimes de verossimilhança e não veracidade, ou seja, o historiador deve observar algo que se aproxima a realidade,, sem de fato ser a realidade, deixando o trabalho do historiador como algo que vem a construir pelo seu crivo histórico um elemento verossímil que vem a apresentar uma substituição lógica para a realidade intangível. (PESAVENTO, 2005, p. 41). Nesse sentido, um elemento ganha destaque para entendermos este conceito, que seria a realidade da representação:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo (PESAVENTO, 2005, p. 41).

A representação tem sua própria realidade conjuntural, seu mundo no qual foi produzida, criada, reproduzida e ressignificada, assim como apresentam dentro de si um novo discurso, uma visão particular sua. Ou seja, a realidade da representação é tanto a da sua visão em si, como também o cenário que está inserido. Logo, elas carregam muito mais que essa simples ideia de visão, mas todo um universo de análises nas mais diversas formas que a representação pode ser compreendida, trazendo con-

sigo novos sentidos simbólicos, sensibilidades e uma série de elementos particulares da densidade mental do local de produção. Neste sentido, cabe ao historiador ser inquieto, e desnaturalizar essa construção e obliterar a fonte para entender profundamente sua realidade e penetrar nos seus sentidos ocultos, navegando em uma história que compreende a importância de se pensar a realidade da representação como uma parte válida e viável para a realidade social, construindo uma “operação historiográfica” de pesquisa (CERTEAU, 2007, p. 66; PESAVENTO, 2005, p. 41).

Destarte, para nós, devemos destacar a relação da literatura para com a realidade da representação. Por tempos, a literatura não foi considerada fonte do historiador. Entretanto, cabe destacar que foi com a revolução historiográfica dos *Annales* e, sobretudo, à luz de Marc Bloch, um medievalista, a produção literária ganhou força dentro da História (BLOCH, 1993). Por trabalharmos com uma literatura medieval islandesa, enfrentamos desafios que somete com aporte teórico se pode perpassar, onde o maior deles é como realizar o entendimento do âmbito social com o texto literário, ou seja, tratar a literatura para além da narrativa apontada em suas linhas, como também sua *energia social*<sup>7</sup> e pontos de entendimentos metodológicos (estes que

---

7 “But what is ‘social energy’? The term implies something measurable, yet I cannot provide a convenient and reliable formula for isolating a single, stable quantum for examination. We identify *energia* only indirectly, by its effects: it is manifested in the capacity of certain verbal, aural, and visual traces to produce, shape, and organize collective physical and mental experiences. Hence it is associated with repeatable forms of pleasure and interest, with the capacity to arouse disquiet, pain, fear, the beating of the heart, pity, laughter, tension, relief, wonder. In its aesthetic modes, social energy must have a minimal predictability-enough to make simple repetitions possible-and a minimal range: enough to reach out beyond a single creator or consumer to some community, however constricted. Occasionally, and we are generally interested in these occasions, the predictability and range will be far greater: large numbers of men and women of different social classes and divergent beliefs will be induced to explode with laughter or weep or experience a complex blend of anxiety and exaltation. Moreover, the aesthetic forms of social energy are usually characterized by a minimal adaptability-enough to enable them to survive at least some of the constant changes in social circumstance and cultural value

a *Cultura Escrita* pode apontar)<sup>8</sup>. Logo, buscamos entender as duas metades da realidade da representação, buscando traçar a mesma como marca de seu tempo, buscando indícios e entrecruzamento de fontes (GINZBURG, 2007), para entendermos verdadeiramente os sentidos ocultos e a intenção de produção de certa narrativa literária e sua circulação.

Visto isso, nossa análise aqui selecionada, em virtude do espaço, busca focar em um documento literário específico e extrair dele informações que balizem nossa análise sobre o Cristianismo na Escandinávia, especialmente na Islândia<sup>9</sup>, inserindo nosso trabalho na Escandinavística medieval. Na década de 1960, vários trabalhos iniciam uma mudança na visão dos povos nórdicos, popularmente chamados de *vikings*, estes trabalhos iniciam uma nova reflexão metodológica e buscam corrigir diretamente problemas e erros de interpretação, onde duas obras se destacam nesse sentido, o “*The age of the vikings*”, 1962 de Peter Sawyer, “*Les invasions: Le second assault contre l’Europe chrétienne*”, 1966

---

that make ordinary utterances evanescent. Where as most collective expressions moved from their original setting to a new, place or time are dead on arrival, the social energy encoded in certain works of art continues to generate the illusion of life for centuries.”. (GREENBLATT, 1988, p. 6-7)

8 No *Frist Steps Toward a History of Reading*, Robert Darton nos aponta alguns dos pontos básicos de uma análise metodológica da cultura escrita: 1) aprender mais sobre os ideias e pressupostos que estão por detrás da leitura do passado; 2) investigar os métodos com que se aprendia a ler; 3) reconstituir os testemunhos acerca de como liam pessoas tanto famosas como comuns; 4) aprofundar-se na teoria literária; 5) na bibliografia analítica. (DARTON, 1990, p. 11-26).

9 A Escandinávia é uma região localizada ao norte da Europa, logo acima da Alemanha e que inclui, atualmente, os seguintes países: Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia (Este que é inserido por alguns autores e destacado como fora por outros autores), Ilhas Feroé e a Islândia, sendo esta “[...]uma ilha dentro do Oceano Atlântico Norte com uma área de 103 mil quilômetros quadrados, que está 950 km de distância da Noruega. Ela possui um relevo acidentado com muitas montanhas e nascentes de águas quentes formando gêiser. Apesar de pequena a ilha possui uma grande quantidade de atividade vulcânica, totalizando 30 sistemas vulcânicos. As temperaturas no inverno chegam aos -3° C e no verão 8° C, fazendo um contraste entre o fogo dos vulcões e o frio constante uma das características marcantes.” (OLIVEIRA, 2015, p. 17).

de Lucien Musset, ambos sendo marcos da criação da Nova Escandinávica e suas metodologias, onde estes:

[...] reabilitaram os guerreiros vikings, especialmente para o contexto social e político dos tempos medievais. Desde então diversos estudos demonstraram a complexidade da arte, da estrutura social, das concepções mitológicas e religiosas dos antigos escandinavos e como eles interferiram culturalmente no Ocidente, deixando diversas marcas perceptíveis até hoje. (LANGER, 2009b, p.13).



Islandia, por Johannes Janssonius, Holanda, 1628, 13,5×19,3 cm. Disponível em: <http://islandskort.is/en/map/show/74>. Acessado dia 19/11/2015 às 14h51min<sup>10</sup>.

10 “In the beginning of the 17th century publishing started in the Netherlands of a reduced version, Atlas Minor, of Gerhard Mercator’s map collection. In the year 1628 a new edition of the atlas was published by Johannes Janssonius with re-engraved maps by Petrus Kaerius and Abraham Goos. ”. Retirado de: <http://islandskort.is/en/map/show/74>, site da National and University Library of Iceland.

Inicialmente, as perspectivas históricas sobre Escandinávia tendiam a construir um pensamento geral, como se a região fosse uma grande unidade, muito disso parte dos processos de construção de identidade nacional, que por muitas vezes utilizaram os nórdicos e sua literatura como elemento em tal atividade.

[...]. foi desenvolvida a partir do século XVIII, mas essencialmente vinculada ao Oitocentos – aqui denominada por nós de “perspectiva generalista”, “universalista” ou “unidade cultural germânica”. Segundo os pesquisadores vinculados a este pensamento, a Escandinávia da Era Viking teria sido um período e uma região com uma unidade cultural pensada em termos absolutos. As construções nacionalistas – que revalorizaram a publicação das sagas e fontes literárias medievais no período moderno -, atendiam ao despertar romântico de um passado heróico. Assim, a literatura e a arte fundiram-se em uma interpretação política da História, todas refletindo as antigas glórias dos nórdicos (LANGER, 2009a, p. 5)

Este momento de busca por identidade nacional é fundamental para o processo de acesso à fonte supracitada, pois esse contato literário possibilitou publicações e traduções, tornando hoje o acesso às sagas<sup>11</sup> produzidas na Escandinávia muito faci-

---

11 “As sagas são um tipo de narrativa literária onde se descreve a história de uma família ou linhagem histórica da Islândia medieval, especialmente os feitos guerreiros que tiveram lugar entre os anos 874 e 1030 (Iáñez, 1989: 117). O termo saga vem do verbo islandês segja (“dizer, recontar”) e é uma exclusividade desta região e do período medieval. O momento de mais intensa produção das sagas, de 1150 a 1350, foi influenciado em diversas ocasiões pela literatura clássica e pela hagiografia medieval em latim (Boyer, 1997: 130-133). O estilo predominante nas sagas é de uma narrativa factual, objetiva

litado. Obviamente que as interpretações destes textos literários em um outro momento histórico diferente do nosso, consideravam as mesmas de uma maneira totalmente diferente, onde as dinâmicas literárias por muitas vezes eram postas como verdadeiras sem uma passagem de um crivo histórico, por parte de romancistas e de adeptos do ideal romântico, ou eram relegadas um papel de fonte não histórica e/ou de “segundo escalão”, onde sua narrativa expressava a ficção e por esse dito “distanciamento” da realidade não serviria para o historiador.

As tendências atuais não enfatizam mais a dicotomia história *versus* ficção nas sagas islandesas, ou então, a busca por parâmetros históricos tradicionais na constituição dos personagens, eventos, trama, e sim o estudo dos valores sociais, os temas, as tendências, os padrões, as estruturas e as contradições nos textos (Sawyer, 2006: 24), aproximando-se da História Social e Cultural, além da Antropologia Histórica e da História Comparada. (LANGER, 2009a, p. 6).

---

e rápida, regida em prosa, concentrando-se nos fatos de um personagem “digno de memória”. Uma saga não é uma lenda, conto, texto poético, épico, texto religioso (Boyer, 2002: 190). É uma forma única de narrativa literária criada no Ocidente, que destaca o mundo dos homens e o papel virtuoso da honra, da coragem e da fortaleza (Kellogg, 2000: xviii-xxv). Em sua origem, as sagas eram transmitidas oralmente e relacionavam-se com a criação de uma identidade e preservação das tradições regionais (Boulhosa, 2005: 17-18).[...] Estas fontes literárias teriam sido criadas basicamente como formas de identidade e unificação cultural aos colonizadores instalados na ilha, mas também tratando tanto de virtudes quanto defeitos, assim como banalidades ou humores da vida cotidiana (Byock, 2001: 27). As sagas tradicionalmente são classificadas por referenciais temáticos (sagas legendárias: *fornaldarsögur*, sagas de reis: *konungasögur*; sagas de família: *íslendingasögur*; contemporâneas: *sturlunga saga*, sagas dos bispos: *biskupasögur*; sagas de cavalaria traduzidas: *ridðarasögur*; sagas de cavalaria de origem nativa: *lygisögur*). ” (LANGER, 2009a, p. 2-3)

Logo, a literatura entra como uma fonte mais clara para o historiador, onde as tendências atuais, que se formulam na Escandinávia desde 1960, passam a problematizar as questões de realidade e ficção, passam a pensar através de um cruzamento de fontes internamente e externamente, assim como com a oralidade, onde a arqueologia é uma grande ferramenta para o trato com essa literatura medieval (LANGER, 2009a). A ligação de um novo pensar com a literatura e a História, muda enormemente os estudos medievais e como se vê a Idade Média, onde o atual modelo de estudos mais regionais, permite uma análise mais profunda da literatura nas sociedades, juntamente com a aproximação da História Cultural e sua renovação de objetos e fontes.

Neste aspecto que partimos para a nossa análise, entendendo o nosso cenário de estudos no nordeste brasileiro e nossas possibilidades gigantes para os estudos medievais, assim como nossos desafios e possibilidades. Por esta razão deu-se a escolha de uma tradução que aqui foi posta. Sabemos a tradição que somos herdeiros e buscamos unir essa escola como a História Cultural, suas modificações para com a literatura, aliando-as com as metodologias da Nova Escandinavística e da Cultura Escrita, permitindo assim que possamos nos debruçar em um pensar sobre a utilização da literatura islandesa como parte de um processo de cristianização da região.

## **UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA CRISTÃ<sup>12</sup>**

Pretendemos analisar, mesmo que de forma sucinta, os elementos de uma construção da representação literária cristã na literatura medieval islandesa e suas dinâmicas de realidade, espe-

---

12 Este tópico é uma modificação e ampliação do seguinte texto, ver: FERNANDES, Lucas C., 2015.

cificamente pensando no *Piðranda þáttur og Þórhalls* ou *Piðranda þáttur Síðu-Hallssonar* (Este último: o conto de *Piðranda* filho de *Hall* de *Sida*), este que faz parte do *Flateyjarbók* ou *Codex Flateyensis* (GkS 1005 fol.), preservado dentro da *Ólaf saga Tryggvasonar* (c. 1387) (VÍGFÚSSON; UNGER, 1860, p. 418-421)<sup>13</sup>. Essa escolha de análise e tradução parte muito da possibilidade de aproximar o leitor as fontes islandesas medievais, de uma forma que o espaço cedido se encaixasse com a proposta.

Neste aspecto, devemos antes pensar que a chegada do Cristianismo em suas múltiplas fases de penetração, mexeu em diversos níveis do cotidiano e das camadas culturais, até que gradualmente a religião de cristo passou a ganhar um patamar dominante na sociedade. Dessas fases, uma terceira seria a de ampliação e consolidação da religião cristã, onde por diversos motivos eclode uma literatura única na Europa medieval no seio da sociedade islandesa (LANGER, 2009, p. 1) (SWAYER; SWAYER, 2006). Essa última fase acompanha as consequências das suas fases anteriores, primeiramente o contato inicial do Cristianismo com os povos nórdicos, entre os séculos VIII e IX, e a uma segunda fase onde o momento de trocas e disputas são mais latentes, onde denominamos de um momento de sincretismo, característico dos séculos IX à XI, onde obviamente esses marcos são bem porosos devido a multiplicidade de elementos da região e suas peculiaridades, mas sua configuração nos ajuda a entender a lógica da criação de um texto na última fase, séculos XII à XIV que evoca pontos de um passado histórico da Ilha.

---

13 O *Flateyjarbók* é uma coleção de textos, sendo o maior manuscrito islandês. Ele contém 225 folhas de velum e contém um número expressivo de sagas e outros textos.

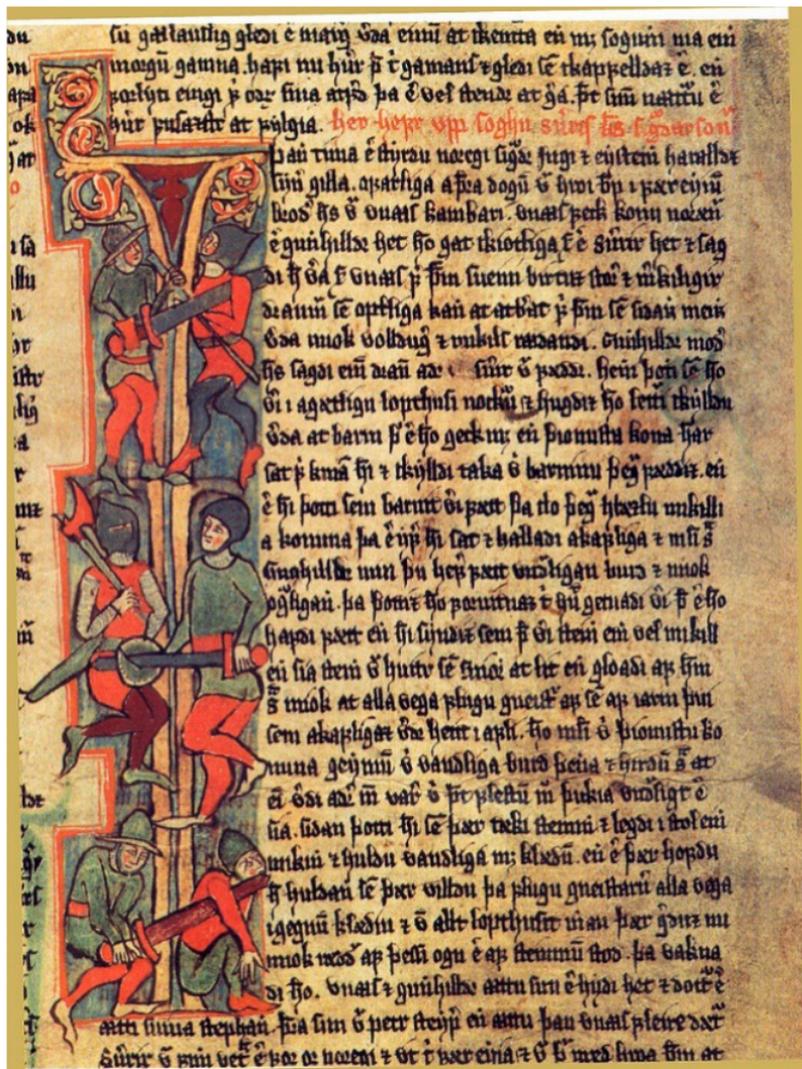


Imagem de uma inicial "I" do *Flateyjarbók* ou *Codex Flateyensis*, compilação de textos no qual o *Pidranda þáttur og Þórhalls* está inserido. Iluminador: Magnús Þórhallsson. Disponível: [https://de.wikipedia.org/wiki/Flateyjarb%C3%B3k#/media/File:Flateyjarbok\\_002.jpg](https://de.wikipedia.org/wiki/Flateyjarb%C3%B3k#/media/File:Flateyjarbok_002.jpg); acessado dia 19/11/2015 às 15h:01min<sup>14</sup>.

14 Iluminuras em detalhes do *Flateyjarbók* podem ser vistas no link a seguir: <http://warfare.altervista.org/14/Flateyjarbok.htm>

As *íslendinga sögur*, as sagas islandesas (sagas de família) foram produzidas entre os séculos XII e XIV, seu período de maior produção reside entre os anos de 1150 a 1350, sofrendo influência clara de elementos cristãos, obras hagiográficas e por toda uma literatura clássica, assim como trabalhando fortemente com uma memória do passado na Islândia (BOYER, 1997, p.130-134). Mas o ambiente de sua tessitura não é o mesmo ao tempo que se refere, refletindo tanto ou mais do seu tempo de escrita do que o que se pretende contar. Nesse cenário, os autores, em sua maioria cristãos, vão inserir toda uma estética e mudança nos elementos do passado para favorecer o Cristianismo, ou seja, uma mudança na qual o autor soube do passado – normalmente séculos IX à XI - (ou mesmo uma criação) para favorecer a ampliação e consolidação do reino de Deus (obviamente que tal afirmativa não é generalizante sobre toda a produção desse vasto gênero) (GRAHAM-CAMPBELL, 1997, p. 100-103).

Dentro desse cenário de cultura escrita e valorização da força escrita que já existia antes mesmo da chegada da “escrita latina” (com a utilização considerável da escrita rúnica), elementos complementares às narrativas das sagas e/ou histórias mais curtas e rápidas, surgem em meados do século XIII como parte desse processo de mudança do mundo escrito e da valorização da cultura escrita que ocorre por toda a Escandinávia. Nesse cenário que se caracteriza os *þáttir* ou contos, em uma tentativa mais próxima de tradução para o sentido dessa palavra agregada a seu uso no âmbito literário.

Esses contos podem estar diretamente ligados a uma saga em específico, como *Halldórs þáttur Snorrasonar hinn fyrri*, é um complemento e continuação da história da família de *Snorri Goði*, um dos principais personagens da *Eyrbyggja saga*. Outras vêm ainda com essa ligação sobre um enredo, como a *Grænlandinga*

*þáttur*, que tem uma ligação de enredo clara com a *Grænlandinga saga* e a *Eiríks saga rauða*. Também encontramos narrativas livres, que mesmo possuindo referências a vários textos escritos e outras fontes, acabam fazendo sua própria história sem estar diretamente ligadas a outro texto, como a *Sjörrnu- Odda draumur* (que inclusive tem um tamanho maior em relação a outras do gênero).

Assim como as sagas, os *þættir* possuem uma narrativa direta e objetiva, mas como sua grande característica é ser curta, muitos elementos se tornam ainda mais objetivos e diretos. Logo, o estilo é simples, focando muitas vezes em um único elemento central sem digressões desnecessárias ou complementares ao enredo da trama. O próprio sentido de traduzir tal termo como “conto”, vem também de suas derivações que revelam justamente essa brevidade em tamanho de seu texto, que por muitas vezes apresentam uma “simples” história ao leitor com uma velocidade clara, como a *Þórhalls þáttur knapps* e a *Bérgbúa þáttur*.

Adentrando nosso caso de análise, nós vamos encontrar esses mesmo elementos: clareza, objetividade e tudo isso de forma curta. Diferentemente do que ocorre com as sagas de família, em que a genealogia e a história dos descendentes são um elemento claro, que se vê na *Gisla saga Súrssonar*, onde seus “capítulos” iniciais giram em torno desse passado familiar, por exemplo. Já no respectivo *þáttur* nós temos três personagens claros e objetivos em que sua profusão psicológica deve ser percebida de forma mais rasteira e não tão repleta de uma estética e complexidade psicológica que vemos em outros casos. Por exemplo, na *Hrafnkels saga Freysgoða*, em que *Hrafnkell* se configura com centro da trama, onde sua complexidade psicológica e seus atributos são apontados diretamente ou de forma sutil (como o enlaço em torno da sua devoção ao deus Frey e a mudança do personagem que acompanha a mudança da trama).

Os três personagens são: *Þórhallur*, o Profeta (*Þórhallur spámaðr*); personagem que tem uma sabedoria e uma visão sobre o futuro, assim como um certo ar de mistério e poder por possuir tal característica. E é sobre suas revelações que o texto se constrói. *Hall*; fazendeiro e possuidor de um certo poder, tanto o de terra como o de influência, e por isso podemos presumir que talvez fosse um *goði*, devido a suas idas ao *Ping* e pela posse de terras. Por fim, temos o outro nome do título, *Piðrandi*; “Ele era o mais popular onde quer que fosse, porque ele era o mais talentoso dos homens, humilde e gentil com toda a gente.” (*cap. 1*). Um sujeito notável em seus feitos e conhecido por sua grandiosidade, onde a elevação de suas qualidades são um jogo para apresentar o tamanho do “sacrifício” futuro que os *dísir* vão exigir da família.

Entendendo a amizade, os aspectos e as características de cada personagem, nós podemos avançar na curta trama e observar que tudo irá ocorrer em uma festa de outono feita por *Hall* para o seus. A festa se passa nas “noites de inverno”, *vetrnatr*, que de acordo com o *Zoega's Concise Dictionary of Old Icelandic* e a sessão de referência do *The Complete Saga of Icelanders Vol. V*, são os três/dois primeiros dias que antecedem o inverno. Algo que ocorre na metade de outubro, onde é um tempo particularmente sagrado do ano, com sacrifícios ao *dísir*, jogos, casamentos. Um exemplo pode ser visto no capítulo sexto da *Víga- Glúms saga* (HREISSON, 1997, p. 417-422).

Antes da realização da festa de outono, o profeta revela algo de suas visões, dizendo que em breve algo notável e portador de mudanças irá chegar (comunicando isso de forma séria, ressaltando sua preocupação e reflexão). Sendo que antes, já havia anunciado sobre a chegada da dor que *Hall* sentiria pelo seu filho, o grande *Piðrandi*. Estas revelações vão movendo a trama até o ponto que sua preocupação com a festa o faz alertar não somente

*Hall*, mas todos os presentes de que algo estar por vir e que eles deveriam permanecer dormindo, ignorando aquilo que iria se passar. *Hall* confirma as palavras do profeta e pede para as pessoas seguirem, afinal “[...] elas nunca falham.” (*cap. 2*).

Ao cair da noite, *Piðrandi*, que estava agindo de modo cortês e gentil, típico de seus traços, resolve responder aos sons e chamados que se repetiram por três vezes ao redor da partição, ignorando assim os avisos do amigo de seu pai, proferindo sua única fala: “É uma grande vergonha que todas as pessoas aqui ajam como se estivessem dormindo quando os convidados parecem ter chegado.” (*cap. 2*). Ao sair, o filho de *Hall* de *Sida* se depara com um claro antagonismo posto pelo autor da narrativa, deixando claro a presença de traços e influências dos escritos hagiográficos. Do Norte, região que chega a ser associada ao mal e ao Diabo no medievo (RUSSEL, 2003) é de onde vem nove *dísir* vestidas em negro com espadas na mão; e do Sul, seu oposto, mulheres de branco em cavalos brancos, outros *dísir*. Essa montagem antagonica deixa claro uma disputa que iria ocorrer entre esses *dísir*, em que *Piðrandi* estava se envolvendo, algo que vai gerar sua derrocada.

Devemos entender que essa cena revela claramente uma disputa do bem contra o mal, um certo maniqueísmo típico do Cristianismo. Afinal, *dísir* são grandes entidades espirituais femininas que protegem famílias, propriedades e até indivíduos, possuindo uma certa ligação com os “*fylgja*” (literalmente “alguém que acompanha” - ou *fetch* -, visto que são espíritos próximos e ligados a famílias ou sujeitos. Pode ser visto na *Vatnsdæla saga*, *cap. 36*) e as valquírias (*Herjans dísir*). (HREISSON, 1997, p.408-409) (SIMEK, 1993, p. 61). Entendendo essa importância o autor no decorrer da trama torna mais claro a existência desse conflito nas palavras do profeta.

Tempo depois encontram *Piðrandi*, muito ferido e com forças suficientes para apenas relatar o que havia visto, um último esforço desse tão elogiado personagem, que acaba morrendo pouco tempo depois: “Ele morreu naquela mesma manhã de madrugada e foi colocado em um monte sepulcral de acordo com a tradição pagã.” (*cap. 3*); neste trecho fica em clara evidência o caráter cristão do autor, ao se referir à “tradição pagã”, deixando claro na escrita do texto que sua tessitura foi feita em um presente cristão se referindo a um passado onde o paganismo reinava sobre aquelas terras. Então, *Hall* questiona seu amigo sobre o que poderia ser essa visão de seu filho, e seu significado:

Eu não sei, mas posso imaginar que elas não eram mulheres, mas as fylgjur que seguem sua família. Eu acho que em breve haverá uma mudança de religião e que melhores tradições chegaram a Islândia. Espero que estes dísir de vocês, que têm acompanhado esta presente fé, sabia sobre essa mudança de religião, e que a sua família deixará de estar em suas mãos. Agora, eles podem não estar contentes por não recebido nenhum tributo de você antes, e eles terão isso de sua parte. As outras dísir, as melhores, teriam tentado ajudá-lo, mas como as coisas são como foram, elas acabaram incapaz de fazer algo. Agora, aqueles de sua família que partilham o prazer do seu presságio e o seguirem, irão se beneficiar de seu apoio. (*cap. 3*).

Nesta passagem, a estética cristã é um discurso de convencimento ao estilo dos sermões. A utilização de uma escrita em um tempo sobre o passado, faz que o mesmo coloque valores

sobre esse passado advindo se sua estrutura presente, e o autor encaixa isso dentro da dinâmica profética. “[...] melhores tradições chegaram a Islândia. ”, é um trecho que revela muito bem essa construção em se saber sobre um futuro não ocorrido no tempo da narrativa, e que pode ser aplicado a personagens por completo em outras narrativas, o elemento do *nobre pagão* (LONROTH, 1976, p. 136-148), por exemplo. O conflito das *disir* se torna ainda mais claro no seu antagonismo, as de vestes negras levam o filho de *Hall* como uma cobrança, onde podemos induzir que tais espíritos se dividiram por sentirem essa chegada da nova religião, dita como melhor. Aqui, também ocorre uma subversão dos valores desses espíritos, colocando-os como violentos, mudando sua função de proteger. Algo possivelmente causado pela sensação da chegada da nova religião, que imbuiu de raiva as *disir* de preto. E aqui se completa uma profecia anterior, sobre a dor que *Hall* sentiria sobre seu filho.

Seguindo o texto, o autor assume de vez as palavras, quase como um participante direto e realiza um verdadeiro parágrafo sobre a força de Deus e a fraqueza do Diabo, observando sua falsa imposição no mundo pagão. Nesse ponto, Deus entra como um misericordioso, esperando para receber em seus braços aqueles que com boas ações vão estar prontos para atingir a salvação, ao mesmo tempo apresenta na estética do seu texto algo comum na associação do paganismo com o Diabo, que é a existência dessas deidades como um disfarce do Diabo para exercer seu poder ilusório nos homens (RUSSEL: 2003):

[...] fez o inimigo da humanidade demonstrar-se em manifesto sobre várias coisas, e em muitas outras que foram ditas, assim como ele estava disposto em liberar seu tesouro roubado, e as pessoas a quem tinha detido anterior-

mente em cativo por todo tempo nos laços da confusão das suas imagens de esculturas malditas. Com tais inscrições, ele aguçou a borda de sua ira cruel sobre aqueles os quais ele manteve o poder, quando ele sabia que sua própria vergonha e apenas o mal de seu cativo estavam se aproximando. (*cap. 3*).

Essa associação clara ao Diabo é uma constatação alteração na balança moral em detrimento da força cristã. Revela que o autor tinha a intenção clara de trabalhar sobre um passado pagão para favorecer sua religião, usando de meios do cotidiano e elementos das antigas práticas e costumes (*fornum sið*) para privilegiar a nova crença (*þann sið*), evoluindo sua estética cristã em mecanismo de autenticidade (KELLOG, 2000), que torna para o leitor ou ouvinte, a narrativa mais crível, possibilitando o uso de tal ferramenta escrita para uma ampliação e consolidação do Cristianismo.

Por fim, encontramos *Hall* arrasado pela morte de seu filho, confirmando a primeira profecia de *Pórbhallur*, este dotado de certa alegria ao sentir que o Cristianismo estava de vez chegando aquela terra e que “[...]toda criatura vivente, tanto grandes como pequenas, estão preparando seu fardo, e se preparando para mudar a sua morada.” (*cap.3*), apontando mais uma vez a antevisão do autor sobre certos elementos e pondo em um patamar elevado sua crença e afirmando que esta conquistaria a Islândia. Além disso, o texto de caráter quase que evangelizador encerra com a seguinte frase: “ E um pouco mais tarde esses eventos aconteceram, que agora devemos relatar.” (*cap.3*), tal frase que faz referência direta a missão de *Pangbrand* para a Islândia, assim como o batismo de *Hall* e outros chefes locais da região, que são relatados na secção do *Ólaf's saga Tryggvasonar* ( em sua maior compilação)

que dá prosseguimento a obra do *Flateyjarbók* que tal texto está inserido. (ANÔNIMO, 1997, p. 462).

Logo, fica claro que mesmo sendo curto e objetivo, seus elementos estéticos tem todo um jogo de reflexão e utilização de elementos bem selecionados para favorecer os intentos do autor, que usa dessa crescente dinâmica da cultura escrita na região. Nesse sentido, tal *þáttur* não somente pode ser utilizado separadamente como integrado a um conjunto de textos que lhe garante mais sentido. Por fim, podemos dizer que a representação literária cristã e sua realidade nesse texto vem com uma intenção de cristianização, de usar elementos do passado (e remodelá-los) para valorizar o presente e pôr o Cristianismo em um patamar diferenciado – ampliando e consolidando.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a proposta aqui apresentada, intentamos demonstrar como a História Cultural e a Literatura ganhou novos olhares, repensando objetos e utilizando a ótica da representação e sua realidade como uma forma da construção da História pelo historiador. Nesse sentido, pretendemos construir um trabalho que pudesse trazer uma contribuição para a História Medieval no Brasil, em especial no Nordeste, e para com o crescimento da Escandinavística, juntamente com a já enorme produção da História Cultural.

Ainda neste aspecto intentamos fazer uma aproximação das fontes da Escandinávia, sendo viável nesse espaço, para estimular a área e trazer novas pesquisas e objetos na área, assim como, por trabalhar na via de textos literários, construir e atrair leitores das fontes que trabalhamos em nossas pesquisas e análises. Logo, reconhecemos que a pesquisa em História Medieval possui as suas limitações concernentes à maioria das tipologias de

fontes e documentos históricos que não estão disponíveis *in locu* ao pesquisador do Nordeste brasileiro, o que justifica, em grande medida, a predominância dos estudos locais e regionais.

No entanto, quando se trata da fonte escrita (entre elas, a literária) e de conteúdos narrativos de alguns registros iconográficos (códex, mapas, iluminuras etc), entre outras fontes que possam ser digitalizadas e, assim, os seus conteúdos narrativos disponibilizados na rede virtual, a afirmação categórica que põe em dúvida o acesso a esse formato de documento medieval e à pesquisa nesse campo por parte do pesquisador não mais se sustenta, seja ele cearense, alagoano, piauiense, maranhense, sergipano, potiguar, baiano, paraibano ou pernambucano. Os avanços teóricos no campo da História Cultural, a crescente produção historiográfica sobre o medievo e, sobretudo, o acesso ao conteúdo narrativo da fonte escrita ou imagética medievais já justificam por si essa possibilidade de investigação.

Por fim, buscamos fazer uma tradução que pudesse ser lida em um mundo acadêmico e por outros leitores que possam ser interessar pela temática, tentando construir um texto limpo com um número mínimo de notas, sem perder as características que regem o estilo e que dão a peculiaridade ao gênero, e por isso utilizamos várias edições para possibilitar essa construção.

## TRADUÇÃO DO ÞIÐRANDA ÞÁTTUR OG ÞÓRHALLS: O CONTO DE ÞIÐRANDI E ÞÓRHALLUR

**1** Havia um homem chamado Þórhallur. Ele veio para a Islândia, no momento do jarl Hákon Sigurdsson (c. 975 - 995). Ele desembarcou na foz do Syrlæk e viveu em Horgsland. Þórhallur

lur, era um homem sábio com grandes poderes, sendo capaz de ver o futuro. Era chamado Þórhallur o Profeta. Þórhallur o Profeta viveu em Horgsland enquanto Hall de Sida estava vivendo em Hof em Alftafjord, e amizade existia entre eles. Hall permanecia em Horgsland cada verão quando ele ia para o Þing (*assembleia*). Þórhallur também frequentemente aceitava convites para permanecer no Leste, e ficou lá por longos períodos.

Filho mais velho de Hall foi chamado Þiðrandi. Ele era o mais belo e mais promissor dos homens. Hall o amava mais do que todos os seus filhos. Quando ele era velho o suficiente, Þiðrandi foi viajar entre países. Ele era o mais popular onde quer que fosse, porque ele era o mais talentoso dos homens, humilde e gentil com toda a gente.

Um verão, quando ele estava andando para casa do Þing, Hall convidou seu amigo para vir a leste. Þórhallur foi para o Leste um pouco mais tarde que Hall, e, como de costume, Hall o recebeu com a maior amizade. Þórhallur se hospedou no verão e Hall disse que ele não deveria ir para casa até a festa de outono ter acabado.

Naquele verão, Þiðrandi atracou na Islândia em Breufjord. Ele tinha dezoito anos. Ele foi para casa de seu pai. As pessoas o admiravam tantas vezes como antes, e elogiavam suas realizações, mas quando as pessoas estavam o elogiando ao máximo, Þórhallur, o Profeta, permaneceu em silêncio.

Então Hall perguntou o que lhe havia deixado assim, “pois eu acho notável quando você fala, Þórhallur”, disse ele.

Þórhallur respondeu: “Não é porque eu não goste de algo sobre ele ou você, ou que estou menos ciente do que outras pessoas de que ele é o mais notável dos homens. É, antes, que há pessoas o bastante para elogiá-lo, e ele tem muitas qualidades que mereça isso, mesmo que ele coloque pouco valor em si mesmo.

Pode ser que a sua presença não seja apreciada por muito tempo, e você vai ter uma dor suficiente para este teu filho, que é tal figura de um bom homem, mesmo que nem todo mundo tenha elogiado seus feitos para você.”

**2** Mas como o verão avançava, cresceu a infelicidade de Þórhallur. Hall perguntou o que lhe levou a isso.

Þórhallur respondeu: “Eu tenho uma má sensação sobre a festa de outono que será realizada aqui, pois eu tenho um presentimento de que um profeta será morto nesta festividade.”

“Eu posso explicar isso”, disse o fazendeiro. “Eu tenho velho boi de dez anos, que eu chamo de profeta, porque ele é mais sábio do que a maioria dos outros touros, e ele vai ser morto na festa de outono. Não há necessidade de você sentir qualquer infelicidade, porque eu acho que este meu banquete, assim como os outros, será em honra a você e meus outros amigos.”

Þórhallur respondeu: “Eu não senti isso porque eu tinha qualquer razão para temer pela minha vida. Eu tenho um presentimento de eventos maiores e mais estranhos, que eu não vou contar de momento.”

Hall disse que: “Há uma boa razão para não manter a festa, então.”

Þórhallur respondeu, “Não há nenhuma boa razão em falar isso. O que se pretende irá a passar.”

A festa foi preparada para a vetrnætr (*noites de Inverno*). Poucos dos convidados vieram, porque o clima estava muito tempestuoso e problemático.

Quando as pessoas se sentaram à mesa na noite, Þórhallur disse: “Eu gostaria de pedir às pessoas para tomar o meu conselho, em que ninguém deve sair hoje à noite, porque um grande dano virá, se isto não for seguido. O que quer que as coisas

portentosas ocorram, não tomem conhecimento deles. Se alguém reagir, algo ruim irá lhe encontrar.”

Hall pediu às pessoas que seguissem as palavras de Þórhallur, “porque elas nunca falham”, disse ele, “e é melhor proteger o que ainda está saudável.”

Þiðrandi esperou os convidados. Nisto, como em outras coisas, ele era gentil e humilde. E quando as pessoas iam dormir, Þiðrandi pôs hóspedes em sua cama enquanto ele deitou-se no banco exterior da partição.

Enquanto a maioria das pessoas haviam adormecido, se ouvia chamados e barulho na porta, mas todos agiram como se não soubessem de nada sobre isso. Isso aconteceu três vezes.

Então Þiðrandi ergue-se, e diz: “É uma grande vergonha que todas as pessoas aqui ajam como se estivessem dormindo quando os convidados parecem ter chegado.”

Ele pegou uma espada na mão e saiu. Ele não podia ver ninguém. Pareceu-lhe que alguns convidados podem ter cavalgado em frente à fazenda, e, em seguida, montado de volta para aqueles que estavam andando mais lentamente. Ele foi sob a pilha de madeira, e ouviu o som de equitação entrar no campo a partir do Norte. Ele viu que havia nove mulheres, todas elas em roupas pretas e com espadas em punho. Ele também ouviu sons de cavalgadas vindo da direção do campo Sul. Lá havia mais nove mulheres, todas elas em roupas claras, e montadas em cavalos brancos. Então Þiðrandi desejou voltar para dentro e dizer as pessoas sobre a visão, mas as mulheres, as vestidas de preto, lhe alcançaram primeiro e o atacaram. Ele se defendeu bravamente.

**3** Muito tempo depois, Þórhallur acordou e perguntou se Þiðrandi estava acordado, mas não obteve resposta. Þórhallur então disse que devia ser muito tarde. Em seguida, eles saíram.

Havia luar e geadas. Eles descobriram Þiðrandi caído e ferido, e assim ele foi carregado. E quando as pessoas falavam com ele, contou tudo que havia acontecido. Ele morreu naquela mesma manhã de madrugada e foi colocado em um monte sepulcral de acordo com a tradição pagã. Mais tarde foram feitas perguntas sobre os movimentos e ações das pessoas, mas as pessoas não tinham conhecimento se Þiðrandi possuía inimigos.

Hall perguntou a Þórhallur qual poderia ser o significado desta estranha ocorrência.

Þórhallur respondeu: “Eu não sei, mas posso imaginar que elas não eram mulheres, mas as fylgjur (*plural de fylgja*) que seguem sua família. Eu acho que em breve haverá uma mudança de religião e que melhores tradições chegaram à Islândia. Espero que estes dísir de vocês, que têm acompanhado esta presente fé, sabia sobre essa mudança de religião, e que a sua família deixará de estar em suas mãos. Agora, eles podem não estar contentes por não recebido nenhum tributo de você antes, e eles terão isso de sua parte. As outras dísir, as melhores, teriam tentado ajudá-lo, mas como as coisas são como foram, elas acabaram incapaz de fazer algo. Agora, aqueles de sua família que partilham o prazer do seu presságio e o seguirem, irão se beneficiar de seu apoio. “.

Como Þórhallur disse, este evento e muitas outras coisas pressagiava um tempo alegre que estava por vir, quando Deus em Sua Onipotência escolheu ver com os olhos misericordiosos as pessoas que se estabeleceram na Islândia, através de seus representantes, libertos dessa longa escravidão do diabo, e depois, como havia prometido, levou todos aqueles que desejavam servi-Lo de verdade, com a confirmação de boas ações para compartilhar da herança eterna de seus filhos desejados. Da mesma forma, e, não menos, fez o inimigo da humanidade demonstrar-se em manifesto sobre várias coisas, e em muitas outras que foram ditas, as-

sim como ele estava disposto em liberar seu tesouro roubado, e as pessoas a quem tinha detido anteriormente em cativeiro por todo tempo nos laços da confusão das suas imagens de esculturas malditas. Com tais inscrições, ele aguçou a borda de sua ira cruel sobre aqueles os quais ele manteve o poder, quando ele sabia que sua própria vergonha e apenas o mal de seu cativeiro estavam se aproximando.

Hall levou a morte de seu filho Þiðrandi muito mal, que ele não podia suportar em viver em Hof por mais tempo. Ele então se mudou para seu assentamento em Thvotta.

Uma vez, quando Þórhallur, o Profeta, estava hospedado como convidado no Thvotta com Hall. Hall foi deitar em uma cama em uma área privada da casa<sup>15</sup>, Þórhallur em outra cama. Havia uma janela nesta cama de armário. E em uma manhã, quando ambos estavam acordados, Þórhallur deu um sorriso.

Hall perguntou: “Por que você está sorrindo agora?”

Þórhallur respondeu: “Eu estou sorrindo porque muitas colinas abriram e toda criatura vivente, tanto grandes como pequenas, estão preparando seu fardo, e se preparando para mudar a sua morada.”

E um pouco mais tarde esses eventos aconteceram, que agora devemos relatar.

---

15 *Hvilugólf, lokrekkja, lokhvila, lokrekkjugólf*. Se referem a um espaço da casa privado voltado para dormir, principalmente para aqueles que se tinha laços próximos. Ver: HREISSON, COOK, GUNNELL et al., 1997, p. 406

## FONTES

ANÔNIMO. **Þiðranda þáttur og Þórhalls**. Disponível: [https://is.wikipedia.org/wiki/%C3%9Ei%C3%B0randa\\_%C3%BE%C3%A1ttur\\_og\\_%C3%9E%C3%B3rhalls](https://is.wikipedia.org/wiki/%C3%9Ei%C3%B0randa_%C3%BE%C3%A1ttur_og_%C3%9E%C3%B3rhalls), acessado: 21/03/2015 às 21h:35min.

\_\_\_\_\_. The Tale of Thidrandi and Thorhall. In.: **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. II, p.p 459-462, Trad. Terry Gunnell.

\_\_\_\_\_. Eiríks saga rauða (Escrito: Início do Século XIII – Narrativa: 990-1030). Tradução: Keneva Kunz. In: HREISSON, Viðar;(Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. I.

\_\_\_\_\_. Gænlendinga saga (Escrito: Início do Século XIII- Narrativa: 990-1030). Tradução: Keneva Kunz. In: HREISSON, Viðar;(Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. I.

\_\_\_\_\_. Gísla saga Súrssonar (Escrito: Segunda metade do século XIII – Narrativa: 950-980). Tradução: Martin S. Regal. In: HREISSON, Viðar;(Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. II.

\_\_\_\_\_. Bérgbúa þáttur. In: HREISSON, Viðar;(Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. II.

\_\_\_\_\_. Þórhalls þáttur knapps. In: HREISSON, Viðar;(Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. II.

\_\_\_\_\_. Sjørnu- Odda draumur. In: HREISSON, Viðar;(Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. II.

\_\_\_\_\_. Víga- Glúms saga (Escrito: Primeira metade do século XIII – Narrativa: 925-1003). Tradução: John McKinnel. In: HREISSON, Viðar; (Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. II.

\_\_\_\_\_. Vatnsdæla saga (Escrito: Final do Século XIII – Narrativa: 875-1000). Tradução: Andrew Wawn. In: HREISSON, Viðar; (Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. IV.

\_\_\_\_\_. Eyrbyggja saga (Escrito: Metade do século XIII – Narrativa: 880 -1031). Tradução: Judy Quinn. In: HREISSON, Viðar; (Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. V.

\_\_\_\_\_. Halldórs þáttur Snorrasonar hinn fyrri. In: HREISSON, Viðar;(Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol.V.

\_\_\_\_\_. Grænlendinga þáttur. In: HREISSON, Viðar;(Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol.V.

\_\_\_\_\_.Hrafnkels saga Freysgoða (Escrito: Final do século XIII – Narrativa: 925 – 950). Tradução: Terry Gunnell. In: HREISSON, Viðar;(Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Ke-

neva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. V.

STURLUSSON, Snorri. **Heimskringla**: History of the Kings of Norway. Trad. Lee M. Hollander. University of Texas press, 1991.

VIGFÚSSON, Guðbrandur; UNGER, Carl Rikard (ed.). **Flateyjarbók**. 3 vols., 1860, p.p. 419/21. Disponível: <https://books.google.com.br/books?id=b2gJAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=Flateyjarb%C3%B3k+Gu%C3%B0brandur+Vigf%C3%BAsson&client=firefox-a&cd=1&hl=pt-BR#v=onepage&q=Horgslande&f=false>, acessado: 01/07/2015 às 14h:46min.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos** - O caráter sobrenatural do poder régio - França e Inglaterra. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **Variiedades de História Cultural**. Trad.: Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOULHOSA, Patricia Pires. Sagas islandesas como fonte da história da Escandinávia medieval. In.: **Signum**, Vol.7, 2005

BOURDIEU, Pierre **O poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil, 2006

BYOCK, Jesse. **Viking Age Iceland**. London: Penguin Books, 2001.

\_\_\_\_\_. **Medieval Iceland**. Society, Sagas, and Power. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da historia**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. O Mundo Como Representação. In: **Estudos Avançados**, vol. 11, n.5, 1991, p. 172 - 191. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>; acessado dia 23/06/2015 às 14h 36 min.

\_\_\_\_\_. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Editora Arned: Porto Alegre, 2001.

FERNANDES, Lucas C. Da profecia a conversão: análise da estética literária cristã na þiðranda þáttur og þórhalls. In: **Notícias Asgardianas**, p. 42 – 51, jul. 2015.

FRANCO JR, Hilário. **A Idade Média –Nascimento do Ocidente..** São Paulo: Brasiliense, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GRAHAM-CAMPBELL, James. **Os vikingues**, vols. I e II. Madrid: Del Prado, 1997.

GREENBLATT, Stephan. **Shakespearean Negotiations: the circulation of social energy in Renaissance England**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1988.

HREISSON, Viðar;(Editor Geral) COOK, Robert; GUNNELL, Terry; KUNZ, Keneva; SCUDDER, Bernard (Equipe Editorial). **The Complete Sagas of Icelanders**. Reykjavík, Islândia: Leifur Eiríksson Publishing, 1997, Vol. V.

LANGER,Johnni. História e sociedade nas sagas islandesas: perspectivas metodológicas. **Alethéia: revista eletrônica de estudos sobre Antiguidade e Medievo** 2(1),2009a.

\_\_\_\_\_. Pagãos e cristãos na Escandinávia da Era Viking: uma análise do episódio de conversão da Njáls saga. **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 10, 2011.

\_\_\_\_\_. **Deuses, Monstros e Heróis:** ensaios de mitologia e religião vikings. Editora Unb: Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. (org.). **Dicionário de Mitologia Nórdica.** Editora Hedra, 2015.

LÖNNROTH, Lars. **Njáls saga: a critical introduction.** Los Angeles: University of California, 1976.

KELLOG, Robert. Introduction. In: **The Sagas of Icelanders.** A selection. London: Penguin, 2000.

NEIJMANN, Daisy (Ed.). **A history of icelandic Literature.** University of Nebraska Press: 2007.

OLIVEIRA, André Araújo. **Imaginário e Identidade na conversão da Islândia.** Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural.** Belo Horizonte. Autêntica, 2005.

ROSS, Margaret (Ed.). **Old Icelandic Literature and Society.** Cambridge University Press: 2000.

RUSSEL, Jeffrey Burton. **Lúcifer: o Diabo na Idade Média.** Editora Masdra, 2003.

SAWYER, Birgit; SAWYER, Peter. **Medieval Scandinavia: from conversion to reformation.** London: University of Minnesota Press, 2006.

SIMEK, Rudolf. **A Dictionary of Northern Mythology.** Trad. Angela Hall. Ed. BOYE 6, 2008.

# HISTÓRIA CULTURAL EM DISCUSSÃO: O COTIDIANO FORTALEZENSE DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

Reverson Nascimento Paula<sup>16</sup>

Erick Assis de Araújo<sup>17</sup>

## INTRODUÇÃO

O debate teórico-metodológico desenvolvido neste trabalho surge através das inquietações e das discussões realizadas no desenvolvimento de minha dissertação de mestrado, ainda em andamento, desenvolvida no Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) vinculado a Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob a orientação do Prof. Dr. Erick Assis de Araújo. A partir da perspectiva da História Cultural, nos propomos a discutir e problematizar o cotidiano Fortalezaense durante o período da Segunda Guerra Mundial. Desta maneira, buscando através da percepção do dia a dia de alguns segmentos da população fortalezense compreender alterações na rotina, mas também as permanências existentes.

Com a entrada do Brasil no conflito, a aproximação com os Estados Unidos, a instalação de uma base militar estadunidense

---

16 Mestre em História e Culturas (MAHIS) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), vinculado à linha de pesquisa de Práticas Urbanas e bolsista CAPES. E-mail para contato: reverson\_nascimento@hotmail.com

17 Possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1992), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: conservadorismo, imprensa católica, costumes, cotidiano, estratégias de sobrevivência, cidade, poder, classes populares, representações e história, movimentos sociais.

se em Fortaleza e o convívio com os soldados, apresentaremos as modificações ocorridas nos hábitos e costumes dos cidadãos fortalezenses, tendo como linha de pensamento a instalação física e simbólica de uma hegemonia cultural (norte-americana) durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Como recorte inicial deste artigo escolhemos o ano de 1942 por se tratar do ano da assinatura dos acordos de Washington, da entrada do Brasil na Guerra e da instalação da base militar norte-americana em Fortaleza, onde acreditamos está presente um dos intensificadores da aproximação com os costumes estadunidenses: o convívio com os soldados. Como fim do recorte nos detemos ao ano de 1945, por ser conseqüentemente o ano final da Segunda Guerra, da desativação da base militar e do retorno dos soldados que ainda se encontravam em terras alencarinhas.

Assim, tendo a História Cultural como norteadora de nossa prática historiográfica, pretendemos desbravar o campo temático do cotidiano e compreender o contexto fortalezense naquele período, desta forma, cruzando fontes como jornais e memorialistas do período.

## **VIRADA DA HISTÓRIA CULTURAL: O COTIDIANO COMO CAMPO DE PESQUISA**

Atualmente, a maneira como nós historiadores trabalhamos com a História Cultural se desenvolveu a partir de uma crise nos paradigmas explicativos da história e de como esta área do conhecimento era trabalhada até as décadas de 1960 e 1970. Esta crise se instalou a partir de diversos questionamentos acerca da maneira de se fazer história até aquele período, principalmente em relação às premissas explicativas da realidade. Desta maneira, ocorreram profundas rupturas epistemológicas que puseram em

xeque marcos conceituais dominantes da História desenvolvidos pela história econômica e pela Escola dos Annales. (PESAVENTO, 2003).

A entrada de novos grupos e o aparecimento de novas questões, até então não trabalhadas, e a complexidade da nova realidade tornou os antigos modelos de análises incapazes de dar conta da diversidade social, já que estes deixavam aspectos como o da cultura limitados aos critérios mais voltados a economia e à política.

Desta forma, posições interpretativas da História como o marxismo e a corrente dos Annales foram criticadas e acusadas de privilegiarem a vertente da história econômica através do materialismo histórico e a vertente econômica-social através de marcos temporais que não conseguiriam dar conta dos aspectos culturais pertinentes a diversidade social e conseqüentemente acabavam relegando esses aspectos a um espaço de inexistência. (PESAVENTO, 2003).

Características de análise desenvolvidas pela corrente marxista como o reducionismo econômico, o mecanicismo e o etapismo evolutivo foram duramente criticados. Já com os Annales, as críticas se concentraram na tentativa de construção de uma história total e das perspectivas globalizantes que envolviam o fazer historiográfico daquele grupo. Assim, os mesmos foram acusados de produzir uma história sem a capacidade de explicar os fenômenos culturais da sociedade. Esses questionamentos teórico-metodológicos contribuíram para o surgimento de uma nova e diferente maneira de construção da análise historiográfica: a História Cultural.

Desta maneira, buscou-se pensar e compreender a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. Nesse ponto, a cultura seria uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz

de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos dados a tudo que se percebe se apresentam de uma forma cifrada. Assim, esta Nova História Cultural, em detrimento de outras formas de trabalhar a cultura, se encarregou de delimitar procedimentos epistemológicos e metodológicos que fossem sensíveis a esta realidade cifrada, capazes de compreender e analisar esse campo do simbólico presente nas tentativas humanas de explicar o mundo. (PESAVENTO, 2003).

Com o passar do tempo e o amadurecimento das novas pesquisas, esta dimensão da História foi se consolidando como uma das mais estudadas e pesquisadas, chegando a corresponder a 80% da produção historiográfica nacional a partir dos anos 1990. (PESAVENTO, 2003).

Ao metaforizarmos o surgimento da História Cultural como uma pequena semente que foi germinando e fixando sólidas raízes em meio ao fazer historiográfico, nos damos conta da quantidade de arcabouços teóricos que passaram a ser utilizados pelos historiadores culturais e como os mesmos foram paulatinamente estabelecendo suas bases conceituais necessárias a problematização e a compreensão de novos objetos e campos de estudos.

Dessa maneira, para compreendermos mais sobre a atuação da História Cultural e das possibilidades de pesquisa que surgiram e continuam surgindo através das mudanças conceituais trazidas por ela, precisaremos adentrar superficialmente o grande leque teórico que emergiu juntamente com a mesma. Não pretendemos realizar discussões que já foram tão caras a outros historiadores culturais, muito menos tentar dar conta de ambiguidades, mas sim apresentar um panorama inicial desses conceitos que foram inseridos de forma mais direcionada no fazer historiográfico através da percepção da cultura como objeto da história, demonstrando assim a importância dos mesmos para o

desenvolvimento desse viés historiográfico. Dessa forma, pretendemos apresentar e problematizar nossa pesquisa através também da utilização desse arcabouço teórico.

Um dos conceitos fundamentais que passaram a ser utilizados justamente na intenção de compreender a realidade simbólica e cifrada do mundo foi o de Representação, o qual foi inicialmente incorporado por Marcel Mauss e Émile Durkheim no início do século XX e posteriormente trabalhado arduamente por intelectuais como Pierre Bourdier, Roger Chartier e tantos outros.

Mas o que seria a representação? Para Pesavento, representar é fundamentalmente, estar no lugar de, é a presentificação de um ausente. A ideia central que se estabelece através da representação é a da substituição, que realoca uma ausência tornando sensível sua presença. A representação não é e nem pretende ser uma cópia do real, é uma construção feita a partir dele e desta maneira se encarrega da difícil tarefa de tornar possível a compreensão do mesmo. As representações carregam sentidos ocultos, construídos social e historicamente, nesse caso tornando necessária a compreensão dos códigos de sentido existentes no momento da ausência que se pretende presentificar. Assim, as representações se inserem em regimes de verossimilhanças e não de veracidade, se aproximam do real, mas não são o real tal qual ele foi. Dessa maneira, a árdua tarefa da história cultural aparece ao tentar decifrar a realidade a partir de suas representações. (PESAVENTO, 2003).

Ainda dentro do campo da História Cultural e das mudanças teóricas ocorridas, somos apresentados ao conceito de imaginário. Percebido como sendo um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todos os tempos, construíram para si, dando sentido ao mundo, podemos perceber a importância do mesmo para o uso do conceito de representação e das categorias que pretendem dar conta do aspecto

cultural. Dessa maneira, o imaginário se apresenta como a capacidade humana para representação do mundo e assim conseguir lidar com a ausência deixada pela impossibilidade de constituir o acontecido o qual ele foi. (PESAVENTO, 2003).

Dentro da História Cultural e da ampliação realizada no arcabouço teórico historiográfico, poderíamos ainda discutir conceitos como o de narrativa, ficção, sensibilidades e diversos outros que não conseguiríamos dar conta de debatê-los com a profundidade com que outros historiadores já fizeram. Dessa maneira, nos detemos em apresentar os conceitos de representação e imaginário de maneira inicial para que assim possamos dar continuidade à ampliação realizada pela História Cultural.

Com o desenvolvimento deste alargamento teórico, não só novos conceitos passaram a ser utilizados, surgiram também diversos novos campos de abordagem, dentre os quais podemos citar a Micro-história e a Nova História Política.

A Micro-história surgiu associada particularmente a vertente italiana de fazer história com Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, realizando assim uma redução da escala de análise, seguido de uma exploração intensa, onde ocorreu uma valorização do empírico trabalhado ao longo da pesquisa do arquivo. A partir do fragmento buscava-se compreender uma parte mais ampla das interpretações, assim reduzindo a escala para potencializar a interpretação, vendo no micro, o macro, pondo em prática uma abordagem do social. Em resumo, podemos destacar que a contribuição metodológica significativa desta abordagem foi o paradigma indiciário, no qual o:

historiador é equiparado a um detetive, pois é responsável pela decifração de um enigma, pela elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo.

Qual Sherlock Holmes, ele enfrenta o desafio do passado com atitude dedutiva e movido pela suspeita: vai em busca de traços, de pegadas como um caçador, de vestígios, como um policial. Presta atenção nas evidências, por certo, mas não entende o real como transparente. (PESAVENTO, 2003, p. 63).

Já a Nova História Política buscou realizar uma releitura do político pelo cultural, onde se concentraram em torno do imaginário do poder, da performance de atores, da eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político. Assim, percebemos que a história cultural não excluiu a política como afirmam alguns críticos, mas deu uma nova abordagem às práticas políticas ocorridas no processo histórico.

Para além de novos conceitos e campos de abordagem, diversos campos temáticos de pesquisa surgiram ou passaram a ter uma maior relevância a partir da Nova História Cultural. Diversas aproximações com outras disciplinas como a sociologia, a antropologia e a psicologia foram necessárias para que a compreensão acerca destes novos campos temáticos fosse construída de maneira plausível a pesquisa historiográfica. Assim, convergem para a dimensão da História Cultural objetos como a literatura e as imagens; as identidades como aspecto antropológico da cultura; intelectuais como sujeitos de atuação cultural; tipos de produção e recepção da comunicação como processos culturais; rituais, festas, comemorações e tradições como práticas culturais; normas de conduta e crenças como exemplos de padrões culturais, enfim, toda essa gama de procedimentos teóricos e metodológicos farão com que o historiador preocupado com a dimensão cultural da história mergulhe de uma forma mais atenta à dinâmica da complexidade cultural do processo histórico.

Através destes novos campos de pesquisa, particularmente com o debate envolvendo cidade e cotidiano, é que nosso trabalho se aproxima desta Nova História Cultural como apresentaremos mais a frente.

Diversas pesquisas já haviam sido desenvolvidas sobre cidades no que toca a abordagem econômico-social, onde as cidades apareciam como o lócus do desenvolvimento capitalista humano. Mas com a introdução da abordagem desenvolvida pela História Cultural:

[...] ela não é mais considerada só como um lócus, seja de realização da produção ou da ação social, mas sobretudo como um problema e um objeto de reflexão. Não se estudam apenas os processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade. Indo mais além, pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais. (PESAVENTO, 2003, p. 77-78).

É a partir desta perspectiva que nos debruçamos sobre a cidade de Fortaleza no contexto da Segunda Guerra Mundial, da beligerância do conflito, da inserção da cultura norte-americana e das transformações dos hábitos e costumes de setores sociais da cidade. Buscamos compreender as transformações ocorridas no espaço, os atores sociais envolvidos e conseqüentemente suas práticas diárias.

Com essa virada propiciada pela História Cultural o imaginário urbano passou a contribuir para a compreensão das formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, implicando assim nas representações urbanas. Dentro desta perspectiva, devemos considerar os variados discursos que podem incidir sob a cidade: médicos, políticos, econômicos, urbanísticos, históricos, literários, poéticos, policiais, jurídicos, dessa forma constituindo uma infinidade de olhares sobre o urbano que nos fazem perceber incontáveis cidades dentro de uma única cidade específica, assim nos aproximando do pensamento de Ítalo Calvino. (PESAVENTO, 2003).

Através desses múltiplos olhares que podem se estabelecer sobre a cidade e da variedade de discursos que podem ser construídos e problematizados sobre a mesma, tomamos como centro da nossa pesquisa a percepção do cotidiano. Este ganhou grande importância especialmente a partir da década de 1960 com a publicação do estudo de Braudel “Civilização Material e Capitalismo”. Assim como Braudel, outros historiadores ligados a Escola dos Annales destacaram a importância tanto material quanto mental do cotidiano, assim centrando suas análises nos hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos e mentais através da percepção do dia a dia das sociedades em que eram inseridos. (MATOS, 2002).

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) nos ajuda a problematizar o cotidiano para além da rotina e das práticas diárias, maximizando assim sua potencialidade de análises. A autora nos ajuda a compreender este cotidiano através do desenvolvimento das relações sociais e das práticas culturais existentes, dessa maneira, erguendo aos olhos dos historiadores os potenciais conflitos e confrontos engendrados em meio a um cotidiano em transição ou em um cotidiano plural. Segundo Maria Odila:

“documentar o atípico não quer dizer apontar o excepcional, no sentido episódico ou anedótico, mas justamente encontrar um caminho de interpretação que desvende um processo importante até ali invisível, por força da tonalidade restrita das perguntas formuladas tendo em vista o estritamente o normativo.” (DIAS apud ARAÚJO, 2007, p. 22).

Os estudos do cotidiano passaram a ter grande força a partir da tentativa de perceber e compreender a história de homens e mulheres que tiveram suas identidades constantemente ignoradas por outros campos temáticos, buscando-se assim dar voz à história dessas pessoas. Assim, “tentando recuperar outras versões do passado, a produção historiográfica do cotidiano procurou focalizar inicialmente a experiência de sujeitos históricos de diferentes etnias, classes e gêneros”. (MATOS, 2002, p. 24)

Todavia, ao contrário do que se pode imaginar, o historiador do cotidiano não tem sua pesquisa relegada apenas as rotinas obscuras ou as permanências. Este historiador tem por obrigação perceber os inúmeros “fios” confluentes que podem está presente, convergirem ou divergirem dentro das tramas desenvolvidas por esses sujeitos históricos. Com o passar do tempo à multiplicidade de temas do historiador do cotidiano só aumentou e o leque de objetos de pesquisa passou a incorporar também as rupturas e o dia a dia dos setores mais abastados.

Como afirma Matos:

O historiador do cotidiano tem como preocupação restaurar as tramas de vidas que estavam encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar no cotidiano, recuperar sua ambigüidade e a pluralidade de pos-

síveis vivências e interpretações, desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionando as dicotomias. Ao recuperar o processo histórico, pretende perceber suas mudanças e permanências, descontinuidade e fragmentação, as amplas articulações, as infinitas possibilidades dessa trama multidimensional, que se compõem e recompõem continuamente. (MATOS, 2002, p. 26-27).

Esse compromisso do historiador do cotidiano apresentado pela autora nos permite perceber que o cotidiano se apresenta com um campo de multiplicidades e interseções que aproximam e diluem polos dicotômicos construídos ao longo da pesquisa historiográfica como público/privado, tempo/espaço, ruptura/permanência e tantos outros. Assim, percebemos que juntamente com a expansão dos temas, os marcos temáticos, metodológicos e teóricos também passaram por esse alargamento, cedendo lugar para novos questionamentos e novas fontes que não encontravam espaço em meio a outros campos da historiografia. Mas não só objetos, métodos e conceitos passaram por esse alargamento, o próprio sujeito histórico e universal cedeu espaço para uma pluralidade de protagonistas e pela multiplicidade de histórias, todavia, essa expansão não significa que a história naquele momento encontrava-se “em migalhas” como era afirmado por alguns. (MATOS, 2002).

Para Agnes Heller (2008), o cotidiano também se apresenta como o espaço onde as transformações estruturais ganham visibilidade, e é neste cotidiano que os indivíduos percebem e se aproximam destas transformações. Para a autora, o cotidiano não é uma realidade linear, totalmente planejada, mas sim uma “gama” de prováveis conflitos, onde o exercício da liberdade é plenamente possível.

Desta maneira, ao encararmos o cotidiano em sua multiplicidade de conflitos possíveis, nos aproximamos da leitura realizada por Michel de Certeau (1994) sobre o respectivo objeto. Para Certeau, o cotidiano configura-se através de um modo criativo e até subversivo por parte dos inseridos no contexto. Ele reconhece como núcleo da discussão a apropriação do cotidiano. Apropriação esta que acaba sendo relacionada à invenção, criação nas formas de ler, escrever, cozinhar, morar, crer, morrer, etc.

Como falamos anteriormente, os estudos do cotidiano trouxeram uma ampliação da diversidade documental para a pesquisa historiográfica. Fontes como os jornais e a documentação oficial não foram descartadas, mas sofreram a aquisição de “legislação repressiva, fontes policiais, ocorrências, processos crimes, ações de divórcios, até canções e músicas, provérbios, literatura, cronistas, memorialistas, folcloristas” (MATOS, 2002) entre outras em meio à “caminhada” documental. Dessa maneira, constatamos que se antes a falta de fontes poderia ser um empecilho a História Cultural, agora a fragmentação das mesmas é que se apresentava como uma possível dificuldade.

Outro contratempo que se apresenta ao historiador do cotidiano é a dificuldade em analisar a relação entre as estruturas do cotidiano e a mudança, tendo em vista o aparente caráter imutável do cotidiano. Desta maneira, percebemos a difícil missão para o historiador ao ter que demonstrar como o estudo do cotidiano não se define apenas pelo caráter estático, desta forma, sendo necessário realizar um estudo muito mais analítico do que descritivo, estabelecer as relações com os acontecimentos conjunturais e uma análise muito mais ampla, inserindo naquele determinado panorama as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. (MATOS, 2002).

É dentro desta perspectiva do estudo do cotidiano e do seu caráter mutável, perceptível através das transformações, que

nos aproximamos do contexto fortalezense durante a Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, diversas mudanças foram acontecendo mediante a inserção dos hábitos e costumes estadunidenses, dessa maneira influenciando a maneira de se vestir, de falar, de comer e de se portar de determinada parcela da população que entrou em contato mais íntimo com os “ares” norte-americanos, assim como veremos mais a frente.

O cotidiano oferece uma ambiguidade que para muitos historiadores acostumados a trabalharem com perspectivas teórico metodológicas mais “estáveis” podem gerar certo desconforto. Entretanto, se pensarmos nessa “instabilidade” como parte constituinte do nível de complexidade do cotidiano vivido na história, poderemos assim mergulhar na tensa, mas rica relação entre permanências e mudanças que emanam desse mesmo cotidiano. De uma forma mais direta, tal ambiguidade é a matéria prima que faz girar a dinâmica para quem estuda o cotidiano.

É a partir desse olhar sobre o cotidiano, da problematização das relações sociais e das práticas culturais, da visibilidade das transformações, da criatividade e da subversão existentes nesse cotidiano, das rupturas e das permanências e dos processos dicotômicos que destacamos nosso trabalho. Através dessa percepção buscaremos compreender o cotidiano da população fortalezense em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial, desta forma buscando analisar quais transformações ocorreram em meio a uma sociedade que foi inserida no contexto beligerante do conflito, teve uma base militar norte-americana instalada na cidade, conviveu com soldados norte-americanos e com os costumes estadunidenses.

## O COTIDIANO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM FORTALEZA

Como mencionamos anteriormente o cotidiano emergiu como alvo de discussões historiográficas a partir da ampliação proporcionada pelo surgimento da Nova História Cultural. Desta maneira, nossa pesquisa tem início na tentativa de perceber o cotidiano fortalezense durante a Segunda Guerra, seus atores e suas práticas diárias.

Durante a Segunda Guerra Mundial nações encabeçadas pelos Estados Unidos lutaram contra o eixo nazi-fascista comandado por Hitler e Mussolini. Este conflito durou oficialmente de 1939 a 1945 e envolveu a maioria das nações, organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética) e o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). No ano de 1942, Brasil e Estados Unidos assinaram os Acordos de Washington, nos quais o governo norte-americano se propôs a investir capital na modernização industrial e na siderurgia nacional. Já o Brasil assumiu o papel de fornecedor de minerais importantes, de borracha e permitiu a instalação de bases norte-americanas na região norte e nordeste do país, sendo assim instalada em Fortaleza, e em outras capitais nordestinas, bases militares norte-americanas, as quais receberam soldados estadunidenses. (ALVES, 2002).

Todavia, antes mesmo do rompimento com o Eixo e da assinatura dos Acordos de Washington, especialistas norte-americanos já haviam escolhido o antigo “Sítio Peci” como o local para a construção da base militar em Fortaleza. Assim, tendo sua construção iniciada em julho de 1941 e passando a ser chamado de Campo do Pici<sup>18</sup> (Pici Field). (GIRÃO, 2008).

---

18 A história do nome Pici remete a várias origens que não pretendemos discutir neste trabalho.

Os engenheiros militares dos Estados Unidos desembarcaram no Nordeste em meados de 1941, portanto, alguns meses antes do ataque nipônico à base estadunidense de Pearl Harbor, no Havai. [...]. Em Fortaleza, os serviços topográficos foram iniciados em julho de 1941, sendo a construção da Base do Pici entregue à firma Campello & Gentil, a mesma que construía Parnamirim. O objetivo era adequar o local com uma pista de 5.000 pés de comprimento, de forma a permitir o trânsito de aviões de porte médio e prestar apoio aqueles cumprindo missões de patrulhamento anti-submarinos. (GIRÃO, 2008, p. 36-37).

Porém, determinados contratemplos logístico-estratégicos como a direção do vento e a capacidade da pista, fizeram com que o uso da base fosse descartado pouco tempo depois da entrega.

A pista do Pici ficaria definitivamente pronta em março de 1942 e quando isso aconteceu – pasmem – ela já era”. Aparentemente [...] teria havido uma precipitação na decisão inicial, pois a localização do Pici não era boa, a orientação da pista não se adequava aos ventos dominantes e, sobretudo, o quadro estratégico da guerra evoluíra. O que se desejava agora era uma pista capaz de permitir a decolagem dos grandes aviões de bombardeio com destino à África, de forma a contornar eventuais saturações do campo de Parnamirim. (GIRÃO, 2008, p. 38).

Com o descarte da pista do Pici, os engenheiros norte-americanos buscaram como solução viável a construção de outra base em outro local de Fortaleza.

Conceberam eles um campo de pouso, de vastas proporções à borda do oceano, a que denominaram de “Mucuripe Field”. O seu nascimento seria então na “mata da Aldeota”, onde hoje está, com exatidão, a Praça Portugal, referencia principal do mais rico e importante bairro de nossa metrópole no presente. (GIRÃO, 2008, p. 38).

Com a construção do “Mucuripe Field”, o Campo do Pici ficou sob a responsabilidade da Marinha dos Estados Unidos.

Assim é que [...] em fevereiro de 1943, começaram o levantamento topográfico do local onde seria construída a nova base Mucuripe Field [...]. Esta pista se concluída provavelmente teria a sua cabeceira norte mais ou menos onde hoje é a Praça Portugal em Fortaleza, ou seja no meio da Aldeota. Eram previstas duas pistas de 10.000 pés e uma enorme base, quase do mesmo porte de Parnamirim. [...] em junho de 1943, quando já se construía o Rancho e quatro alojamentos da Base e se iniciara a terraplanagem da pista, o trabalho foi suspenso, pois chegara a ordem para fazer o campo em outro local alternativo. Segundo alguns documentos confidenciais norte-americanos da época, a razão da mudança teria sido a pressão dos proprietários de terra, preocupados

com a desvalorização de uma área para onde a cidade tenderia a crescer. Em outros registros, entretanto, é citada ação incisiva do Tte.-Cel.-Av. Macêdo, comandante da Base Aérea brasileira, que pressionava no sentido de que a base americana fosse construída em local que pudesse ser acessível aos aviões brasileiros estacionados no Alto da Balança. [...]. De qualquer forma, o fato é que a base americana foi construída no Cocorote e uma enorme pista de táxi - a Barata Ribeiro, - a interligou com o Alto da Balança. (GIRÃO, 2008, p. 38-39)<sup>19</sup>.

Com a não finalização da base militar no Mucuripe, novamente foi escolhido um novo local para a construção definitiva da base militar, o qual foi chamado de Campo Adjacente (Adjacent Field), por conta da proximidade com o Campo do Pici, ponto inicial da construção. Por conta desta denominação, os cearenses logo passaram a chamar o lugar de “Base do Cocorote”, referência ao nome *cóco route* (rota do *cóco*) como os soldados a chamavam.

Assim, percebemos através das dificuldades apresentadas durante a construção definitiva da base militar como o cotidiano fortalezense já comaçava a sofrer com a beligerância do conflito. Impasses e dificuldades apareceram mediante a instalação da mesma e assim contribuíram justamente com o caráter maleável a as possíveis alterações que podem ocorrer em um cotidiano “tocado”

---

19 O memorialista nos apresenta duas possibilidades para a inviabilidade da construção do Mucuri Field: a primeira se apresenta através da pressão dos residentes da área e a segunda pela interferência de um tenente coronel brasileiro. Deixaremos a discussão em torno do motivo para desistência da construção da base neste local e suas ambiguidades para trabalhos futuros nos quais nos deteremos de maneira mais aprofundada.

por um conflito mundial. Nossas fontes nos permitem supor a agitação espacial e também corporal/humana tendo em vista a dificuldade e os imprevistos ocorridos durante a construção desta obra, a qual mudou de localidade variadas vezes e por motivos distintos.

Inaugurado em 10 de dezembro de 1943, a Base do Cocorote (Adjacente Field) serviu até 14 de maio de 1944, com o intuito de desafogar o tráfego aéreo do Parnamirim Field em Natal. Assim, após muitos imprevistos, o primeiro campo de pouso realmente terminado e utilizado em Fortaleza foi o do Alto da Balança, o qual era ligado a Base do Cocorote e serviu de suporte aos aviões do Correio Aéreo Nacional (CAN). (OLIVEIRA; LAVOUR, 2008).

Mas não só as bases militares foram instaladas em Fortaleza. Em 1941, a Organização dos Estados Unidos (United States Organization ou USO) também passou a atuar em solo alencarino em uma suntuosa residência na Praia de Iracema conhecida como “Vila Morena”. Criada a pedido do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt esta organização possuiu o interesse de fornecer serviços recreativos que ajudassem na elevação da moral das tropas americanas. Nesta perspectiva, a criação de uma imagem unificada, onde cidadãos fortalezenses e soldados norte-americanos se uniam através do convívio, reforçou o ideal de união entre os povos. (AZEVEDO; NOBRE, 1998).

Assim, através da base militar norte-americana e da sede da USO em Fortaleza, imaginamos que o convívio entre soldados e determinada parcela dos cidadãos começou a se estreitar, tendo em vista a aproximação local/espacial e simbólica engendrada pelos dois governos em questão. Desta maneira, começamos a perceber o desenvolvimento do processo de aproximação entre fortalezenses e os soldados norte-americanos que vieram para a cidade e como o cotidiano alencarino passou a ser permeado por estes novos sujeitos sociais.

Ao levar em consideração a discussão realizada por Pesavento (2003) e a perspectiva sobre o imaginário urbano que apresentamos, percebemos como em meio a este cotidiano permeado por alterações, as representações da cidade que incidem sobre espaços e os atores e as práticas sociais começam a se multiplicar e ganhar novos aspectos. Não só a base militar e a sede da USO passaram a estar presentes neste dia a dia, mas também os soldados estadunidenses, seus hábitos e o contato com a população, assim modificando partes do cenário da cidade, com novos sujeitos sociais interagindo com novos costumes na Fortaleza ainda desconfiada, mas encantada com tal novidade.

Assim, esboçamos o caminho para problematizar essa aproximação e esse convívio com os estadunidenses como um mecanismo facilitador da inserção dos hábitos e costumes norte-americanos.

A década de 1940 foi marcada por uma intensa transformação nos hábitos e costumes dos cidadãos fortalezenses. Era visível, principalmente, entre os anos de 1942 e 1945, como os cidadãos sofreram influência direta e indireta em seu cotidiano. Este processo foi, sobretudo, marcado pela inserção de práticas culturais estadunidenses, onde o ideal de progresso esteve constantemente ladeado pelo consumo de produtos técnicos científicos e pela busca de legitimação de um “*status social*”.

Compreendemos a aproximação ocorrida entre Estados Unidos e Brasil através dos Acordos de Washington em 1942. Todavia, também devemos levar em consideração a execução da política de boa vizinhança desenvolvida pelo presidente Roosevelt como parte importante dessa aproximação. A intenção de aproximar E.U.A. e o restante da América-Latina, sobretudo, através do viés cultural e econômico, teve papel significativo na influência exercida sob os cidadãos fortalezenses.

Através da lógica de aproximação pelo viés cultural, mecanismos como o rádio e o cinema se tornaram aliados da propagação da maneira norte-americana de se vestir, de comer, de falar e tantas outras características. Dessa forma, somos justamente levados a perceber a importância mental e material do cotidiano apresentada por Braudel, assim nos permitindo centralizar nossas análises nos hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos e mentais. (BRAUDEL *apud* MATOS, 2002). Dessa maneira, com a chegada do “modo americano de viver”, a programação radiofônica e os filmes exibidos passaram a possuir também importância direta na difusão destas novas práticas.

Assim nos mostra Blanchard Girão ao escrever sobre a importância exercida pelo cinema e a origem do conteúdo exibido:

O cinema é a maior diversão. A frase, um tanto desatualizada, adequava-se, contudo, à época em que o mundo conflagrado estava exposto nas telas. [...]. Naqueles dias bem distantes, a cidade buscava no cinema o seu principal lazer. O Diogo, o Moderno e o Majestic – as três salas mais distintas e em cada bairro um cineminha mais modesto (o Luz, o Rex, o Ventura, o Benfica, tantos mais) estavam sempre lotados. [...]. Quase todos os filmes tinham uma só procedência: Estados Unidos da América do Norte, pois impossível à importação de filmes europeus. A minha geração – meninos e adolescentes da década de 40 – sofreu decisiva influência do cinema, ou mais propriamente do cinema norte-americano. Diante de nossos olhos, em espetáculos deslumbrantes e majestosos,

a apologia do heroísmo do homem americano, sua bravura pessoal, seu amor à liberdade, dentro de uma visão propagandística da invencibilidade da máquina bélica dos Estados Unidos. Claro que esta mensagem impregnava os espíritos em formação, através da disseminação daqueles valores que entravam, quase que em caráter definitivo, na estrutura mental da juventude de então. Ademais, os filmes nos ofereciam, ao mesmo tempo, os paradigmas glamorosos de uma sociedade rica, bonita, exaltada através da indiscutível e selecionada beleza dos astros e estrelas que o marketing de Hollywood elevava ao nível de divindades. (GIRÃO, 2008, p. 84).

Aqui as representações sobre o imaginário urbano e, principalmente, sobre a sociedade norte-americana dentro do contexto da guerra, tem um intenso apelo através da sedução ao glamour, cuja força tendia a influenciar e adentrar o imaginário coletivo dos que desfrutavam do cinema como uma forma de lazer. O lazer como integração dos povos, essa era uma imagem bastante incentivada pela política de boa vizinhança do governo Roosevelt. Além disso, a capacidade de aproximação com os costumes através do vislumbre dos atores e atrizes na tela cinematográfica apareceram como um elemento facilitador e canalizador destas novas práticas culturais.

Através dessa conotação glamourosa, atores e atrizes norte-americanas passaram a ser idolatrados. Assim, os cidadãos fortalesenses, movidos pelo desejo de imitar o que viam nas produções cinematográficas, acabaram incorporando em certa medida os hábitos estadunidenses. Blanchard Girão nos conta que:

Na estrada dessa avalanche cultural, propagaram-se costumes e hábitos que ganhavam força persuasiva pelos que os praticavam, celebridades endeu-sadas no altar da fama universal. Por exemplo, o vício de fumar. Na tela, o galã charmoso ou a estrela cintilante abusavam do cigarro, como se aquilo fosse um complemento da maneira melhor de viver. Não se sabe até que ponto funcionava o patrocínio do poder econômico da indústria tabagista. Mas, na mensagem subliminar, de forte conteúdo estético, o cigarro acabou penetrando mais e mais no cotidiano da meninada, que se espelhava, obviamente, nos seus ídolos cinematográficos. (GIRÃO, 2008, p. 85).

Dessa maneira, percebemos como as atitudes tomadas pelos personagens cinematográficos acabaram influenciando determinados costumes dos cidadãos. Neste caso, o cigarro, através de um forte apelo estético, acabou sendo disseminado entre os jovens que assistiam aos filmes.<sup>20</sup> Sendo assim, se a estrela de um filme norte-americano aparecia fumando, isto representava uma “maneira melhor de viver”, já que aquela produção cinematográfica era originária dos Estados Unidos, país que era tido como a terra do “progresso”.

Através de Norbert Elias (2011) e o seu “processo civilizador”, identificamos “o padrão de hábitos e comportamentos a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo” (ELIAS, 2011, p. 95). Assim, compreendemos a civi-

---

20 Logicamente, devemos levar em consideração que o apelo da indústria tabagística era feito não só através dos filmes. Muitos jornais faziam uma divulgação positiva do hábito de fumar, inclusive salientando benefícios à saúde. (AZEVEDO; NOBRE, 1998).

lização como sendo o resultado do processo pelo qual se tentou adaptar os cidadãos a determinados costumes que, naquele momento, possuíam como base os Estados Unidos.

Assim, devemos levar em consideração que a Fortaleza do começo da década de 1940 era uma cidade que estreitou fortemente suas relações com um tipo de civilização. Tal “processo civilizador” passou diretamente pela incorporação de hábitos e costumes estadunidenses, assim, como na década de 1920 passou pela incorporação dos hábitos franceses.

Tendo em vista a civilização pretendida, devemos levar em consideração que naquele momento passou a ser de boa estirpe usar o inglês. Aprender o idioma usado pelas estrelas de cinema e pelos soldados ianques trouxe “*status social*”. Por toda parte foram abertos cursos de aprendizado do idioma estadunidense, moças e rapazes pertencentes às famílias abastadas trataram de aprender a utilizar essa língua pela distinção social que o mesmo proporcionou. (GIRÃO, 2008, p. 85).

Deste modo, não surgiram apenas cursos de inglês, mas também “diversas agremiações como o “Circle os English Conversation” e o “Hyphen Club”, filiados ao Instituto Brasil-EUA no Ceará. Palavras e expressões como “footing”, “street”, “OK”, “bungalows”, “hall”, “lobby”, “bis”, “club”, “design”, etc.” (SOUZA, 2008, p. 33.) passaram a figurar no linguajar fortalezense.

Em meio à aproximação promovida pelo cinema, o rádio também exerceu função estratégica de “propagador ideológico” do “American way of life”. “Nos rádios, os mais velhos ouviam os ritmos norte-americanos regidos pela orquestra de Glen Miller e Xavier Cugat”, assim como as melodias musicais de ritmos como o Jazz e o Blues. (GIRÃO, 2008, p. 86.) Ritmos e músicas norte-americanas passaram a aparecer frequentemente dentre as mais ouvidas. Dessa forma, este tipo de música passou a embalar

os momentos de lazer de muitos cidadãos fortalezenses que possuíam o objeto radiofônico<sup>21</sup>.

Assim, a maneira de se vestir, de falar, de comer; a inspiração para as construções públicas, como praças e ruas, e para as construções privadas, como as grandes mansões pertencentes a famílias abastadas do período também tiveram as influências norte-americanas aplicadas sobre si. Percebemos que através dos adornos nas vestimentas, da configuração física do lar, a elite fortalezense se apoderou destas práticas culturais. Desta maneira, se diferenciando socialmente dos demais cidadãos de Fortaleza e contribuindo para as transformações ocorridas no cotidiano da cidade.

Assim, podemos vislumbrar como este contato mais direto interferiu e começou a suscitar transformações no cotidiano da população fortalezense. Pois até então:

Os homens usavam ternos de linho [...]. As mulheres usavam muita seda francesa, com estampas florais sobre fundo negro [...]. Os sapatos eram, quase sempre, combinados de pelica e camurça, abertos, de preferência [...]. As luvas eram indispensáveis, [...] do mesmo jeito que o chapéu. Os decotes eram discretos, as saias desciam até esconderem as batatas das pernas envoltas em meia de seda [...]. Nos idos de 45, a Avenida do Imperador é uma espécie de porta de entrada para o aristocrático bairro de Jacarecanga. [...]. Suas casas são diferentes, portentosas,

---

21 Vale salientar que nem todos os cidadãos fortalezenses possuíam rádio em casa ou poderiam ir ao cinema. Essas duas formas de propagação ideológica norte-americana também eram elementos de distinção social, pois somente a parte mais abastada da sociedade possuía acesso a esses instrumentos. Assim, nos fica mais claro qual parcela da população teve um contato mais intensivo com o “eufórico” “American way of life”. (SOUZA, 2008)

nobres, [...]. As fachadas são bem características da nossa assimilação do estilo “ART Nouveau” com as imprescindíveis sacadas de ferro em notáveis trabalhos que são verdadeiras “rendas” e arabescos fundidos. As portas têm rótulos e postigos com vidraças coloridas importadas da França [...] (LOPES, 1996, p. 29-33).

Dessa maneira, as transformações nas vestimentas e nas construções públicas e privadas passaram a permear de forma mais concreta o cotidiano daquela cidade que até então mirava nos costumes franceses o almejado caminho para civilizar-se. A influência estadunidense passou a estar presente de forma cada vez mais visível.

“No Brasil, outros eram os costumes. Homens sem ternos e chapéus, substituídos por trajés leves, calça e camisa de mangas curtas, as mulheres passando a fumar em público, encurtando as saias e introduzindo o uso de calças masculinas. Estávamos submetidos ao figurino que os americanos, pelo cinema e, diretamente, nos haviam transmitido.” (GIRÃO, 2008, p. 137).

Assim:

[...] as camisas de nylon, as canetas Parker, os cigarros Camel ou Chesterfield, o slack, o sanduíche, de um modo geral, eram coisas comuns ao cotidiano nordestino (Fortaleza, Natal, Recife em primeiro plano) por conta da forte presença norte-americana. A influência maior foi no idioma. As velhas palavras francesas, tão ao gosto das nossas elites na primeira metade do século anterior, foram rapidamente substituídas por

vocábulos ingleses, popularizados pelos soldados e incorporados ao linguajar do povo nas ruas de Natal e Fortaleza. Já não se dizia comumente o “sim”, mas “yes” ou ‘ok’, espetáculo virou show, amigo tornou-se “friend”, rapaz era “boy”, moça era “girl” e um sem-número de outras expressões que, nos dias atuais, já se aportuguesaram na pronúncia e na forma de escrever. Adaptadas, estão hoje tão nossas como deles. [...]. No período, uma invasão cultural, com os brasileiros, notadamente os mais jovens, conhecendo os grandes nomes da literatura dos Estados Unidos. Autores como John Steinbek, Truman Capote, William Faulkner, Eskine Caldweel, e principalmente Ernest Hemingway, tornaram-se íntimos, através da tradução de suas principais obras, algumas transplantadas para o cinema em filmes épicos produzidos em Hollywood, a exemplo de “As vinhas da Ira”, “Boêmios Errantes” e “Rato do Deserto”, De Steinbeck, e “Por quem os Sinos Dobram”, de Hemingway. Nesse particular, foi extraordinariamente positiva a influência norte-americana. (GIRÃO, 2008, p. 169-170).

Cada vez mais esta influência estadunidense apareceu de forma mais consistente em meios aos setores que possuíram o contato mais direto através do cinema, do rádio e do convívio com os soldados. Percebemos que o cotidiano desta camada da sociedade passou por diversas transformações, mediante a substituição de práticas antigas e a incorporação de novos hábitos, principalmente no tocante ao idioma.

Devagar e sempre fomos esquecendo o pega-pinto com sanduíche de queijo de coalho, a cambica de murici, o suco de maracujá, o esplêndido e insuperável refresco de cajá ou de graviola, pelo sabor químico (e ninguém sabe até que ponto nocivo) do xarope ianque de tem na sua fórmula um pouquinho de coca (que coca?), que contamina e vicia. Entramos definitivamente na civilização da Coca-Cola com sanduíche do Mac Donald's. Desgraçadamente, em tempos de globalização, americanalhamonos. (GIRÃO, 2008, p. 115).

Todavia, a assimilação de práticas culturais norte-americanas não se deteve somente através dos aspectos que apresentamos até então, muito menos foram incorporadas de maneira tão fiel. Com o advento da guerra um grande desenvolvimento técnico científico ocorreu em diversos setores, os quais acabaram sendo utilizados posteriormente por cidadãos de variadas localidades e, precisamente para outros fins, diferentes do que originalmente teria sido imaginado.

Produtos como:

O plástico, que não ficara só nos copos, aumentou a família na forma de bacias, baldes, tigelas, pratos e até penicos. Aí, lançaram a grande novidade: o plástico e forma de tecido, em peças de estampados canhestros. Mas que sensação! As mulheres não perderam tempo. Fizeram vestidos. E desfilavam na esquina da "Broadway". Mas frustradas porque o vento não levantava suas saias para os "fiu-fius" da rapaziada, nem uma

leve brisa para refrescar lá embaixo. Jogaram os vestidos no lixo e só então descobriram que a novidade servia era para fazer cortinas de banheiro [...] (LOPES, 1996, p. 127).

Com o desenvolvimento da política de boa vizinhança e o “American way of life” compreendemos que se instalou, também, no cotidiano fortalezense, uma face de propagação ideológica que de forma estratégica marcou presença através do consumo de determinados objetos. Assim, aquela sociedade fortalezense que pretendia “alcançar” o *status* de cidade civilizada, mirou nos hábitos e costumes norte-americanos a direção que o determinante “processo civilizador” deveria seguir.<sup>22</sup>

Todavia, foi através do contato direto com os soldados estadunidenses que os cidadãos fortalezenses viram na “prática” os costumes apresentados pelo rádio e pelo cinema. Estes soldados trouxeram uma carga sociocultural diferente dos cidadãos fortalezenses. Os valores morais e os costumes eram outros e estes não alteraram seus comportamentos por estarem fora de casa, assim deixando “transbordar” boa parte de suas práticas cotidianas. Dessa maneira, compreendemos que o convívio entre soldados e cidadãos foi responsável, também, pela difusão dos costumes norte-americanos na “terra da luz”, contribuindo assim com a alteração do cotidiano de forma mais visível.

---

<sup>22</sup> Todo este processo não ocorreu de maneira linear e ordeira. Diversas marchas e contramarchas, neste processo de assimilação cultural, ocorreram durante o período, setores tidos como tradicionais se puseram a luta contra esses costumes mais “avançados” como ponto fundamental em questão. Jornais como “O Nordeste” e partes da aristocracia fortalezenses, ligados a Igreja, condenavam determinadas práticas, não que estes, fossem contrários ao progresso, mas acreditavam que a sociedade não deveria assumir novas posturas morais e abandonar as antigas. Dessa maneira, deveria se vislumbrar esse “novo mundo” com cautela e “sabedoria”. Porém, apesar de toda relevância que essa discussão poderia acrescentar a pesquisa, neste trabalho não pretendemos entrar de maneira mais aprofundada no debate Tradição versus Modernidade, o qual já é explorado mais detidamente em inúmeras outras produções historiográficas.

Com eles fumamos o cachimbo da paz, ou melhor o cigarro da paz, pois um dos elos de comunicação com os estranhos que chegavam foram os seus cigarros perfumosos: Camel, Chesterfield, Lucky-Strike, Pall-Mall – que a garotada, atropelando a língua, pedia aos soldados e marinheiros do Tio Sam, humildemente: ‘Give-me a cigarete, please’. (GIRÃO, 2008, p. 70).

Passou a ser “chic” falar inglês, fumar cigarros de marcas estrangeiras, usar as roupas estampadas dos soldados, comer o sanduíche e beber a tão aclamada coca-cola. Chegamos ao ponto do vestuário feminino ser marcadamente influenciado pelo masculino, onde as mulheres ditas mais “avançadas” incorporaram em seus guarda-roupas peças masculinas.

Mas não só os que consumiam os produtos possuíram um maior contato com estes soldados e seus hábitos. A própria sede da USO na Praia de Iracema também serviu como palco para muitos encontros amorosos/sexuais, entre os soldados e as moças fortalezenses, e esportivos, através de disputas realizadas naquele local.

Além das disputas de basquete, soldados e cidadãos também se encontravam para disputas de handebol e de futebol na Praia de Iracema. Já na sede da USO, outros eram os tipos de encontros que ocorriam. Soldados norte-americanos utilizavam este local como ponto de descanso e descontração após cumprir suas obrigações militares dentro das bases. Além de aproveitarem a natureza praiana, os militares dos Estados Unidos mantinham relações cordiais com as moças da cidade. Estas, muitas vezes, eram de famílias tradicionais, normalmente muito bonitas, elegantes, educadas e que não se preocupavam com as críticas da socieda-

de local. Logo estas jovens foram apelidadas pejorativamente de “Coca-Colas”. Comenta-se que a denominação depreciativa surgiu por elas terem o privilégio de tomar o famoso refrigerante americano que na ocasião era visto apenas nas telas dos cinemas. (SEMEAO E SILVA, 2000).

Dessa maneira, percebemos como este contato entre soldados norte-americanos e cidadãos fortalezenses foi de extrema importância para a propagação da política de boa vizinhança e do “American way of life”. Isto facilitou o contato com determinados objetos e práticas que só eram visualizadas nos cinemas ou ouvidas nos rádios. Assim vislumbramos como o consumo e a incorporação de novos hábitos e costumes também propiciou uma maior assimilação cultural por parte dos fortalezenses em 1940.

Desta forma, percebemos como o contexto da Segunda Guerra em Fortaleza nos ajudou a perceber um cotidiano permeado de transformações. A discussão levantada pela História Cultural na qual o cotidiano aparece como uma “lente” capaz de amplificar a cultura como viés de análise historiográfica fica latente ao compreendermos o caráter mental e material do mesmo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, durante nosso texto buscamos apresentar um panorama inicial a cerca das possibilidades de pesquisa apresentadas pela História Cultural, desta maneira apresentando o envolvimento entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e as transformações ocorridas no cotidiano da cidade de Fortaleza e da sua população.

Passamos pela entrada do Brasil neste conflito, pela assinatura dos Acordos de Washington, pela instalação da base militar em Fortaleza, pela importância do rádio e do cinema, pelo consumo de objetos materiais e pelo convívio com os soldados

que vieram para Fortaleza. Dessa forma, chegando às influências exercidas sobre a sociedade fortalezense e as mudanças ocorridas nos hábitos e costumes.

Acreditamos que muito mais pesquisas ainda precisam ser desenvolvidas sobre esse tema, mas esperamos que esta breve incursão sobre o tema possa levantar alguns questionamentos e demonstrar as possibilidades de adentrar no aspecto cultural da História pelo viés do cotidiano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza**. Fortaleza: INESP, 2007. 338p.

AZEVEDO, Estênio; NOBRE, Geraldo. **O Ceará na Segunda Grande Guerra**. Fortaleza: ABC, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. 12<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRAUDEL, Fernando. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis-RJ, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador, volume 1: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GIRÃO, Blanchard. **A invasão dos cabelos dourados: do uso aos abusos no tempo das “coca-colas”**. Fortaleza: ABC Editora, 2008.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. 2ª edição, São Paulo: Annablume, 2003.

LOPES, Marciano. **Royal Briar: a Fortaleza dos anos 40**. 4 ed. Fortaleza: ABC, Coleção Nostalgia, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: História, cidade e trabalho**. Buaru, SP: EDUSC, 2002.

OLIVEIRA, Augusto; LAVOR, Ivanildo. **A história da aviação do Ceará**. Fortaleza: Editora do Autor, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SOUZA, Thiago Schead de. **Na casa e na rua: objetos, serviços e práticas de consumo em Fortaleza (1940-1970)**. Dissertação de mestrado. Departamento de História - UFC, 2008.

# OS BENS MATERIAIS DA IRMANDADE DE N.S DO ROSÁRIO DE QUIXERAMOBIM-CE E AS POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA CULTURAL (1896-1923)

Luciana Maria Pimentel Fernandes<sup>23</sup>  
Antônio de Pádua Santiago de Freitas

O presente artigo tem como objetivo analisar os bens da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Quixeramobim<sup>24</sup>, na transição do Regime do Padroado para o período de Romanização<sup>25</sup> da Igreja Católica, através das possibilidades engendradas pela área da História Cultural, sobretudo, através da subárea da Cultura Material.

Dentre os autores com os quais se estabelecerá um diálogo ao longo do texto estão (PESAVENTO, 2005), (CHARTIER, 1990) e (BURKE, 2008), já que os mesmos são pioneiros no que diz respeito a se repensar o olhar do historiador sobre os objetos de pesquisa, sendo importante voltar-se para elementos que muitas vezes são considerados simples, mas que se cuidadosamente analisados podem resultar em pesquisas inovadoras, que contribuem significativamente para os debates historiográficos atuais.

---

23 Mestra em História pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC/ UECE, Mestranda da turma de 2014 do Mestrado Acadêmico em História e Culturas – MAHIS, vinculada a linha de pesquisa de Práticas Urbanas, sob a orientação do Prof. Dr Antônio de Pádua Santiago de Freitas. Email: Luxinha7@hotmail.com.

24 Cidade localizada na região do sertão central cearense, a 212 km da capital Fortaleza. Sua existência é historicamente marcada pela intensa religiosidade de seu povo.

25 Segundo Abreu (1999, p. 312) “A romanização pode ser entendida, em termos gerais, como um movimento reformador da prática católica no século XIX, principalmente na segunda metade, que buscava retomar as determinações do Concílio de Trento, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da igreja e diminuir o poder dos leigos organizados nas irmandades”.

Esse olhar para a Irmandade pela perspectiva da materialidade, ou seja, analisando seus bens em detrimento de seus rituais acaba sendo uma influência da História Cultural, que permite, através de um contato com os estudos de Cultura Material, que se perceba a importância dos bens materiais dentro da religião, já que:

Pesquisas recentes sobre cultura material valorizam os significados das coisas e partem da ideia de que podem ser vistos como signos que auxiliam seus donos e usuários na comunicação entre as pessoas, além de expressar suas identidades (HILBERT, 2009, p.16).

Através de uma análise dos bens reunidos pelos irmãos do Rosário de Quixeramobim e de seus significados, observa-se a criação de uma série de trocas, que podem ser de cunho “simbólico” (BOURDIEU, 1992) ou valorativo, possibilitando, assim, que se saiba de que tipo de bens a Irmandade de N.S do Rosário de Quixeramobim dispunha e que usos eram feitos dos mesmos.

Para que se compreenda o trabalho realizado é importante explicar o recorte da pesquisa, que tem início no ano de 1896, quando a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim teve seu segundo estatuto, ou “compromisso” aprovado. Porém, é necessário remontar a 1854, ano em que foi aprovado o primeiro “compromisso” e quando a dinâmica da confraria era um pouco diferente. Na época, os leigos, no caso boa parte da população negra de Quixeramobim, tinham mais autonomia para gerenciar e cuidar dos bens de Nossa Senhora do Rosário, visto que a Igreja empreendia uma forte fiscalização frente às irmandades em 1896.

O ano de 1923 finaliza o recorte dessa pesquisa, pois foi quando se deu a aprovação do último compromisso da Irmandade

de de Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim. A partir desse documento, as principais decisões a serem tomadas dentro da confraria passariam pelas mãos do Assistente Eclesiástico (Padre) e da Autoridade Arquidiocesana (Bispo).

Até o período Imperial, pode-se constatar, dentro da Irmandade, uma grande participação e até certa autonomia dos leigos, ou seja, os componentes da confraria, que em sua maioria eram pessoas negras, estavam à frente do gerenciamento dos bens de N.S do Rosário. No entanto, com o advento da República e sobretudo, da Romanização, esse poder foi passo a passo declinando. Nossa problemática fundamental, a partir dessa constatação, consiste em analisar, na irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim, como se gerenciava os bens e as “rendas patrimoniais” que a mesma “possuía” em meio ao movimento de Romanização, que tornou a postura da Igreja Católica diante das confrarias bem mais fiscalizadora.

É importante salientar que essa nova maneira de olhar e compreender a História teve início a partir de uma crise, chamada de “crise dos paradigmas”, quando a mesma passou a ter sua cientificidade questionada e perdeu espaço para as demais ciências sociais entre as décadas de 60 e 70, precisando assim se reorganizar para obter novamente o reconhecimento enquanto ciência.

Muitos são os caminhos a serem percorridos, porém para chegar a essa problemática, foi importante pensar primeiramente no tempo de existência da confraria, que, de acordo com a documentação, foi de 1755 a 1928, implicando que os irmãos do rosário de Quixeramobim passaram por vários momentos. Para tanto, é importante analisar como a relação entre a irmandade e a Igreja vai se modificar diante da transição do regime imperial para o republicano, e um elemento fundamental para compreender essas mudanças e o gerenciamento daquilo que a confraria

possuía, ou seja, os bens e as rendas patrimoniais. Isso também permite observar o que a santa “possuía” em Quixeramobim e de que forma a Igreja tentou empreender um controle sobre tais bens diante do movimento de romanização.

## **ESTUDANDO RELIGIÃO, RELIGIOSIDADE E CULTURA MATERIAL ATRAVÉS DAS POSSIBILIDADES OFERECIDAS PELA HISTÓRIA CULTURAL:**

A vivência da religião é importante, principalmente, para que os sujeitos possam elaborar diferentes significações para si mesmos e para o mundo em que vivem, e nesse sentido a Irmandade Religiosa acaba sendo um espaço perfeito para que essa construção de uma nova “visão de mundo”, ou seja, um “conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um mesmo grupo” (CHARTIER, 1990, p.47).

As Irmandades “organizavam-se para incentivar a devoção a um santo protetor e para proporcionar benefícios aos irmãos” (ABREU, 1999, p.34), o que possibilitava a criação de uma série de relações e de sociabilidades através de impulsos religiosos (SIMMEL, 2006), que os motivavam, por exemplo, a reunirem recursos, arrecadados através de “esmolas”, de aluguéis e etc, tendo como objetivo se “construir um patrimônio para a Santa na cidade”.

A intensidade do catolicismo em Quixeramobim pode ser observada através de uma existência bastante vasta de confrarias na cidade, que possuía, ao todo, cinco irmandades diferentes: Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora de Sant’Ana, Senhor Jesus do Bonfim, Irmandade das Almas e do Santíssimo Sacramento (SIMÃO, 1996, p.134). Essa coexistência de diferentes confrarias comprova que “Em poucos lugares do país, as irmandades religiosas estiveram de modo oficial tão divulgadas,

no que diz respeito aos seus atos compromissais, como no Ceará” (CAMPOS, 1980, p.5).

Uma categoria bastante discutida dentro da História Cultural são as representações, já que o pesquisador analisa vestígios de um tempo que não é o seu, o que acaba sendo uma atividade muitas vezes complexa, já que “o historiador vai tentar a leitura de códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado interpõe” (PESAVENTO, 2005, p.42).

Ao aplicar tal perspectiva de análise no estudo da Irmandade de N.S do Rosário de Quixeramobim, principalmente no que diz respeito aos seus bens, é possível encontrar esses “filtros” interpostos pelo passado, pois a mesma confraria já não existe mais, então o trabalho se realiza a partir dos elementos fornecidos pela documentação. É importante ainda ter em mente que um mesmo objeto de pesquisa pode resultar em inúmeras narrativas, cada uma composta pelas características de quem está narrando, ou seja, o historiador que se propôs a escrever sobre aquele assunto. Sobre isso vale a pena ressaltar que:

No campo da História Cultural, o historiador sabe que sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve parecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas (IDEM, p.51).

Os estudos que conduziram esse trabalho foram ainda, direcionados pela subárea da História Cultural denominada de Cultura Material, que permite ao pesquisador olhar para os objetos como elementos fornecedores de dados que permitem a uma pesquisa histórica, por exemplo, analisar uma mudança de comportamento a partir do estudo dos objetos. Porém, nem sempre os elementos fornecidos por tais estudos tiveram importância para os pesquisadores, que somente com os estudos de História Cultural “os historiadores da religião, por exemplo, têm dado maior atenção às mudanças no mobiliário das igrejas como indicadores de transformação nas atitudes religiosas” (BURKE, 2008, p. 91). É importante ainda salientar que:

Esta atenção aos fenômenos culturais mais infra-estruturais justifica de imediato que recorramos aos únicos documentos seguros onde podemos estudá-los: os objetos concretos. São estes que, transmitindo da melhor maneira a cultura material, ocupam, pelo menos em parte, e alimentam com regularidade os campos de pesquisa (BUCAILLE; PESES. 1989, p. 24).

Uma questão interessante a ser abordada é a maneira como se analisa as fontes quando se tem contato com as teorias da História Cultural. É se olhar, por exemplo, para uma lista de irmãos que se encontravam devedores a confraria de N.S do Rosário e pensar que havia todo um mecanismo de arrecadação de dinheiro através das anuidades pagas pelos irmãos, e que o atraso nos pagamentos decorria da postura fiscalizadora da Igreja em relação a irmandade, que fazia com que os membros fossem se desligando do grupo.

Para que pudessem criar uma “identidade” de grupo e realizar suas atividades religiosas cotidianas, os membros da irmandade de N.S do Rosário necessitavam de um espaço, que no caso era a capela, construída com várias finalidades; para se celebrar as missas, realizarem as reuniões da mesa regedora da confraria, era também na capela que ocorriam as festas para a santa no mês de Outubro e etc. Vejamos que o sujeito usa o espaço da capela, que é um bem, e como tal pode ser “consumido” de diferentes maneiras, já que:

Os **bens** são investidos de **valores** socialmente **utilizados** para expressar categorias e princípios, cultivar ideais, fixar estilos de vida, **enfrentar mudanças ou criar permanências** (DOUGLAS, 2013, p.8), (Grifo meu).

Os espaços, que também não deixam de ser objetos são, portanto, indispensáveis a construção de relações sociais e de valor, que devem ser observadas levando-se em conta o caráter material da religião, que para ser compreendido deve passar pelo âmbito da descrição, atividade onde se apresenta uma série de “detalhes”, que permitem uma análise mais apurada dos diferentes significados construídos em torno dos objetos e das relações que os sujeitos criam com os mesmos na sua vida cotidiana, já que:

Coisas têm histórias pra contar, que deixaram marcas. Elas aparecem às pessoas de diferentes maneiras. A percepção fenomenológica dessas coisas passa, necessariamente, pela descrição. A descrição adequada está relacionada ao com o sujeito que sente, vê, cheira e toca conscientemente as coisas do nosso entorno, do nosso “mundo vivido”. (HILBERT, 2009, p.23).

O caráter de coisa, na minha compreensão, pode ser atribuído a Matriz de Santo Antônio, a capela de Nossa Senhora do Rosário, aos bens que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário possuía em Quixeramobim (que serão abordados mais adiante) e etc. Mais importante do que analisá-las isoladamente, os usos que os sujeitos dão a essas coisas são de fundamental importância, pois contribuem na construção de significados e sentidos diferentes para cada um deles. A descrição contribui, nesse sentido, para uma melhor compreensão de como se deu a construção dessas igrejas em Quixeramobim e dos diferentes significados que essas construções podem assumir para a população católica da cidade, especialmente os membros das irmandades que lá existiam.

Formar um patrimônio para manter-se funcionando com seus próprios recursos era requisito importante para toda Irmandade religiosa, e no caso da de Nossa Senhora do Rosário de Quixeramobim não foi diferente, pois a formação desse patrimônio teve início desde a construção da Capela, feita através de doações, que se iniciaram com o testamento de Antônio Dias Ferreira, primeiro donatário das terras equivalentes a Quixeramobim, e falecera em 1753. Tais doações ganharam mais força a partir do estrato da provisão do visitador Veríssimo Rodrigues Rangel, no ano de 1772, quando os devotos de Nossa Senhora do Rosário adquiriram um local para começar a construir a capela para a santa, conforme o registro a seguir:

Digo eu João Francisco Vieira, com administrador dos bens patrimoniais do glorioso S. Antônio (...) que entre os mais bens que administro do dito santo, de que estou de mansa e pacífica posse, é uma légua de terras do dito santo, sita nesta mesma povoação,

que houve por doação, que lhe fez ao dito glorioso santo, o capitão Antônio Dias Ferreira, (...) de cuja meia legoa de terras, dou como administrador do dito santo, duzentas braças em quadro, no altar defronte da matriz, da parte nascente, aos irmãos Pretos de Nossa Senhora do Rosário para efeito de nas ditas braças, poderem erigir a capella que pretendem, da mãe de Deus do Rosário, afim de ser louvada e engrade-cida em sua igreja (BEZERRA, 2009, p. 147).

Esse documento deixa clara a intenção dos irmãos negros de Quixeramobim de reunir recursos para construir uma capela própria para Nossa Senhora do Rosário, com o objetivo de “louvar” e “engrandecer” a santa, e é importante pensar que também com o objetivo de terem mais privacidade para discutirem os mais diversos assuntos ao se reunirem em seus atos religiosos cotidianos. Para pensar essas questões a História Cultural oferece uma série de possibilidades, perceptíveis pelo pesquisador que desenvolve a narrativa, e possui assim:

Uma idéia na cabeça, uma pergunta na boca, os recursos de um método nas mãos e um universo de fontes diante de si a explorar. Parece que o historiador tem o mundo à sua disposição, pois tudo lhe parece capaz de transformar-se em História (PESAVENTO, 2005, p. 68).

Um elemento que aparece nos registros e chama bastante atenção é o fato de pessoas importantes da cidade, “por devoção”,

doarem, muitas vezes no momento da confissão, ou até mesmo através de seus testamentos, ou seja, quando a morte já se aproximava, bens e dinheiro para a Virgem do Rosário, que era proprietária “de três casas na sede de Quixeramobim”, e de vários outros bens. (BEZERRA, 2009, p. 157). Vejamos a seguir um exemplo prático de como ocorriam tais doações para a santa:

Falecido em Quixeramobim, aos 66 anos de idade, e sepultado na Matriz local no dia 25 de julho de 1806, confessava-se Ramos Mendes, um devoto da virgem:

“... a Nossa Senhora do Rosário, a quem tenho devoção...”

“... e a Nossa Senhora do Rosário, de quem tão bem sou indigno irmão...”

“... deixo a Nossa Senhora do Rosário, e ao Senhor do Bom Jesus do Bonfim uma sorte de terra que tenho na Villa em igual parte...” (Testamento datado de 23 de julho de 1806. Fazenda Tigre. Quixeramobim) (PORDEUS, 1955, p. 212).

É fundamental observar como esse conjunto de bens que Nossa Senhora do Rosário possuía em Quixeramobim estava estruturado nos séculos XVIII e XIX, quando os leigos, no caso as famílias negras, ainda mantinham o controle sobre os bens da irmandade e podiam assim, até um determinado momento, gerenciá-los da forma que considerassem mais conveniente, sem muita interferência do pároco da igreja matriz.

É importante ainda discutir o que se fazia com os bens dos quais a confraria dispunha, lembrando que “deveríamos saber de que modo os bens funcionam como comunicadores ou, melhor, uma vez que os bens não são agentes ativos, mas apenas sinais, deveríamos saber de que forma são usados”(DOUGLAS,

2013, p. 43), ou seja, é importante observar como os membros da Irmandade se utilizaram dos bens que possuíam para barrarem as tentativas de controle empreendidas pela Igreja sobre a confraria, que não eram poucas.

É importante asseverar que os irmãos do Rosário de Quixeramobim conseguiram, ao longo de sua existência, reunir um patrimônio considerável, que incluía casas, ornamentos, sítios, dentre outros, além das quantias arrecadadas com o recebimento das “esmolas”, das anuidades, bem como do aluguel das casas da confraria e etc.

Todos esses bens e receitas eram gerenciados pelos próprios membros da irmandade, que cuidavam com todo “zelo” e “dedicação” de tudo o que “pertencia” a N.S do Rosário, e todas essas posses funcionam como elementos que garantiriam determinada “distinção” entre a Irmandade de N.S do Rosário e as demais confrarias existentes na cidade.

## **COMO OS BENS DA IRMANDADE DO ROSÁRIO ESTAVAM SENDO ADMINISTRADOS NO CONTEXTO DA ROMANIZAÇÃO? PROBLEMATIZANDO O OBJETO**

Ficou perceptível, a partir dos estudos de Cultura Material, que é possível estudar uma Irmandade Religiosa sem observar apenas seus rituais, mais também a materialidade desenvolvida no cotidiano desse grupo, que mantinha um patrimônio considerável mesmo com as tentativas da Igreja Católica, que passava por um período de transformações intensas chamado movimento de romanização, que não pode deixar de aparecer como cenário no qual a pesquisa desenvolvida aconteceu.

Nesse momento de tantas mudanças, onde se saía de um regime de padroado onde Igreja e Estado caminhavam juntas e as decisões eram tomadas de modo a favorecer ambas as partes para uma separação que deu mais autonomia para a Igreja, porém gerou uma preocupação dos membros do Clero com os bens administrados pelos leigos, no caso da Irmandade do Rosário de Quixeramobim, duas famílias de negros residentes na cidade, os Barroso e os Matias.

Um registro do ano de 1899 revela que o padre Salviano Pinto Brandão e o Juiz da Irmandade, que naquele momento era Julião Barroso de Oliveira, enviaram um documento ao Bispo Diocesano ressaltando o seguinte:

Autorizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, d'esta freguezia consulto a V.E Rm<sup>a</sup> se pode a mesma irmandade vender um pequeno sítio de sua propriedade, engravado na Serra Santa Maria d'este município pela quantia de dous contos de reis (2:000,000).

Alegava-se a dificuldade em conter a invasão dos vizinhos, pois se tratava de uma terra rica em seringais e propícias a extração de borracha, e a irmandade ainda ressalta que “o producto da venda, cazo realize-se, terá applicação no engrandecimento da referida associação religiosa”. O fato mostra a importância da Irmandade para a economia local, já que a venda ia propiciar ao comprador exercer a atividade e comercializar a borracha extraída naquelas terras, e o controle da Igreja sobre esses bens, já que a venda só poderia acontecer após a autorização do Bispo Diocesano.

É fundamental compreender o momento no qual as famílias negras “retornaram” ao comando das atividades da ir-

mandade de N.S do Rosário, o que demonstra que os mesmos estavam atentos ao que estava acontecendo na Igreja e percebiam a repercussão disso na confraria, vendo a necessidade de aparecerem enquanto sujeitos que possuíam capacidade suficiente para gerenciar a irmandade e organizar as festas anuais da padroeira, sem falar no fato de que, com o controle empreendido pela igreja diante da irmandade, era importante ter esse gerenciamento das famílias negras dentro da confraria, que dariam assim a sua contribuição para todas as atividades religiosas que acontecessem em Quixeramobim, para tanto:

As famílias negras tiveram grande importância na condução da religiosidade e festividades católicas de Quixeramobim a partir do final do século XIX, estavam na administração da confraria de Nossa Senhora do Rosário, assumindo postos importantes na sua estruturação e funcionamento. Isso significava responder perante a sociedade e os poderes eclesiásticos pela capacidade de conduzir os festejos da padroeira e de gerir os recursos que a própria organização acumulou ao longo de sua constituição e história (BEZERRA, 2009, p. 208).

Foram encontrados vários documentos do fim do século XIX onde os dois membros das famílias citadas acima, principalmente na pessoa de Julião Barroso, aparecem desempenhando funções dentro da irmandade, como por exemplo, fazendo concertos na capela, sendo o Juiz da Irmandade, o que revela o interesse dessas pessoas para que a confraria continuasse funcionando, apesar do esforço da Igreja para que isso não ocorresse, e leva-nos a seguinte reflexão:

As irmandades não trabalhavam de graça por seus membros. Estes as sustentavam por meio de jóias de entrada, anuidades, esmolas coletadas periodicamente, loterias, rendas de propriedades e legados em testamento. Os recursos auferidos dessas várias fontes eram gastos nas obrigações para com os irmãos e em caridade pública; na construção, reforma e manutenção de suas igrejas, asilos, hospitais e cemitérios; na compra de objetos do culto, como imagens, roupas, bandeiras, insígnias; na folha de pagamento de capelães, sacristãos, funcionários; e, não pouco, nas despesas com as festas anuais (REIS, 2009, p. 59).

Os livros de Receitas e Despesas<sup>26</sup>, onde se registrava tudo o que a Irmandade recebia e gastava, são fundamentais para compreender a situação desse patrimônio no início do século XX, e conhecer também as diferentes formas através das quais se arrecadava dinheiro e reunia bens para formarem o “patrimônio” de Nossa Senhora do Rosário, lembrando que:

Os bens podem ser almeçados ou julgados pouco adequados, descartados e substituídos. A menos que consideremos como são utilizados para constituir um universo inteligível, nunca saberemos como resolver as contradições de nossa vida econômica (DOUGLAS, 2013, p. 22).

---

26 Os livros encontrados na casa paroquial de Quixeramobim datam dos anos de 1911-1918 e 1924-1928, porém o segundo livro não inclui somente o patrimônio de N.S do Rosário, mas também o de Santo Antônio, que é o padroeiro da Igreja matriz da cidade, o que pode ser visto também como momento no qual a Irmandade estava “enfraquecida” e seu patrimônio foi incorporado ao de Santo Antônio.

Era necessário que os membros da irmandade mantivessem seu local de culto, que no caso era a capela da confraria, adequado para as atividades lá realizadas, ao passo que facilitava a construção de uma série de relações entre as pessoas e o elemento material, palpável daquela devoção, já que aquela construção também é um objeto, e é importante pensar que “o ‘corpo a corpo com o objeto’, para retomar uma expressão cara ao grupo, transforma-se, então, em campo de observação e potencial revelador das relações sociais” (REDE, 2003, p. 283).

Tratando ainda desse “contato” com os objetos que compunham o cotidiano da irmandade, vale a pena destacar o fato de o Juiz, que era um dos cargos de maior importância dentro da confraria, ter a obrigação de, nas procissões e atividades das quais participassem, conduzir uma “insígnia de prata” nas mãos, como forma de demonstrar a importância de seu cargo, e essa vara de prata acabava sendo vista como um “bem de luxo” da irmandade, lembrando que:

[...] aspectos desse registro de luxo podem, de certa forma, convir a toda e qualquer mercadoria, mas algumas mercadorias, em certos contextos, passam a condensar o registro de luxo, e podem ser vagamente descritas como bens de luxo [...] (APPADURAI, 2008, p. 57).

O início do século XX, na Irmandade foi um momento de fiscalizações intensas por parte da Igreja que queria incutir novas diretrizes ao catolicismo praticado até então. Encontramos um registro de despesa de 1914, que diz: “pagamento da assinatura de um jornal, por ordem do Exm<sup>o</sup> Sen. Bispo Diocesano, a quantia de dezessete mil réis”. Provavelmente esse jornal foi as-

sinado com o intuito de a Igreja manter sobre a Irmandade um controle intelectual, lembrando também que nem todos teriam acesso a esse material, já que a maioria dos irmãos eram pessoas simples que nem sabiam ler, porém era importante manter aqueles que sabiam e que teriam a oportunidade de formar opinião sob controle.

É relevante perceber a importância da Irmandade para a economia da cidade que, no início do século XX estava crescendo e se desenvolvendo, e também do aluguel ou foro dos terrenos pertencentes à confraria, pois quem alugava iria dar utilidade aquele pedaço de terra, ou seja, o terreno, que até então era um objeto, tem seu “potencial mercantil” (APPADURAI, 2008, p. 27) explorado a partir do momento no qual se transforma numa fonte de renda para a irmandade. Essa ideia fica mais clara a partir do seguinte registro do ano de 1911: “Recebido de Antonio Ignácio Ferreira e Silva, procurador do Sítio Serrinha, deste patrimônio, cinquenta mil réis, meiação da borracha extraída no mesmo sítio, em 1909”.

A preocupação que os irmãos tinham com as suas posses e a necessidade de protegê-las da tentativa da Igreja de incorporá-las ao patrimônio de Santo Antônio ficam claras quando, no ano de 1915 se tem a seguinte despesa: “importância paga pela compra de uma trena p<sup>a</sup> medição de terrenos do patrimônio, quatro mil réis”. Infelizmente a proteção dos irmãos não tem muito efeito, pois, como já comentamos, no livro de receita e despesa de 1924 a 1928, os patrimônios de N.S do Rosário e Santo Antônio constam no mesmo livro, e inclusive consta que a quantia arrecadada com o patrimônio de N.S do Rosário foi entregue por Julião Barroso na matriz e registrada em livro.

Uma informação bastante curiosa foi localizada nos registros de receita e despesa do ano de 1924, e diz o seguinte:

Patrimônios de Santo Antônio e N.S do Rosário de Quixeramobim:

Saldos em 31 de Dezembro de 1924:

Patrimônio do Rosário: 804.947

“de S. Antônio: 4.185

809.132

Percebe-se que o saldo do patrimônio de N.S do Rosário era bem superior ao saldo de Santo Antônio, o que nos leva a crer que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário tinha mais importância na construção do patrimônio de Santo Antônio do que imaginamos, tendo esses rendimentos sido “incorporados” para o patrimônio do dito santo, favorecendo assim seu crescimento.

Os aforamentos<sup>27</sup> dos terrenos rendiam um bom dinheiro para a Irmandade, e eram todos registrados em livros, demonstrando a seriedade e a organização com a qual a confraria trabalhava seu patrimônio e o mantinha organizado e “sob controle”.

É relevante observar um registro datado de Junho do ano de 1911, que diz: “Recebido do procurador da câmara municipal, seis mil quinhentos e sessenta reis, de foros do mercado, corresp<sup>o</sup> a 1911”. Outra receita demonstra que a Irmandade era dona, também, do hotel que ficava situado na praça da estação da cidade. Tais registros mostram que a confraria era detentora de posses de bastante valor, o que denota uma posição econômica de destaque e nos instiga ainda mais a compreendermos como um grupo que tinha na maioria de seus membros pessoas simples conseguiu formar um patrimônio tão valioso para Nossa Senhora do Rosário, que aos poucos foi se “perdendo” por entre as posses do “Glorioso Santo Antônio”.

Outra fonte de renda que a Irmandade possuía, eram os chamados laudêmios, quantias pagas pelos que compravam ter-

---

27 Para Analucia Bezerra “Aforamento significava possibilitar o domínio útil de um imóvel ou terreno em troca de pagamento módico em dinheiro ou em bens produzidos”.

ras pertencentes a Nossa Senhora do Rosário, a exemplo do que consta nas receitas do ano de 1911: “Recebido de José de Mello da Silva, de laudêmio 2% sobre cinquenta mil reis por quanto comprou uma caza a Gabriel [...], nesta cidade, a R. do Progresso”.

Alugar suas casas também era uma atividade praticada pela Irmandade de N.S do Rosário de Quixeramobim, o que acabava rendendo um bom dinheiro, como consta numa receita de 1913 que diz “Recebido de Julio Ferreira da Silva, de aluguel da casa da confraria, dos meses de Janeiro a Março, quinze mil réis”. O aluguel da casa parecia bom negócio, tanto pelo dinheiro arrecadado quanto pelo cuidado que o inquilino tinha em zelar a casa, não sendo essa uma preocupação para a confraria. Para chegar a essa conclusão a respeito do uso que se fazia das casas que pertenciam a irmandade é importante ressaltar que:

[...] temos de seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise dessas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida as coisas [...] (IDEM. p. 17).

Alugar o caixão do qual dispunham e cobrar para acompanhar enterros de pessoas que não faziam parte da confraria era outra forma de os irmãos do Rosário de Quixeramobim arrecadarem mais dinheiro para se manterem funcionando, e nessa relação entre a vida e a morte, percebemos que muitas vezes a pessoa falecia não tinha dinheiro suficiente nem para pagar o aluguel do caixão, o que era feito por pessoas abastadas da cidade, como se vê no registro do ano de 1911: “Recebido do Cel Alfredo Machado, cinco mil réis, de aluguel do caixão mortuário da confraria para conduzir ao cemitério o cadáver de Caetano Spiridião da Costa e Silva”.

Os livros de receitas e despesas são bastante específicos em se tratando dos acompanhamentos de enterros e aluguel do caixão da Irmandade, e é interessante observar que o aluguel do caixão, pelo qual era cobrada a quantia de cinco mil réis, custava mais barato que o acompanhamento de enterros, como pode ser visto na receita do ano de 1911: “Recebido de Paulo Belém, quinze mil réis, de acompanhamento da irmandade ao enterro de sua finada sogra”. Acredita-se que o acompanhamento custava mais caro, pois precisava ser organizado todo um cortejo dos irmãos que iam ao enterro, provavelmente usando suas opas e ornamentos para mostrarem que pertenciam a Irmandade de N.S do Rosário.

A confraria tinha ainda alguém designado para pedir esmolas pela cidade, escolha essa que se dava durante as reuniões da mesa regedora e era também uma forma de se arrecadar dinheiro para a Irmandade. Foram encontrados nos livros de receita e despesa registros de diversos irmãos que foram prestar contas das “esmolas da bolsa”, como na receita que se segue, do ano de 1911: “Recebido de Sebastião José de Carvalho, dezoito mil cento e sessenta réis, de esmolas da bolsa no mez de fevereiro do corrente ano”.

Finalizando esse tópico, foi possível observar que as mais diferentes formas de se arrecadar dinheiro eram criadas pelos membros da Irmandade, e numa receita do ano de 1913 aparece o seguinte: “Recebido de aluguel de uma grinalda, oferecida por uma devota para tal fim, dois mil réis”. O fato de uma devota ter feito a doação da grinalda e criado uma forma da mesma se converter em dinheiro para a confraria é um fato bastante interessante, e nele percebemos a solidariedade e a dedicação desses irmãos ao culto de N.S do Rosário, ao mesmo tempo mostra o valor dos artigos ou acessórios religiosos escassos, nas práticas devotas locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter nas mãos um conjunto de fontes relativas a determinado objeto não quer dizer que um historiador acaba de ter uma pesquisa pronta. Para garantir a validade de tal estudo é necessário construir e desconstruir as fontes selecionadas, através da proposição de problemas e do apontamento de possíveis soluções, pois é fazendo esse trabalho que as informações mais importantes vão ganhando vida diante dos olhos do pesquisador, e mesmo que ele não consiga resolver todas as questões pode incentivar outros historiadores a levarem-nas adiante.

Vale ressaltar as dificuldades que acompanham o historiador que se propõe a trabalhar tendo os bens materiais como fontes. Primeiramente que se trata de um campo de pesquisa relativamente novo, e em relação as irmandades, os trabalhos que existem não dão tanta atenção a parte “material” da construção da devoção a santa, sendo assim é bastante desafiador trazer uma proposta tão inovadora para este trabalho.

Há ainda que se mencionar as dificuldades em se tratando da documentação utilizada na pesquisa, que foi localizada na casa paroquial de Quixeramobim e envolve materiais do final do século XIX e do início do século XX. Tais documentos possuem certo grau de complexidade, principalmente em relação a leitura, gerando assim a necessidade de serem analisados cuidadosamente e dando-se bastante atenção ao conteúdo, para que fosse possível levantar questões pertinentes.

Para que o trabalho do historiador aconteça de forma satisfatória, a interpretação e problematização das fontes são elementos fundamentais, e a História Cultural acaba por ser uma corrente bastante inovadora nesse sentido, já que as possibilidades oferecidas ao pesquisador são tantas que praticamente tudo pode ser transformado em fonte histórica, e é dessa “inventividade” do historiador que surgem as melhores pesquisas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha. **O Império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)**. São Paulo: FAPESP, 1999.
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BEZERRA, Analucia Sulina. **A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Negros de Quixeramobim: (Ceará-Brasil) Identidade e Sociabilidade**. Universidade Lion2. França, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- BUCAILLE, Richard; PESES, Jean-Marie. **Cultura Material**. in: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16 -*Homo — Domesticação — Cultura Material*, p. 11-47.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- COUTO, Edilece Souza. **Devoções, Festas e Ritos: Algumas considerações**. In: In: Revista Brasileira de História das Religiões. Anpuh, Maringá (PR) v. I, n.1, setembro de 2008.
- DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne. **Dos lugares: Cidade e imaginário religioso**. In: Revista Horizonte: Belo Horizonte. v. 3. n. 6. p. 47-58, 1ºsem 2005.

HILBERT, Klaus. **Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras**. In: MÉTIS: história & cultura – v. 8, n. 16, p. 11-25, jul./dez. 2009.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade Do Homem Simples**. 2ª.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PORDEUS, Ismael. **Antonio Dias Ferreira e a Matriz de Quixeramobim**. In Revista do instituto Histórico do Ceará, 1955-1956.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REDE, Marcelo. **Estudos de Cultura Material: Uma vertente francesa**. In: Anais do Museu Paulista, num 8-9, 2003. pp. 281-292. Universidade de São Paulo (USP).

REIS, João José. **A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

SALIBA, Elias Tomé. **Aventuras modernas e desventuras pós-modernas**. In: PINSK, Carla B.; LUCA, Tânia R. de (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

# REDUTOS DE BUCOLISMO ROMÂNTICO: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE NO CENTRO DE FORTALEZA (1880 - 1890)

Paulo César Freire Sá<sup>28</sup>  
Gleudson Passos Cardoso<sup>29</sup>

A segunda metade do século XIX marca um período de impulso para a economia do Ceará, principalmente para a sua capital, que se transforma no principal entreposto comercial da província. A pecuária e o algodão são os principais fatores para o crescimento econômico. Fortaleza passa por uma série de mudanças devido as exportações de algodão, as transformações econômicas exigiam um acompanhamento de alterações nos campos da política, infraestrutura, sociedade, hábitos e costumes.

Como ocorreu em outros centros urbanos do país, os agentes remodeladores da capital cearense surgem a partir de setores comerciais em ascensão graças ao crescimento das importações e exportações e também a um número de profissionais liberais vindos das academias de nível superior, como médicos, advogados, bacharéis e engenheiros.

---

28 Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Bolsista do Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas-GPPUR/ CAPES-UECE, eixo de pesquisa “Práticas Letradas e Urbanidades”, sob orientação do Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso. E-mail para contato: paulo\_c10@hotmail.com.

29 Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (1997). Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica PUC-SP (2000), com a dissertação “As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873 - 1904)”. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense PPGH\ UFF (2009), com a tese “Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos’. Produção Literária de Trabalhadores em Fortaleza na Primeira República”. É Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde leciona no Curso de História e no Mestrado Acadêmico em História e Culturas/ MAHIS as disciplinas: História Medieval, História da América, Arte na História, Seminário de Pesquisa e Práticas Sociais Urbanas.

Entre essas novas construções e o remodelamento urbano da cidade, temos os cafés e quiosques que começam a surgir em 1886, praças, parques, bibliotecas, espaços fundados por alguns proprietários vindos do interior do Ceará ou da própria capital, esses espaços recebiam o público mais diversificado, passando por homens que vinham tentar a sorte em Fortaleza, expulsos de suas terras pelas secas, caixeiros, tipógrafos, até intelectuais de agremiações reconhecidas.

Neste artigo temos o objetivo de analisar alguns destes mecanismos urbanos que foram surgindo e sendo modificados fisicamente e em seus usos no decorrer das décadas de 1880 e 1890, graças às modificações urbanas advindas desde 1860, com a inserção capitalista e também as práticas de sociabilidade que foram se apresentando a cidade graças aos seus agentes urbanos.

## **A HISTÓRIA CULTURAL E AS SOCIABILIDADES**

A segunda metade do século XX trouxe nas transformações pós às duas grandes guerras questionamentos que mantinham um laço estreito com um “novo” modo de se pensar a organização do campo e da cidade a nível global. A produção acadêmica que marcara o fim do século XIX e boa parte do XX tinha como referencial teórico a produção que girava em torno do marxismo e da análise econômica do capitalismo, não que o marxismo se reduza a este tipo de análise, universidades americanas e inglesas mantiveram a sua produção durante muito tempo sobre esta área.

O capitalismo avança e se renova, é dialético e mantém relações com o século XIX, mas se reinventa para continuar sobrevivendo quando já parecia morto. O que Elias (1993) designou como “processo civilizador” passa a agir ainda mais como divisor e distinção entre uma burguesia cada vez mais difícil de

ser enxergada e um proletariado que passa a ter acesso a uma parcela de avanços tecnológicos que nunca havia tido contato. A miséria, a morte, a fome, a doença e a loucura ainda são signos das diferenças econômicas entre classes em alguns países, mas em outros essa linha de sangue que divide aqueles que exploram e os que são explorados passa a ser cada vez mais tênue, não fazendo com que a distinção entre classes deixe de existir, mas que se torne para muitos, ainda mais confusa.

O reflexo social, cultural, econômico e urbano do capitalismo da metade do século XX também atingiu as universidades e demais produtores intelectuais, a promessa socialista parecia derrotada ou necessária de mudanças radicais, a Inglaterra e os frutos da chamada “escola social inglesa” com Eric Hobsbawm, Thompson e Christopher Hill trouxeram algumas das mudanças consideráveis na leitura marxista da História, já na França algumas dessas mudanças pareciam mais drásticas.

O que alguns marxistas denominaram como o campo da superestrutura pareceu ganhar mais destaque nas obras de alguns autores como Foucault, Chartier, Certeau entre outros. Onde por muito tempo a história teve seu foco nas relações econômicas e organização social agora parecia dividir espaço com uma história que já vinha sendo escrita há séculos, mas não possuía nas escolas históricas, a história dos símbolos, do corpo, da morte, da vestimenta, dos talheres, da leitura e dos livros, uma história necessária e que nos faz lembrar que o homem também é totalidade, que é espaço e que é tempo, que junto com as novas organizações estruturais surgem novas relações na estrutura e na superestrutura, uma relação dialética.

Seria como escreve Ciro Flamarion Cardoso: “Abandona-se uma história social da cultura em favor de uma história cultural do social” (2000, p.11). Conceitos como imaginário, representações e práticas se tornam cada vez mais presentes nos

trabalhos históricos e a sua utilização tem dialogado com as apropriações de indivíduos e grupos sobre os espaços principalmente urbanos, mas sem deixar passar despercebido o espaço rural. Convém reter a imbricação lógica, e necessária, existente entre linguagem, símbolo, imaginário e representação. O símbolo é um signo implicado numa relação de representação e a representação é a imagem mental mediada, tornada possível, pelo uso dos signos. A relação simbólica, entre o signo e o que se dá a conhecer, é, portanto, uma relação de representação, em que o signo toma o lugar da coisa representada, o que só pode se efetuar com o recurso do imaginário.

A História cultural pensada entre as práticas e representações resgata alguns dos diálogos teóricos recorrentes na história, além de novas perguntas e objetos que surgem com o avançar ou retroceder da própria trajetória do homem no tempo e no espaço. Novos objetos, novos conceitos, novos homens, seria uma nova História? Ou uma nova História Cultural? Seriam realmente tantas novidades assim ou apenas ângulos diferentes para se observar um reflexo que já vem sendo visto há séculos e muitas vezes negligenciado pelos historiadores?

Sandra Jatahy Pesavento (2004), Peter Burke (2005) e outros intelectuais levantam a discussão sobre a História Cultural e sobre uma Nova História Cultural, seus métodos, objetos, campos e conceitos, para Pesavento:

Este, talvez, seja um dos aspectos que, contemporaneamente, mais dão visibilidade à História Cultural: A renovação das correntes da História e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes. Figurando como recortes inusi-

tados do real, produzidos por questões renovadoras, a descoberta de documentação até então não visualizada como aproveitável pela História, ou então a revisita de velhas fontes iluminadas por novas perguntas. (PESAVENTO, 2005, p. 69).

A partir da HC (História Cultural), temas que até então pareciam ficar ao lado menos favorecido da História, passam a ter o seu reconhecimento, hábitos, costumes, sociabilidades, sensibilidades, música, imagens, cinema, trazendo uma pluralidade de novos métodos, análises, conceitos e pesquisadores que não tinham até então o seu espaço, isso trouxe um salto para o campo histórico, para alguns um crescimento de qualidade, para outros a história se perde dentro da sua própria expansão, como na crítica feita por Dossie a terceira geração dos Annales, ao tratar da “História em Migalhas”. Mas as mudanças que cercavam o campo historiográfico eram também reflexos das mudanças sociais, para Pesavento:

A dinâmica social se tornava mais complexa com a entrada em cena de novos grupos, portadores de novas questões e interesses. Os modelos correntes de análise não davam mais conta, diante da diversidade social, das novas modalidades de fazer política, das renovadas surpresas e estratégias da economia mundial e, sobre tudo, da aparentemente *escapada* de determinadas instâncias da realidade - como a cultura, ou os meios de comunicação de massa - aos marcos racionais e de logicidade. (PESAVENTO, 2005, p. 9).

Dentre estes novos sujeitos e âmbitos de pesquisa temos os intelectuais e as sociabilidades, na obra organizada por René Rémond, *Por uma História Política*, podemos encontrar o artigo intitulado como “Os intelectuais” tendo como autor Jean-François Sirinelli, neste artigo além de trabalhar a ascensão do intelectual enquanto sujeito e objeto histórico, Sirinelli também apresenta as “redes” de relações dos intelectuais e um laço “ideológico ou afetivo” que gera uma sociabilidade, a sociabilidade passa então a ser compreendida, para ele, de outra maneira:

Na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microsomo intelectual particular. Poderíamos multiplicar os exemplos de tais microcosmos. Assim, o meio dos jovens da Ação Francesa no período entre as duas guerras: o pensamento de Maurras e de Daudet lhe confere uma coesão ideológica, a página cultural de *L'Action Française* modela e depois reflete - quando esses jovens nela colaboram - uma sensibilidade, e a liga e sua organização estudantil lhe fornecem uma estrutura de recepção; mas esse meio pode se definir também por uma vida relacional: Phillippe Ariès, por exemplo, escreveu,

após ter evocado seus camaradas políticos dos anos 1930, que essa época foi para ele, acima de tudo, o “tempo da amizade” - tema recorrente, e portanto significativo, das lembranças de antigos maurrassianos -, e propunha alás aplicar o termo “sociabilidade” aos laços que uniam o pequeno grupo de maurrassianos ao qual ele pertencia. (SIRINELLI, 2003, p. 252 - 253).

Esta outra maneira de se observar a sociabilidade pode ser compreendida através da observação do uso particular de um espaço, seja ele físico, como praças, parques, cafés, bibliotecas; ou um espaço escrito, como jornais, revistas, poemas e cartas. O que é apresentado por Sirinelli como uma “outra maneira de se observar a sociabilidade” é a compreensão dos usos em torno do afetivo e do ideológico como também a leitura de que mesmo a sociabilidade tendo um padrão comum para alguns espaços, existem variações de práticas em torno dos espaços de sociabilidade, o modo como se portar em um clube não será o mesmo modo com o qual se porta em uma praça, e grupos intelectuais ou não que também utilizam aquele espaço podem o fazer de uma maneira própria e particular, com a intenção de se distinguir dos demais que ali se encontram, e mesmo dentro de um grupo com características comuns entre os seus membros, podem existir aqueles com um modo próprio de se portar em determinado local. Falamos então da constituição de uma sociabilidade que poderia se manifestar pluralmente e em diversas áreas.

O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam,

por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo “rede” para definir tais estruturas. Elas são mais difíceis de se perceber do que parece. Entre as estruturas mais elementares, duas, de natureza diferente, parecem essenciais. As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão - pelas amizades que a subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem - e de exclusão - pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das idéias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa ampla dimensão. (SIRINELLI, 2003, p. 248 - 249).

Ao tratarmos de intelectuais, os jornais, revistas e outros meios capazes de transpor e manifestar idéias os tratamos não somente como espaços de representação, mas também como um meio de sociabilidade, neles podemos encontrar letras que unem um pensamento, talvez comum, para membros de um grupo que ali se reúnem pela identificação, pela sociabilidade. As memórias e o tom de apreço por uma praça podem unir pessoas que queiram passar aquelas lembranças adiante, ou um grupo que

se une para criticar as ações de um governo, mas para além das letras, o espaço passa a ser utilizado também como encontro da sociabilidade.

As letras se expandem e saltam das páginas dos jornais para ações cotidianas na cidade, a sociabilidade não é só do intelectual, mas com a sua busca de diferenciação dos demais membros da cidade, faz dos jornais e revistas e de espaços aparentemente comuns a todos, um espaço próprio, constrói ali o seu próprio nicho, uma maneira própria de se alimentar, de se vestir, de se comunicar.

A sociabilidade que buscamos aqui, se manifesta então para além da escrita, são ações que se manifestam no espaço, letrado, escrito nas páginas de jornais, mas também no cotidiano da cidade, nas praças e nos parques, nos cafés. Temos então este espaço como meio de manifestar a sociabilidade, entretanto, “O espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda a atividade humana” (CARLOS, 1997, p. 12). Para o homem, a relação com o espaço vai além da extração e da exploração, ela é também de identidade. Uma via de mão dupla entre o urbano que é reflexo das ações do homem e o homem que é reflexo do urbano.

Essa relação entre homem e espaço parece ser uma herança histórica que vai além do que os textos podem nos mostrar, ela é cotidiana e constante. Ela é reveladora. Analisar a relação do homem, ou melhor, dos homens com o espaço é também ter contato com as contradições, explorações e invenções de um cotidiano passado ou presente permeado de pluralidades que nos ajudam a compreender provavelmente somente a ponta do iceberg que é a urbanidade e o espaço “racional” construído por sujeitos sociais.

## PRAÇAS, PARQUES, CAFÉS E AS RUAS: SOCIABILIDADES NO CENTRO DE FORTALEZA

Os comerciantes que chegavam a Fortaleza vinham do interior da província do Ceará e outra parte era estrangeira, nos primeiros anos com maioria inglesa e logo após francesa, as modificações urbanas da cidade traziam um anseio de “civilidade”.

O espaço urbano da cidade e do país ganhava novos ares, as modificações ocorriam de forma gradativa e de acordo com o desenvolvimento econômico de cada local.

É em meados do século XIX que Fortaleza começa a ganhar de maneira mais significativa aspectos de cidade. Apesar deste caráter já lhe ser garantido desde 1823, é no decorrer do século XIX que Fortaleza passa a ser o maior entreposto comercial da Província, tanto na importação quanto na exportação, e também na comercialização dos artigos importados que fossem trazidos para cá, o que satisfazia as camadas urbanas emergentes na busca de se compararem, esteticamente e no gosto, à burguesia europeia.

Comerciantes estrangeiros passam a residir em Fortaleza, trazendo costumes diferenciados para a cidade e também leituras políticas que atravessavam o oceano. Esta nova camada que começa a emergir na cidade é reflexo do crescimento de Fortaleza na província, o que resulta na busca de modos, costumes e hábitos cada vez mais refinados, almejando “progresso”, exemplo disso são as melhorias urbanas na cidade no decorrer do século XIX, como as obras de calçamento iniciadas em 1857, o abastecimento de água sob responsabilidade da firma inglesa Ceará *Water Work Co. Ltd*, em 1865, as obras da Estrada de Ferro de Baturité iniciadas em 1870, as linhas de bonde de tração animal, iniciadas em 1877, o telégrafo em 1881 e o telefone em 1883. (ABREU, 2009, p.66).

As obras eram em sua maioria dirigidas ou contavam com a participação de profissionais estrangeiros ou de outras províncias, o que mais uma vez nos leva a entender o contato com pensamentos políticos e sociais diversos, profissionais da própria província que haviam saído para estudar fora também participavam destas obras.

A partir daí se intensificaram as modificações na infraestrutura da cidade, como é o caso da instalação da iluminação a gás e da elaboração da “Planta Tipográfica de Fortaleza e Subúrbios” pelo engenheiro e arquiteto Adolfo Herbster, em 1875, atualizando o traçado urbano em forma de xadrez elaborado pelo português Silva Paulet em 1818. Porém, para que Fortaleza fosse uma cidade moderna e civilizada era preciso, na perspectiva dos intelectuais, também modificar os hábitos de sua população.

As transformações urbanas e o anseio por novos costumes que acompanhassem o novo mundo traziam o reflexo das atividades na Europa. O século XIX trouxe o reflexo de diversas mudanças, como o avanço considerável da industrialização em países como Inglaterra e França, e o crescimento e surgimento das metrópoles como Paris, Londres, Moscou, dentre outras, que ocorreram por quase todo o Ocidente. A atmosfera de entusiasmo em relação ao crescimento econômico e ao desenvolvimento das cidades, de novidades que guiavam o território europeu para uma linha de pensamento e avanço tecnológico até então desconhecidos.

Para Cardoso (2006), o crescimento industrial e populacional de alguns centros urbanos europeus repercutiu em certa escala na cidade de Fortaleza, principalmente durante o surto algodoeiro iniciado nos anos 1860. O “ouro-branco”, como ficou conhecido o algodão, trouxe a capital cearense um novo *status* de indústria e civilização, ao fazer com que a capital se torne o

principal entreposto de comércio e porto exportador de algodão do Brasil para a Europa. Fortaleza passou por um salto de crescimento industrial, demográfico e urbano.

Assim, o desenvolvimento provocado pela exportação do algodão cearense para a Europa, criou condições para que Fortaleza se tornasse o principal núcleo urbano tanto econômico como político e, por consequência, social do Ceará, possibilitando um maior intercâmbio com outras cidades do Brasil e do exterior, impulsiona na cidade essa pretensão remodeladora.

No ano de surgimento do café Java (1886), temos o relatório do então presidente de Província, Miguel Almeida, relatando a importância do algodão para a economia local:

Relatorio com que o Exm. Sr. Desembargador Miguel Galmon Do Pin Almeida passou a administração da Provincia do Ceará ao Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas no dia 9 de abril de 1886. Fortaleza, Tip. Do Cearense – Rua Formosa nº 86. 1886. P. 43.

No anno findo os produtos de exportação da provincia attingiram ao seguinte valor official:

Algodão..... 1.300:005\$700

Café..... 38:503\$942

Assucar..... 96:027\$220

Comparado com o dos annos anteriores verifica-se ter sido o exercicio findo o de menos exportação.

Foi o algodão o que maior subsidio prestou a renda provincial.

Continuando o inverno abundante de chuvas, como tem começado, a colheita do algodão será tão abundante como nos annos de maior prosperidade.

O algodão, mesmo sendo segundo o relatório, um dos anos de menor exportação da província, aparece em número bem superior ao café vindo da serra de Baturité e o açúcar, as secas atrapalharam a produção do algodão, deixando exposta a necessidade de um “inverno abundante de chuvas” para que a produção do mesmo continuasse a abastecer a economia da província.

Ainda segundo Cardoso, sobretudo, a partir da década de 1850, Fortaleza já vivia uma forte mudança urbana, investimentos na busca de intensificar o controle social sobre as camadas mais baixas da sociedade eram feitos, retirantes, mendigos, crianças abandonadas, moradores de subúrbios, doentes infecciosos, o crescimento urbano e a nova mão-de-obra que contribuíam para o então crescimento de Fortaleza não vinham apenas do fruto da “modernidade”. Asilos, reformatórios e abarracamentos também faziam parte do espaço urbano de Fortaleza.

Para um país que saíra há pouco da situação colonial, impunha-se o desafio de definir a cidadania e de integrar politicamente o país, buscando superar as dramáticas contradições entre o “país legal” e o “país real”, isto é, entre o político e o social. É pertinente mencionar que esse movimento de independência que já se afirmara contra Portugal e vai se afirmar contra a Realeza manifesta-se também em relação à Igreja, num esforço de separar a política da religião, ou seja, de demarcar fronteiras entre o Estado e o Vaticano. O Brasil nacionalista se encontra com o Brasil secular para renovar as instituições. (CORDEIRO, 1997, p. 32).

Para Cordeiro, a industrialização, o constante crescimento populacional e urbano dividia espaço também com a tradição que marcara o século XIX no Brasil, temos ainda os moldes de uma sociedade escravocrata, das grandes propriedades territoriais e a Monarquia constituindo as bases mais consistentes da sociedade brasileira.

Caio Prado Júnior (1945) define os anos de 1870 a 1880 como um dos períodos de maior prosperidade nacional. A partir de 1850, a Inglaterra busca suspender o tráfico internacional de escravos, o que não diminuiu o tráfico interno, caso do próprio Brasil, ainda assim, surge uma nova liberação de capital para investimento nas cidades, a mão de obra “livre” estaria agora disponível para utilização nas fábricas e obras públicas, como a construção de estradas de ferro, portos e outros.

Sérgio Buarque de Holanda (1942) também destaca o crescimento econômico que ocorre entre 1870 – 1880, estimulando o surto de crescimento industrial e urbano em boa parte do território nacional a expensas do Estado e do capital estrangeiro que ganhava cada vez mais espaço com a então emergência de uma camada média. O que temos aqui é a diferenciação social, não somente por senhor e escravo, mas novos homens que começam a ganhar destaque no âmbito intelectual, político e social no Brasil e na cidade de Fortaleza.

Tantas transformações levaram a diferentes discursos e representações políticas por todo o país. Em Fortaleza, podemos observar o trajeto pelo qual tais transformações das estruturas sociais e políticas do país iam adentrando, em 1870, Fortaleza chegou à marca de 20 mil habitantes (até o início de 1900 ainda não teria alcançado a marca dos 30 mil) além do Liceu havia apenas três colégios para o sexo masculino, o Ateneu Cearense, o Panteon Cearense e o Colégio Cearense, para o sexo feminino

eram apenas dois: o Colégio da Imaculada Conceição e o Colégio Cearense, este último era dividido em duas direções, uma masculina e outra feminina. A instituição mais significativa no plano intelectual era a Biblioteca Pública, criada em 1865. Ainda em 1870, Fortaleza dispunha de vinte advogados, oito médicos, seis farmacêuticos e quatro dentistas. (CÂMARA, 1965, p. 52).

A partir dos dados apresentados, temos uma noção inicial da restrição do acesso à novas ideias no âmbito político e intelectual de Fortaleza, uma cidade com um número de habitantes pequeno, comparada a outras capitais da época, e com um número menor ainda de escolas e locais públicos que dessem entrada a um novo mundo de pensamentos que não estivessem ligados à Igreja Católica.

Para além do crescimento comercial, é importante destacarmos o papel climático nas modificações ocorridas em Fortaleza durante o século XIX, as secas trouxeram uma devastação para várias famílias, que migraram para locais às vezes distantes, em busca de alimento e moradia, sendo uma cidade em crescimento, Fortaleza foi um dos locais mais procurados, o fluxo populacional cresceu de maneira desordenada, saltando para um número de habitantes que a cidade não tinha a capacidade de suportar, além de um planejamento que não havia sido feito para o grande número de retirantes que passa pela cidade, a gestão da cidade aproveita a mão de obra dos retirantes em boa parte das obras que ocorriam naquele período.

Temos em meio a tantas informações e mudanças sociais e urbanas, grupos que começam a manifestar o seu interesse nas mais diversas áreas sobre a cidade, é aqui que a imprensa cumpre um dos papéis fundamentais quanto à crítica sobre qual o rumo Fortaleza deveria tomar, tanto no que diz respeito às construções e intervenções urbanas, como nos usos do espaço urbano e nas

relações cotidianas da população, apesar do alto número de anal-fabetos, esse entrave se deu de maneira constante, tendo início entre a Igreja Católica e os intelectuais liberais.

Além da disputa por espaço com a própria administração da cidade, veremos o conflito por espaço em locais específicos, como os cafés, as praças e parques, entre grupos que buscavam se firmar, através de suas práticas letradas (escrita em jornais, poemas, cartas, maneira de se vestir, se portar e posicionamento político) caso de intelectuais e agremiações e outras camadas e indivíduos que passam a almejar fazer parte destes espaços. Podemos trazer a hipótese da disputa por cargos e espaços já preenchidos, como o Passeio Público de Fortaleza e cargos administrativos da cidade, através da sociabilidade criada em torno de novos campos, como os cafés na Praça do Ferreira, periódicos, livros e demais escritos. A utilização destes espaços gerava a formação de novos grupos, trazendo consigo o caráter de questionamento aos que já se encontravam ocupando os locais de poder da cidade, tanto em espaço urbano quanto em cargos, além de gerar uma nova disputa entre camadas na cidade, as agremiações e intelectuais que passam a se reunir na Praça do Ferreira e em seus cafés para vender as suas ideias impressas e divulgar seus ideais passam a ser alvo de inserção de outras camadas urbanas, a sociabilidade ali inserida seria também fator de distinção.

Como exemplos de controle social e urbano da época, podemos observar a já citada Planta Topográfica da cidade de Fortaleza e subúrbios, feita por Adolfo Hebster, em 1875. Tida em termos de modificação urbana como um dos marcos de modernização da cidade, o traçado xadrez inspirado nas ruas de Paris, era uma das estratégias de controle social pensadas pela gestão da cidade, era a tentativa de disciplinar o movimento de cada peça dentro de um tabuleiro de damas e distribuir a cidade de acordo com a vontade da gestão.

Na imagem a seguir vemos um pouco do Passeio Público, um dos espaços utilizados como forma de lazer e sociabilidade pelas camadas abastadas locais, com o impulso comercial que reforçou os poderes socioeconômicos, alguns setores produziram hábitos “elegantes”, construindo áreas destinadas a práticas de identificação e distinção em relação às camadas sociais mais pobres, nessas áreas de distinção temos a presença de um consumo exacerbado de produtos europeus, seguidos de condutas e espetáculos luxuosos. Mas também era constante o cortejo de camadas mais pobres que se multiplicavam cada vez mais rápido pelas ruas e eram constantemente alvo de técnicas de controle social.



Uma das alas do Passeio Público em fins do século XIX, Arquivo Nirez.

Em uma das descrições de Mozart Soriano Aderaldo, temos o Passeio Público, que:

[...] naquela época, o centro de convergência da sociedade fortalezense, dando-nos disso notícia o historiador Gustavo Barroso: - “Ventilado, agradável sobretudo pela manhã, à tarde e à noite, era o Passeios Público nos bons tempos passados o ponto de reunião preferido pela população fortalezense. Do porto se avistava a linha multicolor de sua iluminação festiva. Num coreto chinês, as bandas militares tocavam às quintas e domingos. A gente fina enchia a avenida Caio Prado” (alameda que, no sentido leste-oeste, se debruça sobre o segundo plano do Passeio), “cujas batalhas de confetti no Carnaval se tornavam famosas. A gente de menos tom frequentava a Carapinima” (alameda do centro do passeio, naquele mesmo sentido, ligando o prédio da 10ª Região Militar à porta principal da Santa Casa da Misericórdia). “O povo miúdo ficava na Mororó” (alameda paralela à rua João Moreira). “Separação de camadas sociais natural e espontaneamente feita. Nas tardes comuns, diante do mar, onde floriam os lenços brancos das jangadas voltando da pescaria, à sombra das castanholeiras, havia o Banco dos Velhos, reunião de homens de prol para um bate-papo erudito, e o Banco dos Moços, no qual se juntavam estudantes de direito e jovens jornalistas. O Banco dos Velhos

transferiu-se mais tarde para a Praça do Ferreira, onde se tornou famoso sob esta singela rubrica - O BANCO". (À Margem da História do Ceará", Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962, os. 279 e 280, com parênteses do autor destas lembranças). Para Antônio Bezerra de Menezes, o Passeio Público era "a mais notável de todas" as praças da cidade na penúltima década do século passado. (Descrição da Cidade de Fortaleza" In Revista do Instituto do Ceará, 1885, p. 148). (ADERALDO, 1989, p. 114 - 115).

Nos trechos citados por Mozart Soriano Aderaldo, encontramos algumas das características da sociabilidade da qual retratamos, o uso do espaço se dá não somente pelo o que ele estaria fornecendo, mas também pela relação ideológica e afetiva que é mantida ali através dos seus praticantes, estas maneiras de se reinventar o espaço, se dão a partir de uma ação comum que une em uma rede, ou microclima, uma agremiação ou sujeitos com interesses comuns, a partir desses laços que são formados temos uma *sociabilidade*. A formação desta rede não se dá obrigatoriamente pelo interesse positivo em algo, também encontramos nela sujeitos que se reúnem para tratar de algo que não lhes parece de bom grado, tanto a crítica negativa quanto a positiva podem trazer uma sociabilidade.



Passeio Público em fins do século XIX, Arquivo Nirez.

Partindo da descrição feita sobre o Passeio Público, também é possível identificar o caráter de diferenciação entre grupos que utilizam o espaço, as práticas que constroem a sociabilidade aproximam e identificam sujeitos comuns àquela ação, mas também afastam aqueles que não estariam “aptos” a também dividir aquelas práticas.

Falamos de uma distinção feita a partir do local social e do campo intelectual, sujeitos de camadas sociais diferentes frequentavam ruas diferentes em torno do Passeio Público, além de praticar aquele espaço de maneiras diferentes, mas possivelmente com pontos de interseção dentro desses diferentes grupos, mesmo parecendo um simples ponto em comum, o diálogo também contribuiu para a formação de um microclima de sociabilidade, os grupos que ali transitavam poderiam discutir temas totalmente diferentes uns dos outros, mas a ação acabava sendo comum a

todos eles. Mesmo assim, temos essa distinção de maneira mais elevada através da vestimenta, dos bens de consumo e nos locais frequentados.

Através das imagens acima e da descrição feita do Passeio Público é preciso atentar para duas vertentes, a primeira delas aponta para a necessidade de uma pós-escrita sobre o período que moldasse a ideia de uma total segregação social que fosse seguida à risca de forma pacífica e geral pela população, a segunda vertente nos é inserida a partir do conceito de práticas urbanas:

Ao invés de permanecer no terreno de um discurso que mantém o seu privilégio invertendo o seu conteúdo (que fala de catástrofe e não mais de progresso), pode-se enveredar por outro caminho: analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; (CERTEAU, 1994, p. 174 - 175).

Mesmo trazendo um conceito que trabalha com a ideia de controle da administração, Certeau aponta a possibilidade de utilização de brechas, de jogar e inventar o cotidiano, são as práticas urbanas, maneiras de se inserir no espaço, pensando este conceito, não podemos anular a possibilidade de contato entre as camadas que frequentavam o Passeio Público, nas fotos podemos perceber os trajes de passeio, que marcavam a influência da cultura francesa na cidade e se espalhavam também pelo comércio. Somente as roupas não trariam essa divisão de maneira tão nítida, dado o crescente número de lojas que passaram a vender os trajes franceses na cidade e que poderiam ser adquiridos em compras parceladas.

A revista “A Quinzena” do Club Literário “CLUB LITERARIO 56 – RUA MAJOR FACUNDO – 56 abre-se diariamente das 10 horas da manhã às 10 da noite. Acham-se à disposição dos Srs sócios jornaes e revista nacionais e estrangeiros”, redatoriada por João Lopes, Antônio Martins, Abel Garcia, José Barcelos da Silva Sobrinho e José Olímpio trouxe alguns dos anúncios de lojas que aderiram à venda de artigos franceses, a revista passou a ser publicada em 1887.

Notre-Dame de Paris LOJA DE MODAS E NOVIDADES RUA DA BOA VISTA N. 41 Este estabelecimento se acha montado com elegância e luxo, recebe diretamente de Paris, Hamburgo, Manchester e outras praças da Europa, todos os artigos de que se compõe o seu sortimento, podendo assim oferecer vantagens nos preços a todos os seus freguezes. Especialidade em calçados de luxo, chapéos e tecidos, novidades. Enxovaes para casamentos e batipzados. Nabor A. Chagas & C.<sup>a</sup> Ceará.

ALFAIATARIA DE OLEGARIO A. DOS SANTOS Praça do Ferreira n.32. Obras feitas, batinas, capas romanas e um grande sortimento de obras francezas e roupas por medida. (A Quinzena, 1887, p. 88).

Os dois anúncios trazem alguns dos reflexos da cultura europeia e principalmente francesa em Fortaleza, tais anúncios eram comuns nas páginas dos periódicos locais, retratando mais uma vez a presença de sapatos, roupas e acessórios influenciados pela França, local que servia para muitos como exemplo de hábitos, costumes, intelectualidade e espaço urbano.

Não podemos deixar de destacar o caráter de civilização que estava em xeque na cidade de Fortaleza, para isso, Norbert Elias nos ajuda a compreender melhor este processo através da sua caracterização de *processo civilizador* (ELIAS, 1993), nas civilizações ocidentais modernas, ocorreu um processo que resultou na transformação das condutas e dos sentimentos humanos. A esta transformação o autor denominou “processo civilizador”. O mesmo haveria ocorrido como consequência de três fatores em conjunto: a organização da sociedade em forma de “Estados”; a centralização dos impostos e a monopolização da força física. Por esses motivos, a civilização não haveria ocorrido de maneira racional, mesmo assim, teria ocorrido de maneira organizada, tendo, como consequência, uma dinâmica social que delimitava os padrões de ação dos indivíduos. Isso fez com que surgisse um controle social onde o indivíduo deveria controlar ao máximo suas pulsões. Dessa pressão externa, surge, então, uma pressão interna – o autocontrole – onde o indivíduo busca conter seus impulsos e suas emoções. Daí a civilização pode ser percebida como um longo processo onde ocorre a modelagem dos comportamentos humanos.

As práticas disseminadas pela cidade e nos espaços como praças e parques também demonstravam um caráter de civilização que era almejado por uma pequena parcela da sociedade, estes espaços também foram escritos nas páginas de jornais, vejamos alguns.

Fortaleza contava em 1890, com 40.902 habitantes, foi divulgado no dia 31 de dezembro de 1890, o resultado do recenseamento feito em todo o Ceará, resultando entre centenas de revelações, que a população do Estado é composta de 44,5 brancos, 29,7 mestiços, 17,2 caboclos e 8,6 pretos. Fortaleza tinha 6.845 prédios, dos quais 7 são federais, 11 estaduais e 44 municipais, sem contra 3 mil choupanas e palhoças (AZEVEDO, 2001).

É também em 1890 que é fundado o Parque da Liberdade, local que também passou por diversas reformas e discussões nas páginas dos jornais de Fortaleza.

#### Parque da Liberdade

Amanhã as 9 horas do dia, pelo engenheiro do estado e pelo director das obras de socorro desta comarca. Dr. Romualdo de Barros, será entregue ao governo o Parque da Liberdade, excelente obra executada sob a intelligente e zelosa administração d'aquelle distincto profissional, em que foram efficazmente aproveitados os serviços dos indigentes manditos pelos socorros publicos.

O Parque da Liberdade que fica sendo um magnifico logar de diversão e recreio, passa ao dominio do poder municipal.

Amanhã tocará no Parque uma banda de música das 5 às 7 horas da tarde.

Uma outra banda de musica tocará às 9 horas do dia por occasião da inauguração. Jornal Libertador, 12 de maio de 1890.

O anúncio da inauguração do Parque no jornal *Libertador* parecia anunciar um local de “diversão e recreio” para a população da cidade, com um banda que tocaria na inauguração.

Entretanto, com o surgimento da Padaria Espiritual, em 1892, 2 anos após a inauguração do Parque, a agremiação dos “padeiros” já anunciava o abandono do Parque e da cidade, em um de seus estatutos, temos: “47) Pugar-se-á pelo aformoseamento do Parque da Liberdade, e pela boa conservação da cidade, em geral”.

Na Padaria Espiritual tivemos as seguintes críticas:

Ha por ahi alguem que não traga no recondito do coração a sagrada recordação deste recanto bucolico, proprio para criaturas que se amam, se bejuquem? Não. Pois bem. O Pão, o jornal que ha de ser o iniciador de todas as grandes idéas e o defensor de todos os principios sãos, vai expor, por alguns segundos o estado em que está este formoso Parque, o mais delicioso retiro para os namorados felizes.

Após a inauguração, o povo, tomado de justo entusiasmo, affluia para ali em ondas, a espairecer a beira do lago, onde vagavam botes cheios de moças, aos sons dulçorosos de uma musica bem executada. Nós mesmos que escrevemos estas linhas ainda temos a imaginação povoada da imagem da creaturinha por quem morriamos de amores e ainda sentimos as sensações amollentadoras daquellas carnes brancas e perfumadas, de rijeza marmorea, que tantas vezes fizeram-nos perder a cabeça.

Hoje, abandonado e triste, tem o aspecto tetrico de um cemiterio de aldeia e ao passarmos por ali sentimos o coração contorcer-se dolorosamente.

Já não apparece mais ninguem por aquellas paragens onde reina a paz silenciosa dos sitios mal-assombrados.

Não sabemos a razão porque o abandonaram, porém cremos que o governo, para bem servir aos seus governados, devia dar vida ao Parque, mandando aos domingos a musica tocar das 5 às 7, como fazia-se em tempos que não vão

muito longe. (JUREMA, Moacyr/ Antônio Sales. “Parque da Liberdade”. IN: *O Pão... da Padaria Espiritual*. Anno I; Nº 2; Fortaleza, 17/07/1892. p. 04).

Nas críticas feitas ao espaço, que era até então um local para os namorados e casais da cidade, por motivos desconhecidos ele foi abandonado, com características de um cemitério, agora era alvo dos escritos dos membros de uma agremiação que iria defender as raízes do espaço de sua cidade, era necessário trazer novamente a banda aos domingos. Já em outro artigo:

Abandonado, completamente abandonado o Parque. Nunca uma palavra traduziu melhor um facto. Si duvidam, venham ver. Enfiem o palitot e cheguem até a praça onde ele jaz. Campus ubi Troia fuil.

Uma camisa suja ou uma bota rota não se deixa á margem com tanto desamor, como se fez aquelle jardim público, depois de gastas com elle dezenas de contos, depois de todo construido, cortado de avenidas regado d’agua e quando elle ia ja abrindo a freseura de suas rosas no coração da cidade.

A sensação que se tem indo ao Parque não é lá muito aperitiva e refrigerante, não. Seria o mesmo que sentiríamos si atravessassemos um pedaço de floresta devastado por um incendio. Vivem alli apenas os capins entouceirados, uma ou outra arvore de decoração, as boas noutes solitarias, as parasitas e hervas maninhas de todos os generos.

Apenas a ilhota do lago viceja fresca e virrente de plantas vivas.

As aves aquaticas tem pios de lamento, grasnam de pura fome.

Tudo está alli marcado com o sello da aridez e da tristeza.

Nas plantas nem uma gotta de orvalho. Tudo estiola sobre a reflexão erua e implacavel da luz que dardeja do azul.

Os pavilhões, na athmosphera agitada e viva, tem recortes de tendas arabes em planície deserta.

A agua do lado é esverdinhada e opaca, sem arrepios, sem reflexos.

A hematose, nos seres vivos, ás horas altas do dia, torna-se alli impossivel. (JAGUAR, Lucio/ Tibúrcio de Freitas. “Parque da Liberdade”. In: O Pão... da Padaria Espiritual. Anno I; nº 2; Fortaleza, 17/07/1892. p. 02 – 03).

Muitas das críticas feitas apontam não somente para a revitalização do parque, mas podemos pensar também na crítica feita à própria administração da cidade, que gastou com ele “dezenas de contos”, um espaço em local privilegiado, próximo a várias avenidas, regado d’agua e estava, segundo os redatores do *Pão*, abandonado e em mau uso por conta da gestão da cidade.

É mais uma grelha, do que um jardim aquillo.

Si houvesse, no emtanto, um zelador inteligente e activo, encarregado de cultivar as plantas, ragal-as, moudal-as, de cimentar e ensombrar as avenidas, de rasgar repuchos, abrir cascatas, bucolisar enfim tudo aquillo, que bonitinho e idílico não seria o Parque, construido como está n’uma praça tão rica de perspectiva: uma egrejinha branca de agulha esguia flechando o azul; fachadas distantes de casas, agasalhadas n’uma meia

penumbra de palmeiras finas; vegetações remotas de quintal engrinaldan do pedaços de muros; recantos verdes de natureza; nesgas de céu entre arvores; trechos de serra aguarellados e esvahidos; com esta perspectiva esplendida que bonitinho e idyllico não seria o Parque, si houvesse um zelador inteligente e activo.....

E ia-me esquecendo.

O Parque tem um zelador.

Um dia d'estes fomos até lá.

Almas vivas encontramos uns patos e um velho.

-Meu velho, diga-nos uma cousa. Você sabe si ha alguém empregado aqui no Parque?

-Ha, sim senhor. O snr. João Pedro que é o zelador.

-E o snr. João Pedro ganha alguma cousa?

-Ganha, que este é o emprego d'elle.

-Então o snr. João Pedro!!!

Snr. João Pedro a Padaria tem a honra de comprimental-o. (JAGUAR, Lucio/ Tibúrcio de Freitas. "Parque da Liberdade". IN: *O Pão... da Padaria Espiritual*. Anno I; N° 2; Fortaleza, 17/07/1892. P. 02 – 03).

O artigo de Tibúrcio de Freitas destaca o espaço geográfico do Parque da Liberdade, também no que diz respeito à fauna e flora, também denunciando o seu suposto abandono e a necessidade de um novo zelador que cumpra as atividades descritas. Para além do espaço temos o exemplo da sociabilidade através das páginas de um periódico, nele temos uma sociabilidade que se manifesta em meio às críticas ao uso do Parque, reunindo em torno de uma ideia que poderia ou não ser comum a todos os membros da agremiação, uma rede de interesses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que buscamos aqui é retratar a sociabilidade enquanto campo de pesquisa que ganha destaque com a própria HC e que destaca não somente os usos políticos, sociais e de embate que se manifestam em um determinado espaço, seja ele físico ou não, mas também o reinventar o espaço através da feição, da afetividade, a sociabilidade mostra os usos do espaço em modificação em Fortaleza através dos interesses de grupos políticos na cidade, mas também por meio do casal de namorados que ficam sentados no banco da praça à tarde, as agremiações intelectuais que vão aos cafés apenas observar o tempo passar, debater o cotidiano e a política, mas também vender o seu jornal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** São Paulo: Zahar, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. (org.) e MALERBA, Jurandir. (org.). **Representações: Contribuição a um debate Transdisciplinar.** São Paulo: Papirus Editora, 2000.
- CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política. In: SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (orgs.). **Intelectuais.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria espiritual.** Biscoito fino e travoso. 1º. ed. Fortaleza: secretaria de cultura e desporto do ceará, 2002. v. 1000.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano.** 1. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994, Tradução: Ephraim Ferreira Alves.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e Modernos**: progressismo e reação tradicionalista no ceará provincial. São Paulo: Annablume, 1997.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico, 5º Volume: “Do Império à República”**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1942.

NEVES, B. A. C. **Intrépidos Romeiros do Progresso**: maçons cearenses no Império. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense: São Paulo, 1945.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. Fortaleza: FDR/Multigraf, 1993.

RÉMOND, René (Coord.) **Por uma História Política**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

# POLÍCIA, CULTURA E CIVILIZAÇÃO: PRÁTICAS E DISCURSOS DA CHEFATURA DE POLÍCIA NO CEARÁ DO SÉCULO XIX

Patrícia Marciano de Assis<sup>30</sup>  
Erick Assis de Araújo<sup>31</sup>

Este texto visa refletir sobre a polícia a partir da documentação da Chefatura de Polícia presente no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), dos jornais da Biblioteca Nacional (BN) e dos relatórios dos presidentes de província disponíveis no “*Center for Research Libraries*” (CRL), além da legislação e literatura do período imperial. Para tanto, fazemos uso do ponto de vista teórico-metodológico das discussões da História Cultural, especificamente problematizando os conceitos de cultura e civilização.

Nesse sentido, dividimo-lo em três tópicos, seguidos das considerações finais, mediante os quais ensaiamos algumas proposições sobre a polícia como objeto da história, a Chefatura a partir de uma visão simétrica que considera as práticas e os discursos e, para finalizar, a relação entre polícia e civilização nas cidades e vilas da província do Ceará por meio de duas obras literárias do século XIX. Dessa maneira, a chefatura é uma forma moderna de se pensar Polícia, pois pressupõe elementos constitutivos de uma maior precisão da realidade. É justamente isso que traz a polícia

---

30 Mestra em história da Universidade Estadual do Ceará e membro do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas, atuando no eixo “Governamentalidade e Controle Social”. Contato: patriciamarcia@outlook.com.

31 Professor Doutor da Universidade Estadual do Ceará e do Mestrado Acadêmico em História. Coordenador do eixo “Governamentalidade e Controle Social” do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas, Contato: erickassis2003@yahoo.com.br.

para o tema da civilização, pois estimula uma reflexão não mais em termos punitivos, mas também de caráter preventivo.

Ressaltamos de antemão que os recortes efetuados aqui são frutos de uma pesquisa de dissertação que coloca a Chefatura de Polícia em relação com a sociedade cearense do século XIX, ambos passam por significativas modificações históricas apenas tangenciadas nessa reflexão. De modo geral, a polícia é compreendida numa relação dialética tanto na sociedade como na cultura desta província, ao mesmo tempo em que se alinha a certos discursos e práticas nacionais, tendo em vista o processo de construção do Estado monárquico e da Nação desenvolvidos no período.

## **BREVE HISTORIOGRAFIA: A POLÍCIA COMO OBJETO DA HISTÓRIA**

As reflexões sobre a história da polícia são recentes tanto na historiografia brasileira quanto na cearense; nos anos iniciais sua produção caracterizou-se, em sua maioria, por autores que eram ou já tinham sido das corporações que pretendiam analisar, trazendo em seu conteúdo aspectos da história oficial (Cf. ARAÚJO, 1898; VICTOR, 1943; RODRIGUES, 1956). Essa produção que realça datas e fatos, numa busca pela origem, tanto sobre a polícia militar quanto sobre a civil, está em vigor até hoje, por autores externos a academia, assumindo aspectos de valorização da memória institucional, a maioria deles numa busca pela origem (HOLANDA, 1987; MELLO, 2012).

Em contrapartida, o interesse acadêmico por essa temática é datado do final dos anos 1960 nos Estados Unidos, como caracterizou Marcos Bretas, e na década de 1980 no Brasil, com a organização do corpus e teorias necessárias a problematização da temática, juntamente com os contextos políticos desses países

(Cf. BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 163-64). Por tanto, o interesse acadêmico por esse objeto é mais recente e acaba fugindo do perfil anterior, seja do ponto de vista da origem, seja da valoração de datas e fatos, optando por estudos críticos quanto a seu papel na sociedade.

Por exemplo, Bretas (1997a, 1997b) como um dos primeiros a problematizar a temática – após as reformulações da historiografia proveniente da chamada Nova História Social e da aproximação com a sociologia, realizou seu trabalho sobre a polícia do Rio de Janeiro preocupado, inicialmente, com a relação entre o povo e o Estado e posteriormente com a relação entre polícia e público, ambos considerando sua interação. Nesse sentido, entendia a polícia como importante órgão público inserido numa estrutura estatal moderna que requeria uma pergunta mais direta do pesquisador sobre sua atividade – “como eles fazem” no lugar de “o que fazem” (1997, p. 13b). Assim, ao analisar os primeiros anos da república, referiu-se a ela tanto como instrumento de poder quanto de luta pelo poder.

No mesmo período, fazendo uso da história marxista, Holloway (1997) publicava seu estudo sobre a polícia do Rio de Janeiro no XIX, ressaltando os aspectos de repressão e resistência desse artefato do Estado moderno numa sociedade escravocrata. Por sua vez, Pechman (2002) ao trabalhar cultura e cidade, ressaltou esta última como lugar privilegiado de gestação da civilização moderna, a qual relacionava poderes e saberes, a partir dos quais a polícia aparecia na medida em que ele questionava como os dispositivos legais e repressivos intervinham nos espaços, ou como a política no Rio de Janeiro mantinha relações com a urbe. Enfim, problematizou o urbanismo e a emergência do romance policial como facetas das disfunções urbanas, das preocupações e problemas com o crescimento desta e da população.

Já Silva (2003), analisa a formação da força policial pernambucana como produto do processo de construção do Estado imperial brasileiro, assumindo caráter repressivo e burocrático, entre 1830 e 1850. Cotta (2012), por sua vez fazendo uso do pensamento foucaultiano e da História Social da Cultura, ressalta a matriz portuguesa do sistema policial brasileiro, que se baseava na manutenção da ordem e do uso de corpos militares como suporte, sendo, pois, fruto da modernidade.

André Rosenberg (2006, 2010) apresentou, ainda, a polícia como um mediador de conflitos e agente ativo no estabelecimento da ordem, em sua pesquisa sobre a polícia paulista no final do império – especificamente nas décadas de 1870 e 1880; na qual tentava perceber o alcance e a eficácia do que denominou “braço armado do Estado”, por meio da interação de seus agentes com a população e a biografia de seus membros. Aprofundando em outro trabalho, sua reflexão sobre o processo de construção da polícia em Santos nos anos de 1880, a partir das interações e conflitos com a população pobre.

No Ceará, as pesquisas privilegiaram a polícia na Primeira República. Para citar apenas alguns desses trabalhos, temos a pesquisa de Fonteles Neto (2005) que problematiza os limites e entraves da ciência policial e o trabalho nas ruas da capital cearense. Por seu lado, Gonçalves (2011), aborda sobre como os discursos e as reformas policiais na Era Vargas, expressavam uma confusão entre ordem social e “sociedade policiada”. E o mais recente deles, Barbosa (2014), levantou questões sobre o trabalho de policiamento da Força Pública no sertão cearense e sua relação com os poderes políticos locais.

Os trabalhos sobre o período imperial cearense guardam alguns silêncios da polícia como objeto. Encontramos apenas um trabalho monográfico, no qual a autora (GIRÃO, 2010) apresenta a capital como um espaço de embates de interesses e a Força

policial como um aparelho político-burocrático do Estado, no início do século XIX, que serviu de ferramenta para o controle e legitimação da força da elite política da província. Em outros, sem focar no trabalho policial, o objetivo é analisar os impactos do recrutamento de soldados, seja para o Exército e a Guarda Nacional, ou Guerra do Paraguai (RAMOS, 2003; MORAES, 2007).

Como vimos brevemente, a polícia enquanto objeto de estudo passou por diversas abordagens, desde o viés marxista a história social. Nosso intuito nesse texto é trazer também a possibilidade de estudá-la por meio da cultura, principalmente como forma de perceber o que significa estudar a Chefatura de Polícia no Ceará como um gesto do Estado para se inserir de algum modo na temática da civilização. Esta instituição atuava na administração policial da província por meio do órgão burocrático: secretaria de polícia, subordinada ao Ministério da Justiça e ao imperador num plano nacional, e no local aos presidentes de províncias.

Nesse sentido, tendo em vista a crise de paradigmas na historiografia, depois dos anos 1980-90, temos uma nova forma de pensar a cultura, enquanto expressão e tradução da realidade. A partir dessas modificações foi possível trazê-la para análise dentro da corrente denominada de Nova História Cultural, a qual fruto dessas críticas epistemológicas possibilitou um olhar em torno dos significados partilhados e construídos pelos homens manifestados por meio de discursos, imagens, coisas e práticas (PESAVENTO, 2003).

Fazendo uso das proposições de Sahlins (2003, p. 61) assumimos uma postura teórico-metodológica que não dissocia discurso e prática, numa tentativa de superar o conflito entre os limites da mente e a atividade prática, herdado da teoria antropológica. Pois entendemos que ambas as dimensões atuam con-

juntas nas expressões e traduções da realidade (PESAVENTO, 2003), incidindo tanto nos modos de fazer quanto de significar o mundo, pois as formas de racionalidade, como ressaltou Farge (2011, p. 36): “se exprimem em numerosos lugares, se situam tanto nos discursos quanto na multiplicidade das falas singulares, tanto nas práticas sociais quanto por baixo do discurso.”

Do ponto de vista da história da polícia, nosso objetivo é, além de propor uma reflexão sobre o período imperial brasileiro, compreender o processo que interliga polícia e segurança “pública” no Ceará, onde tanto as categorias de “polícia” e “segurança”, quanto “cidade” e “civilização” se apresentam como constructos sócio culturais. Para tanto fazemos uso tanto das proposições foucaultianas quanto das de Certeau, por entender que a polícia faz parte de um conjunto de técnicas de administração do Estado, e cujo corpo social é atravessado, caracterizado e constituído por relações múltiplas de poder, acompanhada da produção, acumulação, circulação e funcionamento de discursos (FOUCAULT, 2012, p. 278-279). No sentido contrário, mas análogo, as relações com a sociedade, do ponto de vista prático, pode assumir caráter distinto conforme a ocasião e a circunstância dos acontecimentos, de modo que “as maneiras de fazer” assumem características significativas quando se observa os procedimentos através dos quais os populares jogam com os mecanismos de poder, como se reapropriam do espaço e operam táticas que se articulam com o cotidiano: “Falando de modo mais geral, *uma maneira de utilizar* sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas. [...]. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas” (CERTEAU, 1994, p. 79).

Assim, Foucault abria margem para que questionássemos quais poderes perpassavam o século XIX, especificamente a Chefatura de Polícia do Ceará, ao mesmo tempo em que propunha

através de seus livros, um olhar para o termo “segurança”. Já Certeau (Idem, p. 19), por sua vez, apresentara uma cidade que não era só o lugar do panóptico e dos discursos – inclusive a que se detivera o supramencionado autor, mas um espaço cheio de práticas microbianas, singulares e plurais. Em outras palavras, chamava atenção às práticas astuciosas, aconselhava-nos que não tomássemos os outros “por idiotas” e percebêssemos as disparidades no tratamento dado as práticas e discursos, relegando aquela a dimensão das “mentiras”, em contraposição as “verdades” do segundo (Ibidem, p. 139). Para ele, algumas questões foram formuladas a partir da análise dos procedimentos de Foucault, abrindo novas possibilidades:

Mostrando, num caso, a heterogeneidade e as relações equívocas dos dispositivos e das ideologias, ele constituiu em objeto histórico abordável esta região onde procedimentos tecnológicos têm *efeitos de poder* específicos, obedecem a *funcionamentos lógicos* próprios e podem produzir uma *alteração* fundamental nas instituições da ordem e do saber. Resta ainda perguntar o que é que acontece com outros procedimentos, igualmente infinitesimais, que não foram “privilegiados” pela história, mas nem por isso deixam de exercer uma atividade inumerável entre as malhas das tecnologias instituídas. (Idem, p. 116).

Ressaltando essa dicotomia estabelecida por Foucault entre “ideologias” e “procedimentos”, questiona sobre outra perspectiva que não o modo de organização do espaço social pelos procedimentos disciplinares e outra forma de falar das práticas que não seja por meio de discursos; em outras palavras além de

privilegiar o panóptico, como ressaltar esses outros procedimentos cujas atividades sem destaques “nem por isso deixam de exercer” suas práticas nas “malhas das tecnologias instituídas”. Enfim sugere que ao invés de permanecermos no terreno do discurso, que se analisem as práticas. Aqui reiteramos que se considerem ambas as dimensões históricas, sem necessariamente optar por um ou outro, ao entender que o homem caminha ao mesmo tempo em que reflete sobre o caminhar e, ainda, que dificilmente ele assim o faz descolado de seus pares ou de seu contexto.

É nesse sentido, que nos propomos a refletir sobre os discursos e as práticas urbanas, colocando tanto os planos para as cidades e vilas (presentes no discurso) quanto as atividades policiais nesses espaços e em relação a população (efetuadas nas práticas corriqueiras) como um problema. Foram tais reflexões que nos inclinaram para uma abordagem da História Cultural, especificamente sociocultural. Pois ao entender a sociedade como uma rede a partir da qual o indivíduo não pode ser dissociado, concordamos com Chartier (2002), que a dissociação das condições sociais pressuporia a retirada do indivíduo dessa sociedade. E assim como ele, entendemos que as percepções do social não são discursos neutros, mas que produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade e a legitimar um projeto (Ibidem, p. 17). Entretanto, estes últimos apenas parcialmente se efetivam no fazer/viver de cada momento, sobretudo, quando consideramos, ainda que insuficientemente, os envolvidos.

Em geral, o trabalho é pensado de modo a problematizar uma perspectiva de história que dissocia práticas de representações (em nossa pesquisa trabalhada do ponto de vista do discurso), apontando para a possibilidade de outro caminho, se não de conciliação, ao menos de diálogo entre ambos. Pois como ressaltou Sahlins (2003, p. 105), a criação do “significado é a qualidade

que distingue e constitui os homens – a “essência humana” de um discurso mais antigo – de modo que, pelos processos de valorização e significação diferenciais, as relações entre os homens, bem como entre eles e a natureza, são organizadas.”

Ora o que estamos propondo é, antes de qualquer coisa, uma visão simétrica da polícia, a partir da qual seja possível refletir sobre sua relação com a cidade de uma dupla perspectiva: que coloque a polícia como detentora de uma estratégia capaz de determinar, circunscrever e selecionar as fronteiras entre o que é – e não é – permitido; ao mesmo tempo em que a coloca como objeto de uma cidade que se desenvolve na mesma medida em que faz proliferar táticas de espaços diferenciadas das propostas panópticas, as quais também possui uma lógica própria, permitindo maior flexibilização da fronteira entre lei e prática cotidiana.

Deste modo, nesse texto, esboçaremos algumas questões sobre a Chefatura de Polícia pensando em dois aspectos significativos para a sua história. Num primeiro plano, gostaríamos de ressaltar tanto a ação vigilante da polícia sobre uma cidade cada vez mais pensada e circunscrita numa lógica civilizacional, na mesma medida em que é vigiada do alto e de perto pela hierarquia e centralização monárquica e pela crescente crítica dos jornais. Para em seguida, desvelar uma polícia que esbarra em problemas específicos da província, cujo ideal pensado no discurso das leis é cada vez mais desfeito por uma série de condições socioculturais – e até mesmo econômica; as quais vão, tanto por dentro quanto por fora, criando formas de adaptações locais aos anseios de civilização e progresso que permitem ideais de liberdade e liberalismo, numa sociedade latifundiária e escravocrata.

## PRÁTICAS E DISCURSOS DA CHEFATURA DE POLÍCIA DO SÉCULO XIX

A construção da ordem imperial significou a busca pela administração do conflito privado pelo poder público, mas para Carvalho (1996), isso significou a manutenção privada do conteúdo do poder, de forma tal que a elite foi um agente ativo na formação da nação e da própria ideia de ordem tão presente na documentação do século XIX. Segundo Fraga Filho (1996, p. 19), as tentativas de controle social voltaram-se para a população livre e pobre, tendo no discurso a apologia ao trabalho como forma de regeneração social e progresso econômico, fruto de um período de declínio da escravidão.

Assim, a instalação de aparelhos jurídicos e policiais foi efetuada no sentido de atender as novas demandas por ordem, exigindo uma estrutura burocrático-legal que produziu uma autonomização relativa da esfera estatal e da elite política em relação ao domínio senhorial (ALONSO, 2002, p. 75). Ainda que permanecesse a família como principal mediador nesse processo, a tal ponto que alguns jornais opositores efetuavam denúncias diárias sobre a influência política e uso indevido de cargos, uma vez que “os subdelegados, os delegados, os chefes de polícia são todos escolhidos com animos de vexar, de perseguir os cidadãos.” (BN, **Pedro II**, “A liberdade que fica existindo”, 01 jan. 1842. p.4).

A Chefatura de Polícia foi instalada no Ceará em 1842, depois das determinações da lei de dezembro de 1841 (BRASIL. Lei nº 261 de 3 de Dezembro de 1841) num momento de centralização do poder monárquico em que o rei era a ponta da hierarquia do aparelho administrativo do Estado. A lei determinava a existência de chefes de polícia nos municípios das províncias brasileiras, os quais subordinados aos presidentes de província administrariam todo esse território por intermédio dos delegados,

subdelegados e inspetores de quartirão, bem como dos carcereiros nos casos das cadeias locais. Eles contariam com o auxílio da Guarda Nacional e dos comandantes dos quartéis, do corpo de polícia e dos destacamentos para efetuar o patrulhamento e proceder às diligências na capital e no interior.

Juntamente com o regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842 (APEC. Correspondência enviada pelo Presidente da Província ao Chefe de Polícia. 22/02/1884), essa lei é importante porque inaugura a vigilância como tarefa policial, descrevendo obrigações dos chefes de polícia e seus subordinados, sobretudo no que diz respeito ao controle de vadios, mendigos, bêbados, prostitutas e turbulentos os quais “por palavras ou ações ofendem os bons costumes, a tranquilidade pública, e a paz das famílias”. Ou seja, por meio dessas leis, válidas por todo o território nacional, temos o cerne de alguns discursos sobre o papel da polícia como defensora de certos grupos que compunham as cidades e vilas, as famílias, em detrimento daqueles que visavam a perturbação da ordem, todos os tipos de criminosos e desordeiros, supramencionados. Segundo, Holloway (1997, p. 20), a elite era a maior interessada no policiamento como resposta institucional à ameaça das não-elites.

Ora, inaugurar a vigilância como tarefa policial significou, entre outras coisas, mudar o foco da polícia do período colonial de caráter punitivo, para uma polícia que para vigiar pressupunha conhecer a população. Tal fenômeno implica em falarmos em certa sofisticação para tratar do tema, tais como: melhor descrever essa população com dados físicos e biológicos; profissão; filiação; moradia; situação migracional; etc. De forma consciente ou não, esse processo ganhou novos contornos com o incremento da utilização do conceito de polícia com o filtro da ciência, mesmo que isso tenha se dado de forma cadenciada.

A polícia pensada dessa forma sugere um novo ambiente para a área da Segurança, pois a criação da Chefatura traz entre outros aspectos a abordagem dos acontecimentos de forma não aleatória, mas dispostos numa série, passíveis de uma regularidade. Tal postura marca o novo tratamento do governo na área de segurança, a qual não impede de as coisas acontecerem, mas cria regularidades projetadas a partir de um conhecimento técnico do real.

No livro “Roteiro dos delegados e subdelegados de polícia”, o advogado provisionado pelo tribunal da relação da corte Vasconcellos (1857) (que fora também delegado de polícia e juiz municipal) busca sistematizar as atribuições desses cargos tanto por meio da legislação do período quanto da “prática estabelecida”, de modo que podemos vislumbrar seu caráter de controle de entrada e saída de estrangeiros e escravos (passaportes), dos conflitos intra e extra familiares (termos de bem viver e de segurança), dos crimes e criminosos (corpo de delito e prisões), enfim, de cuidar de: “quaesquer acontecimentos graves que ocorrerem, e interessarem a ordem pública, tranquilidade segurança dos cidadãos” (Ibidem, p. 26).

A proposta de polícia para as cidades e vilas baseava-se na distribuição de jurisdições, de modo que cada província foi seccionada em unidades menores que correspondiam a uma estrutura administrativa distribuídas entre vários segmentos do Estado. Às comarcas, termos, distritos e quarteirões, correspondiam às ações de autoridades tanto da Chefatura e quanto da justiça. O quarteirão, como unidade mínima desses cortes – baseado num total de vinte e cinco casas habitadas, ficava a cargo dos inspetores e dos soldados, que respondiam direta e indiretamente aos chefes de polícia (VASCONCELLOS, 1857).

O Ceará contava com trinta e cinco termos, quarenta e um municípios e cento e dezessete distritos policiais em 1872 (BN, **A Constituição**, “Relatorio”, 24 jan. 1872. p.1), o que foi

se modificando até o final do século, com novas criações ou supressão dos existentes (BN, **Constituição**, “Districtos policiaes”, 23 mar. 1882. p.3). Do ponto de vista populacional, o recenseamento de 1872 apontava para: 721:686 habitantes, sendo livres 689:773 e escravos 31:913 (Cf. BN, **Constituição**, “Parte Official”, 28 jul. 1875. p. 1).

De acordo com Rosenberg (2006, 2010), o processo de construção da polícia se deu a partir das interações e conflitos com a população pobre livre ou escrava. No Ceará, os editais baixados deixam antever tal direcionamento. Já em 1843, fazia-se uso deste dispositivo legal para restringir a mendicância, determinando que “á ninguem he permittido mendigar pelas ruas desta capital senão mostrando por attestado de Medico, ou Cirurgiaõ que seo estado de saude o prohibe de trabalhar; ou quando for cego, aleijado, ou padecer moléstias, que sejaõ visíveis”, do contrário seriam “presas pela Policia, e trasidos a presença do Chefe, para os processar na forma das leis” (APEC. Livro de Registro de Officios da Secretaria de Polícia ao Presidente da Província. 1842-43, nº. 193, p. 183). No mesmo ano, ressaltava a necessidade de ser cumprida a ordem do toque de recolher, ao permitir que as patrulhas façam dispersar “quaesquer reunioens”, do contrário “todo escravo, que for encontrado na rua sem billhete de seo Senhor, que denote o lugar para onde vai, e datado do mesmo dia será prezo [...] onde será castigado com cincoenta açoites” (Idem. p. 183v).

Mas a Chefatura também passou por alterações ao longo dos anos. Seguindo as diretrizes dos quarenta anos de sua instalação, essa polícia passa por algumas delas no ano de 1871. Nesse ano um decreto de novembro buscou maior delimitação do trabalho policial, ao propor uma divisão mais nítida entre este e o da justiça, sugerindo que a incompatibilidade entre seus cargos seja posta em prática no ato das nomeações, ao retirar de suas atribuições a formação de culpa, pronúncia e julgamento das infrações

dos termos de segurança e bem viver, apontados anteriormente. Além das capturas e prisões, do cuidado com as cadeias e presos, cabia a secretaria de polícia – órgão burocrático da Chefatura, o preparo dos processos crimes e do inquérito policial, além de “todas as diligências para o descobrimento dos factos criminosos e suas circunstâncias, inclusive o corpo de delito” (BRASIL. Decreto nº 4824 de 22 de novembro de 1871). Segundo Carvalho (1996, p. 159), a reformulação de 1871 também modificava a carreira judiciária, no sentido de profissionalizar “mais os magistrados aumentando as restrições ao exercício de cargos políticos”.

Essa lei significou precisar melhor as funções, focar mais no trabalho de investigação da polícia, oferecendo espaço para sua atuação em outros campos, pois caberia a ela agora a tarefa de circunscrever a cena dos delitos e dos crimes através do preparo dos processos crimes e dos inquéritos policiais. Em outras palavras, abriu espaço para um trabalho de moldar comportamentos e de prevenir o delito em nome de uma pretendida “civilização”.

Assim, esse segundo momento trouxe em seu cerne um acirramento de um discurso que privilegiou a “segurança” como elemento essencial numa cidade dita civilizada. Neste ponto, os discursos de civilização assumem um peso considerável, tendo em vista o crescente número de melhoramentos vivenciados tanto na capital quanto no interior. Esta assunção preponderância nos discursos como local que deveria conservar-se tranquila, não obstante as constantes prisões e práticas ditas criminosas, como relatadas por delegados e inspetores:

A capital conservou-se tranquila. Foram presos [...] no Circo equestre durante o espetáculo na noite de hontem, os indivíduos Luiz João de Vasconcellos e Antonio Francisco das Chagas, por proferirem ali palavras obsenas,

produzindo perigosa agitação' entre os espectadores, e insistirem em permanecer no Circo, nao' obstante serem expelidos pelo povo quase em massa, indignado com a conducta delles (APEC. Correspondência enviada pelo Chefe de Polícia ao Presidente da Província. 07/01/1871).

A tranquilidade permanece sendo parte do discurso, porque as práticas criminosas dos indivíduos supramencionados não concorreram para a alteração da ordem, segundo Cotta (2012), a preocupação com a manutenção da ordem foi herança de uma matriz luso e esteve desde o início da colonização, logo mesmo antes da existência da polícia enquanto instituição nacional. Assim, na documentação da polícia este tipo de discurso era recorrente, não obstante as requisições dos jornais para uma polícia efetiva, que resolvesse as questões criminais, sobretudo, por meio da prisão, bem como se fizesse cumprir as posturas municipais e dentre outros serviços, o fornecimento de água para a população, estas eram pautas do mesmo jornal encaminhado na documentação supracitada.

São diversos os jornais, como o “Cearense”, que colocam em questão as práticas de policiamento da província, tanto sobre crimes, quanto apontando críticas e incoerências cotidianas. Reclamando em nome do “pobre povo” contra ações não previstas pela legislação:

A desmoralizada policia olha para tudo isso com indiferença, e nem outra coisa se deve esperar de homens bisonhos, e ignorante a quem se entrega os destinos do povo. / O presidente e chefe de policia sabem de tudo isso, e quando

os seus auxiliares são accusados pela imprensa, limitão-se a mandal-os ouvir e publicar as suas *proprias* informações no jornal official [...] / O delegado tem ordenado que se feichem todas as lojas as 9 horas da noute, de maneira que d'essa hora em diante nota-se um silencio sepulchral neste pequeno povoado. / Ainda a pouco a patrulha rondante prohibio a um pescador que vendesse peixe depois de 9 horas. / E' digno de reparo este procedimento da policia tanto mais quando não ha lei ou postura municipal que autorise uma ordem desta. / Seria conveniente que desapparecesse mais esta compressão sobre o pobre povo, a quem se quer privar até do direito de procurar os meios de subsistencia. (APEC. Correspondência enviada pelo Chefe de Polícia ao Presidente da Província. 09/01/1871).

A imprensa como instrumento de crítica, principalmente quando envolvia opositores políticos, foi uma das características primordiais da segunda metade do século XIX, que viu crescer as publicações tanto na capital, quanto no interior. Os pedidos de informações sobre a “veracidade dos factos” são quase diários, alguns deles feitos por “Aviso do Ministro da Justiça” direto ao presidente (APEC. Minutas do Chefe de Polícia. cx 94. L. 19a. 24/04/1878).

Por meio do jornal official, “Constituição”, é comum – conforme criticado acima – a veiculação de respostas das denúncias, geralmente na coluna “A Pedido”, que também funcionava como meio de responder aos jornais da oposição. Como tentava “esclarecer”, por exemplo, sobre a soltura de fogos de artifícios

na “Rua do Cajueiro” e a tentativa de ferimento por um “*insolente cachaceiro*”, em julho de 1875: “Diz mais que o J. Barbado foi preso em flagrante e logo solto pelo Sr. delegado Carneiro; concluindo sua sêde de vingança, atirando mil improperios e injúrias, bem como manifestas falsidades a vítima de sua perversão” (Cf. BN, **Constituição**, “A Pedido”, 22 jul. 1875. p. 3).

Além disso, é possível encontrar ainda as confirmações da “honestidade e dedicação à causa pública” daqueles nomeados para os cargos e das demissões, a maioria destas considerando “as conveniências do bem público” conforme os relatórios apresentados a Assembleia Provincial (BN, **Constituição**, “Parte Oficial”, 14 jul. 1875. p. 1) e criticado tantas vezes por jornais como forma de inserir aliados em cargos estratégicos da administração da província. Estas justificativas preenchem várias páginas das portarias, sendo diversas delas resultados de indicações de chefes de polícia, delegados, subdelegados e outras autoridades (APEC. Portarias da polícia. cx 83. Livro 60 (Antigo 241-B). 27/12/1884), deixando antever relações sociais, principalmente entre membros de um mesmo partido.

Nos relatórios destinados aos presidentes de província, os chefes de polícia apresentavam, por meio de vários tópicos, a administração policial da província, os quais se avaliados como formas de estabelecer prioridades (BRETAS, 1997, p. 17b) levantam algumas questões sobre a importância da segurança numa cidade que se pretende civilizada. Nesse sentido, dentre os tópicos tinha um que discorria sobre a “Segurança e Tranquilidade Pública”, no qual informavam sobre os acontecimentos que alteravam o “sossego”. Em seguida outro trazia, em relação a “Segurança Individual e de Propriedade”, relatos e dados estatísticos de crimes e capturas, bem como explicações para os mesmos. Além de outros que visavam descrever os aspectos da “Repartição da Polícia”, dos “Cargos Policiais”, das atividades nas cadeias ou prisões e das visi-

tas policial ao porto. (APEC. Livro de Registro de Offícios Ostensivos da Secretaria de Polícia ao Presidente da Província do Ceará. 1871-72, n.º. 217, p. 161-64). Todos eles desvelando uma polícia que se inseria nas cidades e vilas como forma não só de prevenir crimes, mas também de fazer funcionar elementos essenciais a sociedade local e seus melhoramentos, tal como a iluminação e o fornecimento de água. Portanto, essa nova abordagem do papel da polícia aponta para elementos que inserem a cidade nos parâmetros civilizacionais do período.

Os próprios jornais buscavam fomentar ideias de que a imprensa era a “mais extraordinária entre todas as criações”, pois era possível imaginar um mundo sem as “mil maravilhas” da indústria moderna e do progresso, mas não sem a imprensa diária (BN, **Pedro II**, “O jornalismo”, 08 mar. 1888. p. 2). Essa valorização do progresso de que fala o jornal, estava envolto num contexto de modificações locais por que passava a capital e o interior. Era a Fortaleza do traçado xadrez, dos sobrados, dos divertimentos culturais e novos hábitos de vestir (GIRÃO, 1979), além de ser a capital dos serviços “modernos” de iluminação, do calçamento, dos correios, do porto e da construção de inúmeros prédios do governo (Cf. MENEZES, 1992). No interior, também havia anseio por progresso e civilização, como ocorreu com a ideia da água como fator de civilização, vislumbrada pelo projeto de construção do açude de Quixadá, (MONTEIRO, 2012) e das propostas de intelectuais do Crato para a organização da cultura local, pautadas em ideais civilizacionais e de ordem (CORTEZ, 2000). Esses são alguns dos diversos aspectos de “modernização” ressaltados pela historiografia como comprovação da existência de uma “belle époque” aqui (PONTE, 1993).

As preocupações com a “segurança” numa província “tão civilizada” passa a se tornar cada vez mais imperativa, ou como falou o presidente da província: “Muito folgo de entregar a V.

Exc. a província em perfeito estado de paz, o que bem prova a ascendência, que vai tendo a moral e a civilização sobre a índole e caracter dos seus habitantes” (CRL. Relatório do Presidente da Província José Fernandes da Costa Pereira Junior. 20/01/1871. p. 1). Entretanto, não obstante os discursos sobre as luzes e o “progresso”, certas práticas tradicionais permaneciam:

O seculo XIX, denominado o seculo das luzes, parece ter por demais descançado em sua marcha progressiva [...] / O nepotismo substitue a justiça e a sempre perigosa conveniencia pessoal antolha os caminhos, nos quaes livremente deveria transitar a lei. / E no entanto o seculo XIX é o seculo das Luzes! / E quem ousará negál-o?! (BN, **Seculo XIX**, “Seculo XIX”, 11 nov. 1876. p. 1).

Mesmo reconhecendo esse período como “o seculo das Luzes”, ressalta que o nepotismo continuava a substituir a justiça, principalmente tendo em vista os interesses pessoais. A essa aparente contradição, que perpassa boa parte da estruturação da província, gostaríamos de ressaltar sobre o trabalho policial, não só as dificuldades da administração dos recursos disponíveis, como tantas vezes apontadas pelos presidentes da província à Assembleia Provincial (Cf. CRL. Relatórios de Presidentes de Província do Ceará. 1871-1891); mas também, ressaltar a participação de práticas astuciosas da população que por diversas vezes não se deixou submeter por essas autoridades:

o subdelegado com alguns praças da Guarda Nacional se apresentado a um grupo de muitos indivíduos e procu-

rado desarmá-los, estes se levantaram contra aqueles praças e os levaram de corrida até a morada do coronel Sombra, onde se achava grande quantidade do povo e então travou-se grande luta de pedra e pau, que concluiu-se por tiro de bala e chumbo, quando então os que pertenciam ao lado acometido, vendo-se feridos e sem armas para poderem repelir seus inimigos, pois as únicas que haviam nas mãos de alguns guardas nacionais, estavam carregadas com pólvora seca, puseram-se em precipitada fuga, deixando, talvez, de ser vítima o coronel Sombra e vários amigos, por se haverem recolhido. (APEC. Livro de Registro de Ofícios Ostensivos da Secretaria de Polícia ao Presidente da Província do Ceará. 1871-72, nº. 217, p. 143. *Apud.* MELLO, 2012, p. 46).

Levantar-se contra os praças ou soldados da polícia foi de diferentes formas, modos encontrados pela população para contrapor a atuação policial, de modo que não é incomum, embora seja sempre pontual, o aparecimento desse tipo de atitude. Nesse sentido, o presidente da província por diversas vezes recomenda cautela e a “mais severa e escrupulosa neutralidade entre os partidos, sem parecer que protege a um contra outro”. Nas nomeações, por exemplo, prefere a indicação de pessoas estranhas as questões locais, isso do ponto de vista da administração é um zelo Republicano: garantir o princípio da impessoalidade. Tal iniciativa não deixa de ser um gesto que se articula com o propósito civilizacional presente nos discursos de intelectuais do famoso século das luzes, tal como explica um presidente, o qual informa sua

finalidade ao nomear certo delegado exatamente por ser ele: “um individuo estranho ás intrigas locais, e capaz de cingir-se exclusivamente a policiar a localidade, mantendo a segurança pública, e procurando, por seus actos, acalmar a agitação dos espíritos, que alli se manifestava, ameaçando o socego da localidade”, pois “é do desejo do governo ver acalmadas, para que a administração pública, contando com a tranquillidade do espírito, possa desenvolver se em sua esphera, provendo aos interesses reaes da provincia” (APEC. Minutas ao Chefe de Polícia. cx 98. Livro 28 (s/n). 1881. 09/04/1881 nº 606).

Desse modo, podemos verificar que mesmo com os limites impostos por questões de infraestrutura, os dirigentes da polícia cearense tinham uma preocupação em focar o papel da polícia como fomentadora de uma autoestima da própria natureza violenta do cearense. (VIEIRA JR., 2004). O que isso significa dizer do ponto de vista do governo que, embora as condições sejam adversas, é imperativo afirmar que há condições de diminuir as ameaças à ordem e a tranquilidade, de que há condições de maximizar o trabalho policial no sentido de enfrentar com antecipação o que não se conhece com exatidão, de prevenir o crime local.

A chefatura de polícia passa por inúmeras modificações ao longo do século XIX, sendo impossível discuti-las aqui, entretanto, cabe percebermos que ela trabalha inserida na sociedade cearense de tal modo que articula espaços, dialoga com certo público por meio de jornais, entre outros, além de participar nos conflitos de poderes locais. Como ressaltou Bretas (1997, p. 16b), convém considerar que sua atuação era em grande medida gerida por experiências diárias, as quais tinham seu próprio meio de compartilhamento. Nesse sentido, vemos essa instituição pouco a pouco angariando espaço neste século e tendo delimitada sua tarefa, inclusive por solicitação de grupos locais e legislações.

Alguns eleitores d'esta capital na representação juncta por copia manifestam receios de que amanhã e depois por ocasião da reunião do Collegio se reproduzam os conflictos do dia 5 do mes passado. /Cumpre, pois, que V.S.a dê as necessárias providencias para que durante a noite não seja a igreja matris occupada por quem quer que seja e de dia, durante as horas dos trabalhos electoraes, não se agglomerem homens do povo, especialmente turbulentos notoriamente conhecidos, nas immedições da mesma igreja, onde segundo a lei precisão ter entrada unicamente os eleitores e só se devem consentir [...] de outras pessoas que não sendo eleitores si recommendem por seus hábitos pacíficos e por outras circumstancias que repillam qualquer suspeito de desejo de interesse em perturbar a ordem. / Sobretudo recommendo muito a VS.a as medidas as mais energicas para que não penetre na igreja homem algum com armas defesa." (APEC. Minutas ao Chefe de Polícia. cx 98. Livro 28 (s/n). 1881. 03/01/1881).

A requisição para que a polícia evitasse conflitos, bem como as estratégias para dispersar as aglomerações de “homens do povo” tornam-se constantes conforme avança o final do século. Seja em nome do trabalho ou da segurança, a polícia faz-se cada vez mais necessária para corresponder nas práticas urbanas os anseios de civilização provenientes das modificações pelas quais a província passa a partir da segunda metade do século XIX.

Em outras palavras, é forçoso considerar que os discursos sobre segurança e civilização significaram práticas de controle da população pobre, seja ela livre ou escrava, realizada por uma instituição policial repleta de falhas e precariedades, tendo entre os agentes de policiamento, indivíduos recolhidos dos próprios segmentos que deveriam controlar, tal como ressaltou Rosemberg (2010). Convém, assim, que reafirmemos a visão de uma polícia inserida na sociedade, logo, historicamente delimitada.

## **POLÍCIA E CIVILIZAÇÃO NAS CIDADES E VILAS DA PROVÍNCIA DO CEARÁ**

É considerando as discussões possíveis dentro da Nova História Cultural, que nossa crítica direciona-se para parte da historiografia cearense que ao ler as fontes sobre o período imperial cearense, preocupou-se, sobretudo, em fazer o levantamento dos progressos da província em relação ao seu passado colonial, e não em procurar definir o que diziam, quando falavam em “civilização” dessa província. De modo que, ao longo dos anos, foi se construindo uma história do Ceará calcada nos “progressos materiais”, sem considerar ou problematizar que tipos de práticas estavam por traz de tais discursos, ou que segmentos vivenciavam tais “melhoramentos”. Sem desconsiderar, porém, as próprias condições de possibilidade desses primeiros autores (Cf. ASSIS, 2014)

Através dos romances do ou sobre o final do século XIX, vemos que a ideia de civilização vivida na capital e em algumas vilas da província do Ceará, estava ligada a práticas e discursos sobre novos modos de viver “moderno”, baseado nas novas construções e progressos materiais angariadas na capital, sobretudo, a partir da década de 1870. Segundo Pesavento (2003, p. 24): “o progresso constituiu-se no grande mito e na maior crença do século XIX, embalado pelos princípios filosóficos da evolução, pelo

cientificismo, pela tecnologia, pelo esplendor da transformação burguesa das cidades”, tendo se expressado “por ritos e discursos específicos”.

No livro “A normalista”, por exemplo, o autor<sup>32</sup> traz passagens da cidade, dos costumes e hábitos da sociedade cearense sob esse novo prisma (CAMINHA, 1994): a Estação da linha férrea de Baturité<sup>33</sup>, firmas comerciais, instrução pública, redações de jornais e divertimentos em *clubs*, bailes e praças, etc. Por outro lado, ele denuncia também a coexistência desses “melhoramentos” com práticas “tradicionais” presentes nas eleições, no crime, nas recorrentes secas e febres, enfim, em toda uma política e prática de valorização de interesses pessoais.

Ao narrar a história de uma estudante da Escola Normal de nome Maria do Carmo, que se apaixona por um estudante de ciências jurídicas, revela nuances de um crime de defloramento realizado por seu padrinho, trazendo como pano de fundo críticas as maledicências proferidas por jornais, muitas das quais levam a demissões por parte do presidente da província, além da busca pela preservação da “ordem” por parte de guardas de polícia e do compartilhamento de práticas sociais e urbanas entre os segmentos sociais, dentre os quais funcionários públicos (CAMINHA, 1994).

---

32 Natural de Aracati, Adolfo Caminha nasceu em 29 de maio de 1867. Matriculou-se na Escola Naval em 1880, viajando pelas Antilhas e Estados Unidos nos anos seguintes, o que lhe rendeu a promoção, em 1887, a segundo-tenente. Retorna ao Ceará um ano depois, onde se apaixona pela esposa de um oficial do exército, sendo em seguida expulso da Marinha. Falece em 1897, tendo sofrido com ausência de dinheiro. Dentre outras obras, seu romance “A Normalista” foi publicado no ano de 1893, motivo pelo qual há ausência da figura do escravo, embora nele o negro apareça no trabalho doméstico. Em geral, ressalta aspectos da capital no final do século XIX, trazendo como personagem uma retirante da seca de 1877 (CAMINHA, 1994).

33 No discurso de inauguração dos trabalhos da estrada de ferro, o senador Pompeu ressaltou esse “grande melhoramento industrial”, fruto do mais poderoso agente da civilização, o trabalho: “O Brasil, nação nova, mas emprehendedora, não podia por muito tempo ser estranho ao grande movimento do século sem ficar na retaguarda das nações civilizadas [...] hoje felizmente já não são unicamente a côrte e as grandes províncias que gozam deste importante benefício da civilização” (BN, **Pedro II**, “Discurso”, 23 jan. 1872. p. 2)

Outro romance que narra a história de um crime passionnal ocorrida no interior da província, “Dona Guidinha do Poço”, o autor<sup>34</sup> ressalta de forma mais direta as relações entre os “pés de poeira” e as gentes de posse dos sertões; ou dito de outra forma, a “simplesza de costumes antiquíssimos”, os quais vão aos poucos cedendo espaço para outras práticas, seja por conta da seca, seja por conta do “progresso” (PAIVA, 2003, p.35). Dentre os quais podemos destacar o hábito de homiziar criminosos, intrigas dos partidos políticos, crimes de assassinato e demais caminhos tomados pelas práticas de justiça na província cearense.

Assim, a civilização para aqueles que vivenciavam o período circunscrevia-se a observar seus discursos e práticas, tais como a utilização de elementos da “cultura” francesa (roupas, livros, espaços), bem como as construções materiais (passeio público, ruas, o próprio traçado e disposição da planta da cidade). Entretanto, como Weber (1988) ressalta, a própria França continha práticas e condições que eram restritas a capital, e mesmo nesta a maioria da população não desfrutava das melhorias do “*fin de siècle*”, embora fosse cobiçada pelos demais; ao contrário ela tinha que conviver com conflitos domésticos e violência familiar, prisões, falta de eletricidade e água, habitações mal construídas e ruas sujas, entre outros.

A civilização no século XIX é uma visão mais em termos de produtos/ produções materiais empreendidos que os diferenciavam do passado colonial. Assim, por traz da ideia recorrente de

---

34 Manuel de Oliveira Paiva nasceu em Fortaleza, no dia 02 de julho de 1861. Coursou na Corte a Escola Militar, mas por doença abandona os estudos, retornando a capital do Ceará. Foi jornalista, cronista e secretário do governo, tendo participado ainda das campanhas abolicionistas. Estando pronto seu livro “Dona Guidinha do Poço”, falece em 29 de setembro de 1892, motivo pelo qual esta só se faz conhecida tempos depois. Além de ressaltar a convivência das grandes famílias com sertanejos pobres, traz ainda a figura do escravo e do retirante, inclusive dando-lhes direito a voz: “Nós era cuma nego cativo” (PAIVA, 2003, p.32).

“melhoramentos”, vemos a afirmação de uma província em vias de progresso, alinhadas com o movimento civilizatório das grandes capitais, a exemplo das modificações pelas quais teria passado Fortaleza nesse período. Ou seja, as autoridades imperiais olhavam para as instituições de poder em termos de construção e mostrava as diferenças com o passado “remoto”, falando de prédios, ordenamentos, etc.

A visão de “belle époque” é mais uma leitura da República sobre o século XIX, que de certa forma é aplicada enquanto generalização de uma cultura – principalmente da elite, não considerando a conceituação contemporânea dessa visão. É a questão de olhar o início do progresso que é vivenciado em termos materiais nesse período. Essa temática ainda tem que ser analisada em termos de práticas e de compreensão do que significava civilização quando eles assim se expressavam. Em geral, a civilização foi mais um anseio de elite (PONTE, 1993), do ponto de vista discursivo, do que uma efetividade prática. Pois, com o crescimento das cidades e seus subúrbios, “a criminalidade parecia crescer com eles” (WEBER, 1988, p. 55) sugerindo uma relação entre pobreza e crime, embora aqui a sua maior recorrência permanecesse no interior. Sobre a polícia, Weber ressalta que mesmo na França ela era por vezes tida como ineficaz, assim como podemos apreender sobre a província do Ceará: “Havia provavelmente escassez de policiais, que eram mal treinados e impopulares” (idem).

A Fortaleza de meninos que gritam nas ruas sobre os folhetins e notícias das gazetas, dos vendedores ambulantes, dos retirantes que recorrem ao governo para auxílio na pobreza, das jangadas que iam e vinham nas praias, muito mais do que a capital de casas assobradadas, de iluminação elétrica; é a que gostaríamos de ressaltar aqui, pois, mesmo quando fala por meio de um personagem que se apresenta dúbio quanto as transformações

de “civilização” da capital, reafirma que esta diz respeito a melhoramentos materiais e de práticas modernas: “Muito progresso, muito divertimento: corridas de cavalos, numa sociedade papafina muitíssimo bem-educada, magníficos arrabaldes, certo bom gosto nas *toilettes*, nos costumes, certas comodidades que ainda não havia no Ceará...” (CAMINHA, 1994, p. 25). Mas também gostaríamos de ressaltar a província na qual o poder público se insere por meio de negociações com as grandes famílias do sertão, como que para inverter práticas tradicionais que apregoam a preponderância de um poder privado, como diz a personagem principal do outro romance: “A política é pra lá pra fora. Aqui dentro somos nós.” (PAIVA, 2003, p.141).

Em ambos os romances, vemos membros da polícia como personagens secundários da trama, mas a partir deles é possível traçar alguns pontos que servem para o diálogo com outras fontes. Por exemplo, no romance de Paiva (2003, p. 146), vemos a inserção dos chefes de polícia e delegados na província, como autoridades que agenciavam aspectos de segurança individual, como no caso do Major Joaquim Damião, o qual diante do adultério de sua esposa buscava meios de garantir sua vida para que se efetivasse o divórcio: “Aí chegando, porém, em vez de consultar ao facultativo, foi pedir garantias para sua vida ao Chefe de Polícia, e aconselhar-se com o Padre Brasil a respeito do desquite”. Além da resolução de conflitos privados, as dissensões políticas podiam custar-lhes o emprego, como por ocasião da eleição:

Derrubada velha, por toda parte. Voou o coletor provincial, e coletor geral, o agente do Correio. Voaram o delegado de polícia e os subdelegados com os respectivos suplentes, os inspetores de quarteirão [...] postos fora, sem motivo expresso, todos os funcionários de-

missíveis e nomeados, em seus lugares, pessoas do outro partido, que subira com uma sede ardente de patriotismo. (PAIVA, 2003, p. 95)

A dita “derrubada” era uma prática política bastante criticada pelos jornais do século XIX, a qual atingia principalmente os “funcionários demissíveis” da cadeia hierárquica. Outra estratégia ressaltada pela literatura, além da criação de novos cargos, era a criação de “ainda mais batalhões, corpos, esquadrões e seções das três armas, como exigissem os novos dungs da localidade” (PAIVA, 2003, p. 96). Essa ligação entre família e cargos públicos, já foi ressaltada por Vieira (2004, p. 220), entre o final do século XVIII e início do século XIX. Segundo este autor o monopólio de cargos estratégicos por parte de particulares foi uma forma de manter-se no poder desde as modificações administrativas do período colonial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polícia não é um todo formal e impessoal, mas composta por diferentes pessoas e segmentos, os quais, a seu modo, vão dando contornos mais ou menos alinhados ao contexto histórico, não sem antes perpassar por interesses locais e contradições tanto discursivas quanto práticas. Considerada enquanto objeto, ela deve ser analisada de forma cuidadosa, posto que ela ganha contornos especiais, com as especificidades locais (BRETAS, 1997).

Podemos concluir sobre a Chefatura de Polícia da província do Ceará, que ela detinha certa “autoridade” no apontamento de locais de crimes, regimes e funcionamento das prisões, regulamentos sobre proibição e permissão. Entretanto, não foi nosso objetivo apresentá-la aqui como algo rígido, fruto de leis e discursos que a constituiu, mas apresentar ações e falas que mo-

dificaram a sociedade, tanto em aspectos culturais (ao definir por meio de seus regulamentos práticas e usos possíveis dos espaços), quanto sociais (entrada de pessoas vindas de outras províncias e inseridas numa lógica local de funcionamento).

Nesse sentido, apresentamos no primeiro tópico, ainda que de forma breve, as diferentes maneiras pelas quais a história da polícia foi abordada na historiografia, tanto brasileira, quanto cearense; ressaltando o pouco destaque dado ao período imperial pelas pesquisas nesta última, bem como a possibilidade de um estudo simétrico entre práticas e discursos dentro da História Cultural, tal como aquele realizado por Cotta (2012).

De um ponto de vista geral, a partir da história da Chefatura de Polícia foi possível vislumbrar a construção de alguns discursos sobre “segurança” e “civilização” que pressupunham práticas ou tentativas de controle da população pobre, seja ela livre ou escrava, realizada em meio às falhas e a precariedade das condições materiais. A imprensa tida como elemento ativo no “progresso” local, requisitou ou denunciou por diversas vezes as ações policiais, mas quando “oficial” ressaltou a importância dessa instituição para o governo.

Por último, a partir de uma discussão sobre a ideia de “civilização”, pudemos vislumbrar os policiais inseridos na sociedade e no contato com a população, a partir do qual vimos suas contradições: fruto de leis e discursos nacionais, foi também ligada a interesses e práticas locais; em outras palavras, fazia parte da própria sociedade e da cultura local que ajudava construir, sofrendo com sua precariedade e seus “melhoramentos”. Nesse sentido, os dois romances, além de facilitar essa reflexão, possibilitaram a articulação dessas contradições inerentes de uma sociedade que se pretende moderna.

Convém ressaltar, para finalizar, que a Chefatura de Polícia passou por diversas modificações com o fim do período mo-

nárquico. Sendo extinta em 24 de setembro de 1891 por Clarindo de Queiroz, o qual a subordinou a recém-criada “Secretaria da Justiça” no dia 27 do mês seguinte. Posteriormente, já em 1909, ela foi restaurada sob o regime republicano como “Secretaria de Polícia”, sofrendo nova modificação em 1913, agora sendo suprimida, a partir da criação da “Secretaria de Justiça e Segurança Pública”. Para ser novamente restaurada em 1916 e suprimida em 1928, recriada em 1937 e perdurando até 1971. Esses são processos que necessitam de análises, sobretudo no Ceará ou quando se considera que: “A história da polícia é quase a história do paiz” (ARAÚJO, 1898, p. 8).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Elysio. **Estudo histórico sobre a polícia da capital federal de 1808 a 1831**. Primeira Parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

ASSIS, P. M. de. Reflexões sobre concepções de cultura na história: a historiografia da cidade de Fortaleza do século XIX. In: **Boletim Historiar**. n. 05, set./out., 2014, p. 29-42.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930). Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

\_\_\_\_\_; ROSENBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Topoi**. v. 14, n. 26, p. 162-173, jan./jul., 2013. p. 162-173.

CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. São Paulo: FTD, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes 1994.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Portugal: Difel, 2002.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **Construção da “Cidade da Cultura”**: Crato (1889-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COTTA, F. Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

GONÇALVES, Daniel da Costa. **A insuficiência da ordem**: discursos e reformas policiais (Fortaleza, 1930-1945). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

FONTENELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão**: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.

FREUD, Sigmund. **O Futuro de uma ilusão, O mal estar na civilização e outros trabalhos** Volume XXI (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1969.

GIRÃO, Ivna Nilton Marques. **A criação da força policial da província**: a elite política e o apaziguamento de interesses em Fortaleza na década de 1830. Monografia (Graduação em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1997.

HOLANDA, J. X. de. **Polícia Militar do Ceará**: origem, memória e projeção. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1987.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MELO, C. da Silva. **Chefatura de polícia no Ceará**. 1870-1884. Fortaleza: RDS Ed., 2012.

MENEZES, Antônio B. de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Ed. UFC, 1992

MONTEIRO, Renata Felipe. **Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude Cedro (1884-1096)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MORAES, Fábio André da Silva. **“Às armas cearenses, é justa a guerra”**: Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PAIVA, Manuel de Oliveira. **Dona Guidinha do Poço**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.

RAMOS, Xislei Araújo Ramos. **“Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”**: O Recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

RODRIGUES, Abelardo. **Resumo histórico da Polícia Militar do Ceará 1835-1955**. Fortaleza, IOCE, 1956.

ROSENBERG, André. **Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos, década de 1880**. São Paulo: Alameda, 2006.

\_\_\_\_\_. **De Chumbo e Festim:** uma história da Polícia Paulista no final do Império. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2010.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário:** a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

VASCONCELLOS, J. M. P. de. **Roteiro dos delegados, subdelegados de policia, ou Collecção dos actos, attribuições e deveres destas autoridades:** fundamentadas na legislação competente e na prática estabelecida. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Com., 1857.

VICTOR, Hugo. **Chefes de Polícia do Ceará.** Fortaleza: Imprensa Oficial, 1943.

VIEIRA JR., Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes:** história das famílias no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

WEBER, Eugen Joseph. **França fin-de-siècle.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

# HISTÓRIA, CULTURA E DANÇA: COREOGRAFANDO POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS A PARTIR DOS FLUXOS DANÇANTES DE COQUISTAS CARIRIENSES

Camila Mota Farias<sup>35</sup>  
Francisco José Gomes Damasceno<sup>36</sup>

Este artigo tem como objetivo realizar uma aproximação entre História e Dança a partir da problematização de uma prática cultural popular, a dança do Coco, que se faz possível através das possibilidades teóricas e metodológicas da História Cultural. A partir deste Campo da História ocorreu uma ampliação epistemológica que permite a investigação de diversos objetos e a construção de outras formas interpretativas.

Neste sentido, as danças tornam-se objetos de estudos historiográficos, como arte que revela a produção existencial de sujeitos. Assim, propomos, a partir da experiência dançante de mulheres caririenses, a noção de fluxos dançantes, como caminho interpretativo que permite compreender o viver a dança e os processos de ressignificações ocorridos no/pelo dançar que afetam o sujeito dançante e a dança.

---

35 Mestra em História pelo Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará. (UECE). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas (DÍCTIS).. E-mail: camilamotafarias@gmail.com.

36 Pós-Doutor em Etnomusicologia pela Universidade Nova de Lisboa (UNL); Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas (DÍCTIS). E-mail: fgdamasceno@hotmail.com.

Optamos por organizar a reflexão em três momentos distintos, porém que se entrecruzam: inicialmente, apresentamos um esforço para realizar uma historicização do campo de estudo; em seguida, desenvolvemos a problematização do objeto estudado; por fim, mas sem pretensões de encerrar a discussão, propomos breves conclusões que buscam articular a reflexão realizada e abrir possibilidades de outros passos.

## **PRIMEIROS PASSOS: HISTORICIZANDO E CONSTRUINDO UM CAMPO DE ESTUDO**

Ao se falar sobre arte, grande parte da produção nacional acadêmica trata de música, pintura, literatura e teatro. A produção nacional sobre dança ainda está dando seus primeiros passos, mesmo que desde a década de 1980 venha se intensificando a atenção para esta como objeto de investigação (GUARATO, 2010).

Dentre as interlocuções entre a Dança e outros saberes temos a relação estabelecida com a História. Essa interface foi sendo construída, especialmente por pesquisadores de outras áreas, a partir da preocupação em registrar a dança, trazendo como objeto da pesquisa coreógrafos, diretores, bailarinos, ou danças clássicas. A narrativa produzida por esses estudos revela uma linearidade do tempo histórico, buscando a história de vida dos sujeitos ou a história da dança, entendendo como história uma narrativa produzida cronologicamente e evolutivamente<sup>37</sup>.

Recentemente, alguns pesquisadores, inclusive da área da História, iniciaram críticas a essas abordagens, buscando reconstruir esse diálogo a partir de perspectivas mais recentes da historiografia, de debates mais atuais com teóricos da área, assim

---

37 Cf: Maribel Portinari (1989); Klauss Viana (1991); Cássia Navas e Linneu Dias (1992); Helena Katz (1994); Eliana Caminada (1999); Fabiana Dutra (2001); Ana Freire (2005).

como de maior preocupação com as fontes, dentre esses temos Fabiana Dultra Britto (1999), Daniela de Sousa Reis (2005) e Rafael Guarato (op. cit.).

Sem tecer uma análise sobre a produção dos autores, apontamos, apenas, a contribuição de Reis (op. cit.) ao ressaltar a importância de se compreender a história a partir das danças e, não apenas, a história das danças, e de Guarato (op. cit.) ao elencar elementos que demarcam um trabalho historiográfico, como o trato documental e a concepção de que os sujeitos que dançam não estão dissociados das sociedades, sendo, assim, pensar as transformações das danças é, também, pensar mudanças sociais.

Essas recentes críticas estão relacionadas a modificações epistemológicas da História, antes limitada aos estudos políticos e econômicos que entendiam como sujeitos históricos os grandes homens, heróis e anti-heróis. Ao ser repensada, houve o alargamento do campo de estudo do historiador (objetos, fontes, métodos, etc.), a partir, também, da interdisciplinaridade, do diálogo estabelecido com as Ciências Sociais.

A própria noção de história foi expandida e os sujeitos históricos passaram a ser todos os homens e as mulheres com seus modos de ser/fazer diversos, com as suas práticas cotidianas, sensibilidades, subjetividades e especificidades. Nesse sentido, a História Cultural propõe a problematização de práticas culturais e de representações na busca pela criação de significados e pela compreensão de culturas, levando em conta processos de produção, circulação, mediação e recepção (CHARTIER, 1990; PESAVENTO, 2008), é a partir dessa perspectiva que buscamos construir esse diálogo – *História-Dança* – ainda nascente.

A partir das perspectivas dessas novas Histórias, e de uma abordagem interdisciplinar, podemos pensar as danças populares que possuem, ainda, uma lacuna nesse campo, pois a maioria

dos estudos sobre o tema não partem de abordagem historiográfica, não compreendem as danças como promotoras de saberes, de relações sociais, de experiências e de histórias, ou seja, não problematizam as transformações/permanências, assim como as relações tecidas nas danças e a partir das danças nas sociedades, e entre os sujeitos envolvidos, percebendo que há neste processo uma relação simbiótica.

Neste sentido, faz-se necessário um diálogo com a Antropologia em busca de compreendermos o conceito e a dinâmica das Culturas. Etimologicamente o termo Cultura tem sua origem do latim *colere*, significa cultivar. Historicamente e antropológicamente a palavra tem expressado diversos significados desde as realizações materiais dos povos a algo inato ao ser humano. Entendemos as culturas:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1989, p. 24).

Portanto, segundo o antropólogo, as Culturas seriam as teias de significados criadas e transmitidas pelos homens a partir de suas relações sociais, ou melhor, seriam quase tudo que pode ser apreendido/interpretados em uma sociedade, seus gestos, hábitos, comportamentos, expressões, práticas, etc. (BURKE, 2005).

Assim, em busca dos movimentos dos homens e das mulheres em tempos e espaços demarcados, podemos problematizar uma dança como objeto de estudo, em uma análise que deve entender que as práticas culturais revelam aspectos das vidas dos sujeitos que as praticam ao mesmo tempo em que os constituem e são constituídas por esses sujeitos.

Ao se propor, mais especificamente, as danças populares como objetos de estudos é preciso compreender a totalidade dessas manifestações, assim como suas articulações com as culturas populares e com outras práticas. Tendo em vista que são constituídas pela articulação de várias linguagens, então, música, poesia e dança devem ser compreendidos de forma entrecruzada (MONTEIRO, 2011). É preciso entender, também, os seus contextos de criação e de fruição, pois que existem várias maneiras de experimentar as danças e essas podem ser reveladoras.

Para finalizar, acreditamos que, ao se pesquisar uma dança, o pesquisador, além de mergulhar nas diversas linguagens que dizem a dança, ou que a dança se diz, também acaba por dançar, pois essas linguagens e seus problemas se estendem na produção do conhecimento: “se o homem se move, tal ação traz a potência de ser dança. Mas o corpo em movimento, para ser dança, especializa-se quando nele faz do movimento um fluxo, que lhe traz possibilidades de entender que quando pesquisamos dança, dançamos.” (ARRAIS, 2013, p.70). Além disso, há determinadas danças que necessitam serem sentidas para serem compreendidas, assim, o pesquisador precisará praticar e sentir o dançar, esforço ou atividade que optamos por realizar a partir de metodologias da antropologia e transdisciplinares (trabalho de campo, descrição densa, história oral), mas, também, a partir de nossas sensibilidades e subjetividades.

## ENTRAM EM CENA OS FLUXOS DANÇANTES DAS COQUISTAS NO CARIRI CEARENSE

Nos Cocos dançados, objeto desta pesquisa, há a presença de elementos indígenas, os movimentos em roda e a estrutura poético-musical, e de elementos das culturas africanas, os instrumentos de percussão<sup>38</sup> e a umbigada<sup>39</sup> (AYALA; AYALA, 2000). Assim, a prática envolve música, com um ritmo de batuque; dança, com passos de sapateado e batidas de palmas; poesia, através das letras cantadas.

Os Cocos podem ser encontrados no litoral e no sertão nordestino<sup>40</sup>. No Estado do Ceará esses cantos dançados vêm se consolidando como típicos da zona costeira, sendo mais praticados por homens, pescadores (AMORIM, 2008; FARIAS, 2012). As mulheres aparecem em número menor, comparado ao dos homens, sendo sua presença mais frequente nos Cocos do sertão.

O Cariri, Microrregião do Ceará, localiza-se na Mesorregião Sul do Estado<sup>41</sup> e possui uma significativa dinâmica cultural, sendo palco de diversos grupos de cultura popular - Bandas Caçaíais, grupos de Reisado, Maneiro Pau, Coco, etc. Possui uma área, aproximadamente, de 4.115,828 km<sup>2</sup> e uma população de 528.398 habitantes<sup>42</sup>.

Os Cocos no Ceará podem ser encontrados em diversas regiões<sup>43</sup>. Percebe-se que, nesse Estado, a dança se localiza majo-

---

38 Os instrumentos normalmente são: caixão, zambê e ganzá.

39 A umbigada é o ato dos dançadores encostarem seus umbigos, pode ser simulado, em sinal de desafio.

40 Pode-se encontrar os Cocos em Estados como Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Sergipe, Piauí e Ceará.

41 Composto por oito municípios: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri.

42 Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 25 de outubro de 2015.

43 Iguape, Caetanos de Cima, Fortaleza, Trairi, Balbino, Aracati, Majorlândia, Canoa Quebrada, Quixaba, Pecém, Almofofa e Cariri.

ritariamente em áreas litorâneas, sendo realizada, principalmente, por homens, com exceção do Cariri, situado no sertão cearense. Assim, a escolha do Cariri para este estudo relaciona-se às particularidades da prática na região, desde o local no Estado, o sertão, assim como os sujeitos que emergem e as suas poéticas, as mulheres.

As mulheres integrantes desses grupos são, em sua maioria, agricultoras ou profissionais autônomas que possuem de 40 a 80 anos. Nos grupos assumem as funções de Coquista, Tiradora, ou Mestra de Coco<sup>44</sup> e de Dançadeiras<sup>45</sup>. Cada grupo possui uma trajetória particular, assim como formas específicas de dançar e de cantar. Trabalharemos com quatro grupos de dança, são eles: *A gente do Coco da Batateira* (1979)<sup>46</sup>, *Amigas do Saber* (2003), *Coco Frei Damião* (2005) e *Coco da SCAN* (2011).

Os grupos trazem novos sujeitos como criadores da arte/poesia dos Cocos e revelam outras formas no saber/fazer da prática, cada qual com singularidades, criam modalidades do cantar/dançar, que constituem poéticas. Ao se apropriarem da dança as mulheres (re)inventam uma tradição através do que propomos chamar de fluxos dançantes que envolvem um processo de ressignificação da prática que incide sobre suas identidades. Eric Hobsbawn e Terence Ranger (1984, p.9) sugerem que a noção de tradição inventada “Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo”. Assim, a falta de uma datação que demarque a origem da dança no Cariri pode ser compreendida como uma característica constitutiva de uma tradição inventada.

---

44 As nomenclaturas Coquista, Tiradora ou Mestra são utilizadas para caracterizar aquela responsável por cantar o Coco e conduzir/organizar a brincadeira.

45 São aquelas que dançam.

46 Em parênteses estão os anos de fundação de cada grupo.

As mulheres entrevistadas vivenciaram experiências concretas com o dançar em um “outro tempo” que foram interrompidas por diversos motivos – casamento, mudança, falecimento de mestres, entre outros - e retomadas em momentos diferentes, evocando saberes e práticas em um processo no qual emergiu novos significados e novas modalidades do saber/fazer, gerando o reposicionamento delas diante da prática, através, por exemplo, do exercício da função de Mestra. Esta se constitui como papel central nos Cocos, pois que representa uma liderança organizacional e carrega a autoridade do saber, pois é a responsável pelo canto. Assim, entendemos a apropriação da dança pelas mulheres não como assimilação mecânica de algo e a sua reprodução, mas, como propõe Roger Chartier (op. cit.) ao pensar a leitura, um processo de interpretação, ou uma invenção baseada na produção de significados a partir de uma experiência com uma materialidade e da subjetividade dos sujeitos.

O processo de apropriação revela que as tradições são dinâmicas, estão em movimentos de mudanças/permanências, “é preciso pensar em tradição e transformação como complementares entre si e não excludentes. O termo tradição não implica, necessariamente, uma recusa à mudança, da mesma forma que a modernização não exige a extinção das tradições.” (CATENACCI, 2001, p.34). Portanto, as tradições são transformadas e (re)construídas nas tramas sociais, inserem os homens em fazeres culturais que possibilitam o encontro e a construção de identificações.

Assim, esta tradição se estabelece criando um Coco que não se repete como o mesmo, mas atualiza-se articulando passado e presente e constitui-se como um Coco de diferença, pois, mesmo mantendo determinados elementos do passado, as mulheres introduzem outros, produzem novas formas poéticas e significados para os seus fazeres que em fluxos dançantes engendram o processo de (re)invenção desta tradição no Cariri cearense.

## EM BUSCA DE UMA POSSIBILIDADE CONCEITUAL

Baseando-se na realidade estudada – uma dança popular, e dialogando com a história, propomos uma compreensão do dançar que não separa o sujeito do seu entorno no ato do dançar, ou ainda, que não entende a dança como um *à priori*, um enunciado que chega ao sujeito, tendo em vista que esta é compreendida como prática cultural, saber-fazer específico (CHARTIER, 1990), criação de corpos-sujeitos e criadora dos mesmos, uma via de mão dupla, ou para incitar o bailar, processos de pulsos e de repousos contínuos que transitam nas duas direções concomitantemente, e até em outras direções – quando pensamos em espectadores.

Consideramos que o dançar pode criar um tempo, um tempo paralelo ao presente, mas que não anula este presente – pois que ele [o dançar] ocorre neste [o presente] – e que se relaciona ao passado, ou futuro. Assim, compreendemos que esta dança, e o corpo dançante, materializam-se em um tempo determinado com suas características sociais e culturais e precisamos compreendê-los neste contexto de produção e de fruição. Pois que, apoiados em Le Breton, entendemos que:

Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perspectivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimônias dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. Antes de qualquer coisa, a existência é corporal. (LE BRETON, 2007, p. 7).

Deste modo, a dança se instaura como experiência corporal, vivida de forma individual ou coletiva, a partir de corpos/sujeitos que se produzem em seus ritmos – ao produzir o próprio dançar, tornando-o possibilidade de experimentação do mundo e, também, ação criadora de entendimentos e de significados que envolvem compressões de si, do outro, e do cosmos.

Para pensar a dança como experiência corporal, para além da noção de corpo em devir que se faz na própria dança (ROCHA, 2012), sempre sujeito e não objeto, relacionado e criado em contextos materiais específicos (MERLEAU-PONTY, 1994; LE BRETON, op. cit.), pensaremos em uma experiência de dançar como construtora da dança e do sujeito. Para isto, tendo em vista que a música é fundamento para a dança, mesmo quando esta se faz na experiência sonora dos silêncios, dialogaremos com o historiador da música Francisco Damasceno (2008).

Este pesquisador entente que a música não é apenas o resultado de arranjos de sons e de silêncios, ela não é somente um sistema com códigos próprios, não se restringe a si, mas se instaura dentro de “universos sensíveis e referenciados no universo do humano e do experiencial, que absorve dos campos humanos “sua textura” e de dentro deles re-elabora a própria experiência humana [...] e assim, redimensiona a própria vida se constituindo ela própria em um vasto território de subjetividades e sentidos”. (2008, p.12).

A noção proposta pelo historiador amplia a experiência com a música ligada às possibilidades de ouvi-la ou de senti-la, para os desejos, as aspirações, as capacidades criativas que estão ligadas a suportes materiais, musicais e simbólicos. Os sujeitos vivem estas experiências em realidades – em contextos de tensões, negociações, agenciamentos – que se manifestam de acordo com as suas formas de estar no mundo, que são individuais, mas sempre coletivas. Portanto, a música deixa de ser apenas uma construção melódica e passa a dar sustentação a vidas de atores só-

cio-históricos. Isto é, passa a orientar suas ações ético-socialmente, construindo éticas e estéticas de vidas forjadas pela e na música.

Apropriando-nos das ideias desenvolvidas pelo historiador, pensamos a dança como experiência, experiências dançantes, tendo em vista que a dança não se fecha em seus códigos artísticos, criando um mundo próprio, um espaço-tempo fechado na arte do corpo em movimento, como sugeria Paul Valéry (2011), mas faz-se dança a partir da experiência do sujeito com esta, vivenciando-a, inventando-a, em um processo social que possibilita a criação de formas de significar a sua existência enquanto sujeito sócio-histórico. Esta dança experimentada está sempre em movimento, em transformação, em (re)elaboração, em (re)posicionamento – em dança, por isso experiências dançantes – que se dão a partir de processos de apropriação de uma dança por determinado grupo e sua (re)criação, o que envolve uma experimentação da prática que relaciona passado-presente, permanências-mudanças, em processos de resignificação.

A resignificação, com base em Paul Thompson (2000), pode ser pensada quando o autor considera que a narrativa é uma (re)interpretação do passado elaborada pelos sujeitos sob influência do ponto de vista do presente. Assim, acontecimentos e episódios relacionam fatos, objetos e sujeitos, implicando alterações nas relações desses com o meio e consigo mesmos. Isto posto, resignificar é produzir sentidos para a dança, e através da dança, sob a influência do meio sociocultural, é, então, um processo de subjetivação no qual o sujeito se apropria da prática da dança reordenando a sua realização e o seu significado e deixa-se apropriar por ela realizando-se e produzindo significados de si mesmos.

Associaremos ao pensamento de Thompson (Idem) a perspectiva de Homi Bhabha (2003) que ao analisar a cultura questionando a sua visão estática, entende-a como híbrida e dinâmica, ou seja, em constante transformação – em uma estratégia

de sobrevivência – que considera como transnacional e tradutória. Transnacional por possuir diferentes experiências e memórias e tradutória por produzir uma ressignificação dos símbolos culturais tradicionais (música, dança, arte, entre outros). Portanto, cultura e tradição são construções que estão sendo traduzidas e ressignificadas de acordo com as vivências dos sujeitos e as necessidades do momento histórico. Assim como o dançar que se faz neste processo de experiências dançantes, o qual é construído a partir de movimentos de ir e vir, de fluxos dançantes.

Criamos, assim, os passos dos fluxos dançantes. Esta noção se inspira em Gilles Deleuze e Félix Guattari (1985) que consideram a vida e a existência como processos de contínuas mudanças que recusam a ideia de uma subjetividade única e de uma identidade fixa, construindo-se na imanência, com a vida e com suas forças, sempre interagindo, conectando, transversalizando sentidos. Tudo é produção e movimento constante, fluxo.

Os autores consideram que tais fluxos escoam e possuem cortes, que não se opõem a este escorrer, mas são as suas condições:

Sin duda, cada máquina-órgano interpreta el mundo entero según su propio flujo, según la energía que le fluye: el ojo lo interpreta todo en términos de ver — el hablar, el oír, el cagar, el besar... Pero siempre se establece una conexión con otra máquina, en una transversal en la que la primera corta el flujo de la otra o «ve» su flujo cortado por la otra (Ibidem, p.15).<sup>47</sup>

---

47 Sem dúvida, cada máquina-órgão interpreta o mundo inteiro segundo seu próprio fluxo, segundo a energia que lhe flui: o olho interpreta tudo em termos do ver – o falar, o ouvir, o cagar, o beijar... Mas sempre se estabelece uma conexão com outra máquina, em um cruzamento no qual a primeira corta o fluxo da outra ou << vê >> o seu fluxo cortado pela outra. (tradução nossa).

Pensemos que a noção de máquina é um caminho metodológico para compreendermos uma temática. Visto que a sociedade é constituída por máquinas que representam desejos e técnicas sociais, podemos entender a dança e o sujeito como máquinas, pois ambas criam, produzem, processam, torcem, deixam-se atravessar, ambos conectam-se a outras máquinas e conectam-se entre si. Esta conexão nos interessa. Ela ocorre através de fluxos que atravessam uma máquina e são cortados por outra máquina, promovendo a conexão de ambas, um processo de ir e vir em direções possíveis.

Destarte, ao se apropriarem de uma dança – pensando que esta possui uma história, “um tempo antigo no qual era produzida”, características e elementos próprios, uma materialidade – os sujeitos, na experiência dançante, produzem fluxos signícos e deixam-se afetar por fluxos que veem da dança, produzindo cortes que seriam os processos de resignificação que influem sobre ambos – dança e sujeito – e são realizados no dançar e no viver a dança – pois que esta se estende para além da execução dos passos.

Há sempre condições na produção dos fluxos, sejam relacionadas às materialidades nas quais os sujeitos, ou as danças, estão inseridos ou às suas subjetividades. Mas, o que é um fluxo? O fluxo significa um movimento intenso e incessante de algo que possibilita “afectos e perceptos”<sup>48</sup>, outras possibilidades de sentir e de perceber, queremos dizer que: o dançar e o sujeito produzem e são produzidos por movimentos, não apenas corporais e coreográficos, mas signícos que são criados na experiência de dançar ou na experiência dançante.

---

48 De forma simplificada: Os afectos seriam ideias, modos diversos de pensamento, que variam continuamente, estão sempre em devir, e interferem na existência do ser; os perceptos são sensações e percepções que vão além daqueles que a sentem, são associadas, por exemplo, ao mundo da arte e a produção realizada pelos artistas que vão para além deles, produzindo sensações e percepções, também, no outro – o espectador, por exemplo. Cf. ALVARENGA, N., LIMA, M. X., 2012.

Por conseguinte, o dançar/cantar configura-se como experiência complexa de criação de subjetividades dos sujeitos ao mesmo tempo em que é criada por estas subjetividades, processo que se dá de forma intensa, através de fluxos, de forças pulsantes, movimentos que transbordam em várias direções nas quais emergem significados. Portanto, propomos esta noção para compreender as produções e as metamorfoses de significados que se constituem na experiência de dançar/cantar Coco, o que interfere na construção identitária das mulheres no Cariri cearense – como se veem e se colocam no mundo – e, também, na forma de se praticar e de se reinventar os Cocos, pois, como sugere Deleuze e Guatarri ao pensar a produção literária – e aqui podemos dizer a produção da dança – como: “possibilidade de produção de fluxos de intensidades que atravessarão os modos de estar do homem produzindo neste outras possíveis formas de existência” (CARNEIRO; HEUSER, 2013, p. 29).

Observamos que estes fluxos são representados de formas conectadas nas memórias dos sujeitos, tendo em vista que são produzidos de forma concomitantemente no dançar/cantar e exercem interferências simultâneas no viver dos sujeitos e na produção de suas artes. Como podemos observar na seguinte narrativa:

O Coco significa tudo, é tudo, porque, eu não sei, meu deus, tem hora que eu fico meditando, pensando, o Coco para mim é tudo, além desses esposão que para mim é tudo, mas no começo não queria, ele é hipertenso, depois que aprendeu não teve crise, então, é uma terapia! O Coco para mim significa tudo, mais um aconchego, a gente onde sair encontra outras pessoas, novas amizades, conhece amigos (**Maria Lucie Nogueira**, Crato, 04.08.2013).

A fala de Mestre Maria da Santa revela essa amalgama de significados que são produzidos no dançar Coco a partir de interações subjetivas. A Mestre afirma que o Coco é: uma terapia, pois trouxe a cura da hipertensão de seu esposo; é um aconchego, elemento que nos remete a noções como acolhimento, união, ligação, família; é uma prática que possibilita o conhecer, seja a si, a outros lugares ou pessoas. Através desta fala, podemos mapear três diferentes fluxos – ligados, respectivamente, ao corpo, ao tempo-história-memória, a identificação – que atravessam os Cocos, sendo produzidos por uma experimentação da arte que envolve sons, ideias, sentimentos, significados, experiências, que saem do sujeito para o dançar e do dançar para a vida do sujeito, são eles: fluxos de fisicalidade, fluxos de historicidade e fluxos de identificação. Optamos por, neste artigo, desenvolvermos a discussão apenas sobre o último fluxo citado.

## “ANTES ERA COMO ESTAR NO MUNDO, MAS NÃO EXISTIR”: FLUXOS DE IDENTIFICAÇÃO

*“Quando danço eu me sinto a mulher mais bonita do Brasil, eu me sinto assim! É como se eu estivesse no céu, a maior artista do mundo, brasileira, mulher brasileira!”*

*Terezinha Bernadino de Lima*

Estes fluxos tem a identificação como sua característica representativa. O termo identificação provém da junção da palavra *identificar* com o sufixo *ção*, criando uma noção que revela um movimento, uma ação, o ato de se identificar. A opção por escolha desta noção para nomear este fluxo apoia-se nas pesquisas de Stuart Hall (2006) que a propõe como um conceito interessante para pensarmos o sujeito no mundo contemporâneo.

Segundo o teórico cultural, os homens e as mulheres da sociedade moderna possuíam uma identidade bem definida e localizada no mundo social e cultural, porém com as modificações na estrutura sócio cultural ocorreram fragmentações e deslocamentos das identidades culturais, sejam elas de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Então, surge a proposta da noção de identificação como mais coerente para se pensar os atuais processos nos quais os sujeitos contemporâneos estão inseridos. Tendo em vista que enquanto a identificação sugere processos, é mutável, fragmentada, dinâmica a identidade é fixa, engessada, parece não mudar.

Falamos de uma identificação que parece bailar, pois que é atribuída a esta uma relação com a temporalidade, assim ela está em movimento, é provisória e pode ser instável, é uma posição e concepção de si – por consequência do outro, fixada por um período determinado e a sua construção se dá a partir de processos que envolvem experimentações, compartilhamentos, reconhecimentos, etc.

A fala da dançadeira Maria do Socorro serve-nos como mote de partida para a discussão – “Antes [de dançar o Coco] era como se a gente estivesse no mundo, mas não existisse!” (Crato, 07.04.2014). A partir da fala temos que, antes das mulheres se apropriarem da dança do Coco e fundarem os seus respectivos grupos de dança elas não se sentiam existindo, seus corpos estavam “mortos”. O fato se dá pelo motivo de que as produtoras da prática cultural são mulheres, agricultoras, donas de casas, esposas, mães de famílias e, em sua maioria, analfabetas. Assim, possuíam uma vida que se estabelecia, principalmente, nos ambientes privados da casa, transitando entre a roça e a igreja.

Desta forma os sujeitos desta pesquisa possuíam uma vida que se fechava aos ambientes privados e ao trabalho, muitas vezes realizados, também, em ambientes privados. Quando as mulhe-

res assumem-se como “guardiãs desta tradição” – do Coco, as suas vidas passam por modificações, dentre estas destacamos aqui a mudança de significado ocorrida pelo atravessamento identitário que ocorre na experimentação do dançar. Não queremos dizer que as mulheres passam a assumir apenas este papel identitário, mas que elas possuem muitos papéis gerados a partir de identificações, pois que a identificação é um aglomerado, assim, não deixam de ser donas de casas, mães, mulheres, agricultoras, esposas, avós, etc.. Mas, assumem um outro papel que faz emergir novas possibilidades de se enxergar e atuar no mundo. Como ocorreu este processo? Como a existência dessas mulheres foi alterada? Como suas identificações podem ser compreendidas?

Em entrevista, a dançadeira Maria Neide, relembra como era a sua vida antes de dançar Coco:

*Eu vivia era prisioneira, só da roça pro trabalho em casa, e sem sair pra nenhum canto, sem conhecer ninguém, sem conhecimento de ninguém, aí depois que eu entrei nesse Coco abençoado, aí comecei a andar mais ela aí [aponta para Mestra Edite], graças a Deus, tenho grande conhecimento de todo canto. Acho muito bom, de que eu tá em casa só pensando em coisa que não adianta, né? (Maria Neide, Crato, 07.04.2014, grifo nosso).*

Novamente é como se na vida dessas mulheres a experimentação da dança demarcasse um antes e um depois, o antes é sempre reafirmado como o tempo do trabalho, o tempo do estar apenas em casa – na maioria das vezes trabalhando, de ser “prisioneira”, como sugere a depoente, esta experimentação da vida, do corpo, de si, parece ser compartilhada pelas dançantes, vejamos

mais um exemplo: “Porque *antes a gente vivia só em casa*, né, ia pra missa e ficava em casa, aí *depois dessa brincadeira a gente tem essa diversão, conhece mais lugares*” (Maria das Dores, Juazeiro do Norte, 06.04.2014, grifo nosso). Revela-se que as mulheres associam o privado a papéis socialmente definidos – a prisão, seriam estáticos? – e o público é associado a papéis mundanos, dinâmicos, abertos.

Teresita de Barbieri (1993) questiona o lugar social da mulher, compreendendo que estas, historicamente, estas são referenciadas ao lugar da casa, ao privado, sendo este, como descreve Perrot (2005), um espaço de subordinação, disciplina, silêncio, esquecimento. Articulemos a Barbieri as considerações de Rosiska Oliveira (2005, p. 8) “Assim como as mulheres foram ocultadas como sendo parte da humanidade, foi ocultada também a vida privada como promotora da civilização”. Essa anulação do valor do mundo doméstico e da própria mulher que o habita, invisibiliza esta e seus fazeres/saberes ou potencialidades que não encontram reconhecimento social, levando um descaso com as formas femininas de ocupação da vida, seja de trabalho ou de lazer.

Ao tomarmos o conceito de gênero, entendo que este é uma produção social e cultural, recorremos a Joan Scott (1990), historiadora estadunidense, que considera gênero uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual. Scott não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados. Porém, o que a interessa são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para elas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas e de poder. Refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos às mulheres e aos homens, no nível do simbólico, do normativo, do institucional e da identidade subjetiva.

Destarte, a dimensão cultural é um espaço social marcador e marcado por relações de gênero. Vimos, através das entrevistas com as dançadeiras e cantadeiras de Coco, que esta prática no “tempo mais antigo” era determinada por uma predominância masculina no cantar, no tocar, e no dançar, embora as mulheres participassem da dança. No entanto, tinham as suas capacidades de cantar postas em dúvidas. Ser Mestre de Coco era para homens, e as mulheres atuais dançadeiras e Mestras do Cariri subverteram esta norma cultural, alterando papéis de gênero a partir de suas criações e expressões artísticas, o que promoveu uma modificação de sua condição social, de sua identificação cultural.

Mapeamos três elementos que caracterizam este processo. O primeiro é o que Maria Neide e Maria das Dores chamam de *conhecimento*, o conhecimento adquirido a partir do Coco é referenciado devido à possibilidade das mulheres viajarem por conta dos convites para realizar apresentações, então, a partir dos grupos de dança elas puderam e podem conhecer diferentes lugares e pessoas, e, assim, adquirir, produzir e trocar conhecimentos. A dançadeira Toinha, em sua narrativa, corrobora com este entendimento: “Agora a gente sai, conhece muita gente, a gente sai, conhece as pessoas, as pessoas tudo maravilhosa, aí a gente fica com conhecimento, né?! Vai pra um canto, conhece gente lá, vai pra outro aí já conhece outras pessoas...” (**Antônia Maria de Lima**, Crato, 04.04.2014).

Analisemos as memórias de outras brincantes que realizam essa mesma associação da dança com a possibilidade de acesso à conhecimento ou à produção de conhecimento:

O Coco é tudo na minha vida! Deu amor, deu tranquilidade, *deu muita força*, pra mode a gente quebrar o Coco e ver o que vai dar na frente, porque

nós somos mulheres guerreiras e dança mesmo, quando diz assim ‘vamos?’ ‘vamos!’ *deu muito conhecimento, pra todo canto que a gente vai, pra Fortaleza, para São Paulo, para todo canto!* (**Terezinha Bernadino de Lima**, 07.04.2014, grifos nossos).

Eu agradeço a Deus por hoje tá nesse grupo, porque nós já tivemos oportunidade de participar em eventos em *Altaneira, já fumos pra Lavras da Mangabeira, já fumos para Nova Olinda, já fumos pra Juazeiro, pro SESC de lá, no Crato, nós não tem nem soma, nas comunidades, em festas de padroeira... isso não é gratificante? Para Dom Quintino... para todos esses lugares nós só levemos alegria. Olhe, quando eu chego em um lugar que a gente chega e é bem acolhido, menino eu peço uma benção para aquele lugar. Através desse grupo a gente conhece muitas pessoas que vem de outro lugar, de outras cidades, nós conhece muita coisa, e eu não tenho nem como agradecer a visita de vocês aqui na minha casa, já é a terceira vez, né? Já veio pessoa de Rio de Janeiro, de Recife, de Minas Gerais, até de Portugal já veio pessoa. *O nosso povo não tem trazido só coisas gratificantes? E a alegria maior para nós é essa, quando vem alguém, nós estamos passando nosso conhecimento e aprendendo também!* (**Maria Lucie Nogueira**, Crato, 13.11.2014).*

Therezinha reafirma a possibilidade de conhecimento viabilizada pelo dançar Coco, tendo em vista que viajaram para lugares como Fortaleza, São Paulo, Minas Geras, etc., e Mestra Maria da Santa, em seu rememorar, cita diferentes localidades que pôde conhecer e levar a sua produção poética, reafirma, também, o conhecimento que adquiriu por conta destas experiências e demonstra grande satisfação pelo que faz e pelo retorno recebido – do público ou de pesquisadores, ela demonstrou-se muito agradecida em todas as vezes que fomos até a sua residência ou que nos encontramos em eventos culturais por conta da pesquisa que desenvolvemos, acreditamos que por sentir-se reconhecida.

O conhecimento surge nas memórias das mulheres como um ganho possibilitado a partir do “sair” [dos seus lugares comuns, privados] promovido pela participação nos grupos culturais, ou seja, por sua entrada em um fazer cultural. Este fator pode ser explicado tendo como base o que Marta Porto afirma ao citar Kaichiro Matsuura (2004, p.143):

Um acesso desigual aos meios de expressão cultural, novos ou tradicionais, implica não somente uma negação do reconhecimento cultural, mas algo que afeta seriamente o sentimento de pertencimento de indivíduos e comunidades à sociedade do conhecimento, ou a sua exclusão dela. A cultura possui laços múltiplos e complexos com o conhecimento.

Portanto, o acesso às culturas e a sua consciência de sujeito produtor de culturas, que ocorre em um ambiente comunitário e político, fez com que estas mulheres conectassem-se com um mundo mais amplo, estendendo as suas perspectivas existenciais, ampliando os seus contextos de atuação, ou seja, permitindo conhecer e experimentar outras dimensões do viver.

O segundo elemento, que se soma ao conhecimento nesta nova experiência de si ou nessa construção de uma identificação a partir do Coco, é o da possibilidade de *fala*, como revela outra dançadeira: “Nós sobe [no palco] se sentindo assim como esses artistas de televisão, eu me sinto assim, *me sinto artista*, porque assim como esses outros artista, cantor, e tudo de fora, *temos uma fala como a deles*, a gente tem também, porque a gente canta, a gente dança!” (**Maria do Socorro da Silva Frutuoso**, Crato, 07.04.2014). A depoente sente-se uma artista de televisão, a justificativa é o que mais nos interessa, pois ela associa essa correspondência à pertença de uma fala, que se revela na capacidade e na prática de cantar e de dançar. A consciência de possuir uma fala só vem com prática do Coco, pois que a partir dela a brincante passou a ser escutada pelo outro, assistida pelo outro, aplaudida pelo outro, reconhecida pelo outro e, assim, também se (re)conhece.

Nessa experiência de fazer a dança dá-se um processo auto inventivo que situa-se em vivências corpóreas e simbólicas das mulheres. As formas de dizer, falar, exprimem uma possibilidade de produzir significações individuais e coletivas pelas quais podem ser reveladas diferenças e construídas identificações. A possibilidade de falar e ser escutada, de estar presente e de ser vista. Cantar um canto, dançar passos e produzir ritmos que são ouvidos, assistidos e sentidos é uma experiência de fazer-se e sentir-se presente e atuante no mundo:

Escutar o próprio som é escutar-se, perscrutar-se, mostrar-se. Através do exercício de falar parecem atinar uma consciência de si — e desse modo dar-se conta (de si) [...]. Saber e ouvir seu próprio som, é se escutar, se reconhecer. O falar é também a possibilidade de

articulação, aproximação e afastamento em relação aos outros no mundo. Tanto no sentido dos outros da mesma categoria como dos outros diferentes e diversos. (MOTA, 2008, p. 200).

Isto nos remete ao último elemento que está articulado à possibilidade de conhecimento e a obtenção de uma fala, que trataremos por *cidadania*. Tomemos a epígrafe. Nesta a agricultora Therezinha afirma que o dançar faz com que ela se sinta “*a mulher mais bonita do Brasil, eu me sinto assim! [...] a maior artista do mundo, brasileira, mulher brasileira*”, mais uma vez uma comparação e equivalência entre os seus fazeres e o de artistas é realizado e, posteriormente, ela afirma que se sente brasileira ao dançar, “*mulher brasileira*”. Para nós, esta afirmação representa uma compreensão de que a dança a torna cidadã, através do reconhecimento que recebe pelo que faz, mas também do que o dançar provoca em sua vida e em sua percepção de si, tendo em vista que faz dela “*a mulher mais bonita do Brasil*”, elevando, assim, também, a sua autoestima.

Estes elementos se concretizam, pois que o dançar Coco promoveu na vida destas mulheres uma transição dos lugares privados aos lugares públicos, tendo em vista que o acesso a estes espaços e praticar estes espaços são associados à construção da cidadania e de uma emancipação do sujeito social e da comunidade que este está inserido (HABERMANS, 1997). A partir dos três elementos citados, percebemos que o dançar Coco permitiu a produção de uma outra identificação das mulheres, pois que:

Ela [a identificação] têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual

nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Ela tem tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração mas como “o mesmo que se transforma” (Gilroy, 1994): não o assim chamado “retorno às raízes”, mas uma negociação com nossas “rotas”. (HALL, op. cit., p. 109).

Segundo Stuart Hall, a produção da identificação se dá através do recurso a histórias, a linguagens e a cultura, em um processo que nos coloca em devir, um torna-se, quem podemos ser? E é neste processo que as mulheres se apropriam de uma tradição e (re)inventam esta tradição em fluxos dançantes com os seus saberes/fazer poéticos, não reproduzindo o que se era, mas criando passos para serem dançados por seus corpos-sujeitos em suas próprias vidas como possibilidades de existência. Foi na experimentação do corpo-sujeito, do sujeito-dançante, que elas se redescobriram e ressignificaram suas existências, pois o corpo em estado de dança é lugar de experimentação de possíveis.

O antropólogo Marcel Mauss (2011) elabora a noção de técnicas corporais para agrupar e investigar os gestos codificados que possuem uma finalidade prática ou simbólica, são modalidades de ação, dentre estas o pesquisador enquadra a dança. A dança, como uma técnica corporal, e a dança do Coco no caso desta pesquisa, é realizada a partir da repetição de uma tradi-

ção – que como já vimos é (re)inventada, e sua produção é, para as mulheres, um processo de “auto descoberta”. O dançar Coco, torna-se, portanto, uma arte de (re)conhecer-se. Desta forma, o dançar permite reposicionamentos do corpo dançante, tendo em vista que a nossa existência é corporal, como considera Le Breton (op. cit.). Então, o dançar permite diferentes formas de existir, outras percepções sobre si, sobre o outro e sobre o mundo.

Desta forma, as dançadeiras de Coco do Cariri cearense em suas práticas poéticas produziram e foram afetadas por sensações, sentimentos, vivências que possibilitaram uma ressignificação de si, um (re)colocar-se no mundo, através de fluxos identitários, potencializados pela capacidade de acesso a conhecimentos, pela posse de uma fala e pela consciência de cidadania. As mulheres passaram a se identificar e serem reconhecidas socialmente e culturalmente – em seus sítios, bairros, cidades, em outros Estados, por onde passam, como “*as mulheres do Coco*”.

Esta identificação pode ser percebida, por exemplo, através de uma observação de suas redes sociais, tendo em vista que as identificações culturais são forjadas nas práticas e nos discursos dos sujeitos, e as redes sociais são uma possibilidade de criação de um discurso sobre si (HALL, op. cit.). Por exemplo, o perfil<sup>49</sup> de Mestra Edite Dias, a única que possui um perfil pessoal, os outros grupos possuem páginas do grupo de dança no *Facebook* ou *Blogs* e *e-mail*, ambos do grupo, em seu perfil pessoal se identifica como “Edite do Coco”, enfatizando o seu papel de “guardiã da tradição” e reconhecendo-se como dançadeira de Coco socialmente. O perfil possui como foto de capa uma montagem com duas fotos do grupo “A gente do Coco”, e na foto de perfil “Dona” Edite está trajando o figurino da dança. Além disso, a

---

49 Cf: < <https://www.facebook.com/profile.php?id=100008181525385&fref=ts> > Acesso em: 24 de outubro de 2015.

maioria das publicações faz referência à prática cultural. Dessa forma, torna-se perceptível como a experiência dançante modificou sua forma de experimentar o mundo, de se identificar e de se projetar, ou representar, para o outro.

As coquistas caririenses criaram uma coreografia em trânsitos: dos espaços privados aos públicos, da roça à rua, das casas aos palcos, do anonimato ao (re)conhecimento sócio cultural. Segundo Porto (op. cit., p 142), “O espaço dedicado à vida cultural relaciona-se à condição de reconhecimento de si mesmo como agente criativo (a memória, as raízes, a qualidade das trocas simbólicas e a perspectiva de construção do próprio futuro)”.

As experiências dançantes desenvolvidas a partir da apropriação do Coco pelas mulheres no Cariri cearense produziu o fluxo analisado, que atravessa a dança e suas produtoras – podendo estender-se ao espectador em afectos e perceptos. Os fluxos dançantes revelam que a dança não se resume ao corpo em movimento, ela é a experimentação e a (re)construção dos corpos que dançam, é a resignificação do dançar, é a experimentação de outras formas de existir, pois a dança faz mover subjetividades em ritmos temporais que envolvem memórias e histórias. Estes fluxos são dançantes não apenas por serem produzidos no e pelo dançar, mas por eles próprios construírem movimentos, serem inventivos e estarem em trânsitos, sendo, portanto, uma noção que baila junto às (an)danças de seus produtores.

Parafraseando Hannah Arendt<sup>50</sup>, afirmamos que é com a dança, em fluxos dançantes, que, no contexto estudado, as mulheres se (re)conhecem no mundo e reinventam poeticamente uma tradição.

---

50 Inspiramos na conhecida frase: “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano”: (1995, p. 189).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da problematização realizada e das discussões que se sucederam demonstramos a possibilidade, aberta a partir das abordagens da História Cultural, de se investigar uma dança popular como objeto de estudo, através de reflexões realizadas de forma transdisciplinar, não apenas teoricamente, mas também metodologicamente.

A prática poética das mulheres caririenses revelou como o dançar permite compreender a construção identitária dos sujeitos, suas ações e atuações no mundo, suas formas de sentir e de significar a si e ao cosmos, o que revela a riqueza de tal possibilidade investigativa para o campo da História.

A proposta desenvolvida de uma aproximação conceitual baseada no que intitulamos de fluxos danças é apenas um caminho dos possíveis para se compreender o dançar, neste sentido, não buscamos encerrar discussões, mas abrir possibilidades e estender este nascente campo de investigação que aproxima História, Cultura e Dança em múltiplas coreografias que estão em construção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, N., LIMA, M. X. O afeto em Deleuze: O regime cristalino e o processo afetivo da imagem-tempo no cinema. **Esferas**, Brasília, n.1, p. 27-36, 2012.

AMORIM, Ninno. **Os cocos no Ceará**: dança, música e poesia oral em Balbino e Iguape. 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Fortaleza, Fortaleza, 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense, 1995.

ARRAIS, Joubert de Albuquerque. Quando fazer é pensar e pesquisar: andanças epistemológicas. **Dança**. Salvador, v. 2, n. 1, p. 58-72, 2013.

BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. **Debates en Sociología**, Peru, n. 18, p. 145-169, 1993.

BHABHA, H. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

BRITTO, Fabiana D. (Org.). **Cartografia da dança**: criadores intérpretes brasileiros. São Paulo: Itaú Cultural, 2001.

BRITTO, Fabiana Dultra. Uma saída historiográfica para a dança. **Repertório - Teatro & Dança**. Salvador, ano 2, n.2, p. 37-42, 1999.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.

CAMINADA, Eliana. **História da dança**: evolução cultural. São Paulo: Sprint, 1999.

CARNEIRO, Altair de Souza; HEUSER, Ester Maria D. A escrita literária e suas (des)construções: o que pode um livro? In: CARVALHO, Marcelo; FIGUEIREDO, Vinicius (Org.). **Filosofia Contemporânea**: Deleuze, Guattari e Foucault. São Paulo: ANPOF, 2013.

CATENACCI, Vivian. **Cultura Popular** - entre a tradição e a transformação. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 28-35, 2001.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DAMASCENO, Francisco José Gomes. Experiências Musicais: em busca de uma aproximação conceitual. In: DAMASCENO, F.; MENDONÇA, A. (Org.). **Experiências Musicais**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF / EDUECE, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **El Anti Edipo**. Capitalismo y Esquizofrenia. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1985.

FARIAS, Camila Mota. **“O coco vem de dentro da gente”**: ressignificações culturais da dança do coco em Balbino – CE (1997-2012) . 2012. 109 f. Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

FREIRE, Ana Vitória. **Angel Vianna**: uma biografia da dança contemporânea. Rio de Janeiro: Dublin, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUARATO, Rafael. **História e dança**: um olhar sobre a cultura popular urbana – Uberlândia 1990/2009. 2010. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KATZ, Helena. **O Brasil descobre a dança, a dança descobre o Brasil**. São Paulo: DBA, 1994.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MONTEIRO, Marianna. **Dança Popular**: Espetáculo e Devoção. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Falas de mulheres: narrativas de trabalhadoras rurais em músicas e poesias. In: Congresso Português de Sociologia, 6. 2008. Lisboa. **Anais do VI Congresso Português de Sociologia**. Lisboa, 2008, p. 194-210.

NAVAS, Cássia; DIAS, Linneu. **Dança moderna**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

OLIVEIRA, Rosiska D. de. **Reengenharia do Tempo**. CEPAL, 38ª Reunião de la Mesa Directiva ee la Conferencia Regional Sobre la Mujer de America Latina e del Carybe, setembro de 2005.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PORTINARI, Maribel. **História da dança**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PORTO, Marta. Em busca de Kairos. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marison; OLIVEIRA, Suely de. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Perceu Abramo, 2004. p. 137 – 148.

REIS, Daniela de Sousa. **Representações de brasilidade nos trabalhos do Grupo Corpo: (des)construção da obra coreográfica 21**. 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

ROCHA, Thereza. Dança | Filosofia: verso e reverso de um dizer. **Urdimento**. Florianópolis, n.19, p. 73-82, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, Vozes, v. 16, n. 2, 1990.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

VALÉRY, Paul. Filosofia da dança (1936). Tradução: Charles Feitosa. **O Percevejo Online** – Periódico do Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas PPGAC/UNIRIO, Rio de Janeiro, v. 3., n. 2, p. 1-16, 2011.

VIANNA, Klauss. **A dança**. 2. ed. São Paulo: Siciliano, 1991.

# O ARTISTA CEARENSE E A INDÚSTRIA FONOGRAFICA: REFLEXÕES SOBRE MÚSICA, TRAJETÓRIA E IDENTIDADES

Bruno Rodrigues Costa<sup>51</sup>

Ao analisar processos históricos buscamos atender a demandas geradas por problemas do presente. No que diz respeito à produção cultural que circula na sociedade brasileira, percebemos que uma longa trajetória de formação e consolidação do mercado de bens simbólicos se desenvolveu e definiu muitos dos paradigmas dos nossos dias. Tais paradigmas se sustentam dentro de uma complexidade que foi se intensificando cada vez mais ao longo das décadas. Isso se reflete em exemplos bastante concretos no presente, como no caso da produção artística, onde as obras não mais se configuram em uma estratificação bem definida entre cultura erudita, cultura folclórica e cultura popular. O que se percebe atualmente é uma grande gama de produções musicais, cinematográficas, literárias, entre diversas outras formas, que dialogam com signos de diferentes grupos sociais, classes, nacionalidades, etc.

No sentido de adentrar o estudo das complexidades da produção cultural da sociedade brasileira contemporânea, buscamos investigar processos históricos dentro do âmbito da produção artística, mais especificamente da música no Brasil. E para o estudo desta, voltamos nossos olhares para os sujeitos que a vi-

---

51 Mestrando em História e Culturas pelo Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) da mesma instituição. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Contato: brunocosta616@gmail.com

venciavam dentro dos meandros da sua produção, difusão e consumo. Nosso objeto de estudo se define tendo como foco artistas que estiveram em contato com a lógica da indústria da música e que intervíram nos processos de transformação que a música popular brasileira atravessou ao longo dos anos.

No Ceará, um conjunto de cantores e compositores construíram trajetórias de profissionalização dentro do meio musical e se destacaram com suas obras e seu talento na década de 1970. Dentre eles, Antônio Carlos Belchior, popularmente conhecido apenas como Belchior, teve, na construção de sua carreira artística, elementos que nos chamaram a atenção. A dinâmica do contexto histórico em este começou a se envolver profissionalmente com música, a efervescência cultural dos ambientes universitários ao longo da década de 1960, o seu processo de consolidação dentro do mercado fonográfico e seu deslocamento entre diversas musicalidades ao longo da década de 1970, são todos aspectos que nos fizeram perceber que sua trajetória sintetiza importantes transformações da MPB da época.

Buscamos neste artigo discutir sobre a vida e obra de Belchior<sup>52</sup> em meados da década de 1970, mais precisamente sobre o processo que este artista vivenciou ao ser contratado pela gravadora Phonogram e lançar seu disco de maior sucesso em 1976 - *Alucinação*. Percebemos transformações na construção identitária de Belchior e uma forte relação entre estas e as mudanças que se desenrolavam na dinâmica do cenário da MBP. Com este ensaio, buscamos realizar uma reflexão sobre trajetória, música e identidades a partir das análises feitas em torno da vida e obra desse artista. Tais reflexões só se fazem possível devido a nossa

---

52 Para estudo mais aprofundado sobre o processo de inserção dos artistas cearenses no cenário nacional da Música Popular Brasileira entre as décadas de 1960 e 1970, cf. COSTA, Bruno Rodrigues. *Entre o sonho e o som*. Monografia (Licenciatura em História), UECE, Fortaleza, 2013.

aproximação com um espectro de produção histórica que aborda, de forma transdisciplinar, as práticas e signos que sujeitos sociais manifestam no tempo.

## TRAJETÓRIA E MÚSICA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA CULTURAL: AS IDENTIDADES DE BELCHIOR

A História Cultural transformou boa parte da produção historiográfica contemporânea por (re)oxigenar discussões antes embarreiradas pelas perspectivas históricas mais cristalizadas em paradigmas estruturalistas e macroeconômicos. Esta nos serviu como uma âncora que direcionou nossos esforços de definição teórico-metodológica, ao mesmo tempo em que permitia uma flutuação entre diferentes perspectivas das outras ciências sociais. Os conceitos que mais têm relevância para nós são instrumentos teóricos que dialogam com esse campo histórico e que nos fornecem subsídios para compreendermos os processos que investigamos. O mais importante destes se define pela noção de *identidade*.

Buscamos entender mudanças na carreira artística de Belchior ao longo de sua trajetória na década de 1970 enquanto transformações em suas construções identitárias. Estas expressam manifestações de si, conscientes ou inconscientes, desse sujeito, no sentido de fomentar sua projeção no meio artístico. Isso só se torna possível a partir do entendimento da dinâmica de elaboração identitária de um indivíduo enquanto algo múltiplo e inconstante.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13).

Esses processos partem de interesses diversos, e as identificações construídas em determinadas situações revelam influências de relações com coletividades, tensões do meio onde o sujeito está inserido e o alcance de transformações nos cenários mais abrangentes de determinado contexto na realidade do indivíduo, o que nos possibilita ricas análises.

A identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação da alteridade. (PESAVENTO, 2005, p. 89).

Os aspectos identitários dos processos vivenciados por Belchior, em nossa análise, se expressam, dentre suas diversas formas, através de suas performances musicais. O uso dessa ferramenta se dá a partir do diálogo com Zumthor (2000) e Napolitano (2002, p. 85), este entende que a “performance ou o ato performático

configura um processo social (e histórico) que é fundamental para a realização da obra musical, seja uma sinfonia erudita ou uma canção popular”. Ou seja, a canção não existe na sua estrutura montada em partitura e nem somente na sua mera execução técnica a partir de determinados instrumentos. “A análise do papel da performance em música popular é inseparável do circuito social, no qual a experiência musical ganha sentido, e do veículo comunicativo, no qual a música está formatada, constituindo um verdadeiro conjunto de ‘ritos performáticos” (Idem, p. 86).

As performances musicais, entendidas enquanto expressões de suas construções identitárias, se encontram no bojo da relação entre a carga de significados que a canção expressa e o processo social em que ela se dá, representando assim uma vivência em torno da música. Recortamos, dentro da trajetória artística de Belchior, um processo específico para nossa análise que envolve mudanças em sua carreira profissional, no sentido de apontar os usos das ferramentas teórico-metodológicas que definimos e de buscar refletir sobre a relação entre música e identidade nesse processo de transição.

Nos anos que seguiram o lançamento de seu primeiro álbum, em 1974, Belchior era bem quisto por setores do público consumidor da MPB, mas não poderia ser considerado um artista consolidado no meio musical. Isto só aconteceu a partir do grande sucesso de seu segundo álbum: *Alucinação*, de 1976. Este foi um marco no mercado fonográfico brasileiro da década de 1970, pois atingiu uma vendagem de 130 mil unidades quando lançado e garantiu a consolidação de Belchior na vida artística (MORELLI, 2006). A ênfase de nosso estudo nesse período após os lançamentos de seus primeiros registros fonográficos, entre 1973 e 1974, quando este ainda transitava entre gravadoras e selos menores, até a sua atuação na Phonogram, uma das maiores empresas do ramo, entre 1975 e 1976, se dá pelo anseio de, ao

focar no processo de consolidação do artista no meio musical, percebermos quais aspectos se mostraram pertinentes para tanto, o que pode nos revelar elementos da singularidade do sujeito que fomentaram seu sucesso, assim como transformações que a própria MPB atravessava no período.

Mas o que significa MPB nesse período? A música popular brasileira, escrita com letras minúsculas, compreende um âmbito mais abrangente que não nos interessa. Buscamos aqui discutir a MPB quando da sua construção enquanto conceito, aplicado para conceber uma produção musical realizada no contexto da consolidação da indústria cultural no país.

A Música Popular Brasileira, escrita com iniciais maiúsculas, passa a ser reconhecida a partir das décadas de 1920 e 1930, com a produção e circulação da música popular urbana, que teve como maior destaque o samba (NAPOLITANO, 1998). Para este estudo, interessa-nos mais o seu segundo momento, a partir do final da década de 1950 e do início de 1960, quando há a sua consolidação em meio a uma série de disputas.

Nesse contexto, a MPB foi (re)inventada como plataforma e objeto das discussões sobre a identidade nacional do país, das incertezas em relação aos sentidos da produção cultural e das disputas político-ideológicas do momento. Como sustentáculo de tudo isso, há o processo de expansão e reestruturação da indústria cultural brasileira, com transformações profundas nas formas de produção, nos meios de difusão e nas possibilidades de consumo dos bens culturais. Trata-se de um contexto em que se aprofundam as relações entre música popular e mercado, assim como os conflitos entre paradigmas estéticos e comportamentais que surgiam e se consolidavam.

Essas disputas se materializavam na produção musical que surgiu com o advento da Bossa Nova, que tem como marco o lançamento do álbum *Chega de Saudade* (1959), de João Gil-

berto. A aproximação do samba suave e do jazz americano na sua concepção, o teor intimista da interpretação e o caráter simples e romântico das composições são aspectos que caracterizam este “gênero” que foi base de toda a nova MPB (COSTA, 2001). Suas variações se expressavam em diversas obras e a partir de vários artistas, como Baden Powell e seus “afro-sambas”, que buscava aproximá-la dos ritmos africanos.

As reverberações da Bossa Nova forjavam novas musicalidades e novos paradigmas que disputavam os rumos da MPB. No âmbito das juventudes das classes médias, a “canção de protesto” foi uma das mais contundentes. Constituída a partir da ação de setores da esquerda que buscavam formular uma produção cultural emancipatória, que alcançasse ampla parcela da sociedade, principalmente a partir da ação do Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes, esta canção engajada repercutia os anseios de conscientização e politização das massas que o movimento estudantil, e a esquerda em geral, almejava. E o fazia através da produção de uma musicalidade simples, voltada para temas dos folclores regionais e que retratasse sujeitos sociais historicamente excluídos (CONTIER, 1998).

Todos esses “gêneros” da MPB são forjados e popularizados no contato entre si e nos mesmos processos históricos, seja pela sua reformulação, como no caso da “canção de protesto” em relação à Bossa Nova, ou pela sua negação, como em relação à Jovem Guarda<sup>53</sup>. Esta última foi rechaçada pelos que se alinhavam ao campo do nacional-popular e por uma historiografia mais tradicional da música brasileira, pelo fato de fugir dos conceitos puristas de MPB que Napolitano discute em sua obra:

---

53 Termo que é atribuído à produção musical de artistas como Roberto e Erasmo Carlos, com temáticas voltadas para o cotidiano da juventude “transviada” das classes médias, e com a incorporação de características e instrumentos do rock internacional.

[...] o critério básico para definir se a canção era “genuinamente” MPB consistia em alguns requisitos básicos: não utilizar instrumentos eletrificados (identificados com o “iê-iê-iê” de Roberto Carlos e com o Rock anglo-americano); incorporar alguma citação, na interpretação e no arranjo, da “tradição” rítmico-melódica do samba (“rasgado” ou de “meio de ano”) ou de algum outro ritmo da “raiz” (como os ritmos nordestinos); e, obviamente, ser cantada em português. A constante presença de música engajada, sobretudo nos Festivais, que procuravam traduzir a “realidade brasileira” em suas “letras”, também ajudou a construir uma identidade de MPB, como sinônimo de canções portadoras de uma “mensagem” social e humana, comprometidas com ideais emancipatórios, conforme o imaginário do novo público que se delineava. (NAPOLITANO, 1998, p. 99).

O rompimento político e estético com este paradigma se deu com o advento do movimento tropicalista. Revisitando conceitos do modernismo literário e buscando o diálogo com as estéticas musicais da produção internacional, esta nova forma de musicalidade, ao mesmo tempo em que traduzia a intensificação do consumo cotidiano de bens culturais importados do final da década de 1960 em suas composições, apresentava uma maior abertura à lógica da indústria cultural (FAVARETTO, 1996).

A incorporação de guitarras elétricas e sintetizadores, a apresentação nos festivais com bandas de rock, as canções canta-

das em inglês, todos esses elementos são marcas desse movimento que causou um frenesi no meio musical. Em contrapartida a essas “heresias”, na perspectiva do paradigma nacional-popular, também havia o diálogo com ritmos e melodias regionais, temáticas folclóricas e mensagens críticas. O tropicalismo desconstruiu as maneiras lineares de produção musical dos “gêneros” predecessores, reoxigenando as estéticas musicais nacionais (a partir do diálogo com as musicalidades estrangeiras) ao mesmo tempo em que se referenciava na Bossa Nova enquanto sustentáculo de sua existência.

Com essa ruptura causada pela tropicália, a MPB se diluiu entre diversos rótulos e fórmulas de como se fazer música. Ela embaça seus limites e definições e se expande, também como consequência do próprio crescimento da indústria fonográfica do período. Esta cresceu exponencialmente com as disputas e discussões em torno da “linha evolutiva da Música Popular Brasileira”, e teve no tropicalismo um forte sucesso comercial, já que este não velava a sua relação que o aspecto mercadológico da produção musical.

Belchior conduziu seu processo de profissionalização no mercado fonográfico nesse contexto de ascensão do tropicalismo e abertura do cenário da MPB para musicalidades diversas. Em seu segundo álbum, que consolidou sua presença naquele meio pelo grande sucesso comercial do mesmo, o artista apresentou novidades em relação ao primeiro disco e em relação a algumas posturas do mesmo naquele momento de sua carreira. A grande novidade que percebemos a partir dos indícios presentes nos fonogramas e, também, através das discussões sobre sua obra nos periódicos, foi a da incorporação de novos elementos estéticos em suas sonoridades e, principalmente, um ataque inesperado ao tropicalismo dentro da MPB.

Para melhor entender essa postura “anti-tropicalista” de Belchior no cenário musical do período, primeiro cabe-nos dar um fôlego maior à discussão sobre o seu alinhamento prévio às formas de produção musical desse movimento, e os marcos que definem essa nossa interpretação. No seu álbum de 1974, intitulado *Mote e Glosa*, percebemos aspectos que o relaciona com características regionalistas e antropofágicas, dentro da produção musical tropicalista. Coadunamos com as reflexões de Carlos, que, em seus trabalhos (2007; 2014), realizou com maestria análises sobre a produção de Belchior:

A busca modernista de absorver o novo e o antigo, de deglutir a cultura estrangeira para construir uma nova realidade cultural brasileira, a qual foi sintetizada no Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade, é retomada nas canções de Belchior [...]. No baião *Mote e Glosa*, a relação velho e novo é posta em discussão. O enunciador diz insistentemente (43 vezes) a palavra *novo*, numa música que utiliza instrumentos mais do que tradicionais como a sanfona e o triângulo. [...]. Um dos *ethé* instaurados nas canções de Belchior é o de um homem afinado com valores urbanos [...]. É o caso da canção *Passeio*. Esse sujeito contrapõe a tradição, [...] à modernidade, instaurada na letra de *Máquina II*. Nessa canção, ele repete 20 vezes a palavra *máquina*, símbolo por excelência do mundo moderno e industrial. Essa balada une uma letra em moldes concretistas a sons que reproduzem o barulho de um maquinário, numa referência explícita ao

processo de industrialização [...]. Já em *Rodagem*, as figuras usadas são essencialmente de um mundo da tradição nordestina e sertaneja: o gibão, a légua, o encontro com a namorada na feira, o sol do sertão. Na balada-baião *Cemitério* são os espaços do sertão e da cidade que são postos em tensão. (CARLOS, 2007, p. 218 e 219)

As reflexões da autora apresentam elementos do que podemos caracterizar como expressões de uma tradição tropicalista na obra de Belchior, e entendemos essa noção de tradição a partir das contribuições de Zumthor (1997) sobre este conceito. A conjugação das práticas antropofágicas do ponto de vista da estética, o entrecruzamento de imagens entre o rural e o urbano, o velho e o novo, o moderno e o tradicional, dentre outros, são aspectos que compunham o repertório dos músicos baianos ao final da década de 1960. Belchior incorpora esses elementos, mas não de maneira passiva, realizando uma produção musical que traduz os seus referenciais dentro das formas consolidadas por Caetano Veloso e Gilberto Gil na MPB.

Paul Zumthor chamava de “tradição”, esta capacidade de guardar do passado os seus rastros, para que nos ajudem, colaborem conosco no presente. Nas sociedades midiáticas, tradição se configuraria nas respostas múltiplas dadas pelas culturas, ao desafio que nos lança a rapidez, a fugacidade do tempo, a aceleração da história, a presentificação incessante. Este passado construído na tradição não é contínuo, linear, mas ao contrário, comporta a ruptura, que é o esquecimento, escolhendo aspectos, en-

cobrimo outros, sendo seletivo. No seu processo de transformação, a tradição se move, se modifica, cria hiatos que servem ambigualmente para conservar os dados e para possibilitar tensões criadoras, com energias próprias. Tradição, assim, como um saber cumulativo que as culturas têm de si próprias e que empregam nas linguagens, nas poéticas, na oralidade. (PEREIRA, 2003, p. 9).

Nesse entendimento, a tradição não se forja no presente apenas para conservar os paradigmas de práticas e representações do passado. A obra que expressa a tradição comporta também um processo de reconfiguração que se assemelha ao apresentado por Tatit (2008) como “triagem” e “mistura”, no qual o discurso é filtrado e mesclado com outros elementos para manter-se.

Seguindo o embasamento na obra de Carlos (2014), percebemos a existência de relações entre os artistas da MPB pautadas pela polêmica e que transbordavam estas para as suas composições. As análises da autora apontam para as investidas de Belchior em relação à figura de Caetano Veloso como as mais claras e contundentes que podemos perceber no cenário musical do país nesse contexto. Com isso em mente, decidimos por realizar um estudo sobre as canções do autor que apresentam esse elemento: *Fotografia 3x4* e *Apenas um Rapaz Latino-Americano*, iniciando por esta última. Tal estudo se fez possível devido ao embasamento nas discussões de Napolitano sobre a metodologia para análises de fonogramas, presente na obra de Pinsky (2010).

Em um primeiro momento, analisamos a plataforma em que o fonograma é veiculado: *Alucinação* se trata de um “long play” produzido em vinil com dez faixas, no ano de 1976, pela gravadora Phonogram, através de seu selo Philips. A canção abordada é a primeira faixa do disco. Este álbum surge como uma

grande marca no mercado fonográfico da época, contendo canções de autoria unicamente do autor do disco, e algumas já gravadas por Elis Regina, como *Velha Roupa Colorida* e *Como Nossos Pais* em seu disco *Falso Brilhante*, do mesmo ano e lançado pela mesma gravadora.

Após os procedimentos de escuta sistêmica da canção e de decupagem técnica da mesma, conseguimos identificar os seguintes elementos: pode ser enquadrado como um *blues*, por conta de sua forma melódica e rítmica, e parece contar com os seguintes instrumentos: gaita, baixo, percussão, bateria, teclado, violão com encordoamento de aço, guitarras elétricas e conjuntos vocais.

Por último, em nossa análise da composição a partir do cotejamento com os elementos extramusicais e com os dados técnicos levantados sobre a mesma, formulamos a seguinte reflexão inicial sobre a obra: a canção, assim como boa parte do disco em que ela está inserida, possui um teor autobiográfico por se expor em primeira pessoa e se desenvolver como um diálogo, e expressa abertamente uma nova postura do autor em relação ao tropicalismo.

Eu sou apenas um rapaz latino-americano  
sem dinheiro no banco / Sem parentes importantes  
e vindo do interior / Mas trago, de cabeça,  
uma canção do rádio / Em que um antigo compositor  
baiano me dizia / Tudo é divino, tudo é maravilhoso  
/ Tenho ouvido muitos discos, conversado com pessoas,  
caminhado meu caminho / Papo, som dentro da noite  
e não tenho um amigo sequer / Que ainda acredite nisso,  
não, tudo muda e com toda razão / Eu sou apenas um  
rapaz latino-americano sem dinheiro no banco / Sem parentes  
importantes e vindo do interior / Mas

sei que tudo é proibido aliás, eu queria dizer/Que tudo é permitido até beijar você no escuro do cinema / Quando ninguém nos vê/Não me peça que lhe faça uma canção como se deve/Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve/Sons, palavras, são navalhas e eu não posso cantar como convém/Sem querer ferir ninguém/Mas não se preocupe meu amigo com os horrores que eu lhe digo/ Isso é somente uma canção, a vida, a vida realmente é diferente /Quer dizer, a vida é muito pior/ Eu sou apenas um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco/ Por favor não saque a arma no 'saloon' eu sou apenas um cantor / Mas se depois de cantar você ainda quiser me atirar/ Mate-me logo, à tarde, às três, que à noite tenho um compromisso / E não posso faltar por causa de você/ Eu sou apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco / Sem parentes importantes e vindo do interior/ Mas sei que nada é divino, nada, nada é maravilhoso / Nada, nada é sagrado, nada, nada é misterioso, não. (BELCHIOR. **Apenas Um Rapaz Latino Americano**. In: BELCHIOR. *Alucinação*. Philips/Polygram, 1976. LP).

A abordagem do autor é de utilizar a figura do personagem da canção como uma construção de sua própria imagem enquanto um sujeito simples - “apenas um rapaz”; “sem parentes importantes e vindo do interior” -, e realiza isso dentro de uma forma melódica simplificada, no caso, a balada, para coadunar a canção e a letra. O autor faz uso de metalinguagens, ao abordar a sua própria

canção - “isso é somente uma canção” -, seu processo de composição - “não me peça que eu lhe faça uma canção como se deve” - e o próprio cenário musical no qual está inserido - “trago de cabeça uma canção no rádio/em que um antigo compositor baiano”.

Há uma expressão do autor em querer se mostrar fatalmente agressivo em suas produções - “sons, palavras são navalhas /e eu não posso cantar como convém/sem querer ferir ninguém” - e em querer diferenciarse dos músicos que não o são - “não me peça que eu lhe faça uma canção como se deve/correta, branca, suave, muito limpa e muito leve”. Levando em consideração o contexto da produção musical onde o autor estava inserido, aqueles que produziam canções nesses moldes (contundentes e direcionadas para atacar situações vigentes - “nada é divino, nada é maravilhoso” -, geralmente, com alguma referência ao regime militar de então) buscavam se enquadrar enquanto músicos engajados. A composição de instrumentos utilizados na formação melódica da canção apresenta instrumentos, como a guitarra elétrica, e formas melódicas provenientes de gêneros internacionais, como é o caso do *blues*.

A referência ao compositor baiano - “um antigo compositor baiano me dizia/tudo é divino, tudo é maravilhoso” - aponta para a figura de Caetano Veloso, e a sua composição intitulada *Divino Maravilhoso*<sup>54</sup>. O autor busca deslegitimar o discurso do com-

---

54 Atenção ao dobrar uma esquina / Uma alegria, atenção menina / Você vem, quantos anos você tem? / Atenção, precisa ter olhos firmes / Pra este sol, para esta escuridão / Atenção / Tudo é perigoso / Tudo é divino maravilhoso / Atenção para o refrão / É preciso estar atento e forte / Não temos tempo de temer a morte / Atenção para a estrofe e pro refrão / Pro palavão, para a palavra de ordem / Atenção para o samba exaltação / Atenção / Tudo é perigoso / Tudo é divino maravilhoso / Atenção para o refrão / É preciso estar atento e forte / Não temos tempo de temer a morte / Atenção para as janelas no alto / Atenção ao pisar o asfalto, o mangue / Atenção para o sangue sobre o chão / Atenção / Tudo é perigoso / Tudo é divino maravilhoso / Atenção para o refrão / É preciso estar atento e forte. (VELOSO, Caetano. **Divino Maravilhoso**. IN: COSTA, Gal. Gal Costa. São Paulo: Philips, 1969. LP).

positor baiano ao ressaltar que sua afirmativa não se mostra mais válida - “e não tenho um amigo sequer/que ainda acredite nisso” -, e, ao final, contradiz o mesmo - “nada é divino, nada é maravilhoso”, apesar da canção de Caetano Veloso já apresentar um teor irônico em relação a essa afirmação do “divino maravilhoso”.

Percebemos em *Fotografia 3x4*, outra balada-*blues* do mesmo álbum de Belchior, aspectos bastante semelhantes aos da canção que analisamos (instrumental, teor autobiográfico, polêmica com a figura de Caetano Veloso). Segundo Carlos:

A canção ‘Fotografia 3x4’ também polemiza diretamente com ‘Alegria, alegria’ de 1967, que apresenta mais uma vez o ‘sol’ com valores positivos (o sol nas bancas de revista me enche de alegria e preguiça) O verso Veloso, ‘o sol (não) é tão bonito’ pra quem vem/Do norte e vai viver na rua se reporta negando diretamente ao verso da segunda canção de Caetano O sol é tão bonito/ Eu vou [...] (2014, p. 316).

Para além das posturas do artista em relação ao músico baiano, percebemos outros indícios nas canções do disco que apontam para uma intensificação da acidez das letras de Belchior, acompanhadas de um aprimoramento técnico no âmbito vocal que, segundo os críticos, lhe fez tanta falta nos discos anteriores. No âmbito sonoro, o disco *Alucinação* tem como diferencial central em relação à sua produção anterior o fato deste ter sido produzido com banda e não com orquestra. O teor das musicalidades apresentadas não possui o experimentalismo característico das produções tropicalistas, mas indicam uma maior sofisticação em relação ao trabalho com os gêneros musicais envolvidos. Per-

cebe-se que, não há constrangimento por parte do artista em se trabalhar com ritmos internacionais como o *blues*, o *rock* e o *country*, mesmo com todo o seu discurso contrário aos exageros na internacionalização da música brasileira encontrado em diversas entrevistas suas entre 1973 e 1974:

Quando eu digo que grito em português na letra [de *A Palo Seco*<sup>55</sup>], quero exemplificar toda uma situação que acredito não ser só particular. O nosso desespero é grande demais e diferente para ser cantado em inglês. A citação do tango argentino quer dizer exatamente isso ao mesmo tempo que nos conduz a uma memória de Manuel Bandeira que para uma situação desesperadora recomendava tocar um tango argentino'. [...] Belchior quer continuar projetando a sua voz de vaqueiro [...] em todos os seus trabalhos. Está, inclusive, aperfeiçoando cada vez mais essa falta de técnica, que consiste inclusive numa técnica também só que diferente. Numa espécie de desafio contra os ditames estabelecidos pela cultura brasileira, ou seja, aquela cultura feita no Rio e em São Paulo, mas que é imposta a todo o país. (VINICIUS, Marcus. Belchior a palo seco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 10 set. 1973).

---

55 Canção de Belchior lançada primeiramente em seu compacto de 1973 e relançada em seu primeiro álbum, em 1974. O trecho que o artista se refere é: “Mas ando mesmo descontente/desesperadamente eu grito em português”. BELCHIOR. *A Palo Seco*. IN: BELCHIOR. Mote e Glosa. São Paulo: Chantecler, 1974.

Duas canções nos oferecem elementos para refletirmos sobre essa nova configuração da produção musical de Belchior em seu segundo álbum. A primeira intitula-se *Sujeito de Sorte*, e apresenta uma sonoridade que transita entre o *rock*, o *blues*, o *funk* e o *baião*, com instrumentais arrojados: solos de guitarra, gingado no acompanhamento do baixo e um triângulo como parte da percussão.

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte / Porque apesar de muito moço me sinto são e salvo e forte / E tenho comigo pensado deus é brasileiro e anda do meu lado / E assim já não posso sofrer no ano passado / Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro / Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro / Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro / Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro / Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte / Porque apesar de muito moço me sinto são e salvo e forte / E tenho comigo pensado deus é brasileiro e anda do meu lado / E assim já não posso sofrer no ano passado / Tenho sangrado

demais, tenho chorado pra cachorro /  
Ano passado eu morri mas esse ano eu  
não morro / Ano passado eu morri mas  
esse ano eu não morro / Ano passado  
eu morri mas esse ano eu não morro  
(BELCHIOR. **Sujeito de Sorte**. IN:  
BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo:  
Philips, 1976).

A atuação vocal de Belchior na canção segue no padrão que este vinha apresentando desde seus trabalhos anteriores, e que foi bastante linear em sua carreira como um todo sendo até foco de críticas por parte da mídia especializada: a narrativa poética quase que declarada, como um discurso musicado. Essa vocalidade também se faz presente na canção *Como o Diabo Gosta*, cujo aspecto de crítica social, de maneira abrangente, é bastante perceptível. O artista se utiliza de sonoridades que remetem ao flamenco, um gênero de origens mouras e ciganas, com influências árabes, e mais popular na região da Andaluzia, na Espanha. A canção se desenvolve com violão, castanholas, palmas marcando o ritmo e se encerra com o grito do cantor acompanhando a sonoridade dos instrumentos.

Não quero regra nem nada / Tudo tá  
como o diabo gosta, tá / Já tenho este  
peso, que me fere as costas / E não vou,  
eu mesmo, atar minha mão / O que  
transforma o velho no novo / Bendito  
fruto do povo será / E a única forma  
que pode ser norma / É nenhuma regra  
ter / É nunca fazer nada que o mestre  
mandar / Sempre desobedecer / Nunca  
reverenciar (BELCHIOR. **Como o  
Diabo Gosta**. IN: BELCHIOR. *Alu-  
cinação*. São Paulo: Philips, 1976).

Percebe-se o teor agressivo da canção de várias maneiras, o próprio título e o primeiro verso já são bem expressivos. As passagens que apresentam necessidade de transformação e de resistência – “o que transforma o velho no novo, bendito fruto do povo será”, “sempre desobedecer, nunca reverenciar” - se tornaram marcos dentro do disco de Belchior e foram bastante exploradas pela mídia. Muitas matérias da crítica especializada atribuem ao artista, por decorrência desses versos, a alcunha de artista engajado.

Em síntese, o álbum *Alucinação*, de Belchior, representa uma inovadora e inesperada configuração da identidade do artista. Suas performances, do ponto de vista da execução vocal das canções, da sofisticação dos gêneros musicais explorados e da carga de historicidade que a obra como um todo assumiu, fizeram com que o cearense passasse a ser uma das principais figuras da MPB da década de 1970. Seus ataques a figura de Caetano Veloso nas canções representam uma guinada “anti-tropicalista”, porém, apenas no sentido do conteúdo letrístico. Afirmamos isso pelo fato de percebermos a manutenção da estética antropofágica em sua produção musical, explorando elementos associados à cultura nordestina assim, como gêneros e estilos estrangeiros.

Visualizamos, também, nos indícios que se apresentam nas canções, aspectos de crítica social análogos à tradição da “canção de protesto” da década de 1960. Nesse sentido, se torna possível interpretar sua produção musical nesse momento de sua carreira como constituinte de elementos tropicalistas e engajados dentro de uma mesma tradição.

Tais elementos que apontam para transformações na estética da obra e na imagem do artista em vários sentidos, em nosso entendimento, se configuram enquanto um processo identitário. Este traz consigo mudanças e permanências entre o velho e o

novo pautadas por parâmetros que vão desde as definições pessoais do artista como também pelos anseios do mercado fonográfico do período.

Acreditamos que tal processo só se tornou possível de ser analisado em nosso estudo devido ao instrumental teórico-metodológico que nos subsidiou. O trabalho com os fonogramas, que permeia a musicologia e a própria análise histórica, além da utilização das noções de performance, vocalidade e tradição, que se referenciam em estudos linguísticos, é pautado pelas aproximações possibilitadas pela abertura da historiografia contemporânea a novos objetos, novos problemas e novas abordagens. Sem nosso ancoramento em pressupostos advindos do campo da História Cultural, nossa análise não seria capaz de diluir a linearidade da carreira do artista a partir da compreensão da pluralidade de signos presentes em sua obra musical.

## **A CARREIRA DO ARTISTA E OS RUMOS DA MPB: ENTRE DISPUTAS E TRANSFORMAÇÕES**

Para além de sua produção, Belchior também expressava aspectos de sua construção identitária a partir de sua exposição na mídia. Querendo ou não, sua imagem artística era veiculada pelos jornais de grande circulação do período e sua carreira era analisada por uma “crítica especializada” bastante heterogênea e difícil de definir. Sua relação de diálogo com a mídia revelam aspectos de como o sujeito buscava se mostrar para o grande público e como se constituía o olhar desses veículos em cima dos artistas. Em ambos os lados, podemos perceber indícios de subjetividade que nos servem para refletir sobre as intencionalidades do artista e a dinâmica da indústria fonográfica, no processo de produção, difusão e consumo de determinada produção musical.

Nesse momento de sua carreira, parecia haver uma ação no sentido de tornar Belchior um artista polêmico e considerado engajado dentro do cenário da MPB. Não mais um engajamento em oposição a música “nacional internacionalizada” que o artista mencionava no início de sua carreira, mas um engajamento que envolve críticas sociais mais abrangentes.

Um dos indícios mais contundentes que apontam para isso está presente na entrevista feita com Belchior pelo jornal *O Povo*, no Ceará. Quando recém-contratado pela Philips, Belchior alcançou um prestígio que nunca antes teve na indústria fonográfica. Mesmo antes de sair seu primeiro álbum na nova gravadora, já estava sendo badalado pelo simples fato de ter sido contratado. Na matéria, foram trabalhados temas como as raízes do artista, os planos para o futuro e seu pensamento sobre a função social de sua obra. Nesse aspecto, Belchior demonstrou estar bastante longe de qualquer neutralidade.

No meu modo de ver, o artista resume e simboliza as liberdades fundamentais da pessoa humana. De tal forma que não posso compreender arte conformada, convencional. Arte hoje significa resistência, rebeldia, para com o estabelecido. ‘Nunca fazer o que o mestre mandar / Sempre desobedecer / Nunca reverenciar’. Antes de ser artista sou um cidadão comum, a quem interessa profundamente o grande destino humano. É claro que estou na geral, mas minha arte é o meu caminho para a liberdade. (Belchior: novos caminhos. *Jornal O Povo*, Fortaleza, p. 6, 1975).

Em relação aos seus objetivos de intervenção nos rumos da MPB, Belchior demonstrou que sua rebeldia recém-forjada, em nosso entendimento, parece ser fruto de uma profunda mágoa deste com os artistas e movimentos musicais predecessores, remetendo-se a estes de maneira negativa, mas como importantes bases que alicerçam o seu trabalho.

Meu amigo, o meu grande desejo é balançar os coretos e os sonhos. Por em liquidação total a linguagem, a mentalidade, o universo dos anos 60. Falar da vida, de como fomos feridos e enganados, de como chegamos à decepção dos que nos apontaram perspectivas de renovação de consciência e foram pra casa, contar o seu dinheiro, deixando-nos expostos às feras na arena. Quero tomar o trabalho dos grandes artistas como a boa tradição. Como material crítico, como marco zero para tentar começar tudo de novo. (Idem)

A noção de tradição, como dita por Zumthor, remete-se a esses pontos de ruptura, às facetas negativas dos processos do passado que são trazidas para a ação presente como exemplo de algo a não ser feito. Nesse sentido, Belchior parece ter feito uso dessa mágoa para frutificar sua obra no contexto de produção do disco *Alucinação*.

Além disso, há o esforço por parte do artista em remeter à ação de sua voz como instrumento de sua nova fase: “fundamentalmente, a minha música é minha letra. Uso o som apenas como apoio, como ambiente propício para intensificar o ato puro e simples de dizer. Dizer cantando. A minha vocação poética é para a palavra crítica e transformadora” (Ibidem).

A noção de vocalidade, de Zumthor, remete-se a voz humana em execução, como parte do gestual do corpo, imersa em seus referenciais sócio-históricos. Em seu novo momento profissional, Belchior parece ter transformado sua perspectiva artística e estava buscando construir sua imagem não mais como o vaqueiro cantador, mas como o rebelde militante da transformação social. Porém, a crítica especializada ainda manteve, em suas matérias e artigos sobre o artista, sua imagem atrelada a elementos de “nordestinidade”.

Plasmando influencias recebidas do canto-chão gregoriano aprendido nas liturgias das igrejas aos modos (intervalos musicais de quarta a quinta ao invés da escala normal de sétima) comuns aos violeiros e cantadores, Belchior demonstra ter absoluta consciência do aspecto inovador e provocante de seu trabalho. Substituindo a chamada poesia lírica sólida e estabelecida pela prosa ou discurso musicado, garante estar optando por uma forma mais condizente com a ‘preocupação de contar uma história’. (MORAES, Renato de. E os cearenses tornaram-se moda em 76. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 1976)

Percebemos essa associação de maneira fervorosa quando visualizamos a caricatura feita de Belchior na mesma matéria do jornal O Povo:

para o meu trabalho criador no sentido de que o contato renovado com o ambiente físico da cidade, os papos e as discussões com os parceiros e amigos, criam um ambiente polêmico bastante revitalizador para a criatividade. Venho para conhecer novas formas de resistência humana. Para "reconhecer", acentuar e intensificar minha vocação crítica.

**FS - E o problema das "raízes"?**

B - Meu amigo, eu não me preocupo com as "raízes". NÃO HÁ RAÍZES PERMANENTES TUDO ESTÁ EM CONTÍNUO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO. Aliás, me desagrada bastante qualquer postura folclórica. Não quero fazer nenhum aproveitamento fácil de minha nordestinidade. Não reconheço títulos de nascença. Reconheço trabalho. ACHO QUE A PREOCUPAÇÃO COM AS "RAÍZES" GERA UM CERTO COMPROMISSO COM O EXÓTICO, UMA "OBRIGAÇÃO -DE REPRESENTAR OFICIALMENTE OS VALORES DA TERRA", QUE AUMENTA A OPRRESSÃO E A EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE ARTÍSTICA, RESTRINGINDO A LIBERDADE EXPRESSIVA E CRIADORA. É uma espécie de "nobilitase-obliga" ao avesso: obriga à vida, à carne seca com pirão de leite, à frita e ao munguão - sem possibilidade de transformação, tratando a arte como mera conversa de cozinha. Não me inspirei com "raízes". A vida, a participação efetiva na criação e transformação da Cidade do Homem é a minha inspiração. E transpiro. "Estou constantemente inspirado porque constantemente vivo".

**FS - O que você está fazendo no momento?**

B - No presente momento estou vivendo em São Paulo. Meu trabalho fundamental e de rotina é o show. Show para estudantes, nos bairros, nas fábricas, nas igrejas e, claro, nos teatros. Tenho viajado muito. Agora mesmo estou em Porto Alegre, onde fiz show no Estádio Araújo Viana, ao lado de Gilberto Gil, Jorge Mautner e outros artistas da Philips. Tenho sido uma espécie de "cantador" - espécie de cantor ambulante. Tenho relaxado um pouco essa balbúlia do disco. No momento, tenho estado mais interessado em "expor-me", correr mundo e perigo, enfrentando o risco calculado da criação - um trabalho mais quente, voltado para a fruição e conhecimento do espectador e não para a confecção de produtos industriais como o disco.

**FS - Mas há planos de gravação...**

B - Sim. Fui contratado pela Philips e estou compondo muito. Letra e música. Espero que até maio de 76 eu esteja com dois discos na praça: o



**KESSA FAZER ESTRATEGIAS UNIFORMIDADAS PARA ATINGIR O SUCESSO. Hoje, pelas inúmeras dificuldades a que a produção artística está sujeita, o sucesso significativo é o que representa a resistência humana, a opção viva pelo ato de criar. Com fit, dignidade e paixão. Compreendo - até que o trabalho artístico, como expressão da profundidade e da transformação humana, inclui um certo elemento de tragédia: como a de ficar indefinido para ser lido e ouvido depois. Por isso eu não quero compromisso fácil com o sucesso. Prefiro a glória de criar.**

**FS - Como você encara o trabalho artístico?**

B - Eu sempre fui um artista indisciplinado. No meu modo de ver, o artista resumo e simboliza as liberdades fundamentais da pessoa humana. De tal forma que não posso compreender arte conformada, convencional. Arte hoje significa resistência, rebeldia para com o estabelecido. "Nunca fazer o que o mestre manda; sempre desobedecei; nunca reverenci". ANTES DE SER ARTISTA SOU UM CIDADÃO COMUM. A QUEM INTERESSA PROFUNDAMENTE O GRANDE DESTINO HUMANO. E É CLARO QUE ESTOU NA GERAL, MAS QUERO E MUDAR AS REGRAS DO JOGO, A MINHA ARTE E O MEU CAMINHO PARA A LIBERDADE.

**FS - Você tem algo a dizer sobre a sua música?**

B - Fundamentalmente, a minha música é a minha letra. Uso o som apenas como apoio, como ambiente propício para intensificar o ato puro e simples de dizer. Dizer cantando. A minha vocação poética é para a palavra crítica e transformadora.

**FS - Você acha que o seu trabalho é novo?**

B - Realmente não tenho elementos para afirmar que meu trabalho seja um trabalho novo. O que é o novo? É um produto em transformação. NÃO SEI SE HÁ POSSIBILIDADES HISTÓRICAS PARA TENTAR-SE UMA NOVA REVOLUÇÃO FORMAL. NO MOMENTO, ESTOU MAIS PRECUPADO COM OS CONTEÚDOS. Creio que a grande novidade hoje é dizer. Quero trabalhar com as possibilidades críticas dos conteúdos. Tudo já foi feito. Tudo já foi dito. Mas é preciso dizer e fazer sempre tudo de novo. Não o que se viu. Nem o que se vê. Mas o que se poderá ver.

**FS - Pra encerrar: O que você pretende com sua arte?**

B - Meu amigo, o meu grande desejo é balançar os coretos e os sonhos. Pôr em liquidação total a linguagem, a mentalidade, o universo dos anos 60. Falar da vida, de como fomos feridos e enganados, de como chegamos à descepção dos que nos apontaram perspectivas de renovação de consciência e foram pra casa, contar o seu diazêiro, deixando-nos expostos às feras na arena. QUERO

FIGURA - Belchior retratado pela matéria do jornal O Povo, em 1975.

Sua representação como um cangaceiro com uma arma em forma de guitarra em punhos demonstra como o aspecto regionalista ainda possuía muita força na imagem do artista. E em termos gerais, não podemos deixar de desvincular essa característica da obra do sujeito quando ela é latente no trabalho dos músicos cearenses. Costa, em estudo sobre o discurso lítero-musical do chamado *Pessoal do Ceará*<sup>56</sup>, afirma que seu:

56 Termo utilizado para referenciar os artistas cearenses que, na década de 1970, se inseriram no mercado fonográfico brasileiro e alcançaram grande repercussão a nível nacional. Entre eles, encontram-se artistas como Raimundo Fagner, Ednardo, Rodger

[...] jeito de cantar é inovador na música brasileira. Ele inaugura um canto “rasgado”, semelhante ao dos penitentes ou das lavadeiras nordestinas. Esse tipo de canto, em combinação com a exploração das zonas mais agudas da voz, foi utilizado principalmente por Fagner, Ednardo e Rodger Rogério. Belchior, embora não possua ou não adote esse tipo de voz, inova também por seu canto semifalado que, por seu tom expressivo e enérgico, dá novos contornos a sua voz rouca e sem brilho. (COSTA, 2001, p. 224).

A produção musical de Belchior em seu segundo álbum, como vimos, transita entre os gêneros mais tradicionais e as novas sonoridades que ganhavam espaço no Brasil. Sua inserção na Philips foi fundamental para que este trabalho pudesse ter esse nível de sofisticação e a qualidade técnica que lhe garantiu excelentes críticas na mídia especializada e a grande vendagem de discos. A Phonogram, matriz do selo Philips, era uma gravadora transnacional que estava em plena ascensão dentro da indústria fonográfica brasileira, e o álbum de Belchior foi lançado no ano onde a venda de LPs teve a segunda maior vendagem da década de 1970, com 24,5 milhões de cópias vendidas, perdendo apenas para o ano de 1979, onde 26,3 milhões de discos foram consumidos no país (VICENTE, 2006).

Sua aproximação dessa gigante da indústria fonográfica nos foi relatada por Jorge Mello<sup>57</sup>, que acompanhou seu processo

---

Rogério, Têti, e o próprio Belchior. Cf. ROGÉRIO, Pedro. *Pessoal do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

57 Cantor, compositor e advogado, Jorge Mello é artista piauiense que acompanhou os músicos cearenses no processo de profissionalização dentro do mercado fonográfico da década de 1970. Foi parceiro de canções e companheiro de Belchior ao longo de sua

de contratação e consolidação no meio musical. Abordamos a fala deste sujeito a partir dos usos da História Oral enquanto uma metodologia pautada pela técnica de registro do depoimento e do esforço empírico de estruturação e problematização das informações trazidas pelo mesmo (FERREIRA; AMADO, 2006). Nossas reflexões em torno do relato de Jorge Mello foram conduzidas a partir do entendimento de que tanto ele quanto Belchior vivenciaram processos em comum, e se estabeleceram como artistas dentro do cenário nacional da MPB conjuntamente. Nossa abordagem teórica a seu relato se constituiu a partir do entendimento da Memória enquanto um fenômeno social, e que, por mais que se expresse a partir das falas de indivíduos, se estruturam em uma consciência coletiva sobre vivências em comum (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Seu depoimento nos forneceu indícios importantes que nos ajudam a refletir sobre o sucesso de Belchior na nova gravadora.

O Belchior teve a oportunidade de chegar até os representantes da produção, que era o Mazzola, e o Mazzola se encantou porque a Elis [Regina] já tinha gravado, o Roberto [Carlos] já tinha gravado, o compositor Belchior já estava aparecendo. O disco de 74 não teve repercussão estava comprometido com a vanguarda, aquele tipo de som não é o que as gravadoras se interessam. Ele recebeu muitas cantadas também pra cantar coisas mais leves, tipo Robertão, tipo canções românticas, normalmente é feito esses convites, e ele foi resistindo, resistindo, mostrando que podia ser um pouquinho diferente, mas, arrastado por uma Elis Regina, por um

Robertão, ficou bem mais fácil uma negociação nas canções, e principalmente na linguagem que é a linguagem revolucionária do Rock, por causa do Raul Seixas dois anos antes. Aí os caras acharam ali uma ponte, e que realmente era, primeiro da novidade, e segundo da empatia com a garotada pelo espaço conquistado pelo Raul, e o Bel aproveitou muito bem porque não ficou uma imitação do trabalho do Raul, mas um trabalho de um texto muito mais denso, muito mais maduro [...]. (Entrevista. **Jorge Mello**. 3 set. 2014).

Dois elementos aqui são de fundamental importância para esse contexto: o primeiro remete-se ao papel de Elis Regina na divulgação das canções dos artistas cearenses, principalmente Fagner e Belchior, projetando a imagem deste último como compositor no circuito nacional da MPB; segundo foi a capacidade de Belchior, em sua transição para a nova gravadora, e em um selo que tinha como atribuição produzir música para os jovens consumidores do fenômeno rock no Brasil, dar conta desse processo de adaptação.

O relato de Mello também nos remete ao papel que Raul Seixas cumpriu na consolidação do rock nacional em um país onde as grandes bandas internacionais eram preferencia dos jovens (VICENTE, 2006). Belchior e Raul Seixas, ambos na Philips, tiveram atritos que foram analisados por Carlos em sua obra:

Outro alvo atingido por Belchior em 'Alucinação' é Raul Seixas e seu investimento temático em uma produção musical com características de misticismo. No verso Eu não estou interessado em nenhuma teoria/(...)/Romances astrais,

aparece uma referência intertextual à canção de Raul ‘Trem das Sete’: (...). Ói, olhe o mal, vem de braços e abraços com o bem num romance astral/Amém. No verso de ‘Alucinação’, o enunciador afirma não ser de interesse para ele (argumento ad hominem e ad personam) a vinculação a esse ideário místico e religioso, representado em Raul Seixas (o homem e o compositor) pelas canções ‘Que luz é essa’, ‘Ê meu pai’, ‘Ave Maria de rua’, ‘As profecias’, dentre outras. (CARLOS, 2014, p. 262).

Raul Seixas respondeu a Belchior em sua canção *Eu Também Vou Reclamar*<sup>58</sup>, onde afirma: “Mas é que se agora/pra fazer sucesso/pra vender disco de protesto/todo mundo tem que reclamar?”, “Agora eu sou apenas um latino americano que/Não tem cheiro nem sabor”, “E sendo nuvem passageira/Não me leva nem a beira/Disso tudo que eu quero chegar”. Uma clara crítica ao processo de reinvenção de Belchior como artista engajado, que, na perspectiva de Seixas, parecia ter sido artificial.

Essa disputa entre Raul Seixas e Belchior tinha como pano de fundo a própria disputa entre a MPB e o rock no Brasil. Refletia-se como uma disputa dos rumos que a produção cultural brasileira estava tomando e quais ela deveria tomar. No trecho da coluna de Walter Silva, que havia sido produtor e figura importante para a projeção dos artistas cearenses em São Paulo, este apresentava sua perspectiva sobre a situação da música brasileira em meados da década de 1970, como um momento de declínio do rock e retorno da MPB ao papel de gênero hegemônico na indústria fonográfica.

---

58 SEIXAS, Raul. *Eu Também Vou Reclamar*. IN: SEIXAS, Raul. Há 10 Mil Anos Atrás. São Paulo: Philips, 1976.

Estabeleçam este paralelo: 1958, chegada de Bill Haley e seus cometas a São Paulo: fim do rock da época; surgimento do movimento mais importante da música popular brasileira, conhecido mundialmente como 'bossa nova'. 1974, vinda de Alice Cooper<sup>59</sup> e seus rapazes, fim da época 'pop'. Para quem duvida, na segunda apresentação, passada a surpresa inicial, os aplausos foram bem menores e na última, então nem se diga. Nem os gritos desesperados do animador para que exigissem Alice de volta, serviram para, pelo menos, por cortesia, fazer com que o público o exigisse. Creemos não ser necessário outro esclarecimento sobre o fim do 'popismo' entre nós. Agora resta saber quais os caminhos a serem usados na retomada de posição da música popular brasileira, indubitavelmente com muito mais fôlego do que todos esses modismos que nos assolaram nos últimos anos. (SILVA, Walter. Um novo começo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 8 abr. 1974).

No mesmo jornal, ao lado da coluna de Silva, há uma matéria na coluna ROCK, que ocupava dois terços da folha do jornal, deixando apenas um terço para a coluna MPB, sobre o quão fértil é o cenário musical brasileiro para o crescimento do rock:

---

59 Alice Cooper é artista americano que ficou mundialmente famoso na década de 1970 por suas canções de rock com letras obscenas e obscuras, seu visual gótico e suas performances chocantes utilizando sangue e cobras.

[...]. Depois de uma semana estonteante, onde muita coisa boa para o terreno do rock foi firmada, Alice, sua cobra, guilhotina, gritos e sons estão invadindo outras áreas [...]. Para os consumidores do rock, Alice Cooper conseguiu provar para empresários e negociantes que o público para o rock em nosso país é imenso. Nunca nenhum outro artista isoladamente conseguiu juntar 100.000 jovens em um só espetáculo. No Som Livre e no Phono 73, dois espetáculos que maior número de gente conseguiram reunir, a conversa era outra. Tratavam-se de dez ou mais nomes famosos [...] (GOUVEA, Carlos. Tio Alice vai, Tio João vem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 8 abr. 1974).

Os elementos apresentados nos dão alguma dimensão do conflito instaurado dentro do meio musical brasileiro pela hegemonia e pela definição dos rumos da produção cultural do país, dentro de uma disputa que extrapolava a mera briga mercadológica pela afeição do público consumidor. Os conflitos que se apresentavam como um confronto entre gostos musicais diferentes, na verdade, tinham como pano de fundo um debate maior sobre a cultura brasileira e a sua “abertura” aos bens simbólicos estrangeiros, que por sua vez tinha relações com o próprio processo de aproximação promovida pelo regime militar com os E.U.A.

Belchior vivenciou essa disputa e consolidou sua inserção no mercado fonográfico brasileiro através dela. Seu sucesso nesse momento nos revela que suas construções identitárias, permeadas de contradições e constituídas nas tensões entre o nacionalismo e as musicalidades estrangeiras do momento, a antropofagia tropicalista e o nacional-popular da “canção de protesto”, a “nordes-

tinidade” e a rebeldia, o *rock* e a MPB, confluíram com os interesses da indústria fonográfica do período, que também flutuava nessas mesmas contradições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que este processo de reconfiguração que a indústria fonográfica atravessava, percebido nos elementos que levantamos neste estudo, pode nos ajudar a entender melhor os rumos que a música brasileira, e a própria produção cultural do país como um todo, tomaram naquele período. Em uma perspectiva panorâmica, podemos até levantar a possibilidade de estabelecermos este momento como parte fundamental do processo que levaria o fenômeno rock, na década de 1980, a ser consagrado como gênero musical hegemônico entre setores das juventudes.

Nossas reflexões foram produzidas no sentido de contribuir com os estudos sobre a produção cultural brasileira contemporânea tentando dar um olhar diferente sobre o período, focando na análise de um sujeito e sua obra. O desafio que conduziu toda a nossa investigação e nossa elaboração histórica se pautou pela necessidade de articular a singularidade do indivíduo, a pluralidade de sua produção e a complexidade dos processos que vivenciou. A articulação de ferramentas metodológicas e pressupostos teóricos de diferentes âmbitos foram fundamentais para que, em nosso estudo, pudéssemos contornar os obstáculos e superar as barreiras encontradas por estudos com ênfase ou na biografia do artista, ou na análise de suas canções ou no estudo macro analítico de seu contexto.

Talvez seja essa a grande contribuição da História Cultural para a historiografia contemporânea: tirar-nos das zonas de conforto dos historiadores e nos propor um olhar mais plural. Dessa forma, nos aproximamos da superação de antigos desafios ao mesmo tempo em que nos deparamos com novos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Mary Pimentel. **Terral dos Sonhos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil/Gráfica e Editora Arte Brasil, 2006.

CARLOS, Josely Teixeira. **Muito Além de Apenas um Rapaz Latino -Americano vindo do Interior**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós- Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza, 2007.

\_\_\_\_\_. **Fosse um Chico, Um Gil, Um Caetano**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, USP, 2014.

CASTRO, Wagner. **No Tom da Canção Cearense**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

COSTA, Nelson Barros da. **A Produção do Discurso Lítero-musical Brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, PUC, São Paulo, 2001.

CONTIER, Arnaldo. **Edu Lobo e Carlos Lyra**. R. B. H., São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

FAVARETTO, Celso. **Tropicália**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **A Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GUEDES, Jordianne. **O Fazer Musical de Rodger Rogério**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). Fortaleza: UECE, 2012.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

MORELLI, Rita de Cássia Lahoz. **Indústria Fonográfica**. Campinas: Unicamp, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Invenção da Música Popular Brasileira**. IN: Latin American Music Review / Revista de Música Latinoamericana, vol. 19, n°. 1, pp. 92-105, 1998.

PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Simoni. **Sons, vozes e corpo na comunicação**. Belo Horizonte: Intercom, 2003

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

ROGÉRIO, Pedro. **Pessoal do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2008

\_\_\_\_\_. **A viagem como um princípio na formação do habitus dos músicos que na década de 70 ficaram conhecidos como “Pessoal do Ceará”**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza: UFC, 2011.

TATIT, Luiz. **O Século da Canção**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VICENTE, Eduardo. **Organização, crescimento e crise - a indústria fonográfica brasileira nas décadas de 60 e 70**. IN: Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, vol. VIII, n. 3, sep – dic. 2006.

ZAN, José Roberto. **Música popular brasileira, indústria cultural e identidade**, in: ECCOS Rev. Cient. n° 1, v. 3. São Paulo: UNINOVE, 2001.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: EDUC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Tradição e esquecimento**. São Paulo: Hucitec, 1997.

# UMA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS TORCIDAS ORGANIZADAS NA CIDADE DE FORTALEZA

Caio Lucas Morais Pinheiro<sup>60</sup>  
Gisafran Nazareno Mota Jucá<sup>61</sup>

Os trabalhos acadêmicos que têm em comum o endereço, o diálogo ou apoio na área de História Cultural cresceram consideravelmente nas últimas décadas no cenário brasileiro de pesquisas. Ao aceitar o convite para escrever o artigo neste livro comemorativo do Mestrado Acadêmico em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará, temos como intuito dar uma contribuição sobre como a História Cultural possibilita emergir debates plurais e sobre como, em uma perspectiva dialógica, ela também se atualiza e se fortalece com os vários olhares reunidos nesse livro.

Nosso artigo trata sobre o surgimento e a formação das torcidas organizadas no espaço urbano de Fortaleza, no estado do Ceará. Assim, analisamos como ocorreu a fundação e a estruturação desses grupos no futebol da década de 1980, tendo como fontes entrevistas, imagens e reportagens dos periódicos. O trabalho se subdivide em três momentos, abordando inicialmen-

---

60 Mestre em História na Universidade Estadual do Ceará (MAHIS/UECE). Integrante do Grupo de Pesquisa Sociedade de Estudos em Esporte da Universidade Federal do Ceará (SEE/UFC). Pesquisador na área de História, com ênfase em História do Esporte e estudos sobre o futebol, torcidas e profissionalização no Ceará.

61 Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (1971), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1975), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992) e Pós-Doutorado em História Urbana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a supervisão da Professora Dra. Sandra Jatahy Pesavento. Atualmente é professor titular da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: História Urbana, História Regional, História Oral, História Social e Educação.

te a relação entre história cultural e esporte, passando para uma discussão sobre o aparecimento das torcidas organizadas e uma breve conclusão que busca mais elencar novos problemas a traçar considerações finais sobre o tema.

A investigação das torcidas organizadas do futebol tem sido muito comum nos estudos brasileiros do esporte. A despeito disso, o tema está longe de ser esgotado, havendo facetas a serem melhor entendidas, antigas compreensões a serem ajustadas, novas ocorrências a serem descortinadas. É provável que a potência (e recorrência) do assunto tenha mesmo a ver com sua importância desde os primórdios da constituição do campo esportivo.

## HISTÓRIA E ESPORTE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ATRAVÉS DAS TORCIDAS ORGANIZADAS

Situamos esta proposta de estudo das torcidas organizadas no âmbito da história cultural do esporte na medida em que intentamos buscar o que o esporte representa para as torcidas organizadas e o que estas “instituições” simbolizam para seus integrantes. Assim,

[...] quando falamos de uma história cultural do esporte referimo-nos aos estudos em que o viés recai justamente sobre as representações construídas em torno do objeto. [...]. Em outras palavras, os estudos devem estar preocupados com o que as práticas esportivas *representam*: para pessoas (que gostam ou que não gostam do esporte), países, políticas, torcidas, fãs, associações, grupos, entidades, clubes, famílias, etc. (MELO; MURAD; SANTOS; FORTES 2013, p.57).

Ao discorrer sobre o campo de pesquisa da História do Esporte e o seu recente crescimento no Brasil, José D'Assunção Barros atribui à “consciência de historicidade” do esporte entre os estudiosos e os seus apreciadores para o crescente número de estudos na área. Entretanto, a nova incursão da história no esporte mostra que existem ainda muitos temas a serem alçados pelos investigadores. E essas possibilidades emergem da riqueza de detalhes que envolve o esporte, desde sua produção, recepção e prática, como também pela importância que adquiriu no século XX.

A “consciência de historicidade” vem mostrar, a cada um de seus praticantes e apreciadores, que o esporte como um todo – e também o esporte realizado na expressão de cada uma de suas modalidades e na contribuição viva de cada um dos seus desportistas e incentivadores – é simultaneamente sujeito e produto da história, além de meio e fonte através do qual podemos compreender a própria história em seu sentido mais amplo. (2013, p.11-12).

Destacamos, nesse processo, o pontapé realizado desde os anos 1990 na produção de estudos voltados à história do esporte em periódicos, livros e congressos, entendendo que podem se debruçar tanto sobre as diversas modalidades de práticas corporais institucionalizadas como também pelas várias histórias através do esporte.

Nesse sentido, a “consciência de historicidade” do esporte contaminou os domínios da história, revelando detalhes, experiências e problemas que ampliam os limites da produção historiográfica. Esta realidade aproxima a história ao esporte e abre perspectivas em diálogo com a conjuntura da historiografia contem-

porânea: o surgimento de novos problemas e questões e, em consequência, objetos de pesquisa antes desconhecidos ou vistos com indiferença, pois “com a conquista de novos objetos e de novos territórios, a acumulação de trabalhos eruditos, o aprofundamento dos métodos, o avanço da informática, a prática do historiador foi grandemente renovada” (BOUTIER; JULIA, 1998, p.21).

Neste trabalho abordamos a formação das torcidas organizadas na cidade de Fortaleza, as quais são agrupamentos de torcedores que estão em constante transformação, ressignificando-se e se multiplicando no cotidiano urbano por meio de símbolos identitários, configurando “estilos de vida” (CAPRARO; CAVALCANTI; SOUZA, 2013). Desse modo, Luiz Henrique de Toledo afirma que “as torcidas organizadas almejam um lugar dentro do futebol profissional como participantes “oficiosos” do espetáculo, não negando o futebol como espetáculo, entretenimento ou lazer” (TOLEDO, 1994, p. 98). Portanto, pretendemos investigar o surgimento da tradição desse fenômeno urbano, como se estruturavam e se perpetuaram no cotidiano.

Dessa forma, inserimos este trabalho na corrente historiográfica da História Cultural pela abordagem que assumimos com o estudo do urbano, pois, segundo Peter Burke, “outros historiadores culturais estão mais preocupados com as subculturas urbanas, em particular com a cidade grande como palco que oferece muitas oportunidades para a apresentação ou mesmo a reinvenção do eu” (BURKE, 2008).

Assim, fazemos uma análise sobre as memórias dos membros das torcidas organizadas na cidade de Fortaleza, o “palco” das atuações dessas associações coletivas, refletindo o modo como eles compreendiam seu mundo, davam sentido a suas práticas e construía uma teia de experiências que os identificavam enquanto grupo e pertencente a este agrupamento.

Mergulhar na aventura de chegar ao passado, tentar entender e explicar como grupos de torcedores davam sentido aos seus mundos, entretanto, não constitui uma tarefa fácil. Embora a verdade seja uma meta para o historiador, pretende-se aqui trabalhar com o possível, com os “efeitos de verdade” e com o “verossímil”. (PESAVENTO, 2003).

Para isso, realizamos, transcrevemos e analisamos entrevistas com componentes de torcidas organizadas do Ceará Sporting Club e do Fortaleza Esporte Clube, sendo a maioria deles os fundadores de suas respectivas torcidas. Utilizamos, principalmente, a opção metodológica da História Oral tendo em vista o potencial revelador do “testemunho oral”, fonte que “fala e com a qual o pesquisador dialoga e que expressa muito mais do que uma simples informação: a sensibilidade de quem é entrevistado, o que propicia uma perspectiva diferente de penetrar no âmago das questões tratadas” (JUCÁ, 2014, p.29).

Cruzamos estes depoimentos com as fontes impressas retiradas dos periódicos “Diário do Nordeste” e “O Povo”, os dois jornais com maior reprodução em Fortaleza no recorte temporal abordado. No entanto, não procuramos sobrevalorizar ou subjugar uma fonte a outra, pois entendemos que cada uma possui sua importância e seus limites para a prática da pesquisa histórica, como podemos perceber:

Na verdade, a comunicação escrita e a comunicação oral não se excluem mutuamente. Elas têm características comuns, possuem funções específicas e requerem diferentes instrumentos de interpretação. A subvalorização ou a sobrevalorização das fontes orais acaba por não fazer jus ao valor específico que podem ter, transformando-as em mero

suporte das tradicionais fontes ou, em alternativa, numa espécie de cura para todos os males (PORTELLI, 2013, p.21).

Assim, compreende-se que as histórias através do esporte, não apenas aquelas que abarcam a realidade dos torcedores, possibilitam o entendimento da realidade, da manifestação, da organização e da produção de sentidos no espaço, pois

Através de cada realização no universo do esporte – iluminada pelo olhar historiográfico, sociológico e antropológico – podemos compreender como a sociedade funciona, como cada cultura se expressa, como a política se estabelece ou como a economia se modifica. (MELO; MURAD; SANTOS; FORTES, 2013, p.12).

Portanto, essas histórias oferecem ao historiador um “prato cheio” e uma ferramenta para compreender a sociedade, ou seja, para entender a própria história. O historiador, nessa perspectiva, é um sujeito que tem papel fundamental na relação de trabalho com o empírico e as descobertas, consubstanciando o pensamento da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, a qual afirma que “a história cultural veio valorizar o – e dar reforço ao – papel do historiador” (PESAVENTO, 2008, p.12).

## **CONSTRUINDO AS TORCIDAS ORGANIZADAS: ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO**

### **Dos sujeitos fundadores...**

As torcidas organizadas se inseriram no espaço urbano paulatinamente, atuando não apenas nos estádios de futebol,

marca diferencial desse modelo de torcida a partir dos anos 1980, tendo em vista que as torcidas de futebol antes desse período não tinham como foco as atividades para além do estádio de futebol, como as reuniões, viagens, eventos, etc. Em geral, as novas torcidas foram fundadas por universitários, amigos e familiares que compartilhavam a paixão pelo clube de futebol.

Antes da década de 1980, momento em que se proliferavam as torcidas organizadas na cidade de Fortaleza, existiram algumas tentativas de criar as torcidas organizadas. José Sergio França, torcedor do Ceará Sporting Club, em 1976, tentou consolidar a torcida Força Alvinegra, mas “ela quebrou no seguinte por causa da inexistência de patrocinadores e da falta de ajuda da diretoria do Ceará”. Segundo o torcedor alvinegro, para essas torcidas se firmarem nos estádios cearenses, era fundamental que os membros tivessem condições financeiras próprias para assegurar a manutenção.

Os fundadores das torcidas organizadas do Ceará Sporting Club e do Fortaleza Esporte Clube eram torcedores que cultivavam o amor ao clube desde a infância, na maioria das vezes por influência familiar, outras pelas cores do time ou por ter sido presenteado com uma camisa do clube. A maioria dos fundadores de torcidas organizadas entrevistados foram ao primeiro jogo do seu clube na década de 1960, período em que as charangas faziam sucesso. As lembranças desses episódios e a escolha pelo clube foram assim narradas por José Carlos Mota:

Aprendi a gostar do Fortaleza porque meu pai foi vice-presidente do Quixadá [cidade localizada no interior do estado e com time do mesmo nome]. E, quando o Fortaleza foi fazer um amistoso com o Quixadá, na minha terra, eu tinha oito anos de idade e eu gostei

muito daquelas cores na época. E meu pai não queria que eu me envolvesse com futebol, mas eu achei tão bonita as cores que eu dei um jeito de pular o muro e fui assistir o jogo escondido dele. (**José Carlos Mota**, 31 de julho de 2013).



Ricardo Lemos, José Baquit e José Carlos Mota, fundadores da Garra Tricolor.  
Fonte: Jornal O Povo.

José Carlos Mota é torcedor do Fortaleza e foi um dos fundadores da Torcida Garra Tricolor, uma das torcidas pioneiras na cidade de Fortaleza. Nota-se no seu depoimento que a atração pelo Fortaleza veio através das cores do clube, aspecto responsável também pela escolha de Osvaldo Fontenele, que ironizou as cores do clube rival:

Em 1963, uma coincidência do futebol foi um jogo Fortaleza e Ceará, que o Ceará ganhou e eu tava com meu pai no PV [abreviação do Estádio Presidente Vargas], aí ele me perguntou pra qual time eu queria torcer, aí eu disse que sou esse time que perdeu, por causa das cores, cores vivas, cores atuantes, diferente daquela mortalha lá, ne? [risos] (**Oswaldo Fontenele**, 29. jul. 2013).

Oswaldo Fontenele foi presidente da Torcida Garra Tricolor e viveu uma família tradicionalmente tricolor, seu pai foi diretor e jogador do Fortaleza Esporte Clube. Em contrapartida, Emanuel Magalhães, fundador da Torcida Fiel Tricolor, recordou o que jovens na época faziam para ir ao estádio:

Então, a gente estudava no Colégio Cearense, colégio que era muito tradicional de Fortaleza e lá tinha muito torcedor do Fortaleza, e a gente gazeava aula pra ir pros jogos do Fortaleza. Então a gente saía do Colégio Cearense, que é ali no Centro, pra ir ao PV, ia a pé, aí foi indo e ficou naquela turma, naquela curriola... (**Emanuel Magalhães**, 26 de abril de 2014).

Naquela época, o contato dos jogos de futebol com a população ainda não se dava através da televisão e, quem morava no interior, a opção mais utilizada era a transmissão pelo rádio. Orlando Patrício, filho de fazendeiro e torcedor do Fortaleza, lembrou o que acontecia nos dias de jogos na sua infância:

Mas antes pelo rádio lá na fazenda a gente não perdia um jogo do Fortaleza

e quando era o clássico-rei Fortaleza e Ceará, principalmente quando era na época de desbulhar feijão, o papai pegava o alpendre da casa da fazenda, meu pai tinha 13 moradores na fazenda, eram 13 famílias. Dizia “venham ouvir o jogo aqui em casa”, aí ele botava o rádio no alpendre, aí a gente ia escutar o jogo no rádio, aí as lamparinas acesas, que não tinha energia e ele jogava o feijão na extensão toda do alpendre. Todo mundo sentava e botava o saco de pano aqui [aponta para o colo] e desbulhava, e no final quem desbulhasse mais ainda ganhava um dos brindes do papai, que eu não lembro quais eram os brindes, mas geralmente para aqueles que bebiam era uma dose de cachaça, mas pra aqueles que fumavam era um cigarro “continental” sem filtro [risos e bota uma dose de cachaça no copo]. (**Orlando Patrício**, 30 de julho de 2013).

Durante as recordações sobre o primeiro contato com o futebol, os entrevistados lembraram causos, histórias e fatos importantes, pois compreendendo a profundidade desse contato inicial com o futebol é possível perceber como os sujeitos estão próximos ao esporte e à torcida, às vezes, até confundir sua trajetória com seu time.

Nessa perspectiva, os entrevistados elencaram alguns pontos em comum para a escolha do time e a aproximação com o futebol: a família, as cores do clube e o gosto pelo jogo de futebol. Em algumas falas dos torcedores que moravam no interior, também notamos que a escuta dos jogos pelo rádio cria uma imaginação fértil sobre o futebol, torna o ouvinte tão ou mais apaixonado

pelo time do que aquele que está presente no estádio devido ao encanto criado na narração.

Contudo, o principal motivo apresentado sobre como o sujeito esteve ligado ao futebol deve-se à família, ao time que o pai torcia, isto é, a escolha do clube de futebol muitas vezes está relacionada à herança de pai para filho. Assim, os primeiros jogos vistos in loco por esses depoentes, muitas vezes, dependiam da aprovação do pai ou da companhia do mesmo. Quando essa companhia não era o pai por algum motivo, outro familiar mais próximo fazia este papel ou algum amigo, companheiro de faculdade.

A trajetória da paixão torcedora, como nasceu e se arraigou na formação do sujeito enquanto cidadão reverbera no que essas pessoas poderiam se tornar: fundadores de um novo estilo de torcidas, as organizadas dos anos 1980. Contudo, na infância e adolescência dos anos 1950 até 1970, eles vivenciaram as charangas. Cristiano Santos recordou algumas características desse período:

Na verdade, não existia torcidas organizadas, existiam aquelas pessoas que eram um referencial para a torcida. No caso do Ceará, existia um cara chamado Pedrão da Bananada, ele era um líder, quando o Ceará estava disputando o campeonato, ele tinha uma encenação na hora que o Ceará tava na frente do placar, no final do jogo, ele começava com o lenço branco [faz o gesto balançando o lenço com a mão]. (**Cristiano Santos**, 28 de abril de 2014).

Cristiano Santos foi torcedor fanático do Ceará Sporting Club e, junto com seu irmão, Ricardo Santos, confeccionaram as primeiras bandeiras alvinegras vistas nas arquibancadas. Cristiano Santos também mora na rua do estádio Presidente Vargas,

acompanhando desde a sua infância o movimento futebolístico e a passagem das torcidas no muro da sua casa. Seu irmão, Ricardo, fundou a Torcida Carrossel Alvinegro em 1984, uma das torcidas organizadas pioneira do Ceará.

### **Da estrutura e da organização...**

As novas torcidas organizadas precisavam de organização, de estrutura e, conseqüentemente, se tornarem públicas, ou seja, ser reconhecida pelos torcedores, pelos rivais e pela sociedade.

A experiência das torcidas organizadas que já mantinham suas atividades na região Sudeste do Brasil foi essencial para o estabelecimento das torcidas organizadas em Fortaleza, pois a estrutura, a organização e o estatuto destas se basearam no modelo daquelas existentes em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Assim, para essas torcidas organizadas, eram indispensáveis quatro aspectos: direção, bandeiras, instrumentos de batucada e componentes. Algumas das torcidas dos anos 1980 se preocuparam em ter estatuto, mas a maioria delas não deixou registrado em documento escrito.

Dessa forma, uma importante fonte histórica que permitiu um conhecimento sobre a forma como se estruturaram as torcidas organizadas nos anos 1980 são as imagens. As fotos publicadas nos periódicos da época e outras presentes nos arquivos pessoais dos entrevistados auxiliam a investigação historiográfica sobre esse fenômeno dentro e fora dos estádios.



Faixas das torcidas organizadas “Cearamor”, “Fiel Tricolor” e “Coração de Leão” no Estádio Castelão.

Fonte: Jornal Diário do Nordeste.

Nesta imagem de um clássico entre Ceará e Fortaleza realizado no Castelão, percebe-se nas arquibancadas a presença da torcida alvinegra do lado esquerdo, com a faixa da Torcida Cearamor e, ao lado direito, a torcida do Fortaleza, especificamente duas faixas de torcidas organizadas: a Fiel Tricolor e Coração de Leão (fundada na primeira metade da década de 1980).

Note-se a separação entre as duas torcidas, no início dos anos 1980: apenas poucos metros as distanciavam. Segundo o depoimento dos entrevistados, naquela época uma corda separava as duas torcidas, não havia um espaço grande que as dividiam, pois não era necessário, a violência não era um fato social que estava no cotidiano daquelas torcidas emergentes. Cristiano Santos lembrou saudosamente desse período:

a gente ficava aqui [aponta pro portão da casa] pra ir pro estádio, esse muro aqui era mais baixo e nós ficávamos em cima do muro, e tinha torcedor do Ceará, torcedor do Fortaleza, nós saíamos juntos. Nós ficamos sentados juntos, começou a haver divisão de estádio, divisão de espaço no decorrer do tempo, mas teve uma época em que todo mundo ficava junto. (...) (**Cristiano Santos**, 28 de abril de 2014).

Contudo, vale lembrar que os principais símbolos dessas torcidas nos estádios eram as bandeiras/faixas e a aglomeração dos componentes nas arquibancadas. Na imagem abaixo, além das bandeiras, também vale acrescentar a presença do papel picado enumerado pelo jornal.



Em dias de clássico entre os clubes Ceará e Fortaleza, a expectativa aumentava na sociedade, os jornais buscavam noticiar as novidades dos times, entrevistavam torcedores e destacavam a atuação das torcidas organizadas nesses jogos. “A briga foi grande dentro do campo no clássico Ceará e Fortaleza. Mas nas arquibancadas desenvolveu-se outra luta, aliás uma luta muito colorida que explodia a cada gol. As torcidas organizadas, sem dúvida, são um espetáculo à parte no fantástico mundo do futebol. **(Diário do Nordeste, 19.set.1983, p.12).**

A emergência das torcidas organizadas, portanto, proporcionou um novo espetáculo para o futebol. A festa organizada pelos grupos de torcedores era uma atração a mais para quem ia para o estádio de futebol a partir dos anos 1980, pois “algumas vezes, elas chegam a ser o grande show diante da fragilidade do futebol de hoje em dia”. **(Diário do Nordeste, 19.set.1983, p.12)**

Como se pode perceber, os periódicos compartilhavam a alegria acrescentada pelas torcidas organizadas ao jogo de futebol. Além do espetáculo imagético, as torcidas organizadas também “jogavam junto” com o time, contribuía com o desempenho dos jogadores, pois “Além de promoverem um belo espetáculo nas arquibancadas, bandeiras ao vento e alegres batucadas muitas vezes elas são as responsáveis pelas vitórias dos seus times”. **(Diário do Nordeste, 19.set.1983, p.12).**

Nos dias em que não havia jogos, as atividades das torcidas organizadas não eram interrompidas. Geralmente, elas possuíam cadastro dos torcedores associados, reuniam-se uma vez na semana em locais distintos, que poderiam ser casas dos diretores,

restaurantes ou clubes do espaço urbano. Ao ser interrogado sobre o controle que a direção da torcida realizava sobre os membros, Francisco Baquit respondeu:

Tinha um cadastro. E todos os finais de semanas ou na semana ou aos sábados a noite, a gente se reunia, sempre na casa de alguém. Por exemplo, ia pra minha casa, ia o pessoal da diretoria e as pessoas mais próximas, aí o dono da casa dava o tira-gosto e quem ia levava a bebida. Então todo fim de semana era em uma casa diferente. E nos dias dos jogos a gente se reunia antes dos jogos, aí começou no Círculo Militar e depois foi pro Country Club, que hoje é o Sirigado. Então a gente ia antes pra discutir alguma coisa aberto pra toda a torcida, aí no sábado a gente se reunia e trocava ideias. (Francisco José Baquit, 10 de agosto de 2013).

Hilton Oliveira Júnior, torcedor do Ceará Sporting Club, ao falar dessas primeiras torcidas organizadas, lembrou que

eles se reuniam pra tomar aquela cervejinha antes do jogo, o pessoal se reunia nos botecos, e daí eles se deslocavam pro estádio. Eu acho que as torcidas organizadas começaram com esse sentimento de reunir os amigos. Torce Ceará? Então vamos aqui. Torce Fortaleza? Vai entrar pelo Fortaleza, vamos reunir pra gente ir todo mundo junto pro estádio, vai ficar ali no setor X, eu acho que o sentido foi esse aí no começo. (Hilton Oliveira Júnior, 28 de abril de 2014)

A comunhão, o encontro e a reunião de amigos, portanto, foi o sentido criado pelas torcidas organizadas nos anos 1980. O “sentimento de reunir os amigos” aliado à paixão pelo clube de futebol eram os ingredientes para a formação desses agrupamentos de torcedores que inovaram na maneira de atuar e de sentir o futebol.



Reunião da Torcida Garra Tricolor no Círculo Militar  
Fonte: Acervo Pessoal Osvaldo Fontenele.

Nessas reuniões eram discutidos os principais assuntos referentes a vida das torcidas organizadas, os cantos a serem entoados, as camisas utilizadas, como arrecadar dinheiro. Em depoimento, Gbson Rolim afirmou que “cada associado pagava uma taxa mensal, existia uma taxa que era pra manter a torcida porque nós comprávamos fogos, tinha o fardamento, tinham os bandeirões, era muito tradicional na época levar bandeirões, então tinha a contribuição do associado”. Outra forma de obter fundos para a manutenção da torcida foi através de patrocínio, como recordou José Carlos Mota:

Nós fizemos o seguinte pra poder organizar e fundar a Garra Tricolor, nós fomos atrás de um patrocinador pra arrecadar fundos, fazer eventos e vender as camisas com o nome Garra Tricolor. Aí como eu conhecia muito o Dr. Muniz Araujo, presidente da Engri Engenharia, construtora de grande porte aqui em Fortaleza, eu procurei e ele achou a ideia válida e começou a patrocinar a Garra Tricolor. Nos deu logo de início 100 camisas, nós vendemos cada camisa, na época era cruzeiro ou real, pense hoje como se fosse 60 reais, e com esses fundos que a gente ia arrecadando começamos a fazer bandeiras, eventos, comprar batucada, comprar fogos e montar a Garra Tricolor, as pessoas iam preenchiam uma “fichazinha”, fazia tipo uma inscrição e a gente se concentrava na Pontes Vieira, um clube que se localizava na Pontes Vieira [um dos acessos ao estádio Presidente Vargas], alugava os ônibus da “Gertaxi”, com o Dr. Jorge, e de lá a gente ia tudo pro estádio, com dois ônibus. (**José Carlos Mota**, 31 de julho de 2013).

Na imagem abaixo, compreendemos o momento do acerto do patrocínio entre as torcidas organizadas do Fortaleza Esporte Clube e a Engri Engenharia, que financiou as camisas da Fiel Tricolor (Emanuel Magalhães, o terceiro da direita para a esquerda) e da Garra Tricolor (Oswaldo Fontenele, o primeiro da direita para a esquerda).



Emanuel Magalhães, da Fiel Tricolor, e Osvaldo Fontenele, da Garra Tricolor, patrocinados pela Engri Engenharia.

Fonte: Acervo Pessoal Osvaldo Fontenele.

Entretanto, nem sempre era fácil conseguir patrocínio para as torcidas organizadas. Existiram inúmeras torcidas organizadas nos anos 1980 em Fortaleza que encerraram suas atividades por falta de apoio financeiro.

A maior dificuldade dessas torcidas é conseguir patrocinador, disse o Coordenador da Raça Alvinegra, Eugênio Ferreira. Criada há somente dois meses, essa torcida organizada conta atualmente com 85 pessoas, das quais 20 são mulheres. A ideia de formar a Raça Alvinegra partiu do deputado estadual Franzé Moraes, que prometeu dar camisa para esses torcedores, mas até agora não cumpriu o prometido, disse Eugênio. (**Diário do Nordeste**, 19.set.1983, p.12).

Assim, sem patrocinadores, o dinheiro para manter as torcidas tinha que ser arrecadado entre os membros ou através da promoção de atividades:

Em consequência dessa falta de ajudas financeiras, os membros da Raça Alvi-negra empreenderão várias campanhas, como um forró-bingo, em novembro, e que já tem um título “Raça do Vovô”. O dinheiro arrecadado nessas promo-ções será utilizado na compra de ban-deiras, faixas e de uma batucada” (**Diá-rio do Nordeste**, 19.set.1983, p.12).

Quanto à diretoria das torcidas organizadas, existiam cin-co cargos que eram preenchidos a cada dois anos, eleitos ou por consenso dos membros. Segundo José Baquit “tinha o presidente, o vice-presidente, o secretário, o segundo secretário e o tesourei-ro. Eu acho que eram esses cinco cargos só no começo, depois passou a ter relações públicas também”.

Embora esses cargos não fossem fixos em todas as torci-das, funcionavam como esqueleto para a instituição, sobretudo aquelas que acabavam de ser fundadas. Porém, com a populari-zação dessas torcidas organizadas, via-se a necessidade de diversi-ficar os cargos da diretoria, como podemos notar na reportagem:

Foi mestre de cerimônia o novo tesou-reiro, Luciano Matos, que anunciou a constituição da diretoria empossada: vi-ce-presidente Paulo Vinício, assessor da presidência Ricardo Patrício, relações públicas José Carlos Mota e Fernando Antônio, secretárias Aninha e Violeta, tesoureiro Luciano Matos e Marcos Ta-

vares, diretor de esportes Laercio Coutinho e diretor de material João Neto. (*O Povo*, 27.jun.1982, p.20)

A abertura de mais cargos na diretoria das torcidas organizadas, então, era reflexo do andamento, da adesão e do sucesso que elas tinham na sociedade. A diversificação das torcidas organizadas na cidade de Fortaleza se tornou uma realidade, os dois principais clubes, Ceará e Fortaleza, possuíam várias torcidas organizadas que deram uma ambiência diferenciada aos estádios de futebol.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lançamos a proposta de analisar a formação das torcidas organizadas e de um “estilo de vida clubístico” através das memórias dos componentes das primeiras torcidas organizadas da cidade de Fortaleza. Assim, recortamos este estudo nas duas principais torcidas da região, a do Ceará Sporting Club e do Fortaleza Esporte Clube, para avaliarmos como se deu a estruturação e a organização desse agrupamento no contexto dos anos 1980.

Nesse rápido trabalho, captar as razões que fizeram indivíduos unirem-se diante de uma torcida organizada constituiu a *creme de la creme* dessa história, cuja dificuldade nos remete a traduzir os sentimentos desses agrupamentos. Procuramos, nessa perspectiva, problematizar o papel dos fundadores para as torcidas organizadas, bem como traçar um panorama da estrutura e como se organizadas as primeiras torcidas.

Para escrever sobre essa outra realidade, recorreremos à História Oral por acreditarmos que ela possibilita alcançar um mundo de sentimentos através das recordações e dos esquecimentos de torcedores. Dar voz a estes agentes não como complemento as fontes tradicionais, mas pela descoberta do manancial de informações advindas de suas memórias, tal como defende Gisafran Jucá:

A dimensão da memória, à primeira vista representativa de uma simples possibilidade de preencher espaços vazios, na busca da compreensão histórica, possui um significado mais persistente, quando se percebe a dinâmica de sua mobilização, capaz de transformar a informação prestada numa gama de subsídios, que nos fazem penetrar no labirinto do tema tratado. (JUCÁ, 2011, p. 45).

Comprendemos, pois, que a relação entre Memória e História possibilita uma dimensão à análise ao permitir um intercâmbio entre o coletivo e o individual, tal como afirma Maurice Halbwachs (2006) que existe a memória e a memória coletiva, que não se dissociam e coexistem através das relações humanas. A relação entre a memória e a história não é entendida separadamente, pois propõe-se pensar a memória e a história nas suas imbricações, aproximações e distanciamentos capazes de elucidar novos sentidos no discurso historiográfico.

A História, nesse sentido, não é um contraponto da Memória, como também não se excluem, pois

O envolvimento do pesquisador com a Memória e a História trouxe à baila uma prova concreta do enriquecimento das modalidades e trabalhar a História, que não mais resulta da visão exclusiva do profissional a ela dedicado, mas o aproxima dos agentes do processo estudado, dividindo a co-autoria do que é produzido, pois a memória coletiva ou memória social torna mais dinâmicas as modalidades de compreender e interpretar os meandros das informações coletadas. (JUCÁ, 2011, p. 41).

Essas minúcias, porém, não são produzidas apenas pelo “testemunho oral”, mas por um “trabalho de relação”, em que “o testemunho oral é apenas uma fonte potencial, que existe na medida somente em que o investigador toma a decisão de dar início a uma entrevista” (PORTELLI, 2013, p.34). Portanto, a aparência de que a História Oral foi feita para deixar os outros falar no lugar do historiador é abandonada pelo autor, que adverte ocorrer, na verdade, o contrário, pois o historiador não é um intermediário, e sim um “protagonista presente”. “Junto ao eu do informante está o eu do historiador: uma relação que é acentuada pelo facto de ambos serem narradores. O informante é, em certa medida, historiador; e o historiador é, em certa medida, parte da fonte” (Ibid, p. 38).

A meta do historiador se faz diante da relação com o empírico, compondo tramas, levantando hipóteses, traçando desfechos de uma outra realidade e de experiências que movimentaram outro tempo. Ao historiador, portanto, cabe o papel de selecionar as fontes, experimentá-las, cruzá-las e utilizá-las conforme as questões que levanta a partir do tempo da sua escrita (CERTEAU, 1982).

Nessa experiência, os depoimentos utilizados como fontes foram tratados a luz do “ouvir contar” (ALBERTI, 2004), onde as memórias individuais foram relacionadas a memória coletiva da torcida organizada, tentando perceber o plano de fundo, os sentimentos e as subjetividades nesses processos de rememoração. Entretanto, “uma pesquisa que emprega a metodologia da História oral é muito dispendiosa. Preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo leva tempo e requer recursos financeiros” (PINSKY, 2008. p. 165).

Portanto, foi possível considerar as fontes orais devido às técnicas e aos procedimentos da História Oral, compreendendo que esta é uma metodologia que aproxima as diversas ciências

humanas e propõe um conhecimento transdisciplinar (AMADO; FERREIRA, 2001).

Em suma, as torcidas organizadas se apresentam e se reinventam diante do palco oferecido pelas cidades, configurando experiências relevantes para a apropriação do conhecimento científico. Dessa forma, a torcida organizada abre-se para a investigação na medida em que se situa na realidade urbana, agrega comportamentos da cultura juvenil e transforma a vida de indivíduos na história através do esporte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOUTIER, Jean. JULIA, Dominique. Em que pensam os Historiadores? In **Passados recompostos**; campos e canteiros da história / organização Jean Boutier [e] Dominique Julia; tradução de Marcella Mortara [e] Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998, p.21-61.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BURKE, Peter. Um novo paradigma in **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008, p.68-98.

CAVALCANTI, Everton Albuquerque; SOUZA, Juliano; CAPRARO, André Mendes. **O fenômeno das torcidas organizadas de futebol no Brasil** - elementos teóricos e bibliográficos. Revista da Alesde, v. 3, p. 39-51, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Carlo Ginzburg ; tradução: Frederico Carotti. - São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **O clube como vontade e representação**: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988) / Bernardo Borges Buarque de Hollanda; orientadora: Margarida de Souza Neves. – 2008.

\_\_\_\_\_. **A torcida brasileira** / Bernardo Buarque de Hollanda... [et al.]. – Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Premius, 2011.

\_\_\_\_\_. Introdução In: \_\_\_\_\_. **Seminário da Prinha**: indícios da memória individual e da memória coletiva. Fortaleza: EDUECE, 2014, p. 21-76.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo: EDUSC, 1992.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PRISKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELO, Victor Andrade de. Murad, Mauricio. SANTOS, João Manuel C. Malaia. FORTES, Rafael. **Pesquisa histórica e História do Esporte** / Victor Andrade de Melo. Editora: 7 letras; Coleção Visão de Campo, 2013, 192 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo in **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Sandra Jatahy Pesavento, Nádia Maria Weber dos SANTOS Miriam de Souza Rossini; Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008, p. 11-18.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). 2ed., 1ª impressão. – São Paulo – Contexto: 2008.

PORTELLI, Alessandro - **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios:** ética, memória e acontecimento na história oral - introdução Miguel Carina ; seleção e tradução Miguel Cardina e Bruno Cordovil. [S.l.] : Edições Unipop, 2013.

PINHEIRO, Caio Lucas Morais. **O jogo como meio de vida e para satisfazer a plateia:** o processo de profissionalização do Futebol Cearense (1938-1960). 2013. Monografia - Curso de Licenciatura em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

\_\_\_\_\_. **A profissionalização do futebol cearense:** história e memória. Caio Lucas Morais Pinheiro. Editora Multifoco, Rio de Janeiro, 2014).

RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. **Conflitos, territórios e identificações:** o encontro de experiências nas torcidas organizadas Cearamor e m.o.f.i. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 203f.

RIBEIRO, Luiz Carlos. **Futebol:** por uma história política da paixão nacional. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 57, p. 15-43, jul./dez. 2012. Editora UFPR.

\_\_\_\_\_. **Futebol e globalização.** Jundiaí: Fontoura, 2007.

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Transgressão e violência entre os torcedores de futebol.** Revista da USP, São Paulo, n. 22, p. 93-101, jun./ago.1994.

\_\_\_\_\_. **Torcer:** a metafísica do homem comum. Revista de História, São Paulo, n. 163, p. 175-189, jul./dez. 2010, Universidade de São Paulo. Brasil.

TONINI, Marcel Diego. **Além dos gramados:** história oral de vida de negros no futebol brasileiro (1970-2010). Dissertação (Mestrado em História Social), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

## A LEPROSA E O LEPROSO: REPRESENTAÇÕES ACERCA DA DOENÇA E DO DOENTE NOS ESCRITOS DE ANTÔNIO JUSTA (1928-1941)

Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro<sup>62</sup>

Zilda Maria Menezes Lima<sup>63</sup>

O conceito de representação segundo Pesavento (2012), Burke (2000; 2005) e Chartier (1990; 2002) ocupa lugar de destaque nos estudos ancorados na perspectiva da História Cultural. Neste artigo, tomando como parâmetro de compreensão a história cultural, dispensamos especial destaque ao conceito de representação, que será, neste ensaio, utilizado como fio condutor para a análise de alguns dos escritos de Antônio Justa, médico cearense que discorreu de forma constante sobre a *lepra*<sup>64</sup>.

No primeiro tópico traçaremos uma análise da história cultural, destacando as suas possibilidades para o campo da his-

---

62 Mestra em História pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista de mestrado da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Email: gabrielabandeira@live.com

63 Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Desenvolve suas atividades docentes no curso de Licenciatura em História e no Mestrado Acadêmico em História (MAHIS-UECE). E-mail: zildamariamenezeslima@gmail.com

64 A *lepra* hoje é denominada de Hanseníase, que é uma doença infecciosa causada por uma bactéria chamada *Mycobacterium leprae*. A doença é curável, mas se não tratada pode se agravar. O tratamento é oferecido gratuitamente e existem várias campanhas para a erradicação na doença. A transmissão do *M. leprae* ocorre através de contato íntimo e contínuo com o doente não tratado. Apesar de ser uma doença da pele, é transmitida através de gotículas que saem do nariz, ou através da saliva do paciente. Não há transmissão pelo contato com a pele do paciente. Cf. (HANSENÍASE... 2015). Em nosso trabalho, optamos por usar o termo *lepra* para não criar anacronismos, já que, durante o recorte dessa pesquisa, a doença era conhecida dessa forma. Mas, sempre que for utilizado o termo *lepra* e seus derivados, aparecerão em itálico.

tória da saúde e das doenças. Neste sentido, abordaremos as possibilidades que a história cultural trouxe a esse campo de estudos, como o conceito de representação já mencionado enquanto algo essencial para entendimento dos discursos sobre a doença, neste caso particular.

No segundo tópico, faremos uma análise dos escritos de Antônio Justa acerca da *lepra*, buscando destacar o conceito de representação como algo que faz parte dos discursos do médico, mesmo tais escritos possuindo caráter científico. Além disso, também mostraremos que as representações percebidas no discurso do médico possuem uma intenção e são frutos do contexto em que Justa está inserido.

## A HISTÓRIA CULTURAL E O CAMPO DA HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A história cultural, campo que engloba pesquisas dos mais variados temas e matizes na área historiográfica, foi algo intensamente discutido entre muitos historiadores. Entre eles, Pesavento (2012), Peter Burke (2000; 2005), Chartier (1990; 2002) e Hunt (1992) foram estudiosos que se dedicaram a discutir a origem, os métodos, as fontes, os conceitos, a teoria e a diversidade de abordagens desse campo plural da história.

Peter Burke, sobre as origens da história cultural, aponta que, muito antes dos anos 1970, a cultura já era considerada um objeto da história e divide a história da história cultural em fases distintas: “A história pode ser dividida em quatro fases: a fase ‘clássica’; a fase da ‘história social da arte’, que começou na década de 1930; a descoberta da cultura popular, na década de 1960; e a ‘nova história cultural’ [...]” (BURKE, 2005, p.14-15).

A nova história cultural, última das fases abordadas por Burke, se refere à história cultural que trabalhamos atualmente. Pesavento, sobre a nova história cultural, afirma:

Em princípio, podemos dizer que foram duas as posições interpretativas da história criticadas: o marxismo e a corrente dos *Annales*. Há, contudo, que ter em vista que a crítica ou contestação de certas posturas historiográficas presentes nessa mudança dos paradigmas das últimas décadas do século XX não representa uma ruptura completa com as matrizes originais. Ou seja, foi ainda de dentro da vertente neomarxista inglesa e da história francesa dos *Annales* que veio o impulso de renovação, resultando na abertura dessa nova corrente historiográfica a que chamamos de História Cultural ou mesmo de Nova História Cultural (PESAVENTO, 2012, p.9-10).

Dessa forma, a referida corrente historiográfica surgiu através das posturas historiográficas citadas e busca, através da interdisciplinaridade com áreas como a antropologia, a filosofia e a geografia (CHARTIER, 2002), ampliar as possibilidades de pesquisa da história:

Em outras palavras, estendeu-se o sentido do termo para abranger uma variedade muito mais ampla de atividades do que antes – não apenas a arte, mas a cultura material, não apenas o escrito, mas o oral, não apenas o drama, mas o ritual, não apenas a filosofia, mas as

mentalidades das pessoas comuns. [...]. Nesse sentido mais amplo, invoca-se a cultura para compreender as mudanças econômicas ou políticas que antes se analisavam de maneira mais estreita, interna (BURKE, 2000, p. 246-247).

Assim, história da saúde e das doenças acabou surgindo entre essa pluralidade de análises. Isso não quer dizer que não existiam pesquisas que se debruçassem sobre a doença e/ou a saúde antes do advento da nova história cultural, pelo contrário, o que ocorreu é que o referido campo ganhou maior notoriedade a partir disso, pois agora a doença não era vista apenas como um fator biológico, que só resulta em dados e números, e sim como algo que desestrutura o meio social, trazendo a tona o mais profundo de cada sociedade:

A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna frequentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e as tensões que o traspassam. O acontecimento pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma. (REVEL; PETER, 1995, p.144).

Ou seja, através da análise das relações de uma sociedade com a enfermidade que a acomete, é possível observar e perceber de forma nítida muitos aspectos desta sociedade, que antes estavam escondidos, devido à falta de algo que exigisse ações maiores

e desestruturasse o meio social. Arlete Farge (2011) também discorre sobre como uma situação de sofrimento afeta uma sociedade, e ainda afirma o quanto os historiadores estão cada vez mais interessados em estudar essas situações, devido a grande variedade de fontes produzidas e também por causa da desestruturação que causa no meio social, possibilitando alcançar aspectos mais profundos sobre as sociedades:

São mesmo um dos lugares de predileção da história, quer se trate da história da vida privada, quer se trate da vida pública. Com efeito, os temas mais estudados são aqueles que abordam as rupturas e as discontinuidades no mais das vezes sofridas: a morte, a doença, o luto, a violência, os divórcios, o parto, as migrações e as separações ocupam um bom lugar na história da vida privada. No que concerne a vida pública e ao conjunto dos acontecimentos coletivos, pode-se dizer a mesma coisa: os motins, as comoções populares, as penúrias, a criminalidade, as revoluções, as guerras, as partidas de soldados, os acidentes de trabalho, as greves são muito estudados. São todas ocasiões de sofrimentos sociais, físicos e políticos (FARGE, 2011, p.13-14).

Dessa forma, a quebra de paradigmas e o advento da Nova História Cultural contribuíram positivamente para a fixação desse campo de estudo. Através, principalmente, da produção dos livros da coletânea *Uma história brasileira das doenças*<sup>65</sup> é possível perceber o quanto esse campo está se tornando cada vez

---

65 A referida coletânea está no quinto volume e conta com artigos variados sobre a área.

maior em nosso país, já que é perceptível uma grande variedade de pesquisas que estão sendo desenvolvidas na área em todo Brasil: doenças, instituições de saúde, práticas populares de cura, saberes e práticas médicas, entre outros. Além disso, o grupo de trabalho nacional História da saúde e das doenças, filiado a Associação Nacional de História (ANPUH), que reúne pesquisadores da área do Brasil inteiro, também é um exemplo do quanto o campo em questão está se expandindo.

No Ceará, além de possuir uma seção regional do GT de História da saúde e das doenças, também é possível perceber que as pesquisas na área são feitas no Estado em número considerável tanto no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC); quanto no Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que nas referências sobre a linha de Memória, Oralidade e Cultura Escrita já demonstra o interesse nessa área:

Com a entrada em cena de novos grupos sociais, portadores de novas questões e interesses destacamos na última década o pleno florescimento de uma área de estudos que se convencionou chamar de História da Saúde e das Doenças. Entendemos como objetos privilegiados da área de estudo em questão, as doenças crônicas, endêmicas e epidêmicas, as implicações sócio culturais advindas das suas manifestações nos vários espaços históricos; os instrumentos de controle médico e social bem como o ponto de vista dos pacientes e familiares envolvidos nessa teia complexa. Vemos as doenças e seus cuidados em diferentes contextos, não apenas nos seus aspectos biossociais,

como uma “criação cultural” que muda de explicação, de feição e métodos de cura a partir da época e da sociedade que acomete e cujas implicações traz à luz, a complexa rede que liga a enfermidade, os acometidos, os médicos, as práticas de cura, os conhecimentos científicos, as práticas sanitárias e as políticas públicas e, por fim, as representações construídas sobre as moléstias, sejam elas escritas ou orais. Por outro lado, a compreensão da saúde e da doença como elemento de desarticulação social e ao mesmo tempo articulador de práticas possibilitadoras de projetos de saúde coletivos constitui um ângulo de singular importância para as reflexões nesse campo (MEMÓRIA..., 2015).

Focando na referida instituição, durante os seus 10 anos de fundação, foram desenvolvidos alguns trabalhos que se situam no campo da história da saúde e das doenças, fortalecendo ainda mais o referido campo no nosso Estado<sup>66</sup>.

Felipe Lopes, com o trabalho intitulado *Patológicos e delinquentes: as estratégias de controle social da loucura em Teresina (1870-1930)*, através da análise de fontes como artigos de jornais e revistas e fontes oficiais (relatórios, mensagens, leis e decretos), Lopes buscou: “[...] analisar as estratégias forjadas em Teresina entre 1870 e 1930, no sentido de promover algumas ações de controle da loucura. Tais estratégias foram responsáveis, ao mes-

---

66 Existem outros trabalhos sobre o Ceará produzidos com foco na saúde e na doença em outros programas de pós-graduação, mas optamos focar nos trabalhos do Mestrado Acadêmico em História da UECE, a fim de evidenciar a abertura desse campo dentro da instituição.

mo tempo, pela criminalização e patologização dos sujeitos considerados loucos” (LOPES, 2011, p.8).

Karla Torquato produziu o trabalho *A varíola ficou morando na capital: ideias e práticas médicas representadas mediante manifestação da doença em Fortaleza (1891-1901)* com objetivo de realizar a análise das representações médicas sobre a manifestação da varíola na capital, durante o período citado, pois, para Barros, de 1891 a 1901, a varíola: “[...] fez-se bastante presente na vida urbana, provocando variados discursos e ações referentes a diversas demandas geradas devido a sua ocorrência na cidade” (BARROS, 2011, p.8). Para fazer isso, a autora se utilizou de um leque variado de fontes, como jornais, relatórios da Inspetoria de Higiene, correspondências oficiais, obras de época, entre outras.

Outro trabalho realizado na instituição é o de Letícia Martins, que também pesquisou sobre a epidemia de varíola na capital. A dissertação foi intitulada *Variola em Fortaleza: marcas profundas de uma experiência dolorosa (1877-1881)* e foi feita através da análise de jornais, livros de época e fontes oficiais, com a intenção de: “[...] analisar o tratamento político-social dado aos variolosos em Fortaleza, em pleno fluxo de remodelação urbana [...]” (MARTINS, 2012, p.10).

O trabalho mais recente defendido no campo da saúde e das doenças na instituição é o de Mayara Lemos, cujo título é: *O terror se apoderou de todos: os caminhos da epidemia de cólera em Quixeramobim (1862-1863)*. O objetivo do trabalho foi analisar a doença na referida cidade: “[...] buscando compreender como a citada doença foi representada na documentação e ressignificada pelos sujeitos que detinham o poder público local, bem como quais práticas estavam sendo implantadas para extingui-la” (LEMOS, 2013, p.7). A documentação citada e analisada por Lemos foram periódicos, documentação das Comissões de Socorros e da

Câmara Municipal, além dos relatórios de Presidente da Província, entre outros documentos.

Além das dissertações oriundas do Mestrado Acadêmico em História da UECE, os professores da instituição também possuem trabalhos na área. Francisco Carlos Jacinto Barbosa desenvolveu a tese: *A Experiência dos Moradores de Fortaleza com a Saúde e a Doença (1850 - 1880)* e Zilda Maria Menezes Lima defendeu sua tese sobre a lepra, cujo título foi *O Grande Polvo de Mil Tentáculos: a lepra em Fortaleza (1920-1942)*.

Também é importante citar o trabalho realizado por Gisafran Nazareno Mota Jucá, juntamente com Zilda Maria Menezes Lima que desenvolveram o projeto de pesquisa intitulado *Patrimônio material e imaterial da antiga colônia de leprosos Antônio Diogo, Redenção-CE*, com o objetivo de organizar o acervo material da instituição, que possui uma variedade de documentos escritos acerca do período de funcionamento da mesma, além de entrevistar médicos, enfermeiros, familiares e ex-doentes da instituição a fim de preservar a memória da mesma. Os resultados do projeto serão publicados em um livro, que já está em fase de finalização, além de vários artigos e capítulos de livros que abordam a questão.

Atualmente duas dissertações estão sendo desenvolvidas no MAHIS cujo tema é da área da saúde e das doenças. A primeira é uma pesquisa em fase de finalização de Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro sobre Antônio Alfredo da Justa, médico cearense que se envolveu no combate à *lepra* no Ceará. O objetivo da referida pesquisa é perceber como ocorreu à construção da imagem do médico como o grande nome da *lepra* no Ceará. A outra pesquisa é de Bruna Aparecida Barros sobre as representações da AIDS no cinema norte-americano. Essa pesquisa está em fase inicial de coleta de fontes e definição de capítulos.

Voltando à história cultural, Pesavento aponta conceitos que fazem parte dessa nova abordagem e que também são utilizados em trabalhos no campo de pesquisa aqui analisado. Sensibilidades, imaginário, ficção e representação são exemplos. Destacamos nesse momento o conceito de representação como o mais revelador, já que possibilitou uma nova compreensão da história.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio de representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2012, p.39).

Ou seja, para Pesavento, a representação se coloca no lugar de algo, mas não é uma cópia do real, mas sim uma construção feita com base nele. Chartier aponta a representação enquanto algo que, intencionalmente, interfere no real:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...]. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de

concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p.17).

Dessa forma, a representação está ligada aos interesses dos grupos que representam. Trazendo para o nosso campo de estudo, um grupo de médicos, por meio das representações, pode abordar determinada doença e os seus doentes, mesmo estando ligados a um discurso que deve ser propriamente científico.

Qualquer médico, seja em sua prática de diagnóstico, seja no tratamento que administra e, evidentemente, em sua própria experiência da doença, tem também uma compreensão não (bio) médica da patologia e da terapia. Cotidianamente confrontado com a doença, ele não pode se apegar a um comportamento estritamente racional. Nem os processos de troca entre os que curam e os que são curados efetuam-se apenas, como demonstraremos, entre a experiência vivida pelo paciente e o saber científico do médico, mas também entre o saber do doente quanto à sua doença e a experiência vivida pelo médico. Ou seja, o corolário do fato de a representação mais afetiva da doença pelo primeiro jamais ser integralmente fictícia é que a compreensão mais “cien-

tificamente neutra” do segundo jamais é integralmente científica, ou seja, isenta de representações (LAPLANTINE, 2004, p.18).

Ou seja, um médico, ao abordar uma doença, não vai tratá-la apenas pelo seu conhecimento científico, mas também pela sua experiência de vida, por isso que o discurso de um médico nunca está isento de representações. Além disso, é importante ressaltar que, assim como aponta Chartier (1990), essas representações podem ser feitas com uma intenção, e no caso dos médicos, retratar uma doença de determinada forma pode ser necessário para se alcançar um objetivo, seja com a sociedade, seja com o grupo de médicos ou até mesmo com um doente.

Essas representações médicas não são sempre as mesmas e variam de acordo com cada época, cada lugar social e até cada indivíduo:

Assim, e acordo com a sociedade, a época e o indivíduo – ou mais precisamente de uma cultura com relação a outra, de uma cultura com relação a si mesma no tempo, e de indivíduos em relação a si mesmos e aos outros -, encontramos tanto a alternância de vários sistemas de representações da doença quanto seu entrelaçamento e sua coexistência, esta, na maior parte dos casos, conflitante (LAPLANTINE, 2004, p.45).

Tomando como exemplo a doença que será abordada na segunda parte desse artigo, a *lepra*, no período medieval, era enxergada como um mal divino, um castigo de Deus. Já no período abordado nesse estudo, ou seja, primeira metade do século XX,

a *lepra* continua a ser vista como um mal, mas um mal que está relacionado à ideia da enfermidade ser extremamente contagiosa (FERREIRA, 2011). Desse modo, as representações sobre a doença se alteraram de acordo com as mudanças no tempo e no espaço.

Uma forma de retratar a doença como representação é a abordagem que Susan Sontag fez da enfermidade, através de suas metáforas: “Quero analisar não como é de fato emigrar para o reino dos doentes e lá viver, mas as fantasias sentimentais ou punitivas engendradas em torno dessa situação: não se trata da geografia real, mas dos estereótipos do caráter nacional. [...]. Meu tema não é a doença física em si, mas os usos da doença como figura ou metáfora” (SONTAG, 2007, p. 11). Ou seja, essa forma de relatar a doença, através de metáforas, está relacionada com a ideia de representação, pois como já foi relatado, a representação é uma forma de se colocar no lugar de algo, substitui o real, mas não é um espelho dele, e sim uma construção com base nele (PESAVENTO, 2013). Diante disso, a ideia de metáfora também é importante para compreender as representações em torno da *lepra*.

Utilizando como base teórica as informações citadas nesse tópico, abordaremos agora as representações sobre a *lepra* e o *leproso* no escritos de Antônio Justa, com o objetivo de perceber como o médico representou essa doença para além do discurso puramente médico.

## REPRESENTAÇÕES SOBRE A *LEPRA* E O *LEPROSO* NOS ESCRITOS DE ANTÔNIO JUSTA

Em 1881, na cidade de Fortaleza, nasceu Antônio Alfredo da Justa, filho de Laura Teófilo da Justa e Alfredo Henrique da Justa. Décadas mais tarde, o então menino se tornaria o Dr. Antônio Justa, médico que possuiu bastante destaque no Ceará através das suas ações e discursos em torno da *lepra* (MOTA, MAR/1952).

Antes de começar seus estudos em Medicina, Antônio Justa foi morar na Paraíba, ainda criança e retornou ao Ceará por intermédio do seu tio e padrinho Rodolfo Marcos Teófilo<sup>67</sup> para estudar no Liceu do Ceará. Também incentivado por Teófilo, Justa iniciou seus estudos em Medicina, concluindo a sua formação em 1906, na cidade do Rio de Janeiro. Após formado, exerceu a profissão em Quixadá, cidade do interior do Ceará, mas não teve destaque na sociedade durante essa passagem, partindo para Santarém, no Pará. No início da década de 1920, Justa voltou para o Estado, fixando residência na cidade de Fortaleza, onde abriu um consultório médico (MOTA, MAR/1952).

A década de 1920 foi um momento de mudanças importantes no Brasil e no Ceará<sup>68</sup>, e no que se refere à saúde pública não foi diferente:

Os anos 20 inauguraram uma fase de crescente intervenção federal em várias áreas das políticas públicas. Na saúde observamos a unificação e centralização dos serviços de higiene e saúde pública, personificados na criação, em janeiro de 1920, do Departamento Nacional de Saúde Pública, subordinado diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Resultado das demandas do movimento sanitário, concebido no ambiente nacionalista do período da Primeira Guerra Mundial,

---

67 Rodolfo Teófilo foi um farmacêutico e intelectual que participou de diversas agremiações letradas e teve papel fundamental na vacinação contra a varíola no início do século XX. Cf. (SOMBRA, 1999).

68 O Ceará, mais precisamente a capital, Fortaleza, passou por um processo de remodelação urbana principalmente a partir de 1889 a 1930, como por exemplo, a instalação de cursos superiores como Farmácia, Odontologia, Agronomia e Direito; transportes coletivos puxados à tração animal, o Teatro José de Alencar e etc. Cf. (PONTE, 2001).

a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) significou um aumento da coordenação federal das ações de saúde, assim como a sua expansão pelo território nacional. Contribuiu, também, para uma especialização das ações sanitárias e para instrumentalizar uma intervenção mais efetiva do governo federal nos Estados (CUNHA, 2005, p.36-37).

Nesse sentido, a partir das iniciativas do governo federal, o Serviço de Profilaxia Rural (SPR), foi criado como uma forma de intervenção federal nos Estados e começou a exercer suas atividades no Ceará a partir 1920, tendo como objetivo principal o combate às chamadas endemias rurais: ancilostomíase, esquistossomose, malária e doença de Chagas (GADELHA, 2012). Porém, a ação desse serviço não se resumiu apenas a isso, pois também foi responsável por outras ações, até mesmo relacionadas à *lepra*:

[...] a criação do SPR no Ceará viabilizou a instalação dos primeiros Postos de Saúde para a prestação de serviços sanitários à população. Em Fortaleza foi criado o Posto de Saúde Central, no bairro do Outeiro e em Sobral e Juazeiro do Norte foram inaugurados mais dois postos em, respectivamente, 1922 e 1924. Também como prolongamento do SPR foi criado o Dispensário Oswaldo Cruz, primeira instituição a lançar olhares (ainda que fortuitos) para a questão da lepra no Ceará (LIMA, 2009, p.37).

Também é desse mesmo período a criação da Inspeção de Profilaxia da *Lepra* e Doenças Venéreas (IPLDV) e do regulamento de 1920:

A Inspeção de Profilaxia da *Lepra* e das Doenças Venéreas estava diretamente subordinada à Diretoria Geral do Departamento [Nacional de Saúde Pública] e sob a chefia do dermatossilógrafo Eduardo Rabello. Tinha por finalidade superintender e orientar o serviço de combate à *lepra* e às doenças venéreas em todo o território nacional, e o de combate ao câncer no Distrito Federal, embora este não aparecesse na nomenclatura oficial. O regulamento de 1920<sup>69</sup>, no caso específico da *lepra*, não apenas criava esse órgão central para coordenar e implementar a luta profilática em todo país, como também estabelecia as diretrizes básicas – e muitas vezes minuciosas – que deveriam orientá-la. Dessa forma, o controle da doença assumia um caráter mais coercitivo e o isolamento, principal medida profilática para o caso da *lepra*, domiciliar ou nosocomial, tornava-se compulsório (CUNHA, 2005, p.51).

No Ceará, a Inspeção de Profilaxia da *Lepra* e Doenças Venéreas (IPLDV) atuou através do Serviço de Profilaxia da *Lepra* e Doenças Venéreas (SPLDV), fundada em agosto de 1921, mas

---

69 O regulamento de 1920 foi criado para definir a atuação dos serviços de saúde pública criados com o Departamento Nacional de Saúde Pública. Acerca do combate à *lepra*, esse regulamento afirmava que o isolamento seria desde então a principal medida profilática para a doença e que agora o isolamento tornava-se compulsório, tanto o nosocomial como o domiciliar. Esse regulamento sofreu duras críticas por parte da Revista *Brazil Médico*, o que ocasionou uma reformulação, sendo o novo regulamento datado de dezembro de 1923. Cf. (CUNHA, 2005).

a atuação do órgão no que se refere à *lepra* não foi tão intensa, já que as doenças venéreas receberam mais atenção, devido à alta incidência de sífilis (LIMA, 2009).

Com relação ao isolamento, como demonstrado, ele agora se tornava compulsório e a necessidade de um *leprosário* era cada vez mais latente no Ceará. Após alguns anos de tentativas de fundar um *leprosário* para isolar os *leprosos* cearenses<sup>70</sup>, a instituição foi finalmente inaugurada, no ano de 1928, com o apoio essencial que a Igreja Católica desempenhou, já que foi uma das grandes responsáveis pela concretização do *leprosário* Antônio Diogo, através de seu órgão periódico O Nordeste, que foi um grande divulgador da necessidade de um *leprosário* no Ceará, inclusive fazendo campanhas e clamando pela caridade católica em suas páginas (PINHEIRO, 2013).

Com a inauguração da instituição, era necessário um médico que deveria ficar responsável pelo acompanhamento clínico dos doentes. Então, foi a partir desse momento que Justa passou a se envolver de forma mais intensa no combate à doença, pois, nesse período, o médico era responsável pelo censo da *lepra* no Estado, já que era sub-inspetor sanitário rural do Serviço de Profilaxia Rural (SPR). Além disso, foi indicado para atender os doentes internados na instituição, fazendo visitas semanalmente ou quinzenalmente aos *leprosos* (JUSTA, SET/OUT 1929).

---

70 O então Diretor Geral de Higiene, o médico Carlos Ribeiro, em 1918, foi responsável por tentar colocar em prática o primeiro plano de combate à lepra, que consistia no isolamento dos doentes. Porém, o mesmo não teve muitos adeptos e apenas poucas ações foram realizadas, como a destruição e a desinfecção das casas de alguns *leprosos*, isolamento de alguns doentes e o recolhimento de pertences dos mesmos. Cf: (LIMA, 2007) (FERREIRA, 2011). Além disso, em 1923 também ocorreu uma tentativa de construção de um *leprosário* no Estado, algo que foi divulgado amplamente pelo jornal O Nordeste, mas que não saiu do papel. Apenas em 1926 é que através da doação de Antônio Diogo de Siqueira, grande empreendedor do Ceará, que a ideia de um *leprosário* começou a sair do papel, sendo que a mesma se concretizou, principalmente, através de doações particulares. A instituição foi construída no distrito de Canafistula, posteriormente Antonio Diogo, em Redenção, a 80 km de Fortaleza Cf: (PINHEIRO, 2013).

Dessa forma, com o início dessa relação mais constante com a doença e seus doentes, Justa passou a produzir uma série de escritos sobre a enfermidade em seus mais diversos aspectos, não só médicos, mas também relacionados à questão social e econômica da instituição. Esses escritos eram publicados principalmente na revista Ceará Médico<sup>71</sup>.

Através da análise desses escritos, percebemos que, mesmo Justa sendo um médico e tendo o seu embasamento científico para abordar a doença, os seus discursos eram repletos de representações sobre a enfermidade e sobre os seus enfermos, como exemplo, podemos citar o fato de Justa tratar o *leproso* não como um doente apenas, mas como um coitado, um infeliz. Essa e outras representações nos escritos do médico serão analisadas agora, na intenção de mostrar que Justa não abordava a doença apenas pelo fato simplesmente biológico, mas sim através do social, emocional e etc.

Justa, em alguns momentos de sua escrita, coloca a *lepra* como uma doença oriunda das classes mais pobres. Porém, isso realmente era comum, já que população mais desfavorecida foi a que mais sofreu com a doença (FERREIRA, 2011). Mas, o médico vai mais além, pois afirma que o fato da população ser humilde, ela tinha hábitos higiênicos rudimentares: “Além disto, os exames clinicos muito deixam a dezejar, quer sejam efetuados em domicilio, em regra, residencias rudimentares, escuras e desaceiadas, quer mesmo no *Consultorio* do Serviço Sanitario, apozento exíguo e incomfortavel”. (JUSTA, JUN/1932, p. 2-3). Dessa forma, quando o médico aponta a residência dos *leprosos*

---

71 A revista Ceará Médico foi um periódico cearense que teve como responsável por sua publicação o Centro Médico Cearense (CMC). Esse foi uma associação fundada em 1913, inicialmente, formada pelos profissionais de saúde do Ceará (médicos, dentistas e farmacêuticos) com o objetivo de difundir os ideais e os interesses da classe médica cearense. Ele teve fases: a 1ª fase entre os anos de 1913 a 1919 e a 2ª fase nos anos de 1928 a 1979. Cf. (GARCIA, 2011).

como “rudimentares, escuras e desaceiadas”, afirmando que “em regra” as casas dos doentes se configuravam dessa forma, ele acaba disseminando a ideia de que a enfermidade é doença de pessoas pobres e que não tinham bons hábitos de higiene.

Dez anos após o excerto acima, Justa tem um discurso menos radical, pois embora continue afirmando que a doença é mais comum nas classes desfavorecidas, também aponta que a recorrência dela em pessoas de classes mais altas não é algo raro:

O estudo acurado das estatísticas nos diz que a Lepra é doença da infância e da juventude; mas rara no adulto e muito rara na velhice... E' doença familiar, medrando melhor nos meios desasseiados e portanto nas classes desfavorecidas, e como isto é uma regra, não raro encontramos a exceção, e vêmo-la da choupana alcançar o palácio. (JUSTA, JAN/1942, p.4)

Complementando a ideia acima, Justa representa o *leproso* como uma pessoa pobre que não consegue manter certos hábitos de higiene, ou seja, “incivilizada”: “[...]. As infrações hijienicas que cometem, são por via de regra redundantes do meio em que vivem, habitações sem os minimos requizitos sanitários, da ignorância e da parcimônia de recursos que os levam a promiscuidade” (JUSTA, JUN/1930, p.4). Em outro momento coloca o *leproso* como um ignorante até para prestar informações sobre a doença: “A tudo sobrepuja ainda em geral, embaraçando um juízo certo, a extrema ignorância dos pacientes, muito raramente capazes de ministrarem informações proveitozas”. (JUSTA, JUN/1932, p.2-3) Em outro trecho que merece destaque, o médico afirma: “Em tais vizitas íamos colhendo material dos azilados, para diagnosti-

co microscópico e orientando o tratamento, depois de havermos adestrado alguns doentes e a Irmã Egidia na pratica de injeções” (JUSTA, MAR/1933, p.127). O termo adestrar geralmente é utilizado quando falamos de animais, e não de seres humanos. Isso ajuda a perceber, mais uma vez, o quanto Justa tinha uma concepção dos *leprosos* enquanto pessoas de extrema ignorância.

Ao se referir a propagação da doença na população, Justa volta a colocar os pobres como os mais suscetíveis à doença: “Este [contágio] começara certamente pelos moradores, em geral paupérrimos e ignorantes e por tais motivos mais receptíveis do Arraial Moura Brasil, local de eleição a ser buscado inicialmente pelos tristes indesejáveis” (JUSTA, MAI/1931, p.12).

Letícia Souza aponta que era muito comum no Brasil no período em tela tratar a *lepra* como uma doença da população dita “incivilizada” e que os seus hábitos favoreciam a propagação da doença:

A lepra, considerada como uma doença relacionada à pobreza, insalubridade e costumes não-civilizados, vai ser indicada como uma das causas do atraso do país, um dos obstáculos à modernização, o que demandava medidas urgente de controle. No entanto, apesar dos médicos enfatizarem que a Ciência nacional tinha meios de combatê-la, a situação econômica e cultural da população vai ser encarada, em geral, como um entrave às medidas consideradas mais modernas e científicas de combate à doença (SOUZA, 2009, p.51-52).

A autora também afirma que, devido aos hábitos considerados atrasados, existiu uma necessidade entre os médicos não só de tratar, mas de civilizar a população:

As condições de vida da população que mais sofria com a doença eram vistas como fatores que explicavam a difusão da lepra no país e como empecilhos ao tratamento do doente com os modernos medicamentos que a ciência disponibilizava. A falta de hábitos higiênicos, a alimentação insatisfatória, com deficiência em vitaminas e minerais, as habitações precárias e superlotadas, a promiscuidade, os vícios e o acometimento de outras doenças debilitantes como a sífilis, a disenteria e a malária, favoreciam a contaminação e deviam ser combatidas durante o tratamento. Como procurarei mostrar mais adiante, pode-se notar que o isolamento dos doentes no país, não era recomendado apenas como uma estratégia de proteção da sociedade sadia, mas tinha como pressuposto a possibilidade de “civilizar” essa população, dentro de um regime rigoroso e autoritário, onde práticas higiênicas, exercícios físicos e boa alimentação eram tidos, junto com as práticas terapêuticas, como elementos essenciais para o tratamento e bem estar dos doentes (SOUZA, 2009, p.79).

De certa forma, Justa corrobora com um discurso comum do período, pois, as medidas de higiene e alimentação também eram recomendadas por Justa como uma forma de tratar a doença:

Os excretos (fezes e urina) sendo também liberais meios de eliminação bacilar, impõem o maior cuidado com as

LATRINAS. A educação minucioza dos doentes de molde a não atirarem a esmo os seus dejectos, é de especial importancia. [...] Os ESCARROS, devem ser recebidos em recipientes contendo uma solução de FORMOL a 10%, [...] Toda roupa dos lazarus deve ser beneficiada em estufas adequadas ou mais modesta e praticamente [...]. Pratos, cópos, talheres, etc.etc. tudo deve ser de uso individual, e sempre que possivel tratado pelo calor humido. O aceio corporal deve ser o mais rigoroso possivel, mercê de banhos frequentes em água, de preferencia morna e sabão. [...] Os apoentos habitados pelos doentes devem manter-se em meticuloso aceio, sendo irrigados frequentemente com uma solução a 5 ou 10% de FORMOL para destruição de possiveis sevandijas. Os detritos alimentares, sobejos de comida, etc., devem ser incinerados, como tambem o material de penso, depois de utilizado (JUSTA, OUT/1930, p.18).

As recomendações acima não são nada de muito especiais ou diferenciadas, mas a maioria correspondem às necessidades básicas de higiene. Essa constatação ajuda a problematizar essa imagem que o médico tem do *leproso*, pois é como se ele estivesse tentando “civilizar/educar” os *leprosos*. Se a maioria dos *leprosos* tratados pelo médico pertencessem à elite, será que as recomendações seriam as mesmas ou isso já estaria implícito como hábito comum entre eles?

Dessa forma, Justa acabou representando em seus escritos a imagem do doente de *lepra* com uma pessoa de baixa instrução, com maus hábitos de higiene e de extrema ignorância. Isso não ocorreu porque Justa era avesso à população pobre, pois acreditamos que o fato da *lepra* ser mais comum em pobres, favorecia o pensamento do médico ao atrelar o desencadeamento da doença aos hábitos das pessoas mais pobres.

Além dessa representação sobre o *leproso*, outra também merece destaque, já que foi essencial para a formação da imagem do doente como uma pessoa que merecia a compaixão da população sadia. Essa representação coloca o *leproso* como um infeliz, um coitado, devido a sua condição de doente:

Longe se ser um revoltado deante da repulsa da Sociedade, o leprozo é antes um submisso e principalmente um triste... A rebelião do lazaro surjindo quando a verdade trajica do seu estado lhe é revelada, é fugaz. Neste instante ela em geral se manifesta por tentativas de violência contra a própria existencia. Logo, o instinto de conservação preponderando, o infeliz somente cogita de viver, de se trará, de recuperar a saude (JUSTA, JUN/1930, p.4).

Essa representação do *leproso* vai de encontro a algo que era bastante comum nos jornais da época: a ideia de que o doente de *lepra* queria transmitir a doença para a população sã como forma de vingança pelo isolamento a que eram submetidos. (PINHEIRO, 2013). Laplantine, como foi mostrado, afirma que as representações opostas sobre algo podem coexistir, gerando conflitos (LAPLANTINE, 2004). No caso, Justa não só apresenta outra representação do *leproso*, mas discorda da anterior:

O moral do lázaro é importante parographo na simptomatologia da *Lepra*, principalmente porque a lenda alimentada pelos literatos menos observadores e pelo vulgo apaixonado de maravilhoso, que faz do enfermo um perverso e um revoltado, traz pesado gravame ao sofrimento físico do desgraçado aumentando-lhe a infelicidade. Diz-se que no morfético forma-se uma mentalidade especial e que esse revida á Sociedade que dele se procura desfazer, izolando-o, envidando todas as maneiras de disseminar a molestia que o infelicit. Nada disto observamos no nosso trabalho de perto de 2 anos com taes doentes. Muito pelo contrario eles aceitam de bom grado, de acordo com a comprehensão de que dispõem , todas as sugestões vizando atenuar ou neutralizar as possibilidades de propagação do mal. (JUSTA, JUL/1930, p.4)

Ou seja, a ideia do *leproso* como um doente foi sendo substituída pela ideia dele enquanto um infeliz, pois, assim como aponta Pesavento (2012) e Sontag (2007), a representação e a metáfora tomam o lugar do real, dando outro sentido, nesse caso, emocional para os *leproso*s.

Em outro momento, o médico alerta para necessidade da construção de um abrigo em trânsito para os lázaros, pois alguns vinham do interior fazer exames e não tinham onde ficar, e outros, com o diagnóstico confirmado e a *leproso*saria lotada, também não tinham para onde ir.

Assim, aguardam a rara possibilidade de um internamento na <Leprosaria Antonio Diogo> arquiilotada e em die-

ta dagua, ou desiluidos e famintos, refazem a via crucis de um regresso a pé para as suas longinquias habitações, onde lhes espera por vezes, as agruras do repudio. Tanto sofrimento e riscos de contajio, no pervagar desorientado de tais doentes, seriam atenuados ou abolidos, si tivesse sido aceita a sugestão que fizemos no relatório citado e aqui repetimos. Deverá ser construído um modesto pavilhão, á marjem da E.F.B, mais ou menos no trecho denominado “Damas” entre Fortaleza e Porangaba. (JUSTA, NOV-DEZ/1936, p. 18)

Essa representação do doente também aparecia em momentos de crise da instituição, quando Justa vinha à sociedade cearense expor a situação precária do *leprosário*. No jornal O Povo, o médico coloca o doente como um infeliz que precisa de atenção da sociedade para se manter, e o principal continuar no isolamento:

Quando em um futuro que a nós se nos afigura breve, virmos novamente a cidade infamada pela frequência indesejável dos infelizes morféticos, nos locais mais públicos, onde mais facilmente possam comover os sentimentos humanitários dos abastados, tarde será e muito mais oneroso, para o Governo, deixar a inércia em que se imobiliza presentemente, para tomar medidas que acautelem a população e os nossos créditos de civilizados! E horrorizamo-nos em pensar o que será o próximo êxodo, a trágica caravana de Canafistula para Fortaleza, a tragédia que se virá

desdobrando nos longos 80 quilômetros, a serem palmilhados pela malta de estropiados e debilitados, em macabra procissão, disseminando o mal à sua passagem, com os seus diversos excretos. (JUSTA, 6 de abril de 1929, p.3)

Porém, essa representação da doença, na maioria das vezes, não aparece sozinha. Por exemplo, na citação acima, percebemos que mesmo tratando o *leproso* como um infeliz, Justa não deixa de afirmar que a presença dos *leprosos* na capital é indesejável e o quanto a volta desses “infelizes” seria trágica, pois eles iriam disseminar o “mal” entre a população sã. Dessa forma, ao frequentemente utilizar a representação do doente como um infeliz e da doença como um perigo, Justa busca fazer isso com uma intenção, pois ao mesmo tempo em que desperta a pena para com os *leprosos*, o médico também atenta para o perigo da *lepra*, despertando o medo. Antônio Ferreira aborda essa questão em seu trabalho:

Os discursos e as reações de medos, despertados pela lepra, no começo do século XX, na cidade de Fortaleza, caracterizavam apenas um dos polos da relação ambivalente que a a sua população manteve com essa doença. O leproso não era um objeto unívoco; pois ao mesmo tempo em que era representado como contagioso e perigoso, era percebido como objeto de piedade. Medo e piedade compunham, assim, o caráter trágico da existência do portador de lepra. Foi ora se distanciando pelo medo, ora se aproximando pela piedade, que a população cearense se relacionou com a lepra (FERREIRA, 2011, 94).

Essa também foi uma estratégia muito comum utilizada no jornal *O Nordeste* no período de construção da *leprosaria*, pois o periódico utilizava representações que despertavam a piedade e o medo, o que contribuiu para a arrecadação de donativos para a *leprosaria*, pois a sociedade acabava doando, seja por pena dos *leprosos*, seja para garantir certa distância dos doentes, devido ao medo da *lepra* (PINHEIRO, 2013).

Ou seja, a intenção dessas representações, de uma forma ou de outra, era manter os *leprosos* isolados, o mais distante possível da população sã. Ao abordar a necessidade de medicação no *leprosário*, Justa, mais uma vez, coloca essas duas representações em destaque:

E' medida de humanidade, consciencia clinica e tecnica hospitalar, o fornecimento de assistencia medica e recursos da terapeutica especifica, sintomatica e intercurrente para os internados. Sem esses ultimos não se compreende a ação do medico de serviço, por mais dedicado e competente que seja. E sem esses dois recursos primaciaes não se pode justificar a finalidade da Leprosaria, com o que os proprios doentes não se conformarão. Sem assistencia terapeutica a existencia da instituição se torna quase vasia, e tende a desaparecer pela retirada dos doentes, que terminam desistindo da reclusão, que nada lhes oferece para consolo do seu tormento e para energia de sua esperança sempre nova e confiante (JUSTA, MAI/1934, p.18).

Na opinião de Justa, os doentes seriam rebeldes ao isolamento, caso não tivessem o mínimo necessário para a sua sobrevivência. É interessante destacar aqui dois pontos: primeiro, o

isolamento, a partir de 1923, era compulsório, ou seja, nenhum doente poderia “desistir da reclusão”, mas, mesmo assim, Justa coloca que os doentes tinham certa liberdade, pelo menos em seu discurso; segundo, Justa, em seus escritos se demonstrava a favor de uma revisão no modelo de isolamento:

O RECENSEAMENTO DOS LEPROZOS não surtirá resultado senão quando executado conjuntamente com o TRATAMENTO e o IZOLAMENTO. Este ultimo porém, deverá ser tanto quanto possível facultativo e tranzitorio, atenuando-se em rejime de liberdade crescente, de sorte a alcançarse em breve espaço a educação sanitaria bastante, a serem socorridos os doentes em AMBULATORIOS, CLINICAS ou HOSPITAES ESPECIAIS, restringindo-se a LEPROZARIA somente aos INDIJENTES, estropiados pela molestia, impossibilitados de proverem a propria subsistência, e sem se descurar o amparo ás suas famílias (JUSTA, OUT/1930, p.17).

Esse pensamento do médico é uma constante em seus escritos, em 1940, ele afirma as mudanças que considera importante no isolamento: “1.º - Isolamento dos leprosos contagiantes e dos indijentes, sejam ou não contagiantes; 2.º - Recenseamento dos lazarus e seus contatos; 3.º - Amparo e vigilancia das familias dos lazarus isolados. 4.º - Amparo e vigilancia dos egressos dos leprosários” (JUSTA, MAI/1940, p. 26).

Porém, mesmo tendo esse posicionamento, o médico representava à volta do *leproso* à sociedade como um grande perigo para população sã:

Quanto fica dito, entes aquem do que além da realidade, faz prezajiar para breve o *Horrendo Exodo!* Ao seio de Fortaleza, retornarão tresdobradas as *trez dezenas de lazarus*, de que buscou se desfazer em 1928, em vez 30 morfeticos, será 200 que se virão somar aos 143 atualmente recenseados, muitos da quais não recolhidos em face da situação precaria da *Leprosaria!* (JUSTA, MAI/1931, p.11-12)

Dessa forma, o discurso do médico pode ser visto como contraditório, mas também devemos considerar a hipótese de Justa acreditar que essas mudanças deveriam ser feitas de forma lenta e gradual e quando o Estado tivesse condições de manter o combate à *lepra* baseado na ciência, o que não era praticado no Ceará:

Sem a cooperação do Governo Federal, a Profilaxia da Lepra no Ceará, nunca revestirá os moldes de um serviço apoiado em bases científicas, e essa cooperação se torna tanto mais urgente quanto o numero de leprozos existentes no Estado não é tamanho a retirar as esperanças de exito completo de uma campanha dessa natureza. Enquanto não se alcança tal deziderato, é indubitável porém, o beneficio rezultante dos embargos opostos a difuzão da doença pela restrição dos lazarus, que devem tanto quanto possível ser afastados do meio coletivo; (JUSTA, JUN/1933, p.9)

Em outro momento que merece destaque, Justa, mais uma vez, faz uso das duas representações: “Em linhas gerais já traçamos naqueles relatos o sofrimento dos hansenianos em trânsito e mais

ainda, o risco em que incorre a população sadia, decorrente do desamparo desses infelizes, uma vez confirmado o diagnostico da Doença que a todos aterroriza...” (JUSTA, JUN/1937, p.27). O médico também deixa claro que a população deve se movimentar e não esperar só pelo governo, pois é necessário se proteger da doença: “Mas se na epoca presente nos falece o socorro do *Governo Central* não deve ser isto motivo para nos quedarmos em musulmana impassibilidade e deixarmos de atenuar, pelo menos, o *grande perigo* que peza sobre nós todos!” (JUSTA, MAI/1931, p.12).

Esse perigo relatado pelo médico está principalmente relacionado à ideia do contágio:

Nada de admirável, nem motivo de espanto haverá, quando emigrarem para Fortaleza quantos ali em Canafistula se encontram atualmente, a revelia de medicamentos, porém não tolhidos em sua locomoção. E a incidência da lepra dobrará e constatemente os contágios se multiplicarão na Capital do Ceará! (JUSTA, JUN/1932, p.4)

Sontag aponta que o mistério em torno de uma doença contribui para a formação da ideia de que a enfermidade em questão é altamente contagiosa: “Qualquer enfermidade tida como um mistério e temida de modo bastante incisivo será considerada moralmente, se não literalmente, contagiosa” (SONTAG, 2007, p.12). No caso da *lepra*, essa ideia se aplica, já que a doença, no período era misteriosa, principalmente devido à falta de uma terapêutica que fosse considerada realmente eficaz entre todos os médicos (SOUZA, 2009). Ou seja, o fato da *lepra* ser cercada de mistérios, ajuda a compreender a metáfora do contágio. Antônio Justa em seus escritos aponta esses mistérios que cercavam a *lepra*:

Todas essas obscuridades e incerteza no diagnóstico e tratamento da Lepra, devem nos pôr sempre de sobreaviso contra as conclusões apressadas, como ainda recentemente temos lido na imprensa leiga, sobre uma *miraculosa pomada curativa...* Sombrio, prenhe de dolos e consequentes decepções, é ainda hoje infelizmente esse departamento da medicina, onde acantôa a *Lepra Misteriosa...* (JUSTA, JAN/1935, p.9).

É interessante destacar que, mesmo assim, Justa, em seus escritos de caráter mais científico, colocava a *lepra* enquanto uma doença pouco contagiosa (JUSTA, MAI/1930, p.13), mas, diversas vezes, como foi mostrado, alerta a população para o perigo do contágio. Acreditamos que isso está relacionado, além da ideia de metáfora analisada no parágrafo anterior, à primeira representação abordada nesse artigo, a do *leproso* como uma pessoa com maus hábitos de higiene, pois ele alerta: “Em geral é pouco contagiosa... Em geral... Isto significa que em determinadas oportunidades pode ser muito contagiosa... e principalmente que é contagiosa” (JUSTA, JAN/1942, p.4). Essas “determinadas oportunidades” são entendidas como os maus hábitos de higiene que a população mais desfavorecida, na concepção do médico, possuía.

Dessa forma, concluído a ideia desse tópico, percebemos que os trechos “horrendo êxodo” “risco em que incorre a população sadia”, “doença que a todos aterroriza”, “macabra procissão”, “disseminando o mal” representam a *lepra* enquanto um grande perigo, mas, os termos “infelizes *leproso*”, “desiludidos”, “submissos” e “tristes”, representam o *leproso* como um coitado e sofredor. Ou seja, percebemos que Justa buscou deixar claro que o perigo se encontrava na *lepra*, e não no *leproso*, principalmente no momen-

to em que ele tenta desmistificar a imagem do doente enquanto um revoltado, que quer transmitir a enfermidade como forma de vingança, como já foi mostrado anteriormente. Dessa forma, no discurso de Justa, o perigo está na *lepra* e o *leproso* é apenas uma vítima da doença, que só tem como intenção se curar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo através das questões apontadas neste ensaio, buscamos demonstrar as possibilidades de diálogo da história cultural com o campo da saúde e das doenças, tendo como eixo teórico central o conceito de representação. Utilizamos como um exemplo dessa análise os escritos do médico Antônio Justa, no qual foi possível constatar a presença de representações sobre a *lepra* e os *leproso*s, demonstrando que o seu discurso, mesmo possuindo embasamento científico, não está isento de representações, essas de cunho emocional e social.

Através da análise dessas representações, foi possível perceber que a utilização são frutos de um contexto, além do que elas possuem uma intenção, no caso tentar manter os *leproso*s longe da população sã, seja através da compaixão, seja através do medo.

Assim, concluímos esse artigo com a ideia de que a história cultural é um campo que trouxe inúmeras possibilidades para a história e a análise da representação é apenas um exemplo.

## FONTES

JUSTA, Antônio. O regime de fome na Leprosaria de Canafístula. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 6 de abril de 1929.

\_\_\_\_\_. A lepra. *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano VIII, Número 9 e 10, 2-4, setembro-outubro, 1929.

\_\_\_\_\_. A lepra III – Sintomologia Diagnostico. *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano IX, Número 6, 16-19, junho, 1930.

\_\_\_\_\_. A lepra III – Sintomologia Diagnostico (conclusão). *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano IX, Número 7, 4-6, julho, 1930.

\_\_\_\_\_. A lepra V – Profilaxia. *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano IX, Número 10, 16-19, outubro, 1930.

\_\_\_\_\_. O problema da lepra no Ceará. *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano X, Número 5, 6-12, maio, 1931.

\_\_\_\_\_. A profilaxia da lepra no Ceará (números e comentários). *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano XI, Número 6, 1-4, junho, 1932.

\_\_\_\_\_. A lepra no Estado do Ceará (notas e informações). *Revista da Sociedade Cearense*, Fortaleza, 102-134, março, 1933.

\_\_\_\_\_. A situação do leprosário. *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano XII, Número 6, 6-10, junho, 1933.

\_\_\_\_\_. Leprosaria Antonio Diogo. *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano XIII, Número 5, 14-19, maio, 1934.

\_\_\_\_\_. Anomalias no diagnóstico e no tratamento da lepra. *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano XIV, Número 1, 3-9, janeiro, 1935.

\_\_\_\_\_. A lepra no Ceará. *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano XV, Número 11 e 12, 13-21, novembro-dezembro, 1936.

\_\_\_\_\_. Noticiário. *Ceará Médico*, Fortaleza, Ano XVII, Número 3, 21-51, junho, 1937.

\_\_\_\_\_; Valter, PORTO. A luta contra a lepra no Ceará. *Ceará Médico*, Ano XX, Número 5, 24-27, maio, 1940.

\_\_\_\_\_. Subsidio para a história da luta contra a lepra no Ceará. *Ceará Médico*, Ano XXII, Número 1, 3-8, janeiro, 1942.

MOTA, João. Médicos cearenses. *Ceará Médico*, Ano XX, Número 1-3, 17-19, janeiro-março, 1952.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Francisco. **Caminhos da cura: as experiências dos moradores de Fortaleza com a saúde e a doença**. Tese (Doutorado em história social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

BARROS, Karla. **“A varíola ficou morando na capital”**: ideias e práticas médicas representadas mediante manifestação da doença em Fortaleza (1891-1901). Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BURKE, Peter. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CUNHA, Vívian. **O isolamento compulsório em questão: políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941)**. Dissertação (Mestrado em história das ciências e da saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

FARGE, Arlete. **Lugares para a História**. São Paulo: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Antônio. **“Lazaropolis”**: a lepra entre a piedade e medo (Ceará, 1918-1935). Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

GADELHA, Georgina. **Sob o signo da distinção: formação e atuação da elite médica cearense (1913-1928)**. Tese (Doutorado em história das ciências e da saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

GARCIA, Ana. **A ciência na saúde e na doença: atuação e prática dos médicos em Fortaleza (1900-1935)**. Tese (Doutorado em história social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

HANSENÍASE. Disponível em: <<http://www.sbd.org.br/doencas/hanseniasiase/>>. Acesso em: 01. nov. 2015.

HUNT, Lynn (org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAPLANTINE, François. **Antropologia da doença**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LIMA, Zilda. **O grande polvo de mil tentáculos: a lepra em Fortaleza (1920/1942)**. Tese (Doutorado em história) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LEMONS, Mayara. **O terror se apoderou de todos: os caminhos da epidemia de cólera em Quixeramobim (1862-1863)**. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013

LOPES, Felipe. **Patológicos e delinquentes: as estratégias de controle social da loucura em Teresina (1870-1930)**. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

MARTINS, Letícia. **Variola em Fortaleza: marcas profundas de uma experiência dolorosa (1877-1881)**. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

MEMÓRIA, oralidade e cultura escrita. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/index.php/linhas-de-pesquisa/memoria-oralidade-e-cultura-escrita>. Acesso em: 01. nov. 2015.

NASCIMENTO, Dilene; CARVALHO, Diana (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

\_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_ ; MARQUES, Rita (Orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

\_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_ ; **Uma história brasileira das doenças**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

\_\_\_\_\_ ; FRANCO, Sebastião; MACIEL, Ethel. (Orgs) **Uma história brasileira das doenças**. Belo Horizonte: Fino traço, 2013.

- \_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_ ; SILVEIRA, Anny. (Orgs.) **Uma história brasileira das doenças**. Belo Horizonte: Fino traço, 2015.
- PINHEIRO, Francisca. “**Não esperemos só pela ação do governo, a calamidade é pública**”: a atuação do jornal O Nordeste no combate à *lepra* em Fortaleza (1922-1930). Monografia (Licenciatura em história) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.
- PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: Reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: Novos Objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- SOMBRA, Waldy. **Rodolfo Teófilo**: o Varão Benemérito. Fortaleza: Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 1999.
- SOUZA, Letícia. **Sentidos de um “país tropical”: a lepra e a chaulmoogra brasileira**. Dissertação (Mestrado em história das ciências e da saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

## “QUEREMOS MOSTRAR OS CAMINHOS DE PERO COELHO DE SOUZA”: SOBRE A PRODUÇÃO DE VIÇOSA DO CEARÁ COMO DESTINO TURÍSTICO

Monalisa Freitas Viana<sup>72</sup>  
Marco Aurélio Ferreira da Silva<sup>73</sup>

Nossa proposta temática aborda a construção da imagem de Viçosa do Ceará enquanto destino turístico, em um processo de apropriação tanto da narrativa histórica, quanto de vestígios materiais tomados como referenciais do passado local.

Viçosa do Ceará é cidade-sede do município homônimo situado na Microrregião da Ibiapaba, distando 348,8 km da capital cearense, Fortaleza<sup>74</sup>. De acordo com a compartimentação geoambiental apresentada por Souza (2007), o Planalto da Ibiapaba pertence à unidade de Altos Planaltos Sedimentares. No entanto, tal elevação geomorfológica ficou conhecida, popularmente, como “Serra Grande”. Localiza-se na região ocidental do Ceará, formando limites com o Piauí e se estendendo de sul a norte do Estado.

---

72 Mestre pelo Mestrado Acadêmico em História – MAHIS, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva. Email: isafviana@gmail.com

73 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE), atuando na graduação no Curso de História e como Professor Efetivo do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS/UECE).

74 Além da sede, o município viçosense apresenta os distritos “General Tibúrcio, Lambedouro, Manhoso, Padre Vieira, Juá dos Vieiras, Passagem da Onça e Quatiguaba”. Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará. [http://www.vicosa.ce.gov.br/?page\\_id=63](http://www.vicosa.ce.gov.br/?page_id=63).

A urbe foi se forjando no sítio onde, em 1700, fundou-se a Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, a qual reuniu diferentes grupos indígenas, tornando-se importante instrumento do processo colonizador, a partir dos trabalhos de padres da Companhia de Jesus. Em 1759, erigida a Vila Viçosa Real d'América, tal organização social foi submetida a uma administração secular, o Diretório, sob a qual a convivência entre nativos e colonos seria intensificada. Foi alçada à categoria de cidade em 1882, sob o topônimo de Viçosa.

Em nossa abordagem, analisamos os discursos descritivos acerca de Viçosa do Ceará, trazidos nas edições do jornal *O Povo*, entre as décadas de 1970 e 1980, buscando perceber um trabalho de identificação daquela localidade enquanto município turístico, cuja “vocação” produzida estaria centrada em suas “belezas naturais”, bem como no que se definiu enquanto “patrimônio histórico”.

## A HISTÓRIA DA CIDADE SOB UMA ABORDAGEM CULTURAL

A cidade, como campo temático da pesquisa histórica, ao passar pelos “deslocamentos” (BURKE, 2008) teóricos e metodológicos vinculados à perspectiva da História Cultural, tornou-se alvo de uma abordagem a partir da qual:

[...] ela não é mais considerada só como um *locus*, seja da realiza o da produ o ou da a o social, mas sobretudo como um problema e um objeto de reflexão. Não se estudam apenas processos econ micos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representa es que se constroem na e sobre a cidade. Indo mais além, pode-se dizer que a História

Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais (PESAVENTO, 2008, p.77-78).

O estudo da cidade, sob essa ótica, compreende a análise de seus espaços e dos modos como são apropriados pelos diferentes sujeitos, consoante suas intenções, ideologias, projetos de intervenção. O processo de atribuição de significados à cidade e a seus espaços, conforme Pesavento (2008), está inserido no âmbito da constituição do imaginário urbano. A cidade moderna, a cidade histórica, a cidade turística: estas são apenas algumas das formas passíveis de classificação da *urbe*, às quais correspondem práticas específicas de transformação, uso e ocupação do espaço urbano; práticas de remodelações, demolições, reconstruções e preservação.

[...] destruir e remodelar a *urbe* implica julgar aquilo que se deve preservar, aquilo que, em termos de espaço construído, é identificado como ponto de ancoragem da memória, marco de reconhecimento e propriedade coletiva. Lugares de memória, políticas de patrimônio, definições de identidades urbanas são algumas das vias temáticas que se abrem com esse campo de pesquisa (PESAVENTO, 2008, p.79).

Em seus trajetos pela sobrevivência, os homens interagem com o ambiente do qual fazem parte e, na interferência sobre esse meio, desenvolvem saberes, práticas e imbricadas teias de comunicação entre si. Expressos sob as mais diversas formas, esses modos de viver, em suas dimensões materiais e simbólicas, são

chamados de culturas. Dinâmicas, elas acompanham as mutações implementadas pelos vários grupos sociais, cujas experiências fecundam o decorrer dos tempos, desdobrando-se por meio de vínculos existentes entre as diversas gerações envolvidas, e aos quais a contemporaneidade denomina “patrimônio cultural”.

Dito isso, acreditamos ser relevante lembrar que o próprio conceito de patrimônio cultural se apresenta como resultado de um percurso histórico. Um percurso rico em inflexões e sobre o qual diversos autores já se debruçaram, nele identificando intencionalidades díspares e em conflito pela produção e perpetuação de uma dada memória. Diante disso, o patrimônio adquire abrangência, tornando-se contenedor de perspectivas não só do passado, mas também do presente e do futuro, pois a sociedade que o produz lê os sinais do passado sob a influência do presente que a cerca, com o intuito de sensibilizar gerações futuras a partir das imagens que produz de si mesma. Relacionado a isso, em suas reflexões, Jacques Le Goff discorre sobre os embates em torno da memória:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p.422).

Na medida em que o espaço urbano pode ser pensado enquanto “ponto de ancoragem da memória”, ele também se apresenta como objeto de disputas simbólicas e, por conseguinte, de conflitos de poder. Nesse sentido, partilhamos do pensamento delineado por Meneses (1996, p.95), ao afirmar que: “[...] não se deveria considerar a cultura como um *nível* específico da vida

social, mas como uma *dimensão* específica, referente a todos os níveis, espaços, campos. É a dimensão das mediações simbólicas”. O autor nos traz, portanto, uma perspectiva na qual a cultura não se encontra compartimentada, apartada da “totalidade da vida social.” (MENESES, 1996, p.94), ao contrário, está imbricada às experiências econômicas, políticas, religiosas, cotidianas, da vida em sociedade. Relacionando-se a isso, o autor ainda nos esclarece:

[...] a problemática da cultura, o domínio cultural, tudo isso diz respeito à produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem, mobilização e descarte de *sentidos*, de *significações*. Por consequência, diz respeito, igualmente, aos *valores*. Por certo, não estamos falando de sentidos e valores abstratos, em si, mas de sua inserção num circuito de vida social. Dessa forma, a cultura engloba tanto aspectos materiais como não-materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana: tais sentidos, ao invés de meras elucubrações mentais, são parte essencial das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática (e vice-versa) e, lançando mão de suportes materiais e não-materiais, procuramos produzir inteligibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais de organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando. Vê-se, pois que, antes que um refinamento ou sofisticação, a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade (MENEZES, 1996, p.89).

A temática que ora apresentamos dialoga, portanto, com as reflexões desenvolvidas no âmbito da História Cultural. Relacionando-se à historiografia das cidades, situamos nosso objeto em meio à discussão acerca da produção simbólica que conduz à construção de uma definição de “patrimônio histórico” local, em consonância com o processo de produção de Viçosa do Ceará como destino turístico. E qual seria o mote desse produto turístico? A fim de refletir sobre a cidade de Viçosa do Ceará, busquemos inspiração na exposição desenvolvida por Silva Filho (2004), para quem:

Pensar a cidade por meio de imagens implica, sobretudo, a proposição de um conhecimento assentado em fragmentos, recortes do mundo social, cuja interação permite o vislumbre de alguns temas e aspectos da dinâmica urbana. A compreensão da cidade no horizonte complexo e variado das relações sociais conduz, portanto, à disposição de investigá-la menos sob o signo de um rigor conceptual fechado, em favor de delineamentos que permitam discuti-la partindo de questões específicas, tendo em conta a ampla diversidade de experiências sociais e temporalidades que se encarnam no espaço urbano. Desse modo, uma reflexão atenta às singularidades da urbanização não se encontra sedimentada na coleta exaustiva de estatísticas, relatórios e descrições genéricas da cidade, resultando em acúmulo de informação, mas se volta precisamente ao trabalho de concebê-la enquanto constelações de sentido, formuladas com base na seleção de elementos situados no cam-

po da investigação histórica. Cidade, portanto, apreendida sob o aspecto de práticas sociais (RONCAYOLO, 1986, *apud* SILVA FILHO, 2004, p.14).

Diante de tal pensamento, nossa reflexão se volta para a percepção do processo de constituição de uma determinada imagem para a cidade em pauta, na qual se imbricam apropriações espaciais, a partir das quais é perceptível a pretensão de identificá-la enquanto “lugar histórico” e, ao mesmo passo, “cidade turística”. Nesse processo, visualizamos uma apropriação também da própria temporalidade, na medida em que a categoria do “passado” é constantemente (re)significada e reposicionada, por meio de atualizações de fragmentos de um passado estrategicamente selecionado. Acerca de tal problemática, dialogamos com François Hartog, que nos esclarece:

Trata-se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo. Olhando o passado, a preocupação patrimonial seria só ou até mesmo principalmente passadista? Não, já que se trata do passado – de um certo passado – cuja forma de visibilidade importa no presente (HARTOG, 2014, p. 197).

Desse modo, além das características “naturais” da região, o mote de tal destino turístico reverbera a apreensão tanto de objetos (edificações, caminhos, traçados das ruas), tomados como vestígios de um dado tempo passado, quanto da narrativa histórica local. Percebemos, ao passo dessa constituição da imagem, um movimento de (re)produção espacial.

## O PASSADO COMO CARTÃO-POSTAL

[...] o patrimônio não deve ser observado do passado, mas preferencialmente do presente, como categoria de ação do presente e sobre o presente. Enfim, o patrimônio, que se tornou um ramochave da indústria do lazer, é objeto de questões econômicas importantes. O “vale a pena o desvio” dos guias, retomado pelas agências de viagem, inscreve-o na globalização. Sua “valorização” insere-se então diretamente nos ritmos e nas temporalidades rápidas da economia do mercado atual, choca-se com ela ou, em todo caso, aproxima-se dela (HARTOG, 2014, p. 237-238).

A assertiva de François Hartog nos inclina diante da problemática da apropriação da categoria do passado e daquilo que nela venha a se incluir. Enquanto vestígios de experiências processadas nos diferentes tempos, muitos objetos assumem a posição de atalhos para um passado determinado, porém, o olhar lançado sobre eles carrega uma perspectiva do presente, nutrido pelas necessidades de quem os prospecta.

Com base na reflexão trazida por Poutet (1995)<sup>75</sup>, Aragão (2002) afirma que o produto turístico não corresponde a uma “vocação natural” dos lugares, mas resulta de uma elabora o, advindo de necessidades de mercado. Nesse sentido, complementa seu raciocínio expondo as palavras de Ouriques (2005):

---

75 POUTET, Hervé. *Imagens Touristiques de L’Espagne*: de La Propagande Politique   La Promotion Touristique (Collection Tourismes et Sociétés). Paris. Ed. L’Harmattan, 1995. p. 289

[...] somente sob certas condições é que os lugares se tornam uma destinação turística. Somente quando as relações capitalistas se instalam é que [...] [a natureza, a história, a cultura] passam a ser apropriados economicamente pelo turismo. Mas o discurso turístico diz outra coisa: [...] são dádivas [...] colocadas “à nossa disposição para serem explorados turisticamente” (OURIQUES, 2005, p.61 *apud* ARAGÃO, 2002, p. 52).

Sob essa perspectiva, dadas formas de “ler” o espaço insinuam usos e “vocações” produzidas, tornando-o objeto de apropriações diversas. Roger Chartier aponta a apropriação como uma das noções centrais para a história cultural, tendo-se em vista que:

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido [...] é reconhecer [...] que as inteligências não são desencarnadas, e [...] que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 1988, p. 26-27).

O artigo publicado na edição de 14 de agosto de 2003, do jornal **O Povo**, destaca a ocorrência da 39ª Reunião do Con-

selho Consultivo do Patrimônio Cultural. Tratando acerca da “expectativa” frente à decisão quanto ao tombamento de “sítio histórico” em Viçosa do Ceará, o autor delinea, mesmo de forma geral, um contexto em meio ao qual ela se daria: “destruição habitual que tem atingido o legado deixado pelos ancestrais cearenses”, apresentando a capital, Fortaleza, como “a principal vítima dessa inconsciência”.

Há a expectativa nos meios culturais cearenses de que a reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), hoje, proclame o tombamento do sítio histórico de Viçosa do Ceará. A reivindicação é antiga e sensibiliza não apenas os cearenses, mas a todos que percebem a importância desse patrimônio [...]. A cidade guarda praticamente intacto o traçado original da Vila de Viçosa Real d'América [...]. Além do mais, guarda praticamente intocadas belezas naturais que exercem grande fascínio sobre os visitantes, como a pedra do Itaguarassu (sic) e um conjunto de cachoeiras da cascata de Pirapora. É um milagre que grande parte desse patrimônio histórico e cultural ainda esteja de pé, escapando da destruição habitual que tem atingido o legado deixado pelos ancestrais cearenses. Fortaleza é a principal vítima dessa inconsciência. Resta fazer finca-pé nos sítios históricos espalhados pelo território do Ceará. Mesmo em Viçosa, onde a preservação foi maior, alguns edifícios já tiveram suas fachadas descaracterizadas. É preciso que não se deixe perder os que mantêm a forma original, assim

como é imperativo recuperar os que foram agredidos. Ganha não apenas a cultura – se isso ocorrer – mas também a economia, visto ser possível dinamizá-la através do turismo [...] (FDR. **O Povo**. “Viçosa Rebelde – Cearenses aguardam com expectativa tombamento de Viçosa do Ceará”, 14 de ago. de 2003, p.6).

A referida “expectativa” se encaminha por duas vias: a simbólica e a econômica. Aliás, duas vias que, não raramente, entrecruzam-se. Nesse caso, a intersecção seria mediada pela atividade turística. O turismo seria o meio de dinamizar a economia do município, ao ofertar, além das “intocadas belezas naturais”, outros bens que referenciam a própria historicidade local, ao guardar “praticamente intacto o traçado original da Vila Viçosa Real d’América”. Assim, o passado vai sendo reposicionado no presente da cidade. Cabe ressaltar, todavia, que o potencial turístico de bens e práticas identificadas ao campo definido como “cultural” é algo que já se vinha construindo, em processo anterior ao tombamento do trecho urbano. Em nossa análise, remontam aos anos 1970 a demanda pela inserção local no mercado turístico, tendo como elemento mediador o “patrimônio histórico”, ladeado pelo “natural”.

A edição de 20 de outubro de 1972, assim enuncia a cidade: “Viçosa do Ceará. Terra legendária, que deu acolhida, no passado, ao Pe. Vieira. Pelo clima e pela topografia centro de tranquilas potencialidades turísticas [...]. Viçosa do Ceará não deixa de ser uma boa pedida para quem nos fins de semana deseja fugir a mesmice da cidade” (FDR. **O Povo**. “Panorama de Viçosa”, 20 de out. de 1972, p. 14). Ladeando o texto, uma imagem panorâmica do espaço urbano, onde a vegetação se imiscui às edificações.

O município, hoje, integra a *Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba (APA Serra da Ibiapaba)*. Sob a administração do IBAMA, ela foi criada em 1996 com o objetivo de, entre outros: “I. garantir a conservação de remanescentes de cerrado, caatinga e mata atlântica”.<sup>76</sup> De acordo com Branco (2011), Viçosa do Ceará apresenta o maior enclave desse último bioma no Ceará.

O Planalto da Ibiapaba é ocupado pelos municípios de Tianguá, Viçosa do Ceará, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Croatá e Ipu. Além da já mencionada APA Serra da Ibiapaba, a região conta com outras unidades de conservação: o Parque Nacional de Ubajara (1959), também sob a administração federal/IBAMA e a Área de Proteção Ambiental da Bica do Ipu (1999), administrada em âmbito estadual /SEMACE.

O patrimônio “natural” da região já há muito é apresentado como um dos potenciais produtos turísticos. Como nos indicia a matéria intitulada “O turismo é nosso”, publicada em 1977, chamando a atenção do leitor para a necessidade de “conhecer ou rever nossas boas coisas”. E dentre essas, o autor ressaltava a “paradisíaca Ibiapaba”:

Se turismo no exterior está assim tão difícil, você precisa descobrir as coisas nossas, o que há para ver pelo Brasil, pelo Nordeste, pelo Ceará, e se mandar para conhecer ou rever nossas boas coisas [...]. Um bom programa para fim de semana é um passeio à paradisíaca Ibiapaba; do alto da serra o verde que se descortina no vale, em matizes, sugere uma sinfonia de cores. Há o banho da bica do Ipu, a famosa gruta de Ubajara, o teleférico [...]. BALAIO, para elaborar este roteiro foi entrevistar-se com AIR-

---

76 Art. 1º. Inciso I. Decreto Federal/96, de 26 de novembro de 1996.

TON FONTENELE, filho de Viçosa e um dos entusiastas do incremento ao turismo naquela Região. Ele elaborou um minucioso roteiro, com detalhes sobre todos os pontos de interesse e que procuraremos resumir e apresentar a seguir (FDR. **O Povo**. “O turismo é nosso”, 30 de out. de 1977, p. 4).

Dentre os “pontos de interesse”, alguns estariam situados em Viçosa do Ceará. Para acessá-los, o turista deveria seguir, a partir de Tianguá, pela “Estada da Confiança”, a estadual CE-75. A construção de tal rodovia, influenciada pela intenção de integração dos municípios cearenses, visava também à interligação com a Transamazônica, obra do regime militar, como se percebe no texto jornalístico “Ipu e a Rodovia da Confiança”, de 1972. Para além da função de escoamento de produções agrícolas e trânsito de produtos industriais, a Rodovia também colocaria em marcha a expectativa do desenvolvimento turístico da região da Ibiapaba, onde se destacava a cidade de Ipu, lugar já prestigiado pelo romancista José de Alencar, em sua obra “Iracema”:

A construção da “Rodovia da Confiança” – Ce-75 – recentemente anunciada pelo governador César Cals, terá uma extensão de 527 quilômetros e interligará, em três etapas, os municípios de Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, S. Benedito, Guaraciaba do Norte, Ipu, Ipueiras, Nova Russas, Tamboril, Crateús, Independência, Novo Oriente, Tauá, Parambu, Arneiros, Aiuba e Campos Sales, onde, então, alcançara a Transamazônica. Os trabalhos preliminares de implantação da “Rodovia da Confiança” já fo-

ram iniciados pelo DAER, em Viçosa do Ceará [...]. A Ce-75 será, talvez, a mais importante obra governamental a favorecer a decantada cidade Ipuense, localizada no sopé da serra da Ibiapaba, num dos mais pitorescos recantos do nosso Estado, principalmente, se se levar em conta sua importância para o desenvolvimento do turismo em Ipu, através da Escada de Pedras e da turística e conhecida Bica do Ipu. O turismo, insistimos, será um largo passo para o processo de desenvolvimento de Ipu e conseqüentemente do Estado. A “Rodovia da Confiança”, além de facilitar tal processo, vai dar acesso à Transamazônica, e impulsionará, deveras, a economia das diversas e diferentes regiões. O planalto da Ibiapaba e o vale do Cariri, por exemplo, os mais férteis do Ceará se tornarão mais próximos (FDR. **O Povo**. “Ipu e a Rodovia da Confiança”, 15 de jul. de 1972, p. 14).

De volta ao roteiro de BALAIO, Viçosa do Ceará é apresentada, então, como “terra de boa cachaça e berço de nomes ilustres de nossa história, como Clóvis Beviláqua e General Tibúrcio” (FDR. **O Povo**. “O turismo é nosso”, 30 de out, de 1977, p.4) (até hoje, os “filhos ilustres” continuam sendo convocados nos “cadernos de turismo”)! E o roteiro prossegue pela cidade, onde:

[...] os principais pontos de atração de Viçosa são o Morro do Céu, de cujo local descortina-se belíssimo panorama, a pedra do Itagurussu, que forma verdadeiro abrigo natural, situada a 800 metros da cidade, a histórica igreja da

Matriz, construída pelos jesuítas. Viçosa é excelente para a compra de produtos regionais, como cachaça, doces, artesanato (jarros). Se houver tempo prove da hospitalidade viçosense, indo ao banho, na piscina natural do sítio do Hilo, onde há a venda da melhor cachaça da cidade. Para a hipótese de pernoite em Viçosa, há o hotel Sayonara, que possui ligações telefônicas com todo o Brasil, e televisão, para quem for de curtir novela (IDEM).

Somados aos aspectos “naturais”, complementam a exposição do autor alguns produtos relacionados a práticas locais, como a fabricação da cachaça e a produção artesanal – doces e jarros; estes, provavelmente, em barro –, bem como uma edificação, em especial: a Igreja Matriz, com seu diferencial – “construída pelos jesuítas”.

O roteiro é apresentado, ainda, como uma programação para a qual o dispêndio de tempo se resumiria a apenas um final de semana, o que pode ser identificado como uma forma de racionalizar, para o potencial turista, tanto o tempo, quanto o espaço (BARREIRA, 2012). As expressões “se houver tempo” ou “Para hipótese de pernoite” são sintomáticas da lógica temporal em curso: a celeridade característica de uma dimensão capitalista. O “consumo” rápido também passa a tangenciar a apropriação do espaço, em decorrência da necessidade de logo retornar às atividades produtivas diárias e, nesse sentido, de também passar pelo maior número de “pontos”, durante o intervalo de tempo que se dispõe. Assim, o roteiro estabelece os caminhos pelos quais o visitante deve percorrer, lugares selecionados como sínteses das cidades, assumindo um “caráter de metonímia”, conforme a expressão de Barreira (2012). É o próprio jornal, nesse senti-

do, constitui-se como veículo de inauguração dessas maneiras de apresentar a cidade em questão.

É possível identificar certa sintonia entre essa ideia de “conhecer ou rever nossas boas coisas” e os projetos oficiais em trânsito no âmbito nacional, como a criação, em 1966, da EM-BRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) que, para Becker (1996), representou um marco na política nacional de turismo. Naquele mesmo ano, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC) e, em 1975, é lançado o primeiro plano de ação governamental no campo da política cultural, a Política Nacional de Cultural (PNC) (BARBALHO, 2007). Todas, gestações do regime militar, sob uma óptica de integração da nação. A ação governamental no campo cultural e no setor de turismo carrega essa preocupação com a ideologia de Segurança Nacional.

Barbalho (2007) realiza uma interessante reflexão sobre a questão da diversidade cultural nesse período, a qual nos pode ser elucidativa. No contexto, pois, dos governos militares a afirmação da diversidade seguiria uma lógica integradora e, portanto, ideológica: a pluralidade cultural “harmoniosamente” organizada como característica da brasilidade. Nas palavras do autor:

O lema da diversidade na unidade referenda a ação governamental na cultura, dando-lhe aspecto de neutralidade, de guardião da identidade brasileira definida historicamente. A miscigenação revela uma realidade sem contradições, já que o resultado do encontro entre as culturas passa por cima das possíveis divergências, e acaba por qualificar a cultura brasileira como democrática, harmônica, espontânea, sincrética e plural (BARBALHO, 2007, p.43).

E nessa compreensão de país sincrético e harmônico, a mestiçagem e a região são expressões do universo plural que compõe a unidade nacional (BARBALHO, 1997). Tradição e “cultura popular” são balizas dessa política nacional de cultura, as quais, sob uma perspectiva folclorizada, expõem uma fisionomia livre de conflitos, neutralizada. Nos moldes do Conselho Federal de Cultura (CFC), a criação de conselhos estaduais passa a ser incentivada pelo Governo Federal e, desse modo, em 1961 é criado o Conselho Estadual de Cultura, o qual veio a executar suas funções quando da instalação da Secretaria de Cultura do Estado, em 1966. E nesse âmbito estadual, agentes intelectuais se concentram em torno da produção do “ceararentismo”, em busca de uma “cultura genuína” (BARBALHO, 1997).

Vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, por sua vez, a Embratur foi estruturada como autarquia e, de acordo com Becker (1996, p. 187), “[...] via o turismo como uma indústria nacional”, acompanhando a lógica desenvolvimentista característica da economia no período. Os moldes do regime também se faziam marcantes por meio do próprio funcionamento daquela autarquia, em torno da qual a atividade era controlada e centralizada: “[...] exercendo um controle extremamente rígido da atividade turística, circundada pelas grandes companhias que não autorizavam o turismo, situadas particularmente no Rio de Janeiro, onde estavam as grandes operadoras [...]” (BECKER, 1996, p. 187).

Aragão (2002) caracteriza esse período, no que tange à atividade turística, como focado no turismo interno. Seria um modo de reforçar o movimento de “conhecer ou rever nossas boas coisas”? Ao dialogar com Irelano Porto Benevides, aquele autor expõe que a Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR), criada em 1973, coincidia com a ideia de:

[...] (re)descoberta do Nordeste pelo tu-

rismo. Concebido como espaço de atratividade e de potencialidades turísticas, baseado, de certo modo, numa teoria das vantagens comparativas para o espaço nacional – numa pressuposta e rígida divisão inter-regional do trabalho –, este (re)descobrimto parecia ser uma nova saída para o velho entrave desenvolvimentista na região (BENEVIDES, 1998 *apud* ARAGÃO, 2002, p. 49).

Em consonância com tal processo de (re)descoberta, é que percebemos a presença da EMCETUR durante o Encontro Regional de Prefeitos da Ibiapaba, em 23 de novembro de 1973, na cidade de São Benedito, reunindo os gestores de Viçosa, Guaraciaba do Norte, Carnaubal, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, bem como da própria sede do evento. A edição do jornal *O Povo* de 28 de novembro relata que, na ocasião, debateram-se sobre os problemas enfrentados pela região, na presença de Luis Sérgio Vieira, então Secretário do Planejamento do Governo Cesar Cals, técnicos do Conselho de Contas do Nordeste, bem como Eliezer Teixeira, presidente da EMCETUR. Este, tratando sobre “o aproveitamento turístico da Serra” (FDR. **O Povo**. “Encerrado Encontro de Prefeitos da Ibiapaba”, 28 de nov. de 1973, p.12).

O Governo Cesar Cals aparece, portanto, com intenção articuladora junto ao Ministério do Planejamento, em torno da proposta de “exploração turística da Ibiapaba”. Um projeto visando ao financiamento do Governo Federal teria sido encaminhado, com vistas à execução de obras de infraestrutura, em especial, asfaltamento de estradas no Planalto. O foco das ações seria a atração de turistas provenientes do Piauí, Maranhão e Pará. A bica do Ipu é mencionada com destaque (FDR. **O Povo**. “Projeto de Exploração Turística da Ibiapaba”, 28 de nov. de 1973, p. 12).

No que tange a Viçosa do Ceará, a ação da Prefeitura de Antônio Gomes da Silva aparece articulada ao interesse de outros sujeitos da região, como no caso da construção da estrada ligando Viçosa do Ceará a Ubatuba, no Município de Granja:

TRABALHO INCANSÁVEL – A rodoviária, sem contar com a ajuda do Governo Estadual, vem sendo construída graças ao esforço do prefeito Antonio Gomes da Silva e do empresário de Ubatuba, Sr. Dário Vera Magalhães, que muito tem contribuído para que a estrada fosse construída em breve espaço de tempo. Foi ele quem lutou junto a Diocese de Tianguá e conseguiu com a ajuda do Pe. Odilon um projeto da Cáritas para a abertura da estrada. Várias outras pessoas também deram a sua parcela de contrque [sic] tem sido um baluarte, Aureliano Clarindo Pedro Rocha, Pedro Batista de Moraes e o tratorista Luis Mano, que trabalhava voluntariamente em prol da estrada (FDR. **O Povo**. “Nova estrada ligando Viçosa a Ubatuba já é uma realidade”, 20 de nov. de 1973, p. 12).

O empenho em criar essa via de trânsito e comunicação (também com os núcleos piauienses) visaria ao escoamento de produtos como o algodão, carnaúba e semente oleoginosas, a um melhor abastecimento local, bem como à atração de empreendimentos agroindustriais. Entretanto, a atividade turística também se beneficiaria de tal obra: “O turismo, atividade que se beneficia grandemente com a abertura de novas estradas, se ampliará na região com o cenário de belíssimas serras, cachoeiras e lagoas”

(IDEM). O início da prática de asfaltamento de suas ruas também se mostra como sintomática do interesse pela inserção daquela cidade no processo de produção do espaço turístico cearense.

Falando à reportagem, o prefeito Antonio Gomes da Silva emprestou grande significação aos encontros que vêm sendo realizados pelo Governador César Cals. Disse-nos que com eles o Chefe do Executivo sentirá de perto problemas dos municípios visitados e atenderá às reivindicações feitas. Como, por exemplo, no encontro da Serra da Ibiapaba, Viçosa foi beneficiada com o asfaltamento da rua Paris até o Céu, que brevemente será enquadrado no plano turístico da EMCETUR (FDR. **O Povo**. “Uma Cidade Vista do Céu”, 24 de nov. de 1973, p. 11).

Como se percebe, a intenção de tornar o Morro do Céu um polo turístico se descortina. Do alto daquele Morro, é possível uma visão panorâmica reunindo, em uma mesma cena, a cidade e o sertão. Antonio Gomes da Silva cumpriu seu mandato entre os anos de 1972 a 1976, e o intuito de desenvolvimento da atividade turística no município é identificado como marcante, em seu governo: “A amostragem das coisas de Viçosa, estão entranhadas na administração municipal” (FDR. **O Povo**. “Viçosa – O começo no céu”, 15 de nov. de 1975, p.02). O turismo é tomado como instrumento, uma via de crescimento municipal, bem como de valorização de seus antepassados:

Independente das divisas para o município, o turismo aqui tem a intenção também de chamar a atenção de auto-

ridades e empresários para a realidade viçosense. A conservação de nossos prédios seculares e a implantação de indústrias. A criação de novas escolas e a construção de hotéis com boa estrutura. E a nossa história. Queremos mostrar os caminhos de Pero Coelho de Souza. Nossa coragem, legado dos antepassados que fizeram da terra, mais que uma simples cidade [...] (IDEM).

O turismo é identificado, portanto, na visão do gestor, como um universo de expectativas, decorrentes, justamente, da apropriação de narrativas, sujeitos e objetos que se interligam a um selecionado “passado”. E o título da reportagem nos parece bastante sugestivo, “Viçosa – o começo no céu”, pois era rumo à igreja do Céu que se seguia a via asfaltada. O projeto de asfaltamento daquela rua da cidade representaria, na perspectiva do Executivo Municipal, parte de um movimento rumo ao progresso da cidade.

Milton Santos afirma, em sua obra “Metamorfoses do espaço habitado”, que a “paisagem tem, pois, um movimento que pode ser mais ou menos rápido” (SANTOS, 2014, p.75). E tal movimento se define em consonância com as condições políticas, econômicas e as ditas “culturais”. Compartilhando de tal pensamento, Carlos (2005) trata sobre dois elementos da paisagem: “Da observação da paisagem urbana depreendem-se dois elementos fundamentais: o primeiro diz respeito ao ‘espaço construído’, imobilizado nas construções; o segundo diz respeito ao movimento da vida” (CARLOS, 2005, p.40). Assim, a dinâmica da paisagem corresponderia ao ritmo das relações sociais.

O asfaltamento recobrando o “velho calçamento de pedra” não estaria indicando a iminência de um tempo mais célere

ou, ainda, a circulação de um número maior de automóveis por aquelas ruas? Tanto a relação com o tempo, quanto à forma de se deslocar pela cidade não estariam mudando? As paisagens recriadas por intermédio das memórias de outros viçosenses também são marcadas pelo processo de asfaltamento das ruas. Tal empreendimento, assim como a implantação de rodovias, inclusive, chegam a ser retomados enquanto divisores de “épocas”, ou seja, o fim do calçamento em pedras toscas aparece como sintomático de transformações da vida socioeconômica. À percepção espacial se imbrica a percepção da passagem do tempo, por parte de seus habitantes, influenciando a forja de uma noção de passado. Isso se evidenciou na fala de um de nossos depoentes:

A questão do asfalto demorou a chegar em Viçosa. O asfalto em Viçosa foi só em 94. Aquela coisa do calçamento, da pedra tosca, ainda guardava, ainda era retrato de uma Viçosa bucólica, de uma Viçosa do passado (Entrevista. **Eônio Cavalcante Fontenele**. Fortaleza – CE, 24 de abr. de 2015).

Uma cidade bucólica ou, ainda, pacata, como se refere abaixo uma de nossas entrevistadas. São imagens relacionadas ao passado daquele espaço urbano, cujo silêncio e quietude seriam quebrados pela intensificação do trânsito de automóveis ocasionada, em particular, pela implementação de acessos a outras regiões como Camocim-CE e Parnaíba-PI. O “isolamento” seria desfeito.<sup>77</sup>

---

77 A imagem de Viçosa do Ceará enquanto cidade isolada ainda foi argumentada, em 2003, como um dos motivos da manutenção das características apresentadas pelo trecho urbano que influenciaram o processo de tombamento junto ao IPHAN: “Todo o ambiente ao redor da igreja e nas proximidades manteve uma certa uniformidade, ficou preservado porque Viçosa é uma cidade isolada” (Fonte: Ata da 39ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. 14 de ago. de 2003. Pronunciamento de José Liberal de Castro, p. 30).

A nossa vida social era uma vida muito pacata [...]. Viçosa até os anos, final da década de 70, era uma cidade muito pacata, quieta, silenciosa. Você ouvia o silêncio. E, às vezes, até taxada de monótona, porque você chegava em Viçosa... só vinha a Viçosa quem tinha negócio. Os acessos pra praia, Camocim, acesso pra Parnaíba, não tinha estrada asfaltada. Eu não quero, com isso, dizer que eu fui contrária à pavimentação das estradas. Pelo contrário, tinha que ter mesmo as estradas, tinha que ter o escoamento. Mas ela era uma cidade muito quieta. E de 80 pra cá começou esse rebuliço. Agora é uma cidade barulhenta. Trânsito insuportável. Pode observar! (Entrevista. **Tereza Cristina Mapurunga Miranda Magalhães**. Viçosa do Ceará-CE, 05 de nov. de 2014).

Anterior a essa “época” de rebuliço e barulho, a presença de animais circulando pelos logradouros era recorrente, caracterizando um estreitamento entre o rural e o urbano ou, para utilizar a expressão de Washington Vieira, tal cidade se configurava como um lugar “onde o rural invadia o urbano” (VIEIRA, 2012).<sup>78</sup> Assim, ela é delineada por nosso depoente:

Viçosa era uma cidade já urbanizada, mas que tinha uma influência muito forte do entorno rural. Eu me lembro, como se hoje fosse, nos anos 80, dia de domingo, por exemplo, dia de sábado, o pessoal ia pra feira da cidade e amar-

---

78 VIEIRA, Washington. “Reminiscências: velhas procissões”. In: **Opinion** (blog), 2012. Disponível em: <http://iconacional.blogspot.com.br/2012/03/reminiscencias-velhas-procissoes.html>. Acesso em: 11/08/2015.

rava seus animais nos postes da cidade. Ficava ali, inclusive, depois, durante algumas horas ainda, o cheiro das fezes dos animais. Por pouco tempo. Era uma cidade limpa, mas ficava. É o registro de uma época, marca uma época. No dia de domingo, muita gente dos sítios ia assistir à missa em Viçosa e levava os animais. Aquelas mangueiras, ali perto da praça, ficava tudo cheio de animal amarrado. Enfim, Viçosa era uma cidade que tinha uma influência muito forte dessa coisa rural. É uma época muito boa de se recordar! Não existia esse excesso de automóveis, a questão da máquina mesmo, não existia motocicletas com a fatura que tem hoje [...]. Era mais animais, mesmo! As pessoas iam à cidade de animais e tal. Isso, perto do banco do Estado, que é perto do mercado, ficava ali naqueles postes, na Rua João Viana, uma série de animais amarrados (Entrevista. **Eônio Cavalcante Fontenele**. Fortaleza – CE, 24 de abr. de 2015).

Percebemos, portanto, que o processo de asfaltamento das ruas da cidade, assim como a ampliação da malha viária (interligando-a a outras localidades cearenses e do Piauí) dizem respeito não apenas à iminência de uma nova atividade econômica, mas, de um modo geral, tornam-se referentes culturais: de projetos de transformações na base econômica, nos modos e intenções de lidar e se apropriar dos espaços, no próprio movimento cotidiano das ruas. Constituem-se no universo das estratégias do Poder Municipal, voltadas ao crescimento econômico local, servindo, ainda, como tema para a promoção política; mas, para além disso,

são (re)apropriadas e (re)significadas pelos habitantes da urbes.

Durante a década de 1980, encontramos indícios de intenção de capilarização dessa política institucional de turismo, por intermédio da instalação de escritórios em polos regionais de interesse. A edição de 02 de fevereiro de 1986, do jornal *O Povo*, publicou uma nota acerca da inauguração do “Escritório Regional da Emcetur no Cariri”, sediado em Juazeiro do Norte, nas dependências da Biblioteca Pública, a trabalhar em conjunto com as prefeituras da região. Uma das primeiras atividades seria a realização de um levantamento e classificação dos hotéis existentes em Juazeiro, Crato e Barbalha (FDR. **O Povo**. “Pompas no Cariri”, 02 de fev. de 1986, p. 3).

Um escritório da Emcetur no Planalto da Ibiapaba também era algo reivindicado naquele mesmo momento. Em nota da edição de 15 de janeiro de 1986, o jornal *O Povo* mencionava a solicitação do Deputado Figueiredo Correia ao, então, Secretário da Indústria e Comércio, Danilo Pereira: a instalação de escritório da Emcetur no Planalto da Ibiapaba, bem como a criação de um “Centro de Conscientização e Interpretação Turística de Viçosa do Ceará” (FDR. **O Povo**. “Escritório da Emcetur”, 15 de jan. de 1986, p. 4). O olhar institucional começa a se voltar para aquela cidade e os vestígios históricos figuram como importantes componentes da paisagem que se pretende projetar no mercado consumidor dos espaços: “[...] uma cidade centenária com lindos casarios” (FDR. **O Povo**. “Semana Santa – As rotas do lazer – Serras e sertão”, 16 de mar. de 1986, p. 08). É o que nos sugere este trecho da nota jornalística:

Na mesma pauta foi pedido ainda um projeto de recuperação da igreja de Viçosa e de algumas casas centenárias daquele município da Ibiapaba. São os primeiros frutos colhidos do Pro-

grama Brasil – França (FDR. **O Povo**. “Escritório da Emcetur”, 15 de jan. de 1986, p.4).

A resposta positiva foi noticiada no mês seguinte pelo mesmo jornal, no qual se afirmava o comprometimento do já citado Secretário Danilo Pereira com a implantação dos solicitados escritório da EMCETUR e centro de interpretação, “[...] em caráter de urgência, na cidade de Viçosa do Ceará” (FDR. **O Povo**. “Escritório em Viçosa”, 02 de fev. de 1986, p. 3), diante do panorama esboçado:

Por seu lado, o parlamentar mostrou ao Secretário da Indústria e Comércio, ao qual está ligada a “Emcetur”, o abandono a que está relegado o turismo naquela serra (chamada Grande ou da Ibiapaba). O teleférico, no caso, não foi recuperado nem se sabe quando o será por falta de recursos. Um hotel de turismo em Tianguá foi fechado em razão de práticas ilegais dos antigos proprietários. Tudo isso, ou seja, a falta de infra-estrutura vem desestimulando as demais atividades turísticas na área (IDEM).

Interessante perceber que os primeiros chamados voltados à conservação de trechos do núcleo urbano do município viçosense partem não das instituições culturais e de preservação do patrimônio, propriamente ditas, mas de estruturas ou sujeitos preocupados com o crescimento econômico do Estado e da região.

Em 1977, por exemplo, uma série de artigos de autoria de Carvalho Nogueira foi publicada em edições dos meses de junho, julho e dezembro do jornal *O Povo*. O mote dos textos desenvolvidos era o que o autor identificava como “o colapso da

memória do Ceará”. Como recorte para tal discussão, sua atenção se voltava para as cidades de Fortaleza, Aquiraz, Aracati, Sobral, Viçosa do Ceará e Icó. Em tom de “denúncia”, “apelo” e “grita”, o autor esboça um retrato de descaso perante o mau estado de conservação do “patrimônio histórico do Ceará”, e solicita ações dos “setores responsáveis pelo levantamento do nosso patrimônio histórico”. O que nos chamou a atenção foi a cobrança dirigida à Empresa de Turismo do Ceará (EMCETUR), quanto aos encaminhamentos das atividades de restauro e conservação das pinturas de teto na Igreja Matriz de Aquiraz:

Reconhecemos, igualmente, as providências que começaram a ser tomadas em Aquiraz, em relação à igreja matriz, cujo teto estava para ruir. Os atos religiosos, inclusive, continuam sendo realizados no Patamar do templo. Soubemos no entanto, que, por medo que até se justifica, as pinturas da cúpula não serão retocadas. É um detalhe que, na realidade, requer muito cuidado, mas que não pode ficar de lado. A Empresa Cearense de Turismo sabe muito bem que temos gente aqui capaz de examinar e encaminhar o problema. Nossos artistas plásticos estão aí e merecem respeito e confiança. Uma junta deles poderia responsabilizar-se pela recuperação. E não deve ficar para depois a medida, sob pena de vermos destruída pelo tempo uma obra d’arte das mais significativas em se tratando de velhos templos aqui no Ceará (FDR. **O Povo**. “Entra em colapso a memória do Ceará (VI). Providências apenas em Aquiráz e Aracati”, 08 de dez. de 1977, p.19).

Qual seria, portanto, a visibilidade das ações empreendidas pelas instituições culturais no campo do “patrimônio histórico” no Estado? Como mencionamos anteriormente, a produção da imagem da “cultura cearense”, preocupação desenvolvida pelos intelectuais vinculados ao Conselho Estadual de Cultura e à Secretaria de Cultura, foi revolvida em meio à dita “cultura popular”, destacando-se daí a produção artesanal, devido a seu aspecto artístico, mas também a seu viés econômico, cuja promoção a tornava um potencial gerador de renda às famílias do campo (BARBALHO, 1997). No que diz respeito ao patrimônio edificado, em especial no que tange à abordagem de conjuntos urbanos, conforme a análise de Barbalho (1997, p. 217-218): “Em relação ao patrimônio arquitetônico, as ações da Secretaria de Cultura são muito tímidas, apesar de constar em seu estatuto o Departamento de Patrimônio”. Supomos que tal postura “tímida” seja decorrente da perspectiva que destacava os centros urbanos mineiros, Salvador, Olinda ou São Luís como referências de “monumentos históricos”. Porém, Barbalho (1997) nos esclarece:

Mesmo percebendo a precariedade dos conjuntos arquitetônicos históricos no Ceará, nem por isso a intelectualidade local deixa de solicitar a contemplação de alguns municípios cearenses na área de preservação de patrimônio do governo federal. Na administração de Uchoa, a Secretaria procura, com o apoio do Conselho Estadual de Cultura, incluir o Ceará nos planos de preservação, conservação e restauração de patrimônio histórico desenvolvido pelo MEC. As cidades propostas são a de Aracati, Icó, Sobral e Redenção, esta última por tido sido a primeira no Brasil a libertar os escravos (BARBALHO, 1997, p. 218-219).

No âmbito federal do “Patrimônio” oficial, um texto lançando luz sobre o “Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste” foi produzido pelo arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, datado de 15 de outubro de 1974, sugerindo-nos que as correlações entre atividade turística e patrimônio cultural tendiam a se interiorizar.

No que tange ao território cearense, percebemos que elas circundaram inicialmente as cidades de Icó e Aracati, ambas situadas na bacia hidrográfica do Jaguaribe. Datam do dia 25, também de outubro de 1974, pareceres respectivos propondo a inscrição dos “dois núcleos” nos Livros de Tombo do IPHAN. Redigidos sob uma mesma estrutura, tais pareceres se diferenciavam apenas em alguns parágrafos abordando especificidades históricas e arquitetônicas de cada localidade. De autoria também do arquiteto acima mencionado, apresentaram títulos similares: “A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbanos de Aracati-CE”<sup>79</sup> e “A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbanos de Icó-CE”.<sup>80</sup>

O referido autor, à época, figurava como Assessor do IPHAN e representante do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil. Tal posição o credenciou a participar do “I Seminário de Estudos sobre o Nordeste”, ocorrido em Salvador-BA, entre os dias 26 e 29 de novembro daquele mesmo ano. Como realizadores do evento constam: o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e

---

79 “A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbano de Aracati-CE” (Parecer). Autor: Augusto Carlos da Silva Telles. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1974. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Pasta: Processo de Tombamento / Aracati.

80 “A preservação e a valorização no sentido cultural e turística do núcleo urbano de Icó-CE” (Parecer). Autor: Augusto Carlos da Silva Telles. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1974. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará. Pasta: Processo de Tombamento / Icó.

a Coordenação Central de Extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Acreditamos que as questões contidas no texto de 15 de outubro tenham sido expostas nessa ocasião.

Uma dupla inclinação passava a marcar as concepções da política de proteção patrimonial nesse período, conforme Ribeiro (2007): “a preocupação com o crescimento dos centros urbanos históricos, antes considerados estagnados, como Ouro Preto” (RIBEIRO, 2007, p.92), ocasionaria o interesse quanto às questões de gestão urbana e atividade turística. A valorização dos vestígios do passado foi se constituindo como “vetor de desenvolvimento sócio-econômico”, na expressão de Duarte Júnior (2012, p.57). E o turismo representaria uma importante viabilidade, tendo em vista que, por meio dele, seriam possibilitadas bases econômicas para sustentação dos núcleos urbanos protegidos e, em decorrência disso, para a própria “preservação dos sítios históricos” (RIBEIRO, 2007, p.92). Ribeiro (2007) também menciona, em suas páginas, as viagens empreendidas, entre 1966 e 1967, pelo Inspetor Principal de Monumentos Franceses, Michel Parent, enviado ao Brasil como consultor da UNESCO, em atendimento a uma demanda de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então à frente do IPHAN. Nesse ínterim: “Foi no grande potencial turístico do país, que Parent centrou muito de suas análises, indicando o turismo como um fator de promoção do patrimônio cultural brasileiro” (RIBEIRO, 2007, p.92).

É visualizando tal perspectiva que lemos o documento anteriormente referido, de autoria de Augusto Carlos da Silva Telles, intitulado “Planos regionais e definição de prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste”. Entendemos tanto o texto, quanto a ocorrência do supracitado evento como indicativos de um interesse, por parte do Governo Federal, em evidenciar e, mesmo, “recriar” as potencialidades da região Nordeste.

O Programa Integrado de Reconstrução (melhor seria de Restauração, de revitalização, ou de Valorização) das Cidades Históricas do Nordeste, em boa hora criado, com base na Exposição de Motivos 076-B de 31 de maio de 1973 dos Ministros do Planejamento e Coordenação Geral e da Educação e Cultura, representa excepcional mecanismo capaz de dinamizar a efetiva proteção do acervo cultural do Nordeste. A constatação de que “para a preservação dos monumentos tombados é necessária a sua utilização” (item 7 da Exposição de Motivos citada), confere com parágrafos de vários documentos internacionais, notadamente com a Carta de Veneza de 1964. Igualmente o apelo, através de um plano de caráter nacional, a diferentes setores das áreas administrativas e técnicas, principalmente aos programas de turismo, obedece aos itens iniciais da Recomendação de Quito de 1967.<sup>81</sup>

O texto traz a clara ideia de “dinamizar a proteção do acervo cultural” nacional, situado no Nordeste, em consonância com as diretrizes concebidas por organismos internacionais, como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, vinculado à UNESCO, e a Organização dos Estados Americanos – O.E.A. E a utilização “economicamente viável”<sup>82</sup> dos monumentos resultaria, conforme a leitura acima, na própria

---

81 “Planos regionais e definição de prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste”. Autor: Augusto Carlos da Silva Telles. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1974. Arquivo: Superintendência do IPHAN no Ceará.

82 *Idem*, p. 01.

condição de preservação desses bens. Para tanto, vislumbrava-se a participação das administrações estaduais e municipais:

Com esta finalidade, adotando diferentes níveis de prioridades, o Programa convocaria as administrações estaduais e os organismos regionais, para interiorizarem suas ações, valorizando núcleos excepcionais de interesse cultural ou de valor natural, que, uma vez conhecidos, divulgados, dotados de acesso e de infraestrutura turística e cultural, poderão ser integrados nos roteiros turísticos nacionais e, mesmo, internacionais.<sup>83</sup>

Aprendemos das informações expostas que o destaque dispensado aos acervos arquitetônicos das cidades de Icó e Aracati pode estar interligado à identidade local que se forjava em âmbito Estadual, tomando como sujeitos simbólicos as figuras do jangadeiro e do vaqueiro, representando o território cearense em sua geografia litoral/sertão. Os acervos de Icó e Aracati não estariam sendo (re)significadas enquanto materialização da “civilização do couro”, como denominou Capistrano de Abreu? (BARBALHO, 1997). Viçosa do Ceará, “isolada” no alto da “Serra Grande”, como se percebe, não era situada ainda nessa cartografia simbólica e identitária oficial do Ceará, corrente nos meados dos anos 1970, 1980.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse da instituição oficial de preservação, o IPHAN, pela patrimonialização (no que concerne ao reconhecimento como patrimônio nacional por meio do tombamento) de trecho urbano de Viçosa do Ceará foi afirmado na década de

---

83 Idem, p. 05.

1990, a partir dos trabalhos de pesquisa do arquiteto José Liberal de Castro, acerca da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. No entanto, anterior a esse momento, visualizamos movimentos locais com o intuito de dar visibilidade a vestígios selecionados provenientes de outras temporalidades. Nesse entremeio, podemos destacar a iniciativa de alguns “filhos de Viçosa”, como a noticiada em 1952:

Os filhos de Viçosa, residentes nesta capital, tomaram a elogiável iniciativa da fundação de uma sociedade que tenha por objetivo a defesa dos interesses daquele município, notadamente do seu glorioso patrimônio histórico. Nesse sentido, os viçosenses e amigos de Viçosa marcaram uma reunião para o próximo dia 12 deste, na sede da União dos Moços católicos, às 20 horas. Nessa oportunidade serão lançados os fundamentos da nova entidade bem como discutidos importantes assuntos ligados ao progresso daquela cidade serrana. Por nosso intermédio estão sendo convidados todos os filhos de Viçosa, domiciliados em Fortaleza, estudantes, comerciantes, bacharéis, e quantos desejarem prestar apoio à sociedade a ser criada (FDR. **O Povo**. “Os filhos de Viçosa, residentes em Fortaleza, fundam uma sociedade”, 10 de fevereiro de 1952, p. 2).

Da passagem citada, por ora, vislumbramos o olhar lançado pelos “filhos de Viçosa” ao que se definiu como “patrimônio histórico” da cidade. Não se trata de olhar os vestígios provenientes de temporalidades pretéritas com funções e usos encerrados

no passado, mas neles reverberam expectativas de futuro, para tanto, as discussões no âmbito daquela sociedade a se formar entrelaçariam o “progresso daquela cidade serrana” ao “glorioso patrimônio histórico”. Ao longo de nosso texto, pudemos perceber que, de certo modo, tal correlação foi se dimensionando em uma intenção de desenvolvimento turístico do município e, nesse ínterim, a construção da imagem de Viçosa do Ceará como cidade centenária – originária de um empreendimento jesuíta e cuja configuração é marcada por um cenário de edificações seculares – apresentou-se como de forte influência.

Retomando as considerações de Meneses (1996), apresentadas no início do texto, temos que a cultura não se encerra no âmbito do abstrato, mas se imiscui às práticas, (re) criações e experiências humanas diversas, por meio da mencionada “mediação simbólica”. Esta seria, portanto, a “instância da cultura” (MENESES, 1996, p.91), a partir das construções e reconstruções de significados e valores. Desse modo, o campo segmentado como “cultural” expõe suas implicações econômicas, bem como suas imbricações políticas e sociais; advindo daí que as culturas, como se refere Peter Burke, “são locais de conflito” (BURKE, 2008, p.98).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Raimundo Freitas. **Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/Ceará.** (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará, 2005.

BARBALHO, Alexandre. [et al.] (orgs). **Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas.** Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção CULT).

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. RUBIM, Antonio A. Canelas. (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção CULT).

\_\_\_\_\_. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**: a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (1966-78). (Dissertação) Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 1997.

BARREIRA, Irllys. **Cidades Narradas**: memória, representações e práticas de turismo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo [et.al]. (orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. (p.181-192).

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRANCO, Antonia Francivan Vieira Castelo. **Avaliação da perda da biodiversidade no ecossistema de Mata Atlântica em Viçosa do Ceará (CE)**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente / Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 2011.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. O turismo e a produção do não-lugar. In: In: YÁZIGI, Eduardo [et.al.] (orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. (p.25-37).

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. DIFEL (Difusão Editorial Lda.): Lisboa. Editora Bertand Brasil: Rio de Janeiro, 1988.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Coleção História e Historiografia).

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MENESES, Upiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais.

In: YÁZIGI, Eduardo [*et.al.*] (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** – São Paulo: Editora Hucitec, 1996. (p.88-99).

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Edusp, 2014.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. **Fortaleza: Imagens da Cidade.** Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da cultura do Estado do Ceará, 2004.

# HISTÓRIA CULTURAL, LITERATURA E REPRESENTAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A IDEALIZAÇÃO DE UMA CIVILIZAÇÃO NO LIVRO *O REINO DE KIATO* DE RODOLFO TEÓFILO

André Brayan Lima Correia<sup>84</sup>  
Gleudson Passos Cardoso<sup>85</sup>

Esse texto visa levantar parâmetros de discussão acerca da Nova História Cultural e sua contribuição para o estudo de obras literárias através do conceito de *representação*<sup>86</sup>. Para isso, optamos, em um primeiro momento, fazer um debate sobre esse campo da história, bem como, a reflexão sobre o conceito de representação. No segundo momento, demonstraremos a aplicabilidade dessa discussão através de um recorte da nossa dissertação de mestrado em andamento<sup>87</sup>.

---

84 Mestre em História e Culturas (MAHIS/UECE). Membro do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas(GPPUR/UECE) na qual integra o eixo Práticas Letradas e Urbanidades. Bolsista de mestrado da Fundação Cearense de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (FUNCAP) email: andre.brayan@hotmail.com

85 Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense PPGH\ UFF (2009). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde leciona no Curso de História e no Mestrado Acadêmico em História e Culturas/ MAHIS as disciplinas: História Medieval, História da América, Arte na História, Seminário de Pesquisa e Práticas Sociais Urbanas. Integra os GPESQ/ CNPQ Intelectuais, Ideias e Instituições (UFF), ARCHEA – Grupo de Pesquisa em Cultura Escrita na Antiguidade e na Medievalidade e GPPUR-Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas (UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4484450400989287>. Contato: gleudsonpassos@hotmail.com.

86 Entre outros trabalhos que serão apresentados ao longo deste artigo, sobre o conceito de Representação ver: CHARTIER, Roger. História Cultural. Entre Práticas e Representações. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990 e CARDOSO, Ciro F. e MALLERBA, Jurandir (Orgs.). Representações. Contribuição a um Debate Transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

87 A dissertação “O ceará é uma terra condenada mais pela tirania dos governos do que pela inclemência da natureza: aspectos biopolíticos nas obras de Rodolfo Teófilo

Para esse recorte, utilizaremos a obra ficcional *O Reino de Kiato*, que foi publicada em 1922 pelo o intelectual e farmacêutico Rodolfo Marcos Teófilo, na qual discorre sobre a história do Dr. Paterson, um cientista estadunidense, formado na Inglaterra. Em uma viagem de navio, o mesmo acabou enfrentando uma tempestade e atracou em um reino desconhecido que tinha atingido todos os parâmetros de civilização e higiene.

Em nosso trabalho, pretendemos demonstrar não só como o autor idealizou uma civilização que tinha superado todos os males da humanidade, mas aprofundar que essa idealização é fruto de uma representação das leituras realizadas pelo autor, concernente aos projetos e anseios civilizadores propalados pelos intelectuais brasileiros da virada entre os séculos XIX e XX.

## HISTÓRIA CULTURAL, LITERATURA E REPRESENTAÇÃO

Como bem discorreu PESAVENTO (2012), CHARTIER (1990), HUNT (1992) e BURKE (2005), a Nova História Cultural (NHC) surgiu na década de 1970, no entanto, ela é fruto das mudanças de paradigmas que a história vinha passando anterior a essa década:

Na história, o avanço para o social foi estimulado pela influência de dois paradigmas de explicação dominantes: o marxismo, por um lado, e a escola dos “Annales”, por outro. [...] No final da década de 1950 e nos primeiros anos

---

(1901-1922)” está sendo desenvolvida no Mestrado Acadêmico em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará (MAHIS/ UECE) desde o ano de 2014, sob a orientação do Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso. O referido estudo tem como objetivo central problematizar a escrita desse farmacêutico, a partir das obras produzidas por ele durante esse recorte, demonstrando que a mesma possui aspectos biopolíticos (FOUCAULT, 1999) (FOUCAULT, 2008), tanto em suas críticas relacionadas ao governo, epidemias e secas, quanto na sua idealização de modelo de civilização.

da de 1960, um grupo de jovens historiadores marxistas começou a publicar livros e artigos sobre “a história vinda de baixo” [...]. Com essa inspiração, os historiadores das décadas de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres. (HUNT, 1992, p. 02).

Ou seja, a partir dessa “história vinda de baixo” e da escola dos Annales, as temáticas na história passaram a focar o social e o econômico, trazendo assim novas possibilidades e novas fontes para além das “fontes oficiais”. Além disso, na década de 1970 os historiadores passam a se interessar por objetos relacionados à Cultura.

Vale lembrar, assim como discorre Peter Burke, que essa não é a História Cultural, mas, uma “Nova História Cultural”, pois, a abordagem cultural já era praticada muito anterior a isso.

A história cultural não é uma descoberta ou invenção nova. Já era praticada na Alemanha com esse nome (*kulturgeschichte*) a mais de 200 anos. Antes disso havia histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química, linguagem e assim por diante. A partir de 1780, encontramos histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações (BURKE, 2005, 15).

Essa nova tendência historiográfica é denominada de Nova História Cultural, não só por ser uma retomada do foco na cultura, que passou por um período de decadência ao final do século XIX, em virtude do interesse pela política e pelo os “fatos concretos” (BURKE, 2000), mas, também por trazer “novos objetos, novas abordagens, e novos problemas”<sup>88</sup>. É importante destacar que essa Nova História Cultural buscou também realizar uma interdisciplinaridade utilizando as contribuições de filósofos como Michel Foucault, antropólogos como Clifford Geertz, e sociólogos como Pierre Bourdieu, entre outros.

Desta forma, na medida em que os historiadores passaram a buscar novas abordagens, ou seja, utilizar novas fontes para perceber outras visões sobre o fato, os mesmos se depararam com a necessidade de incorporar novos conceitos. Dentre esses conceitos, um dos mais pertinentes à História Cultural é o de representação.

A representação é um conceito que visa abarcar não os fatos, mas, como estes foram “representados” (portanto, lidos, compreendidos, sentidos, vividos) pelas sociedades ao longo da História. Neste sentido, a Literatura, enquanto campo de produção do conhecimento, carrega em seus produtos (os textos escritos) aquilo que os autores viveram, sentiram, imaginaram e interpretaram como aspectos da sua realidade social, do seu tempo histórico. A ficção, portanto, não está desprovida do real, das intensidades socialmente representadas, mas, ao contrário, está intrinsecamente mergulhada junto às forças históricas de cada época.

---

88 Esses novos aspectos não só da parte cultural, mas da nova história em si, são abordados na coletânea *História* dos autores Jacques Le Goff e Pierre Nora, na qual possui três volumes (parte um: novos problemas; parte dois: novas abordagens, parte três: novos objetos) e abordam temáticas como: o clima, a literatura, a arte, história conceitual, o retorno no fato, a religião, as ciências, a economia, o mito, as mentalidades, o filme, a festa, a opinião pública, o corpo, os jovens e etc.

Assim, para o estudo da representação, deve também ser levada em conta a experiência de vida, a trajetória do autor, as representações de mundo, as condições da produção escrita, as estratégias de circulação e recepção do texto, bem como, a natureza do texto literário e a sua conexão com as tensões sociais vividas em cada época. Aos estudiosos do conceito, essas considerações ajudam a entender as intenções que motivaram os escritores de cada período a produzirem seus textos, como estes escritos foram recebidos e que objetos de circulação (livro, jornal, folheto, panfleto etc) eles fizeram uso. Em relação ao romance, objeto de análise deste artigo, na medida em que essa obra comporta representações sociais, muitas vezes, com base na experiência de vida do autor, esta não é, portanto, um reflexo exato do real, mas uma construção a partir dele. Logo,

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. [...] A representação não é uma copia real, sua imagem perfeita, espécie e reflexo, mas uma construção feita a partir dele. (PESAVENTO, 2012, 39-40).

Destarte, podemos concluir que, a partir desta abordagem, utilizando a representação, podemos elencar um novo leque de fontes e possibilidades para o historiador, como a música, a

pintura, a dança e qualquer manifestação humana que transmita uma representação de uma cultura no tempo. Isso ocorreu devido este conceito nos trazer elementos que pairam em qualquer momento da história, porém, assim como nos apresenta Roger Chartier, devemos lembrar que uma representação não é apenas o reflexo do real, mas uma relação de interesses na qual uma pessoa, ou um grupo, busca construir sua visão sobre o fato e representá-lo da forma que o convém. Com isso, os estudos de fontes através da representação, não estão isentos de subjetividade, assim como qualquer outra fonte. Em um trecho de sua obra, Chartier nos demonstra isso:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos os interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utilizam. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformulador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, 17).

Por isso, dizemos que a representação não é um reflexo da realidade, mas, construída a partir dela. É importante salientar que entre essa realidade e a representação existem as relações de interesses, ou seja, os discursos que são formados a partir do indivíduo ou grupo que quer demonstrar a sua visão sobre aquela realidade.

O conceito de representação, para Chartier, é algo bem mais complexo, pois, não é apenas uma disputa de interesses, visando legitimar uma visão de mundo, mas, a forma como esse mundo é representado, pois, as representações não são simples imagens do mundo real, elas buscam conquistar os indivíduos para que eles tenham essa percepção de mundo. Ou seja, percebe-se que, ao longo dos tempos, existiram diversos agentes sociais que procuraram difundir diferentes representações. Assim, podemos citar como exemplo a imprensa, a educação e a própria literatura.

As representações não são simples imagens verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram. É a partir da hipótese da “realidade de representação”, ou, dito de outra forma, da força social das percepções do mundo social,[...]. (CHARTIER, p.27, IN: ROCHA,2013A).

Podemos concluir que “o mundo como representação” não é apenas “entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga” (CHARTIER,1991, p.184), mas uma disputa de discursos e poder que visam criar representações da realidade e firmá-las como a visão da realidade, ou seja, não uma representação da realidade, mas uma realidade representada.

Após ser debatida a noção de representação a qual se refere esse artigo, é importante evidenciar a utilização do livro para exemplificar essa discussão.

O próximo exemplo que gostaríamos de trazer é o do “livro”, pois talvez nenhum outro objeto de cultura seja constituído tão claramente em uma confluência de feixes de “práticas” e “representações”. O livro é esse objeto da cultura que já passou por inúmeras formas, mas, que nas suas linhas gerais, é um objeto cultural bem conhecido no nosso tipo de sociedade. Para a sua produção, são movimentadas determinadas práticas culturais e também representações, sem contar que o próprio livro, depois de produzido, irá difundir novas representações e contribuir para a produção de novas práticas. (BARROS,2011, p.51).

Ao levantar parâmetros de discussão entre os conceitos específicos da Nova História Cultural, José D’Assunção Barros nos aponta dois elementos importantes, concernente à representação. Primeiramente, que as representações não devem ser dissociadas das práticas, pois, é a partir desses dois conceitos que se formula a sociedade, já que as representações e as práticas se influenciam reciprocamente. Além disso, em seu texto, o autor nos demonstra que dentro do campo da Nova História Cultural, não existe objeto que fique mais claro a noção de representação ao ser trabalhado do que o livro, pois, o mesmo não só é feito a partir de representações de seu autor, mas, também é um difusor dessa representação, na medida em que ele será lido por um grupo de leitores de uma sociedade.

Uma das principais referências em História Cultural sobre a abordagem do livro é também Roger Chartier, que desenvolveu diversos textos tanto em relação às representações em livros

em si (os objetos de pesquisa analisados por ele), quanto sobre o processo histórico do livro (CHARTIER, IN: LE GOFF,1995), bem como os conceitos de “cultura escrita e a prática da leitura” (CHARTIER, 2010). Chartier nos aponta que a utilização de livros como fonte foram fundamentais para mudança nas formas de se analisar a história e perceber novas perspectivas sobre objetos de pesquisas já estudados.

O trabalho sobre os múltiplos usos dos textos impressos, começando pela leitura, abriu como privilegiado para elaboração das noções em ruptura com as mais clássicas, história das mentalidades ou da história das ideias. [...] (CHARTIER ,p.26, IN: ROCHA,2013A).

No Brasil, uma das principais referências entre a relação e a abordagem do livro através do conceito de representação em História Cultural é Sandra Pesavento, pois, além de seu livro *História e História Cultural* (PESAVENTO,2012), a mesma trabalhou a noção de Literatura e representação para compreender o urbano em o seu livro, *O Imaginário da Cidade*:

Nossa intenção é trabalhar a cidade a partir de suas representações, mais especialmente as representações literárias construídas sobre a cidade. Tal procedimento implica pensar a literatura como uma leitura específica do urbano, capaz de conferir sentidos e resgatar sensibilidades aos cenários citadinos, às suas ruas e formas arquitetônicas, aos seus personagens e à sociabilidade que nesse espaço têm lugar. (PESAVENTO,2002,10).

A partir disso, entendendo a literatura como um objeto da História Cultural é importante ressaltar que, como toda fonte histórica, a mesma possui também um trato metodológico específico, como nos mostra Chartier:

O sentido de um texto, seja ele canônico ou sem qualidades, depende das formas através das quais é realizada a leitura, dos dispositivos específicos à materialidade da escrita, por exemplo, os objetos impressos, o formato do livro, a construção da página, a repartição de um texto, a presença ou não de imagens, as convenções tipográficas e a pontuação. (CHARTIER, p. 250, IN: ROCHA, 2013B).

Ou seja, é importante considerar que uma obra literária não é só uma relação de interesse entre o autor e seu público leitor, mas, que existem outros fatores que afetam a forma que o texto final é divulgado. Starobinski nos traz um exemplo disso: “Quantas vezes a morte, a intervenção de um editor póstumo (que trabalha sobre muitos rascunhos) impõem uma forma arbitrária a uma expansão inacabada” (STAROBINSKI, 134, IN: LE GOFF, 1995). Logo, em uma obra é preciso levar em conta os diversos fatores de sua produção, desde quem é o autor, suas influências e interesses, até os fatores externos como o público alvo e o processo de edição do livro.

Outro fator importante a ser destacado é a contribuição de Antonio Candido, que nos demonstra que uma obra literária não pode ser estudada dissociada da sociedade na qual ela foi produzida, não só pelo o livro difundir um discurso ou exprimir valores da realidade na qual ele pertence, “mas [também] como elemento que desempenha um certo papel na constituição da es-

trutura” (CANDIDO, 2011, 14), contribuindo assim para formação do texto, ou seja, a relação entre literatura e sociedade não se encontra só na difusão da obra, mas também na contribuição interna do texto, pois podemos citar diversos fatores como a censura, o mercado, ou até mesmo o público alvo, que faz o autor escrever ou suprimir ideias de seu texto.

Apesar de não ser o objetivo desse texto aprofundar a noção metodológica de como se trabalhar com o documento literário, buscamos aqui apontar algumas diretrizes do mesmo, no intuito de exemplificar como podemos trabalhar este documento e suas peculiaridades para compreender melhor essa abordagem da História Cultural.

A partir dessa discussão e entendendo que esse livro visa homenagear os dez anos do Mestrado Acadêmico em História e Culturas (MAHIS/UECE), acreditando ser importante citar alguns trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento de estudos literários através da História Cultural ao longo da existência do respectivo programa.

O primeiro deles é a dissertação da Ariane Araújo, que visa levantar parâmetros de discussão acerca do intelectual e escritor Raimundo Antônio Rocha Lima, focando principalmente em seus escritos que foram publicados na obra póstuma *Crítica e Literatura (1878)*. Nesse trabalho a autora busca ter como:

[...]problemática central part[ir] da premissa de que a escrita de Rocha Lima, denominada aqui como palavra-ação - meio/instrumento/prática sensível de atuar, interferir e transformar a realidade vivida -, define o ideal de formação dos cidadãos enquanto seres comprometidos com uma sociedade solidária e que juntos poderiam constituir a Acrópole Ideal (ARAÚJO, 2013, p.09).

Para elaborar este trabalho Ariane Araújo utilizou diversas fontes (jornais, relatórios, livros de memorialistas do período, dicionários, inventário...), além do livro citado, para compreender como a sociedade que ele viveu o influenciou e como ele atuava na mesma, através de agremiações como a Academia Francesa. Desta feita, esse trabalho contribui para o campo da História Cultural, pois, Ariane Araújo consegue perceber a relação entre literatura e sociedade através de uma obra, a qual foi abordada anteriormente.

O segundo exemplo de referência que podemos citar como fruto do Mestrado Acadêmico em História e Culturas (MAHIS) é o trabalho da Rafaela Lima, que produziu uma dissertação acerca da produção e recepção de obras literárias na década de 1890 em Fortaleza (CE). Para isso, a autora buscou entender o desenvolvimento das Práticas Letradas, da produção livreira, das temáticas abordadas pelos autores e da formação de redes de sociabilidade no campo literário, relacionando esses fatores ao contexto de inserção no “processo civilizador capitalista” (LIMA, 2014) que a cidade passava.

Para desenvolver esse trabalho, a autora buscou utilizar “os preceitos da pesquisa histórica fundamentada nos referenciais da História Cultural, mais precisamente pelo viés da História do Livro” (LIMA, 2014, p.09), demonstrando também que a literatura pode trazer novos parâmetros de uma sociedade, tonando sua abordagem inovadora.

Por último, ainda com relação a Mestrado Acadêmico em História e Culturas (MAHIS), através da linha de pesquisa Práticas Urbanas, vem se desenvolvendo um projeto de pesquisa denominado de “Capitalismo e Civilização nas Cidades do Ceará (1860-1930)”<sup>89</sup>, no qual dentre seus eixos temáticos, se encontra

---

89 O projeto é uma parceria entre o Mestrado Acadêmico em História e a Pós Graduação em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC- RS), através do Edital Casadinho/Procad aprovado na chamada Publicada MCT/CNPq/MEC/CAPES - Transversal n 06/2011 - processo: 552714/2011-9 . Esse projeto possui cinco eixos te-

o de “Práticas Letradas e Urbanidades” que coletou fontes nas cinco principais cidades do Ceará no período (Fortaleza, Crato, Sobral, Quixadá, Aracatí), buscando identificar as formas dessas práticas de letramento (gabinetes de leitura, agremiações...), seus integrantes (médicos, farmacêuticos, caixeiros...) ou até mesmo as formas de intervenção social através de escritos (jornais, livros, pasquins...), percebendo assim, não só o fomento da produção literária do período, mas como a mesma se relacionou com as transformações na qual o Estado estava passando, inserido-se assim em um “processo civilizador capitalista” (CARDOSO, 2014).

Esse projeto, que no ano de 2015 se encontra em fase de conclusão, conta com diversos integrantes (professores, discentes de mestrado e bolsistas de iniciação científica) que voltaram suas pesquisas para essa temática, e rendeu diversas monografias e dissertações, além de coletâneas de artigos sobre cada eixo temático que será publicada após a conclusão da pesquisa.

Portanto, esse projeto, que contou com nossa participação, visa trazer também mais uma contribuição do Mestrado Acadêmico em História e Culturas em seus dez anos para a História Cultural, percebendo não só como essa sociedade contribuiu para a Literatura, mas, a atuação da mesma na sociedade, trazendo assim novos objetos e novas abordagens.

## **A IDEALIZAÇÃO DE UMA CIVILIZAÇÃO NO LIVRO *O REINO DE KIATO* DE RODOLFO TEÓFILO**

Buscando exemplificar a teoria trabalhada no tópico anterior, aprofundaremos a obra *O Reino de Kiato* de Rodolfo Teófilo, porém assim como discorrido anteriormente, é preciso ana-

---

máticos: Práticas Letradas, coordenado pelo Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso; Hábitos e Costumes, coordenado pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva; Governamentalidade e Controle Social; , coordenado pelo Prof. Dr. Erick Assis de Araújo; Produção e Consumo, coordenado pelo Prof. Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas; Movimentos Sociais, coordenado pelo Prof. Dr. Samuel Cavalheira de Maupeou.

lisar alguns aspectos que estão para além da escrita do autor. Para isso, é importante caracterizar o contexto da cidade de Fortaleza na qual essa obra se insere.

Segundo Sebastião Ponte (PONTE, 2001), a capital cearense passou entre os anos de 1860 a 1930 por um processo de remodelação urbana, esse processo ocorreu por diversos motivos, principalmente dois: o aumento da procura do mercado internacional pelo algodão cearense ocasionando um acúmulo de capital<sup>90</sup>; o interesse das elites locais em se espelhar nas grandes “civilizações” europeias, no intuito de trazer seus costumes e práticas para o Ceará.

Com a soma desses fatores, o Ceará passou a se inserir em um processo que almejava tornar o estado civilizado, na qual se implementou uma série de discursos e práticas que ocasionaram essas transformações.

Em Fortaleza, capital do Ceará, assistiu-se também, a partir mesmo da segunda metade do século XIX e com mais intensidade durante a Primeira República (1889-1930), a semelhantes tentativas de *regeneração urbana*. Problematizando a existência, na cidade, de faltas, desvios e perigos naturais e sociais que comprometiam uma apreendida necessidade de torná-la um centro desenvolvido e civilizado, um movimento considerável de discursos e práticas emergiu e procurou [...] ordenar seu espaço e disciplinar sua população. (PONTE, 2001: 17)

---

90 Essa procura foi ocasionada pelo o fato que o maior exportador de algodão do período, os EUA, se encontrava em uma guerra civil o que baixou sua produção e obrigou países como a Inglaterra a importar de outros lugares.

Percebemos então que essa capital estava em um processo de transformação. Para exemplificar que tipos de transformações foram essas, podemos destacar algumas relacionadas aos setores de transporte, ensino ou cultural.

Em fins do século XIX e início do século XX (1880-1926), Fortaleza recebeu vários serviços urbanos como o de transporte coletivo – bondes puxados a burro – caixas postais, além da instalação de cursos superiores de Direito, Farmácia, Odontologia, e Agronomia. Também nessa época é instalado o primeiro cinema da cidade (1907) e o Teatro José de Alencar (1910). (SILVA, 1992: 27)

Além disso, ao se tratar de uma remodelação urbana é importante destacar que os principais pontos de sociabilidade de Fortaleza passaram por transformações, como destaca Waldy Sombra:

Pretensiosamente, vaidosa, a cidade [Fortaleza] de 48.369 habitantes [em 1900] começava a exibir sinais de modernidade com a construção de outras praças [além da Praça da Sé e a Praça do Ferreira], como a Marquês de Herval, a General Tibúrcio, a do Passeio Público e de Pelotas. Erguiam-se solares e palacetes e sobrados onde se escondiam políticos e ricos. Trecho das ruas Major Facundo [...] eram pavimentados de “cearalepípedos”, [...]. Por influência da “belle époque”, os estabelecimentos comerciais iam ganhando intitulação Francesa [...]. (SOMBRA, 1998: 15)

Porém, assim como foi discorrido no tópico anterior através das reflexões de Roger Chartier, sabemos que os discursos e práticas nada mais são do que imposições de uma visão de realidade através de representações. Assim, apesar de muitas fontes como os jornais, livros de memorialistas ou até mesmo fontes oficiais buscarem exaltar essa modernidade, existiam outros grupos que buscavam ir contra essa visão, demonstrando que, apesar das transformações ocorridas, existiam muita desigualdade, miséria e grande parte da população não era favorecida por essas mudanças.

Sebastião Ponte nos mostra que nesse período, um dos principais setores visados por essa remodelação urbana era a saúde, principalmente no campo do discurso, visando fazer mudanças sanitárias e higienistas na cidade. Porém, a prática desse período era bem diferente, pois na segunda metade do século XIX, o governo apenas “administrava a precariedade” (BARBOSA, 2002), pois o mesmo ao invés de prevenir surtos epidêmicos, principalmente a varíola, que já eram previsíveis durante as secas, apenas remediava a situação quando o caos já estava instaurado. Para entender melhor esse setor, podemos nos referir a Georgina Gadelha que demonstra em seu trabalho que até o final do século XIX existiam poucas medidas de prevenção as doenças:

Até o final do século XIX, a medicina no Ceará era incipiente e limitada, cabendo à Câmara Municipal a responsabilidade pela saúde pública. O *médico da pobreza* era o responsável imediato pela saúde da população e tinha as funções de fiscalizar, inspecionar e atuar na Clínica da Pobreza. “Tais serviços eram o que se podia denominar de Saúde Pública por todo o século XIX no Ceará e em Fortaleza”. Os Distritos Sanitários e as Enfermarias Provisórias eram monta-

dos apenas nos períodos de epidemias. O auxílio, por parte do poder público, complementava-se através da distribuição de medicamentos à população doente. (GADELHA, 2007: 143).

Portanto, voltamos a citar o conceito de representação trabalhado no tópico anterior, na qual, por mais que existissem vários grupos que buscavam firmar uma visão de mundo que o Ceará estava em pleno progresso civilizacional, essa visão nem sempre era a realidade, mas, uma representação por um grupo que tinha seus interesses. Porém, existiam outras pessoas que tinham interesses contrários, que buscaram, principalmente em jornais e livros de memória, criticar e tentar mostrar outra realidade, também representada a partir da visão deles, mas diferente da primeira. Esses grupos e indivíduos que buscavam atuar através dos relatos para demonstrar sua visão eram principalmente os intelectuais, que no período formaram diversas agremiações para discutir, opinar, cobrar e intervir nas transformações que a capital cearense passava através de periódicos fundados por eles. Abaixo, podemos ver algumas dessas agremiações e seus interesses:

Academia Francesa, fundada em 1871. (...). Chegaram a publicar o jornal maçônico *Fraternidade*. O grupo combatia, principalmente, os ideais católicos e pregava o progresso, a tecnologia e a ciência como fomentadores do desenvolvimento industrial e da civilização. (...) Em 1880, sob a direção de Thomaz Pompeu, João Lopes e J. Barcelos criou-se a folha política *Gazeta do Norte* (1880/1889). Posteriormente surgiu o jornal abolicionista *O Libertador* (1881/1889). Passado esse período,

João Lopes assume sua coordenação e reúne nomes da intelectualidade cearense para contribuir em suas páginas. O jornal rapidamente se difundiu. O grupo fundou *O Clube Literário*, local onde se reuniam para debater suas ideias. Desse lugar, saiu a revista *A Quinzena* (1887/1888). Durante a presidência de Caio Prado, o grupo se desfez, rejeitando a ideia de cooptação política aos ideais do presidente. A liberdade de expressão deixava de assumir sua totalidade. Em 1887 foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. Em 1892, surgiu a “Padaria Espiritual” que congregava intelectuais de várias partes do país ao redor da literatura. Seu jornal *O Pão* e tinha a função de alimentar o espírito dos membros e associados. Seguidamente se fundam o *Centro Literário* (1894) e a *Academia Cearense* (1894). (GADELHA, 2007: 76-77).

Dentre esses intelectuais, podemos inserir Rodolfo Marcos Teófilo, que participou de três das agremiações literárias supracitadas (*Clube Literário*, *Padaria Espiritual* e *Centro Literário*), além de ser o autor da obra que iremos trabalhar e que, por sua vez, teve um importante papel para o Ceará.

Sua atuação mais relevante no Ceará começa a partir de 1877, após se formar em Farmácia na Bahia e se estende até 1932, com a sua morte. Assim, como os diversos intelectuais do período, ele atuou em diversas áreas, porém existem três na qual ele firmou o seu nome na história do Ceará.

A primeira delas foi no campo letrado, na qual publicou 28 obras, sendo uma póstuma, abordando assuntos como, as secas, as doenças, e a política. Teófilo se destacou no gênero

naturalismo, tendo importantes obras como *A Fome* (1890) (ALMEIDA, 2007). Além disso, participou de diversas agremiações, assim como nos mostra Waldy Sombra:

Inserindo-se ativamente no grupo de intelectuais-pensadores, críticos, prosadores, poetas - no fim do século passado [XIX], participou de suas principais agremiações e ajudou a dinamizá-las com produções de reconhecido valor. Assim é que o vemos no Clube Literário, na Padaria Espiritual no Centro Literário e na Academia Cearense de Letras (SOMBRA, 1999, p.94).

A segunda área de atuação importante para se compreender Rodolfo Teófilo é no campo da política, pois, apesar de nunca ter ocupado um cargo público, o mesmo teve uma importante “militância” (NETO, 2006) no Ceará. Além de escrever diversas obras que criticam as gestões estaduais cearenses, demonstrando os seus erros e as consequências negativas desse para o Ceará, Rodolfo Teófilo foi o principal opositor da Oligarquia Aciolina<sup>91</sup>, a qual foi deposta por uma revolta popular em 1912. Waldy Sombra nos mostra que Teófilo teve uma importante participação no movimento de deposição, pois ele “[...] através das ações e do trabalho jornalístico e histórico, mais deve ter influenciado na formação da opinião pública contra [...]” (SOMBRA, 1998) a oligarquia aciolina.

Por último, podemos destacar a mais importante área de atuação desse farmacêutico: a saúde pública. Ao regressar a Fortaleza, em 1877, Teófilo não se limitou em sua escrita, mas, promoveu diversas ações para amenizar as diversas crises epidêmicas

---

91 A oligarquia Aciolina, foi um governo liderado por Antônio Pinto Nogueira Acioli, na qual seu domínio iniciou em 1896 e foi derrubado em 1912 por uma revolta popular. Para mais informações conferir: (ANDRADE, 1994)

de seu período. Entre elas, podemos destacar o fornecimento de utensílios para postos de atendimento durante a seca de 1877; a criação e a doação para diversos municípios do interior do Ceará de antídoto contra o veneno de cobra cascavel, na qual estava havendo um surto relevante dos casos de morte por esse animal no interior; a fundação da Liga Cearense Contra o Alcoolismo; e até sua atuação no combate as secas, na qual prestava atendimento aos flagelados que se encontravam na capital.

No entanto, o que de fato consagrou esse intelectual foi o título de “Varão Benemérito da Pátria” concedido pelo o Congresso Nacional, por ter criado uma vacina contra a varíola e ter promovido de forma voluntária, gratuita e sem o apoio do governo a vacinação contra essa doença através de três formas: vacinava as pessoas em sua residência disponibilizando horários de atendimento; vacinava de forma domiciliar a população, chegando até ir à periferia da cidade, tentando convencer a ser vacinada a população menos favorecida; doando para colegas da área de saúde, ou até mesmo para as câmaras municipais, doses de sua vacina para ser promovida a vacinação no interior do estado. Assim, o farmacêutico recebeu esse título, pois conseguiu extinguir a varíola por alguns anos na capital e diminuir os casos da enfermidade no interior, como nos mostra o próprio relatório do governo estadual de 1915.

Era de esperar, pois que moléstia epidêmicas se manifestassem logo. Até agora, porém, nenhuma foi constatada, nem mesmo a variola, graças ao benemérito cearense, senhor Rodolpho Theophilo que, a expensas suas, mantém um laboratório vaccinico em grande actividade e faz da vaccinação um verdadeiro apostolado (Mensagem do Presidente do Estado do Ceará, 1915: 16).

Após discorrer das influências do autor, percebendo que ele possuiu uma forte intervenção intelectual nos campos da saúde, política e literatura, podemos aprofundar a análise sobre o romance de sua autoria, *O Reino de Kiato*. Trata-se de um texto literário em que o autor idealiza um reino, que através de seu governo superou todos os males da humanidade, principalmente na saúde, tornando-se plenamente “civilizado”. Nesta obra, encontram-se relacionados os três campos supracitados, o que nos leva entender que o autor se reportava ao contexto de transformações que ele estava inserido na capital cearense, conforme apresentado anteriormente, no que compete aos interesses das elites urbanas locais (administradores, intelectuais, comerciantes, médicos, urbanistas entre outros) promoverem um “processo civilizador” em Fortaleza. Buscando compreender mais essa obra, podemos citar Waldy Sombra que tentou resumir a ideia central do livro na seguinte afirmativa:

Trata-se O Reino de Kiato (No País da verdade) da narrativa mais moralizante de toda obra de Rodolfo Teófilo. Concebe o autor um reino em que os seus habitantes, livres do álcool, das doenças sexuais transmissíveis e do fumo, atingem a felicidade plena e absoluta. (SOMBRA, 1999, p. 217)

Na primeira página do livro, já percebemos essa intenção do autor de demonstrar o que seria o seu ideal de civilização, pois, o mesmo coloca um pequeno texto começando com a frase “mens sana in corpore sano”<sup>92</sup> (TÉOFILO, 1922A, p. 01) e trás o seguinte texto:

A fraternidade humana reinará na terra quando o homem cumprir os seus deveres e respeitar os direitos de seus se-

---

92 Frase do latim que significa: “uma mente sã num corpo sã”.

melhantes. Para que o homem cumpra os seus deveres e respeite os direitos dos outros homens é preciso que o seu corpo seja sã. Para que o homem recupere a saúde perdida no transcorrer dos séculos é preciso acabar com os três factores da degeneração do gênero humano – o álcool, a syphilis e o tabaco (Idem).

Nesse trecho o autor deixa claro que o objetivo central do livro é mostrar um reino “ficcional”, que se dedicou aos cuidados em conceber corpos sadios aos seus cidadãos, ao argumentar que a única forma dos homens respeitarem os direitos seria promover a saúde pública. Ou seja, o autor idealiza um aspecto sobre o qual ele passou boa parte da vida cobrando dos governos cearenses a atenção à saúde da população. É importante deixar claro que é um erro reduzir a obra o *Reido de Kiato* a uma simples civilização que superou esses males da humanidade, pois, como veremos a seguir, isso só foi possível por causa do tipo de governo que existia em *Kiato*. Porém, antes iremos entender o enredo da história.

O autor começa apresentando o personagem principal o Dr. John King Paterson que era cidadão dos Estados Unidos e residia em Nova York, porém, se formou em Medicina na cidade de Cambridge, na Inglaterra.

Paterson, ao voltar da Inglaterra, passou a ler sobre alquimia, se encantando pela ideia da “pedra filosofal”<sup>93</sup> e passou a fazer pesquisas nessa área, não por ter interesse na vida eterna, mas, por buscar a cura para a “nevrose”, que para ele era a doença que mais assolava as sociedades civilizadas.

---

93 Segundo conta o próprio livro, a pedra filosofal é uma lendária pedra que além de transformar vários metais em ouro, poderia fornecer um elixir que curaria as doenças e as células envelhecidas, podendo assim dar uma longa vida a quem tomasse. (TEÓFILO, 1922A)

Após vários anos de pesquisa, ele conseguiu desenvolver uma substância chamada “nevrozicida” para a cura da doença. Porém, antes de relevar o segredo de sua substância à humanidade, resolveu lucrar com ela nos EUA e após alguns meses e o sucesso ao curar diversos pacientes, ele ficou milionário.

Após isso, o Paterson resolveu ir para Londres para poder lucrar mais na Europa, porém, o navio que ele embarcou enfrentou uma tempestade e ficou sem comunicação, parando em uma terra desconhecida pela a humanidade. Essa era o Reino de Kiato, terra na qual os passageiros só poderiam desembarcar mediante as seguintes condições:

A todos que aportarem ao reino de Kiato faço saber que: - sendo prohibida a fabricação do alcool e de líquidos que o conttenham, como o maior factor que é da degeneração physica, e perversão moral do genero humano, é condemnado á morte todo aquelle que infringir essa lei humana e sabia; os que desembarcarem em estado de embriaguez, offendendo a sã moral dos habitantes do Reino, dando um exemplo pessimo de sua corrupção, serão presos e enviados ao navio de que são passageiros e este intimado a deixar o porto dentro de duas horas; prohibido o plantio e, ipso-facto, a manipulação e uso de fumo, causa que é graves desordens organicas que encurtam a vida, serão presos e deportados os que clandestinamente procurarem restaurar o uso e o plantio do fumo em Kiato; é prohibido o desembarque em todos os portos do Reino aos doentes de molestias contagiosas. (TEÓFILO, 1922A: 23).

Nesse trecho já possível perceber porque Kiato, na visão do autor, superou os males da humanidade, pois, como constatamos acima, o reino tinha um regulamento com penas extremamente severas para aqueles que descumprissem. Além de pena de morte e deportação para aqueles que usassem ou trouxessem drogas ilícitas para o reino, era proibida a entrada de pessoas com doenças contagiosas, impedindo assim que o local entrasse em contato com esses males.

Assim como foi mostrado no tópico anterior, é importante entender qual a intenção do autor ao escrever esse livro, pois, se analisarmos a trajetória de Teófilo, ele sempre cobrou dos governos cearenses que intervissem nos costumes da população para que exercesse uma forma de controle social e pudesse guiar essa população para a civilização. Um exemplo disso é a obra *Variola e Vacinação* (1904), que o autor defende a necessidade da vacinação obrigatória<sup>94</sup> e chega demonstrar que países como a Alemanha valorizam os seus cidadãos por terem imposto a vacinação:

Foi incontestavelmente a Alemanha que melhor se aproveitou até hoje da maravilhosa descoberta de Jenner<sup>95</sup>. O governo deste grande paiz teve uma noção nítida e precisa do valor da vacina, como factor do progresso, engrandecimento de um povo, uma vez que cada cidadão valido representa uma parte da riqueza do Estado, e decretou a vaccinação obrigatória (TEÓFILO, 1997, p. 81).

Ou seja, o que o autor busca em *O Reino de Kiato* nada mais é do que idealizar o que ele cobrou dos governos cearenses

---

94 É importante lembrar que esse livro foi escrito antes da revolta da vacina em 1904.

95 Edw. Jenner foi quem desenvolveu a vacina contra variola em 1796 no condado de Gloucestershire na Inglaterra.

ao longo de sua trajetória, tentando trazer para os leitores uma possível realidade representada, caso surgisse um governo que exercesse de fato um controle social sobre a população. Além disso, é importante lembrar que ao elencar as doenças contagiosas e o álcool entre os males da humanidade, devemos ressaltar sua relação com a trajetória de Teófilo, pois, além de ter sido o “benemérito” que buscou combater doenças contagiosas como a varíola, foi um dos maiores combatentes do Ceará com relação ao alcoolismo, chegando a fundar um grupo contra esse mal.

Outro fator importante a ser destacado logo na chegada de Kiato é o conflito de realidade que passa o personagem principal, como é destacado logo no início do livro. Paterson viveu em sociedades desenvolvidas como os EUA e a Inglaterra, porém, ao chegar em Kitato, se deparou com outra realidade, uma nação bem mais desenvolvida e civilizada, demonstrando que para o autor nem mesmo as grandes civilizações europeias e americanas que influenciavam as transformações pelas quais o Ceará passava, eram tão civilizadas quanto a sua idealização, Kiato. Prova disso é que, ao desembarcar, Paterson teve que abrir mão do tabaco e do álcool, ou seja, demonstrando que ele, mesmo sendo fruto dessas civilizações não se igualava aos cidadãos de Kiato. Entre outros aspectos, o autor relata o impacto causado pelo o personagem ao desembarcar no reino:

Era original tudo quanto ia vendo. As ruas eram todas de construções elegantes, isoladas por jardins. De mil em mil metros uma praça arborizada de plantas [...]. Paterson parou, impressionado pelas cores vivas das corolas e pelo suavíssimo perfume que dellas se evolvava. Havia ali flores que não conhecia. O viço dos vegetaes estava de perfeito

acordo com o vigor dos homens. [...] Andava e parava, estupefacto com as maravilhas que seus olhos iam vendo. Tudo ali era diferente e superior ás outras agremiações humanas que conhecia. Os transeuntes que ia encontrando obrigava-os a parar para contemplal-os exemplares perfeitos de virilidade, de força, de saude. O seu traje era modesto e de perfeito accordo com os preceitos da hygiene. (TEÓFILO, 1922A, p.25-26)

No trecho acima fica claro que o autor busca demonstrar que o reino era superior as civilizações conhecidas por Parteson, porém o autor compara e aprofunda aspectos mais específicos para deixar claro essa superioridade:

A vestimenta das mulheres, que em todos os paizes pecca pelo exagero, pelo descaso da saude, pela infracção ás leis do pudor, da decência mesmo, ali era moldada nos mais sãos princípios da hygiene e da moral. Bellas mulheres, mais bellas do que as inglezas quando bellas e novas. Que elegância no porte, que modéstia no vestir!... Nellas não havia os artificios da moda: apresentavam-se como eram. As faces coradas não de arrebique, mas do carmim da saude. A vida via-se nellas esporcar por todos os poros da carnação sadia. O busto conservava-se erecto, em perfeita elegância, não obedecendo o porte á constricção do espartilho, cujo o uso havia sido codemnado como nocivo a saúde. Que o usasse pagaria pesada

multa e, na reincidência, a pena de prisão por cinco annos.[...] Grande foi sua admiração quando as viu, senhoras solteiras e casadas, usando sapatos de tacão baixo como o dos homens. Este uso havia sido imposto por uma lei que punia com grande multa o sapateiro que fizesse o calçado de tacão alto. (TEÓFILO, 1922A, p.26.)

Levando em conta o que foi considerado anteriormente, podemos afirmar que a representação que o autor busca demonstrar não é de um reino desenvolvido por ter dado a atenção aos aspectos principalmente da saúde, mas, de um reino que impôs normas à sua população como uma forma de controle de conduta. Com isso, o governo de Kiato permitiu que atingissem todos os parâmetros do progresso, da saúde e da felicidade. Relacionando a trajetória do autor, com o contexto e com a escrita da obra, podemos perceber quais os interesses por trás de se representar um reino como o de Kiato.

Ao discorrermos do contexto, percebemos que Fortaleza, cidade na qual o autor não só viveu, mas, também na qual escreveu e possuía seu público leitor alvo, a capital cearense passava por um processo de transformações e debates para tentar tornar essa cidade civilizada. De igual modo, ao entender que esse autor discordou, criticou, bem como, entrou em litígio por diversas vezes com as gestões estaduais, principalmente, por elas não darem atenção a sua população, percebemos que o autor na verdade está tentando legitimar sua representação de governo que poderia levar uma população a civilização. Um governo como Kitato combatia e prevenia desde vícios e doenças e até regulamentava costumes como a maneira de se vestir, dando a atenção não para a beleza e moda, mas a saúde. Além disso, o autor mostra que justamente

por estarem em plena saúde, os cidadãos de Kiato possuíam uma beleza maior e corpos mais em forma do que as outras civilizações, justamente por terem corpos livres de doenças ou qualquer vício que assolava a humanidade.

O principal segredo de Kiato era a preocupação com a higiene e saúde, pois, em todos os locais, inclusive nos hotéis para estrangeiros, existiam expostos para serem lidos regulamentos que traziam norma de conduta para que fosse respeitada a higiene e saúde da cidade.

Outro aspecto importante do reino era o papel da imprensa, na qual o autor discorre demonstrando que o personagem principal ficou pasmo da tamanha erudição dos autores. Porém, o que mais lhe impressionou é que os artigos eram voltados para assuntos que advertiam para os males que poderiam ser causados na população. Nesses jornais, autores demonstravam os problemas e consequências do uso de bebidas alcoólicas e do tabaco, além de artigos alertando a população sobre a sífilis.

Ao longo da obra, o autor desenvolve sua idealização, demonstrando que Kiato: cultuava em estátuas e monumentos os cientistas ao invés de heróis de guerra; investia em criação de atendimento a saúde como hospitais e asilos mesmo não existindo doentes; tinha sua instrução pública voltada para cuidados importantes, como o corpo e a história das descobertas das doenças e curas.

A consequência dessa vida regrada e salubre é que, segundo o personagem em Kiato, a morte era rara, pois os kiatenses vivam muitos anos, já que possuíam aparência jovial e não contraíam doenças.

O autor demonstra que os kiatenses estavam tão acostumados com a presença do Estado regulamentando que não eram necessários funcionários para fiscalizar os diversos órgãos públicos como escolas e bibliotecas, pois, sabia-se que as normas eram

obedecidas. O autor discorre que Paterson chegou a visitar durante o dia uma biblioteca que se encontrava vazia, apenas com as normas nas paredes indicando como manusear os livros, porém depois ele descobriu que os kiatenses frequentam a biblioteca a noite que é para não atrapalhar o trabalho.

Uma parte importante a ser destacada é quando o enredo busca esclarecer para o leitor a origem de Kiato. O livro conta que o rei Pantaleão I que era alcoólatra, um dia embriagado matou sua filha, pensando ser um espírito. Após acordar sóbrio, se sentiu culpado e resolveu promover uma reforma em seu reino acabando com aquele mal, porém posteriormente o mesmo resolveu acabar com todos os males que existam naquele reino. Para isso, o rei precisou dissolver o parlamento e todos que eram contra sua reforma, o que ocasionou em uma guerra civil, porém tendo a vitória do rei. Após isso, ele e posteriormente os seus sucessores iniciaram uma reforma principalmente no âmbito das leis e da saúde, isolando os doentes e punindo aqueles que colocassem em risco a saúde física e moral de Kiato.

Novamente relacionamos a ideia que é representada nessa obra com a experiência de Rodolfo Teófilo, pois apesar de ter sido crítico durante o período do império, o mesmo era um defensor da monarquia e criticava bastante o regime republicado. Para Teófilo, D. Pedro II havia sido um dos melhores políticos que ele havia conhecido e por isso tinha uma afeição ao monarca.

Foi D. Pedro II, nosso grande amigo, quem encurtou com léguas a estrada da fome, encampando a Estrada de Ferro a Baturité em 1877; a elle é que se deve os retirantes não chegarem em via de morrer. É bom lembrar sempre esse favor do monarcha, que a nossa ingratidão desthronou e banuiu. A nos-

sa ingratidão é modo de dizer, pois a indisciplina das classes armadas foi que destronou o imperador (TEÓFILO, 1922B, p. 28).

Logo, em uma obra como *O Reino de Kiato*, o governante que levaria a população ao progresso seria um monarca, na visão de Teófilo, pois ao longo de sua trajetória, ele sempre demonstrou que a República havia sido um atraso para o Brasil. Assim, só um imperador forte, poderia concentrar o poder em suas mãos e impor uma reforma radical assim como feita em Kiato.

Ao longo da história é mostrado que o navio de Paterson é consertado e um dos viajantes é flagrado bêbado, o que por lei obrigou o navio e seus passageiros a saírem de Kiato em poucos dias. O personagem principal ao se encantar com Kiato, pensa em soluções para ficar, como se casar com uma Kiatense, porém descobre que isso era proibido por lei, e com isso resolveu conhecer o reino durante o tempo que restou.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi debatido nesse artigo, percebemos que a História Cultural trouxe uma nova abordagem para história. Dentre essa abordagem, aprofundamos a noção de representação e a metodologia de se trabalhar com fontes literárias.

Buscamos também a compreensão desse campo na obra de Rodolfo Teófilo, contextualizando esse escrito e seu autor. Dessa forma, percebemos que o farmacêutico buscou idealizar um reino totalmente civilizado, mas, entendendo que no período se debatia um modelo de civilização para Fortaleza. Concluímos, portanto, que o autor buscou representar o seu modelo de progresso, como uma forma legitimar seus discursos e práticas no período acerca do governo e seu papel perante a população.

Por fim, percebemos através do conceito de representação que de fato Teófilo primou por legitimar o seu discurso através da sua obra literária, assim como demonstrado por Roger Chartier. Logo, afirmamos que o conceito de representação e a abordagem literária nos permite ter uma nova visão desses debates que ocorriam em Fortaleza, pois, não se tratava apenas dos discursos das fontes oficiais, existiam diversos mecanismos, como o livro, no qual os intelectuais recorriam para demonstrar sua opinião, ou representa a realidade forma que achavam correto.

## FONTES

Mensagem do Presidente do Estado do Ceará. 1915

TEÓFILO, Rodolfo. **O Reino de Kiato**: no país da verdade. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1922A.

\_\_\_\_\_. **A Seca de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922B.

\_\_\_\_\_. **Variola e Vacinação no Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (Edição fac-símile).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. **A Fome, um romance do naturalismo**. 2007. 110f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza-CE, 2007.

ANDRADE, João Mendes de. A Oligarquia aciolina e a Política dos Presidentes de Províncias. In SOUZA, Simone (coord.) **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

ARAÚJO, Ariane. **“O gladiador do pensamento e a palavra-ação” a acrópole ideal nos escritos de Raimundo Antonio da Rocha Lima**

(1874-1878). Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

BARBOSA, Francisco. **Caminhos da cura: as experiências dos moradores de Fortaleza com a saúde e a doença**. Tese (Doutorado em história social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

BARROS, José D’Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, v.12, n. 16. 2011.

BURKE, Peter. **Variiedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARDOSO, Ciro F. e MALERBA, Jurandir (Orgs.). Representações. Contribuição a um Debate Transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CARDOSO, Gleudson Passos. “Práticas Letradas e Urbanidades em Fortaleza. Capitalismo, Civilização e Tradução Cultural (1873 - 1919)” IN: **Anais do XIX Encontro Estadual de História do Ceará-ANPUH**, 2014.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São. Paulo, v.5, n.11, 1991.

\_\_\_\_\_; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

\_\_\_\_\_. Escutar os mortos com os olhos. **Revistas USP**. v. 24, n. 69 . 2010.

\_\_\_\_\_. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In: ROCHA, João (org). **Roger Chartier - A força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2013A.

\_\_\_\_\_. Aula inaugural do Collège de France. In: ROCHA, João (org). **Roger Chartier - A força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2013B.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976); tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes. Coleção tópicos, 2008.

GADELHA, Georgina. **Sob o signo da distinção: formação e atuação da elite médica cearense (1913-1928)**. Tese (Doutorado em história das ciências e da saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

HUNT, Lynn (org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIMA, Rafaela. **Os livros na Fortaleza oitocentista: edição e recepção das obras literárias locais (1890-1900)**. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

NETO, Isac Ferreira do Vale. **Batalhas da Memória: a escrita militante de Rodolfo Teófilo**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Dissertação de Mestrado em História Social. 2006.

PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

SILVA, José Borachiello da. **Quando os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza, Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SOMBRA, Waldy. **A Guerra dos Panfletos:** Maloqueiros versus Cafin-fins. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1998.

\_\_\_\_\_. **Rodolfo Teófilo:** o varão benemérito da pátria. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1999.

STAROBINSKI, Jean. A literatura. IN: IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

# O PODER DE POLÍCIA: IDEIAS, AÇÕES E DISCUSSÕES NO CENÁRIO POLICIAL DO BRASIL (1916 – 1918)

Francisco Adilson Lopes da Silva<sup>96</sup>

Marco Aurélio Ferreira da Silva<sup>97</sup>

A História Cultural coloca para o nosso ofício a preocupação de se compreender a existência humana através do âmbito da cultura, porém, como esclareceu Pesavento (2013), não no sentido de trilhar e empreender uma História do Pensamento ou Intelectual. Nem muito menos de que esta se explica por si só. Ela deve ser entendida como uma perspectiva de análise onde a cultura é vista como um complexo de significados construídos pela humanidade para elucidar o mundo. Nesse sentido se destaca Clifford Geertz (1989) ao definir a cultura como uma teia de significados tecida pelos homens.

Sabemos dos questionamentos que circulam tal perspectiva, como o conflito entre os conceitos de prática e de representação evidenciado na obra de Roger Chartier (2002). Entendemos que essa contenda não é somente da História Cultural, visto que, esse dualismo é tão antigo quanto à própria Grécia, pois essa discussão também está em Platão e Aristóteles, respectivamente,

---

96 Mestre em História pelo Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas (GPPUR). E-mail: asilvalopes@hotmail.com

97 Professor Dr. do curso de História e do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Práticas Urbanas (GPPUR). E-mail: marco.silva@uece.br

entre o mundo das ideias e o mundo da experiência. Entretanto, não é nosso objetivo aqui enveredarmos por essas questões, pois o que nos interessa é que ela traz a possibilidade de estudarmos as ideias no nosso domínio, independente do que seja considerado de cultura erudita ou popular, posto que, as fronteiras não são tão fixas como antes se presumia.

No estudo sobre história das ideias, Angela Alonso demonstrou que os termos são construções históricas e políticas, inseridos num contexto que os dar sentidos, pois ‘ideias nunca são totalmente separáveis de seu enraizamento em instituições, práticas e relações sociais’ (ALONSO, 2002, p. 33). Michel de Certeau evidenciou, no mesmo sentido, que “em história, todo sistema de pensamento está referido a ‘lugares’ sociais, econômicos, culturais, etc.” (CERTEAU, 1982, p. 66) sendo imprescindível para uma análise de sociedade a articulação da história com o lugar.

Em *O Pensamento Europeu Moderno*, Baumer (1977) pergunta como podemos fazer história sem menção às ideias e às ideologias? Questionamento pertinente, posto que, segundo o autor, a história das ideias procura ir além do pensamento privado, ou seja, procura atingir o pensamento público o que ele chamou de “estados de espírito coletivos” de determinada cultura. Assim, questionamos quais as ideias de polícia que circulavam no início do século XX no Brasil? Qual a relação da polícia com a cultura nesse momento?

Assim, construímos a nossa discussão sobre a polícia, não no sentido de empreender uma história do pensamento policial, mas sim de compreender através de algumas ideias que tocavam a instituição como se ansiava por mudanças na sua composição. Principalmente por meio do que se entendia por polícia. O período em análise foi significativo para o intento, pois no ano de 1917 aconteceu a *Confêrencia Judiciária-Policial* trazendo uma discussão que permite pensarmos em termos de Brasil. Nesse

cenário destacamos os chefes de polícia do Rio de Janeiro e do Ceará, respectivamente, Aurelino Leal e Torres Câmara. Nesse recorte ambos atuaram nos cargos como comungavam por mudanças na corporação brasileira. Tal aproximação fica evidenciada com a polícia inglesa, pois eles estimavam esta enquanto modelo.

Dividimos o artigo em dois momentos. Primeiramente demonstramos a possibilidade de analisar a polícia enquanto objeto de pesquisa por meio da perspectiva cultural. Em seguida tratamos das ideias de polícia que circulavam em terras brasileiras no início do século XX.

## POLÍCIA INSTRUMENTO DA CULTURA

*Si, pois, o momento não permittir a montagem de um apparelho mais moderno e mais em condições de corresponder á cultura da cidade, esperemos dias melhores.  
Aurelino Leal (Policia e poder de policia)*

Já não nos é estranho dizer que a História Cultural está situada numa historiografia que mudou sua perspectiva, trazendo para a história novas abordagens, novos objetos e problemas, bem como a ampliação do conceito de documento que utilizamos como fonte, além de aproximar a nossa área para diálogos com outros campos do conhecimento, ressaltando a interdisciplinaridade no fazer historiográfico. Esse processo de mudanças vinha se fortalecendo desde os *Annales*, onde, como evidenciou Burke (1991), a história de todas as ações humanas, e não apenas a história política, passou a ser objeto de estudo da história.

Consequentemente, encontramos espaço para problematizar a polícia pelo âmbito da cultura. Visto que alguns trabalhos destacam mais o social, apesar de compreendermos que nem um

nem outro estão separados de forma incomunicável. Propositivamente, iniciamos o tópico com uma passagem de Aurelino Leal (1918), pois ela faz menção evidente a polícia, a cidade e a cultura transpassadas pela crença no moderno, que justificou intervenções na cidade e na polícia.

Ademais, não se pode negar que um ciclo de modificações se abriu na cidade. Ainda que essas modificações não tenham de todo rompido com o tradicional da velha estrutura patriarcal e rural, estavam em oposição e procuravam uma reestruturação de valores, de condutas, de hábitos e costumes cotidiano. Nessa busca elementos eram usados como instrumentos para coibir algumas práticas, por exemplo, Marco Silva (2009) demonstrou o uso do riso com o intuito de causar vergonha e embaraço em Fortaleza. A polícia já foi um meio mais direto de intervenção. Jogos proibidos, bebedeiras, prostituição eram elementos do cotidiano da cidade e da vida policial. Procurou-se silenciar tais práticas. Objetivando em transformá-las em hábitos controlados e disciplinados dentro dos padrões da vida moderna, que tinha como referência os centros industriais.

Portanto, qual seria, naquele momento, o palco para recomposição da vida dos cidadãos e onde esses atores urbanos poderiam encenar, experimentar ou pôr em prática os seus anseios e interesse?

Nesse sentido, a cultura tornou-se um ponto de vista para interpretação da realidade. Sendo, como apontou Pesavento (2013), encarada por alguns historiadores enquanto forma de expressão e tradução desta realidade de maneira simbólica. Sobre o prisma da dimensão cultural passou-se a estimar as palavras, as coisas, as ações e as pessoas, valorizando os sentidos que elas carregam na sociedade. Nesse intuito, temos um cenário com historiadores que se posicionam distintamente, como Roger Chartier (*A*

*História Cultural – entre práticas e representações*), Robert Darnton (*O grande massacre de gatos*), Michel Certeau (*A invenção do cotidiano*), Carlo Ginzburg (*O queijo e os vermes*), etc. Estes trabalham com temáticas diversas fazem história cultural um campo eclético através das palavras, dos discursos, das práticas e das imagens.

O campo de conhecimento corresponde à expansão da dimensão cultural e a ascensão do que foi chamado de “teoria cultural”. “Certas teorias culturais fizeram com que os historiadores tomassem consciência de problemas novos ou até então ignorados, e, ao mesmo tempo, criassem por sua vez novos problemas que lhes são próprios” (BURKE, 2008, p. 70). Assim, atribuiu a essa perspectiva a preocupação com a teoria, também visualizada na discussão conceitual entre prática e representação já mencionada.

Da mesma forma, ela se caracteriza pelo interesse dos pesquisadores em estudar a cidade. Daí, a história focaliza a cultura nos contextos urbanos enquanto cenário propício para reinvenções dos indivíduos. Compreendemos que não se pode analisar o indivíduo por si só, pois é necessário estudarmos o seu contexto social, ou melhor, a sociedade a qual pertence e como se configura essa relação indivíduo – sociedade em termos culturais.

Com o interesse pela cultura, a história leva os pesquisadores, assim como Thompson, interessar-se pelo que ele denominou de mediações culturais, estudando os costumes de certa sociedade, por meio de tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Evidente na sua obra *Costumes em comum* quando aborda a tradição das vendas de esposas identificando ritos culturais em tal prática.

Deste modo, apesar das críticas que tocam a História Cultural, não podemos negar a sua contribuição em relação aos métodos, conceitos e fontes; trazendo objetos que antes eram pouco estudados na história como “os chamados silêncios nos do-

mínios do político, dos ritos, das crenças, dos hábitos [e, assim] era preciso encarar novas fontes: jornais, processos criminais, registros policiais, festas” (PESAVENTO, 2004, p. 29).

Eles são aspectos que circunscrevem a vivência humana, principalmente, nos ambientes urbanos. A cidade é analisada por meio de aspectos materiais e imateriais, assim como as instituições presentes nela. Entre tantas instituições destacamos a polícia, objeto de pesquisa que permite uma análise pela perspectiva cultural, posto que, nela encontramos arcabouço teórico e metodológico que contribui para construir uma reflexão desse instrumento enquanto um elemento que elucida e caracteriza a cultura de uma dada sociedade.

No Brasil a busca por uma ordem social estabeleceu-se na repressão e perseguição, do que foi visto na época, como um perigo aos valores dos grupos dominantes que usaram a instituição policial para garantir uma ordem pretendida, pois quem estava à frente da construção do arranjo republicano eram os indivíduos que detinham o controle do aparato do “mando”, já que “o exercício do poder demanda uma forma de monopólio da força correspondente a tipologia do mando” (SAMET, 2001, p. 94) que o Estado exerceu a partir do uso da polícia.

No período em análise, a polícia era pensada a partir da prevenção e da repressão, sendo dois prismas centrais para compreensão dela. O seu poder deveria está mais focalizado nos meandros da prevenção, pois “o papel da polícia é precipuamente prevenir crimes, e no domínio da repressão, auxiliar a justiça” (LEAL, 1918, p. 24). Porém a sua ação era mais nítida na contenção de determinadas práticas. E se intensificava no combate destas em solo cidadão.

Na passagem do século XIX para o XX, apesar da existência dos conflitos como as guerras, temos um momento significativo para os espaços urbanos da sociedade ocidental. As cidades

foram marcadas por transformações urbanísticas que modificaram os seus aspectos estruturais. Nessa época tivemos alterações no modo de viver nas cidades, principalmente em decorrência da Revolução Industrial que modificou a vivência nos grandes centros urbanos como Paris, Londres e Berlim.

As mudanças procuravam promover um modelo ideal de cidade, baseada na tentativa de construção e de planejamento urbano como também de uma estrutura vigilante na cidade onde se realizava a polícia. No Brasil essa referência de cidade também fora pretendida para as capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza. Nesse processo os indivíduos abastados tentaram moldar a cidade de acordo com suas crenças, culminando, do ponto de vista valorativo, em sobrepor sua cultura em relação à da camada empobrecida.

Deste modo, se configurava e tomava forma à peleja do que pertencia ou não aos bons costumes. A polícia era instrumento essencial na contenda, longe de está livre das contradições, ela era elemento importante para estabelecer a cultura da cidade. Instrumento da cultura. Por isso, encontramos ela, como demonstra Marcos Bretas (1997) e Fonteles Neto (2005), relacionada com a prostituição, o alcoolismo, aos jogos proibidos, greves etc. Ou seja, as práticas atribuídas aos pobres nessa época. Cabendo a polícia lidar com esses assuntos no cotidiano urbano, o que nos leva a refletir sobre uma “cultura policial” voltada para a repressão que transborda para além da instituição. Ela espalha-se pela sociedade.

O Estado também usou o aparelho policial sobre os movimentos que questionavam a ordem implantada, como demonstra Henrique Samet (2001), em torno dos anarquistas<sup>98</sup> que

---

98 O anarquismo como qualquer outra corrente ideológica não é um movimento homogêneo, mas de acordo com Nicolas Walter, o anarquismo era inicialmente “uma forma de socialismo embasado na organização da classe operária, rural e urbana, trabalhando para uma revolução social e política, que repousava sobre a insurreição de massa e a destrui-

foram alvos da polícia. Acrescentados a lista de “indesejados” os anarquistas foram vistos como suspeitos “nocivos” a República, acusação que incidiu, principalmente, sobre os estrangeiros tidos como propensos as ideologias e militâncias contrárias a ordem implantada. Situação que traz a tona um embate, presente na visão de Aurelino Leal quando fala da dificuldade em puni-los: “Se a guerra embaraçou o combate a essa gente, pelos tropeços em que se encontra a polícia para expulsá-los, não há dúvida de que a legislação interior pôde remediar os males que resultam da dificuldade de puni-los” (LEAL, 1918, p.57).

A polícia era a instituição usada pelas administrações públicas como resolução dos problemas surgidos na cidade, vistos como perturbação a ordem pública. Entre as diversas situações que molestavam o cotidiano cidadão temos as greves<sup>99</sup> dos trabalhadores, que buscavam, além de conquistas trabalhistas, direcionar os movimentos contra a administração pública, seja a prefeitura ou mesmo a polícia, em protesto as cobranças de taxas e posturas abusivas.

Marcos Bretas (1997) em estudo sobre autoridade policial no Rio de Janeiro durante a primeira República conseguiu observar a partir da análise dos relatórios policiais que o uso da polícia para manutenção da ordem pública foi constante. O Autor visualizou também uma mudança de preocupação entre 1910 e 1920. Para ele,

Em vez da preocupação inicial com vadiagem e os menores abandonados, a década de 1920 presenciou o crescimento do controle policial do tráfego;

---

ção violenta do sistema existente. [...] e na qual o Estado fosse voluntariamente abolido” (WALTER, 2009, p. 6).

99 Na República “foi a ameaça da greve por parte de alguns setores do operariado do Rio que forçou o governo e reformar logo os artigos que continham a disposição antioperária (205 e 206).” (CARVALHO, 1987. p. 45).

as diversões públicas passaram a ser representadas pelo teatro e pelo cinema em vez das reuniões populares nas festas religiosas; o consumo de drogas e o medo do comunismo entre os trabalhadores tornaram-se também grandes preocupações policiais (BRETAS, 1997, p. 64).

A polícia deveria agir no mar de situações diversas, entre as que já demonstramos, a autoridade policial teve por preocupação, ao longo de todo o período recortado, conter o jogo e a prostituição. Em Fortaleza ela contou com o auxílio de jornais e de seus leitores difundindo campanha sistemática contra tais práticas atribuídas aos empobrecidos. Portando discurso em torno dos bons costumes e da moral, alguns jornais condenavam nas suas páginas esses comportamentos que foram vistos como vícios da humanidade e nocivos à cultura que se elevava no cenário.

Fortaleza, a princesa do Nordeste, cidade moralizada, de intensa vida religiosa, está ameaçada pelos dois maiores inimigos do trabalho, civilização e moral – o jogo e a prostituição.

Casas de jogo são covis imundos onde não se deixa somente as economias, mas também a honra e o carácter. Nunca em Fortaleza se observou tantas casas suspeitas e até um bar onde campeia a especulação mais torpe, de envolta com a prostituição mais atrevida e desbriada.

Para exploração de casas desse género, não devia haver permissão numa sociedade que tenha zelo pelo futuro da família.

Que beneficio póde trazer ao Estado essa industria exclusivamente do vicio e da devassidão? Prejuízo de toda sorte – é o resultado da chinfrineira em que dançam velhos, moços e crianças, com prostitutas semi-nuas e embriagadas! (O Nordeste, 8 de Agosto de 1922, s/n)

No entanto, essa vivência de cidade colocava em constante confronto cotidiano, indivíduos de origem social, étnica e cultural diferentes, pois o ímpeto urbanizador e civilizador, que ocasionou um convívio muito mais íntimo entre populações, acabou provocando também a emergência de conflitos. Assim, o encontro e o confronto de grupos sociais distintos foi inevitável. No mesmo jornal referenciado acima, encontramos os seguintes questionamentos:

E porque o governo e policia consentem na existência de taes antros de perdição? Por excesso de tolerancia e errada comprehensão do que seja liberdade de profissão? Póde ser, mas, o certo é que taes casas deveriam encontrar empecilhos ao seu desenvolvimento, como poderia ser o imposto pesado quase prohibidotivo, mas, quem sabe, talvez paguem menos que uma escola de trabalho! (idem).

Desta maneira, alguns jornais promoviam campanhas contra tais práticas. Usando até mesmo recursos como a ironia visível na passagem que “O Nordeste” questiona o pagamento do imposto desses lugares. Quando não tais práticas acabavam por serem coibidas de forma mais direta pela polícia: “A autoridade informou que, ‘cumprimento strictamente o Regulamento poli-

cial na parte referente á prostituição, entendera conveniente ao bem estar da população e á moral publica o afastamento das prostitutas dos lugares mais frequentados’.” (LEAL, 1918, p. 129).

“Bons resultados tem dado a campanha contra o jogo. Nesta capital não existe uma só rolêta, nem mais aparece qualquer jaburu ou outro, tambem do mesmo genero de rolêta, nas festas populares, tanto aqui como nas localidades próximas” (CÂMARA, 1918, p. 21). Nesse clima buscou-se construir uma polícia eficaz por meios dos discursos. Daí se edificava a polícia enquanto aparelho essencial para garantir os bons costumes, principalmente, para o desenvolvimento da sociedade. Tudo isso pautado nos discursos sobre ordem e civilização tão recorrentes no mundo ocidental nesse período.

Por isso, acreditamos ser importante compreendemos a(s) ideia(s) de polícia que circulavam no Brasil, pois a História Cultural, como já colocado anteriormente, também se preocupa com as construções em torno dos termos, visto que, eles nos remetem a certa mentalidade. Ressaltamos que quando falamos em ideia não estamos nos referindo a fazer uma análise pela História das Ideias ou Intelectual, pois sabemos das diferenças existentes entre esta perspectiva e a da cultura. “A palavra ‘cultural’ distingue-a da história intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em ideias ou sistemas de pensamento” (BURKE, 2008, p. 69). Assim, não procuramos fazer uma história do pensamento policial, mas sim refletir sobre a sociedade a partir da concepção de polícia.

A cultura ocidental fomentava ideia(s) de polícia, pois esta estava submetida à visão de mundo dos indivíduos que articulavam o poder de polícia e o representavam. Uma vez que os discursos, de acordo com Foucault (1999), constroem os objetos de que se fala, assim também podemos pensar a cultura enquanto olhares que se cruzam.

Através da ótica cultural podemos visualizar a cidade como o espaço onde a ideia de polícia se fazia presente como um imperativo. Visto que, ela foi discutida no Brasil de maneira que a colocou como elemento pertinente para compreensão da violência, do Estado, do cotidiano, da sociedade, etc. A polícia foi elemento importante da mentalidade ocidental moderna.

Trabalhamos com tal perspectiva de análise, onde valorizamos a polícia enquanto objeto de pesquisa, demonstrando ser possível o desenrolar de novos temas, como o papel da polícia na cultura e na sociedade. A articulação dela entre a ordem e a desordem. O conflito existente na não aceitação da polícia por parte de alguns indivíduos. Enfim, vários pontos atrelados a polícia podem ser interpretados através da cultura.

## REVISÕES ACERCA DA POLÍCIA

*A mim me interessa renovar aqui o registro, inúmeras vezes feito de publico, de que atravessei os quatro annos quase completos de minha administração, pedindo, insistindo pela reforma – larga e efficiente – da policia do Districto Federal.*  
*Aurelino Leal (Policia e poder de policia)*

Marcos Bretas (1997) sobre as origens da polícia no Brasil informa que a moderna historiografia da temática mostra-a enquanto uma das invenções do estado nacional moderno, acautando em sua gênese aos modelos inicialmente introduzidos pela França absolutista ou pela Inglaterra no século XIX. Entretanto, os historiadores policiais mais tradicionais localizam as origens da instituição policial em épocas mais antigas, entre os germanos, os normandos ou os egípcios, argumento que serve de justificativa para os que afirmam que ela sempre existiu. No entanto, nos-

sa preocupação não reside na origem da polícia, mas sim na(s) ideia(s) de polícia no início do século XX no Brasil, especialmente em Fortaleza e Rio de Janeiro.

No país durante o século XIX, a ideia de polícia francesa foi supostamente o modelo para uma instituição autoritária, submetida a um duro controle central e preocupada com a segurança das instituições estatais. As forças policiais francesas – a *marechaussée* ou a *gendarmérie* – nesse período foram vistas como padrão de polícia que fora usado no regime imperial. De acordo com Holloway (1997), a própria Intendência de Polícia implantada nessas terras veio do modelo português, mas mesmo a Intendência de Portugal sofria influência do modelo francês.

Neste ínterim, o papel da França enquanto padrão de polícia fora alterado, em detrimento da ideia de polícia inglesa que começou a influenciar a concepção de polícia no Brasil e se fortaleceu nas primeiras décadas do século XX, com base na imagem do Bobby que incutia uma polícia sob maior controle dos cidadãos e uma instituição preocupada com a segurança individual.

Ao falar que esses modelos influenciaram a concepção de polícia no Brasil, não significa que eles foram implantados tal como eram em seus países de origem, pois estaríamos retirando as especificidades de cada país, tendo em vista, que as diferentes polícias nacionais possuem suas características próprias, por exemplo, no território brasileiro as forças policiais eram de atribuição dos Estados, cabendo a estes organizá-las.

Henrique Samet (2001) abordou a polícia política nos primeiros 16 anos da primeira República no Rio de Janeiro, evidenciando que o policiamento social e político recaíram sobre os indivíduos e entidades desde seu início. Ao tratar da função da polícia política, o autor demonstrou a sua existência quando ela foi mencionada nas reformas policiais acontecidas em 1900 e 1903.

Essa informação nos foi relevante por sabermos que a instituição policial sofreu duas reformas no início do Novo Regime, se elas realmente aconteceram não nos interessa demonstrar, pois o relevante foi saber da existência de um debate sobre a mesma nessa época, pois a nossa preocupação incide sobre o material produzido a partir da *Conferência Judiciária-Policial* acontecida no Rio de Janeiro no ano de 1917, onde Aurelino Leal<sup>100</sup> propôs uma reforma policial, que segundo ele, solicitou durante quase toda sua administração essa reforma, como visto nas suas palavras usadas para iniciar o presente tópico. Segundo ele, “como o actual Chefe do Estado foi sempre avesso a ter projectos governamentais no parlamento, pedi ao deputado Prudente de Moraes, membro distincto da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, que tomasse a si a reforma da policia (LEAL, 1918, p. V/VI).

Aurelino Leal no seu discurso de abertura da Conferência tratou da relação entre o Judiciário e a Polícia, para ele, “a justiça e a policia são instituições legaes e [...] conservadoras da ordem e da segurança publicas. Uma attende á solicitação que lhe fazem os direitos prejudicados; a outra vigia por que esses direitos não sejam attingidos” (Ibidem. p. 6).

Com isso, percebemos que ambas se destinam ao fim comum, ou seja, à manutenção da ordem. No regime de direito elas foram armadas com a lei, esta tida como instrumento principal de cultura na sociedade. Louis Dumont (1985) demonstra que a lei enquanto ordem descoberta na natureza passa a ser na sociedade moderna a expressão do poder do legislador.

O Estado deixou de derivar como um todo parcial da harmonia decretada por Deus do todo universal. Ele explica-se simplesmente por si mesmo. O pon-

---

100 Chefe de polícia do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e articulador da “Conferencia Judiciaria-Policial” de 1917.

to de partida da especulação já não é mais o conjunto da humanidade mas o Estado soberano individual e auto-suficiente, e esse mesmo Estado individual alicerça-se na união, ordenada pelo direito natural, de homens individuais, numa comunidade revestida do poder supremo (DUMONT, 1985, p. 87).

Mesmo existindo diferenças entre elas, isso não diminuiu as relações que se mantiveram no âmbito de cada uma delas. O Judiciário foi considerado um poder de movimentos não espontâneos, um poder com aspecto repressor e equilibrador dos laços jurídicos que foram quebrados. Por outro lado, a Polícia deveria assentar a sua função na prevenção, na tentativa de assegurar e resguardar os elos que constituíam e sustentavam a disciplina social, ou seja, para que eles não fossem rompidos. Consequentemente, nesse momento a ideia de polícia foi entendida como sendo o aparelho que se antepõe à liberdade, no sentido de coibir os abusos, para Aurelino Leal essa era a maneira de manter a ordem, onde esta deveria ser firmada por meio das liberdades jurídicas.

E, com a franqueza que o momento exigia, relembrei o meu modo de ver sobre a extensão das liberdades: « O Estado se funda sobre a lei. Esta é a sua base. Todas as liberdades que elle reconhece ou concede ficam sujeitas á sua fundação, por dependencia material. Não há liberdade independente. É preciso ser pleonastico e dizer com clareza de luz solar: *não há liberdades livres, há liberdades juridicas...*<sup>101</sup> O limite de todas as liberdades está na necessidade de

---

101 Grifos nos originais.

contel-as para não comprometterem o equilíbrio social. Um regimen de *liberdades livres* seria um regimen de confusão e anarchia. Um regimen de liberdades juridicas é um regimen de ordem, de segurança...» (LEAL, 1918, p. 13).

Percebemos que o sentido da lei enquanto arma promotora da ordem transpassou os limites da Justiça e da Polícia, ela abrangendo o Estado e este se fundamentou nela.

Com a ideia de polícia o Estado pretendeu estabelecer e manter um arranjo sobre a visão de ordem que seria possibilitado por um regime de liberdades jurídicas, em oposição às “liberdades livres” que representavam a confusão, ou melhor, a desordem. Nesse sentido, constatamos o grau de importância que a polícia teve na sociedade, pois ela era simbolicamente a presença e a força do Estado entre as pessoas. Além do mais, a ela foi um dos motivos para a realização da Conferência, nesta a reforma policial foi ponto central de discussão, visto que, buscava-se reorganizar a cidade e garantir a segurança da mesma, para tanto, o Estado deveria tratar das concepções de policias. Visto que, se procurava um modelo de cidade ideal da mesma forma o padrão de polícia deveria ser adequado para esse ambiente urbano.

Ao falar da polícia do Rio de Janeiro, Aurelino Leal disse ser necessário informar que tudo era incompleto e acanhado, não compreendendo o porquê nas épocas de maior fartura o Estado não tratou da segurança da cidade, copiando os exemplos das policias fornecidas por Londres, Berlim, Paris e até mesmo Buenos Aires.

Para ele uma tentativa de melhorar o policiamento na cidade brasileira seria o exército ajudar na guarnição da mesma como já fizera outrora. Era preciso também retirar a investigação policial do empirismo fraco e baseá-la no campo de observação inteligente e de processos técnicos, situação que já acontecia na

Alemanha e na Áustria. Ele, igualmente a Torres Câmara, defendia que os processos técnicos e científicos adentrassem na polícia, tornando-a mais profissional.

Para reorganização da polícia brasileira, tivemos outros pontos debatidos com o intuito de melhorá-la, como:

Instituir a carreira, sem nenhum pendor para a inamovibilidade, mas garantindo aos bons funcionarios o acesso a posições melhores e a sua conservação nos lugares conquistados, enquanto bem servirem, armado o Governo, entretanto, de todo o poder para eliminar do quadro do pessoal os rebeldes ao trabalho e os deshonestos, instituir a carreira, nestas condições, dizia, é absolutamente indispensavel (LEAL, 1918, p. 21).

Isto posto, percebemos o quanto instituir a carreira de policial foi pedida naquele momento, a razão dessa solicitação seguiu a lógica de que era necessário permanecer na polícia para ser-se um “bom policial”. Essa situação deveria acontecer não somente com os investigadores, mas também com o chefe de polícia, pois cada presidente escolhia um chefe de polícia se baseando na confiança, porém para Aurelino Leal se essa regra fosse sempre seguida, acarretaria que todos os funcionários deveriam ser substituídos para que o presidente se cercasse de indivíduos da sua confiança.

Por outro lado, com a organização que pleiteio, a política seria absolutamente banida da policia, e o seu chefe seria um tecnico, um profissional, um supremo contrasteador da ordem publica, sem perder tempo nem ter necessidade de recorrer nem attender a alianças sectárias de qualquer ordem (Idem).

Daí, a política foi considerada um aspecto negativo para a polícia, pois as relações de favores e de apadrinhamento presentes no âmbito político acabaram atingido a própria instituição policial. Para resolução da situação a proposta surgida era de que o chefe de polícia deveria ser um profissional capacitado, pois este poderia servir com mais lealdade a dois ou mais governos. Ainda, cabendo ao governo o poder de mudar o chefe de polícia, mas por “amor a segurança” e da “segurança da cidade”, não devendo fazer se não quando fosse necessário ou quando a substituição fosse para melhora da cidade e da polícia.

Na justificativa dessa sua proposta, Leal exemplificou através de Londres e Berlim. A reforma policial da primeira aconteceu em 1829, ela foi arquitetada por Robert Peel; no decorrer de 88 anos, ou seja, até o ano de 1917 a polícia da capital inglesa continuava sob direção do seu sexto chefe de polícia. No caso da segunda cidade, desde 1848, Von Jagow foi citado como sendo o décimo “presidente de polícia”, sendo que três dos seus antecessores morreram no exercício do cargo. Contudo, o contrário acontecia no Brasil, desde a proclamação da República até 1917, segundo Leal, só o Rio de Janeiro conheceu 28 chefes de polícia, ou seja, quase um chefe de polícia por ano. Situação parecida também acontecia no Ceará, o que fazia do cargo de chefe de polícia uma peça do jogo político, que o marcava como posto rotativo e transitório dos interesses dos grupos abastados.

No que diz respeito à ideia de polícia, era preciso definir o seu papel, pois para quase tudo se procura a polícia ou se invoca o seu poder, entretanto, a função dela consistiu em prevenir crimes e na repressão coube-lhe auxiliar a justiça como já dito, no entanto não era algo fácil situá-la de maneira equilibrada entre esses fundamentos:

Isto quer dizer que a acção da policia não se faz sentir a proposito de tudo: ella deixa, por simples respeito á lei, que os cidadãos usem da sua liberdade como lhes apraz, uma vez que não saiam da linha que assignala o começo da liberdade alheia. Quem julga que a policia póde em tudo intervir, invocando o principio geral da ordem publica, pobre se revela da noção da competência jurídica e das liberdades constitucionaes (LEAL, 1918, p. 27).

Então, quanto ao trato com o público, a regra de acção da policia deveria se assentar em principios da bondade, da cortesia e da brandura. Até mesmo porque ela era considerada um agente civilizatório. Por isso, o Bobby inglês incutia em Aurelino Leal e Torres Câmara um ideal de policia e policial, pois atrelava ao seu poder a brandura e a cortesia consideradas essenciaes no mundo moderno.

De acordo com Aurelino Leal, no mundo civilizado duas policias lhe serviam de modelos, elas eram a policia inglesa e alemã. Desta fora dito que sua relação com o público “é indicativa do espirito autocrático do governo germanico... Si é verdade, como se tem affirmação, que um Schtzmann, de Berlim, provocaria, em duas horas, um tumulto em Trafalgar Square”, como também se sabe “que o manso e delicado Bobby londrino seria esmagado em Berlim” (Ibidem. p. 27/28).

Sendo assim, constatamos que a ideia de policia londrina foi vista como o melhor modelo de policia para se estabelecer no Brasil. Tendo sido colocado na *Conferência*, a seguinte perspectiva, “eu preferiria, para nós, o primeiro exemplar, sem exclusão de todos os meios de acção enérgica, quando tal fôr preciso, meios,

aliás, de que usa a propria policia inglesa, quando se faz mister” (Ibidem. p. 28).

Apesar de a conferência ter ocorrida no Rio de Janeiro, ela contou com a presença dos chefes de polícia dos demais estados brasileiros, além do mais, o que acontecia na Capital brasileira reverberava no restante do país, devido ao peso que o estado tinha nas decisões que diz respeitassem o Brasil, bem como da sua imagem de cidade representante da civilização no mesmo.

No que toca ao Ceará, captamos indícios de que a discussão da *Conferencia Judiciaria-Policial* se manifestou em terras alencarinas, pois tivemos no ano de 1927, ou seja, dez anos após a realização dela, o presidente do estado José Moreira da Rocha ao tratar da ordem pública no seu relatório, citou o nome de Aurelino Leal e transcreveu uma parte da sua tese intitulada de o “Papel da imprensa no dominio da policia”, tese esta que fora apresentada na Conferencia de 1917.<sup>102</sup>

Fonteles Neto (2005) demonstrou que no Ceará teve-se uma abertura e apropriação de um pensamento mais ‘sofisticado’ que procurou uma ideia mais adequada de polícia e de policial para atuar nas ruas da cidade a partir do ano de 1916, quando José Eduardo Torres Câmara<sup>103</sup> assumiu a administração da Chefatura de Polícia do Estado.

De acordo com o autor, a proposta do chefe de polícia do Ceará de empreender mudanças na atuação da polícia cearense,

---

102 Ver a mensagem do desembargador José Moreira da Rocha, presidente do Estado do Ceará, dirigida a Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1927. Ceará – Fortaleza, 1927. p. 20.

103 Nasceu na cidade de Fortaleza, “em 13 de outubro de 1867, formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1891; atuou como juiz de órfãos de São Simão (comarca de Ribeirão Preto), depois como Promotor de Justiça na comarca de Batatais, exonerando-se deste último, em 1895, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde se consagrou à advocacia. Redigiu, em 1902, a Revista Legislação, regressando ao Ceará, em 1907, onde ocupou o cargo de Juiz e posteriormente, a Chefatura de Polícia em 1916.” (FONTENELES NETO, 2005, p. 42).

também visualizou a polícia inglesa enquanto modelo a se seguir, ou seja, uma polícia mais persuasiva que violenta.

Segundo Eduardo T. Câmara, a polícia eficiente era a polícia que agia de forma essencialmente preventiva, subterrânea e quase invisível, ‘que deveria prever e evitar todos os factos perturbadores da ordem social’; deveria ajudar na descoberta dos crimes, realizar exames de corpo de delito, expedição de mandado de busca ou apreensão e inquéritos policiais. Todas essas atividades eram auxiliares para a justiça, uma vez que os juízes têm que calcar as decisões em orientações preliminares (FONTELES NETO, 2005, p. 44).

Assim, conseguimos perceber semelhanças nas ideias de polícia de Aurelino Leal e de Torres Câmara, ambos viram a polícia inglesa enquanto “modelo ideal de polícia”, além do mais, eles buscaram a cientificidade como elemento legitimador da atividade dos policiais nas ruas da cidade, seja no Rio de Janeiro ou no Ceará, buscando uma profissionalização da polícia com base nas concepções modernas. Portanto, segundo Baumer, “o termo ideias, no entanto, é elástico e pode referir-se a quase tudo desde o pensamento de uma pequena elite ao de toda gente” (BAUMER, 1977, p. 21) o que nos possibilita refletir com base na perspectiva cultural sobre a(s) ideia(s) de polícia que circulavam pelo país, posto que, constatamos um brado por mudanças que tocam não somente a polícia mais sim a sociedade. E mudanças ou anseio por elas despertam inquietações no nosso afã.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *O queijo e os vermes* Ginzburg demonstra uma dicotomia cultural, quando traz a partir do moleiro uma cultura subalterna em contraste com uma cultura hegemônica. O autor contribui não somente ao expor esse panorama, e sim quando coloca a circularidade cultural como elemento importante para compreensão do mundo.

Através das interpretações que Menocchio fazia da bíblia, Ginzburg quebra com a visão de que as ideias são propriamente produto dos grupos dominantes. E de que sua difusão pelas esferas empobrecidas se reproduzia de forma mecânica. Ele destaca as mudanças que as concepções tomavam durante o processo de movimento entre culturas. Tal perspectiva nos é interessante, pois percebemos que a circularidade de visões acerca da polícia, constatada no Brasil, também se vincula a realidade acarretando indagações sobre a nossa(s) cultura(s).

Na cultura citadina mostramos que a sociabilidade foi buscada por meio da prevenção e repressão, onde tentou-se garantir um ordenamento social. Percorrendo tal intuído através do uso da polícia. Esta teve papel importante na construção e manutenção do que se compreendeu como sendo ordem, civilização, bons costume, principalmente, porque a sua concepção procurava fomentar padrões culturais, percebidos nas visões de Aurelino Leal e Torres Câmara, que não estavam contentes com a polícia brasileira, uma instituição atingida pela cultura política de apadrinhamento entre outros fatores negativos.

Do ponto de vista de ambos a noção de polícia no Brasil deveria se remeter a conceber uma civilização. Como presume a existência e o significado da mesma nesse momento, como consta no *Diccionario Etymologico, Prosodico e Orthographico da Lingua Portuguesa*: “Polícia [pu-li-ssi-a], s. f. organização po’ítica; segu-

rança ou ordem publica; civilização; corporação encarregada de fazer executar as leis de ordem publica; disciplina; -, s., m. guarda de segurança; (Do lat. politia). [cia; civilização; culto.]” (BASTOS, 1912, p. 947).

Então, o que procuramos nessa reflexão foi mostrar a existência de visões diferentes de policias presentes no país, onde alguns indivíduos acabaram evidenciando quando se posicionavam a favor de uma. Com isso visualizamos que a ideia de polícia não era fixa, mas sim algo que estava em debate, em circulação e, principalmente, em construção.

## FONTES

BASTOS, J. T. da Silva. Dicionario Etymologico, Prosodico e Orthographic da Lingua Portuguesa. Lisboa: Livraria Editora, 1912.

LEAL, Aurelino Nunes. Polícia e poder de polícia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

LEAL, Aurelino Nunes. Annaes da Conferência Judiciária-Policial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

Mensagem do desembargador José Moreira da Rocha, presidente do Estado do Ceará, dirigida a Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1927. Ceará – Fortaleza, 1927.

Jornal “O Nordeste” (1922 – 1933).

Relatório apresentado ao Exmo. Senr. Presidente do Estado do Ceará Dr. João Thomé de Saboya e Silva pelo chefe de Polícia Bel. José Eduardo Torres Camara em 31 de maio de 1918.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Carlos Henrique Moura. **Algumas Histórias de Carnaval nos Cafés, Cabarés e Bodegas na Fortaleza dos anos de 1920 e 1930.** In Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará./ Arquivo Público do Ceará, v 1, n. 4, semestral, Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, 2005.

BARBOSA, Fco. Carlos J. **A força do hábito:** Condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900 – 1930). Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFC. Fortaleza, 1997.

BARBOSA, Marta Emisia J. **Cidade na contramão:** Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História) PUC. São Paulo, 1996.

BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno:** volume I séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico,** 1983. In: ORTIZ, Renato (org.). Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p. 122-155.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** 8. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRESCHIANI, M. S.M.(Org). **Imagens da Cidade:** séculos XIX e XX. São Paulo: ANPUH, 1994.

BRESCIANNI, Maria Stella M. **Historiografia brasileira em perspectiva /** Marcos Cezar de Freitas (org.) – 5. Ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade:** o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930; Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. **A guerra das ruas:** povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929 – 1989 / Peter Burke; tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Tradução Sergio Goes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**; Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos**: progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial. São Paulo: Annablume, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 1v.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**: Formação dos estados e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 39. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FONTENELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão:** faces da atividade policial na capital cearense (1916 – 1930). Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2005.

GONÇALVES, Daniel da Costa. **A insuficiência da ordem:** discursos e reformas policiais (Fortaleza, 1930-1945) - 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2011.

PECHMAN, R. M. **Cidades estreitamente vigiadas:** o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

SIMMEL, Georg. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito.** Tradução: Artur Morão. Covilhã: LusoSofia:Press, 2009.

SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo a cidade e o urbano. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley C. (Orgs). **A cidade e o urbano.** Fortaleza: Edições UFC, 1997. p. 85-92.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAMET, Henrique. **Os agentes da (in)tranqüilidade:** o corpo de agentes de segurança pública do Distrito Federal (1889 – 1906). 2001. Dissertação – Mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

SECRETO, Verônica. **A História em Processo:** Ações Criminais em Fortaleza (1910 – 1950); História e Direito. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2006.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **“Homens Desvairados”:** Crimes e criminosos na cidade de Fortaleza na segunda metade do século XIX. In Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará./ Arquivo Público do

Ceará, v 1, n. 4, semestral, Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, 2005.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **Humor, vergonha e decoro na cidade de Fortaleza** (1850 – 1890). Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009.

VELLASCO, Ivan de Andrade. (2004). **As seduções da ordem**. Violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais, século 19. Bauru, SP: Anpocs, Edusc [original: 2004].